TCEPR

# SUMÁRIO

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO ..... 1**
STP - Pautas ..... 1
CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA ..... 1
CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL ..... 3
CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO ..... 5
CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES ..... 6
CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA ..... 7
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI ..... 8
AUDITOR SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA ..... 9
STP - Atas ..... 9
STP - Acórdãos ..... 9
**SECRETARIA DA 1ª CÂMARA ..... 34**
1ªSECAM - Pautas ..... 34
1ªSECAM - Atas ..... 34
1ªSECAM - Acórdãos ..... 35
**SECRETARIA DA 2ª CÂMARA ..... 35**
2ªSECAM - Pautas ..... 35
2ªSECAM - Atas ..... 35
2ªSECAM - Acórdãos ..... 35
**ATOS DE RELATORIA ..... 35**
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES ..... 35
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA ..... 35
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL ..... 36
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO ..... 39
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES ..... 43
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA ..... 43
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI ..... 44
Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA ..... 48
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO ..... 49
Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA ..... 51
Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO ..... 51
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA ..... 51
Auditora MURYEL HEY ..... 53
Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO ..... 53
**CORREGEDORIA-GERAL ..... 53**
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar ..... 53
**OUVIDORIA DE CONTAS ..... 54**
**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS ..... 54**
**ATOS DIVERSOS ..... 54**
Resenhas de Distribuição ..... 54
Editais ..... 54
Despachos ..... 54
Informações ..... 57
Atos de Alerta Municipais ..... 57
**COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ..... 57**
**ATOS NORMATIVOS ..... 58**
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA ..... 58**
GP - Despachos ..... 58
GP - Termo de Ajuste de Gestão ..... 58
GP - Portarias ..... 58
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ..... 59**
**COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024 ..... 60**
Tribunal Pleno ..... 60
Primeira Câmara ..... 60
Segunda Câmara ..... 60
Corregedoria-Geral ..... 60
Ministério Público de Contas ..... 60
Conselheiros – Diretores de Gabinete ..... 60
Auditores – Coordenadores de Gabinete ..... 60
Inspetorias de Controle Externo ..... 60
Administrativo ..... 60

TCEPR

# SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

## STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

**TRIBUNAL PLENO**
**SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 11**
**DE 19 DE JUNHO DE 2023 ATÉ 22 DE JUNHO DE 2023**

### CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

**TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**

Processo: 715973/15
Entidade: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. (Procurador(es): REGINA MARIA BUENO BACELLAR, VALERIA JARUGA BRUNETTI, IRA NEVES JARDIM, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, MARISE LAO, SERGIO LOPES MASSEDO, DENISE SCOPARO PENITENTE, BERENICE MULLER DA SILVA, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, ADRIANA DE PAULA BARATTO, JEFERSON LUIZ DE LIMA, PAULO SÉRGIO SENA, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, CRISTINA KAKAWA, HELIO EDUARDO RICHTER, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, IVANES DA GLORIA MATTOS, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PROENÇA, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, CRISTIANO HOTZ, CHRISTIANA TOSIN MERCER, JULIANA PERELLES, NATALLY SOSSAI REYS, SERGIO GOMES, FABRICIO FABIANI PEREIRA, RONALDO JOSÉ E SILVA, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, MICHELE SUCKOW LOSS, KARLLA MARIA MARTINI, DENISE CANOVA, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, RENATA MARACCINI FRANCO, SIVONEI MAURO HASS, MARCO ANTONIO DE LUNA, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, GISELE DAIANA MACIEL, WALTER GUANDALINI JUNIOR, TALITA COSTA REBELLO, HULIANOR DE LAI, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, NAYANE GUASTALA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, FELIPE SANTOS RIBAS, LUIS ADOLFO

KUTAX, FABIOLA MARTINI SIBUT, KARYNA JOPPERT KALLUF COMELLI, ANDREA PATRICIA CEZARIO, DANIELLE SIMÃO, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, DAIANE MEDINO DA SILVA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, BRUNO FELIPE LECK, THAIS YUMI ASSAKURA, EVERTON LUIZ SZYCHTA, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, FABIOLA MACHADO MARQUES, THALITA FERREIRA DRAGO, GUILHERME MAXIMIANO, ANA CAROLINA MOREIRA SAMPAIO, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA)
Interessado: ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO DO PARANÁ (Procurador(es): ROGERIA FAGUNDES DOTTI, JULIO CESAR BROTTO, RENE ARIEL DOTTI, VANESSA CRISTINA CRUZ CHEREMETA, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, EMILLY SUCASAS TALAMONTE CREPALDI, MARIA VITORIA KALED COSTA, ANA CRISTINA AGUILAR VIANA), COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (Procurador(es): VALERIA JARUGA BRUNETTI, IRA NEVES JARDIM, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, MARISE LAO, SERGIO LOPES MASSEDO, DENISE SCOPARO PENITENTE, BERENICE MULLER DA SILVA, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, ADRIANA DE PAULA BARATTO, JEFERSON LUIZ DE LIMA, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, CRISTINA KAKAWA, HELIO EDUARDO RICHTER, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, IVANES DA GLORIA MATTOS, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PROENÇA, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, CHRISTIANA TOSIN MERCER, JULIANA PERELLES, NATALLY SOSSAI REYS, SERGIO GOMES, FABRICIO FABIANI PEREIRA, RONALDO JOSÉ E SILVA, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, MICHELE SUCKOW LOSS, KARLLA MARIA MARTINI, DENISE CANOVA, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, RENATA MARACCINI FRANCO, SIVONEI MAURO HASS, MARCO ANTONIO DE LUNA, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, GISELE DAIANA MACIEL, TALITA COSTA REBELLO, HULIANOR DE LAI, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, NAYANE GUASTALA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, ALESSANDRO RENATO DE OLIVEIRA, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, FELIPE SANTOS RIBAS, LUIS ADOLFO KUTAX, FABIOLA MARTINI SIBUT, ANDREA PATRICIA CEZARIO, DANIELLE SIMÃO, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, DAIANE MEDINO DA SILVA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, BRUNO FELIPE LECK, THAIS YUMI ASSAKURA, EVERTON LUIZ SZYCHTA, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, FABIOLA MACHADO MARQUES, THALITA FERREIRA DRAGO, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, GUILHERME MAXIMIANO, STEPHANIE VERIDIANE SCHMITT, ANA CAROLINA MOREIRA SAMPAIO, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA), COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A (Procurador(es): VALERIA JARUGA BRUNETTI, IRA NEVES JARDIM, DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, SERGIO LOPES MASSEDO, DENISE SCOPARO PENITENTE, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, ADRIANA DE PAULA BARATTO, JEFERSON LUIZ DE LIMA, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, CRISTINA KAKAWA, HELIO EDUARDO RICHTER, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, IVANES DA GLORIA MATTOS, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PROENÇA, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, CHRISTIANA TOSIN MERCER, JULIANA PERELLES, NATALLY SOSSAI REYS, SERGIO GOMES, FABRICIO FABIANI PEREIRA, RONALDO JOSÉ E SILVA, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, MICHELE SUCKOW LOSS, KARLLA MARIA MARTINI, DENISE CANOVA, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, SIVONEI MAURO HASS, MARCO ANTONIO DE LUNA, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, GISELE DAIANA MACIEL, TALITA COSTA REBELLO, HULIANOR DE LAI, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, NAYANE GUASTALA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, FELIPE SANTOS RIBAS, LUIS ADOLFO KUTAX, FABIOLA MARTINI SIBUT, ANDREA PATRICIA CEZARIO, DANIELLE SIMÃO, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, DAIANE MEDINO DA SILVA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, BRUNO FELIPE LECK, THAIS YUMI ASSAKURA, EVERTON LUIZ SZYCHTA, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, WELLINGTON LINCOLN SECO, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, FABIOLA MACHADO MARQUES, THALITA FERREIRA DRAGO, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, GUILHERME MAXIMIANO, ANA PAULA VONSOWSKI DA COSTA BISPO, ANA CAROLINA MOREIRA SAMPAIO, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA), CRISTIANO HOTZ, JAIME DE OLIVEIRA KUHN (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), LINDOLFO ZIMMER (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), LUIZ FERNANDO LEONI VIANNA (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ), MARCIO SOUZA VILLELA (Procurador(es): ROGERIA FAGUNDES DOTTI, JULIO CESAR BROTTO, RENE ARIEL DOTTI, VANESSA CRISTINA CRUZ CHEREMETA, FRANCISCO AUGUSTO ZARDO GUEDES, ANDRÉ LEONARDO MEERHOLZ, ANA CRISTINA AGUILAR VIANA, FERNANDA MACHADO LOPES), MOACIR CARLOS BERTOL, PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), SERGIO LUIZ LAMY (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), VLADEMIR SANTO DALEFFE (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES)

Processo: 120900/21
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, AMAURI MEDEIROS CAVALCANTI (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, YVONE DA SILVA ANDRADE, ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, MARIA LUCIA SANCHES, LUCIANO ROCHA WOISKI), FERNANDO FURIATTI SABOIA, HAMILTOM LUIZ BOING (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), RAMIREZ COLODEL FIGUEIREDO PEREIRA, ROBERTO ABAGGE DOS SANTOS (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA)

Processo: 465548/19 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 08/05/2023
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: CEZINANDO VIEIRA PAREDES (Procurador(es): MURILO LOPES BUCHMANN, LEONARDO MAZEPA BUCHMANN), DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, FRANCISCO ALBERTO CARICATI, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, LUIZ ALBERTO CARTAXO MOURA (Procurador(es): BEATRIZ ADRIANA DE ALMEIDA), ROMULO MARINHO SOARES, SAVIO PEREGRINO BLOOMFIELD, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, SPACECOMM MONITORAMENTO S/A (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, THIAGO LIMA BREUS, DANIEL PACHECO RIBAS BEATRIZ, ANA CRISTINA AGUILAR VIANA, NATALIA BORTOLUZZI BALZAN, CAIO CESAR BUENO SCHINEMANN, MURILO CESAR TABORDA RIBAS), WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA

Processo: 290840/22 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019)
Interessado: CONSORCIO SAMBAQUI (Procurador(es): BERNARDO STROBEL GUIMARAES, CAIO AUGUSTO NAZARIO DE SOUZA), EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAP ATÉ 2019), JOSE MARIO DE CASTILHO, JOSE VOLNEI BISOGNIN

**RECURSO DE REVISTA**

Processo: 528635/18
Entidade: MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE
Interessado: ADEMAR DA SILVA (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), CLARICE LOURENCO THERIBA (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), EDEVAL BUENO (Procurador(es): NAUDÉ PEDRO PRATES), GUILHERME PIVATTO JUNIOR, INES GOMES (Procurador(es): CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA), INSTITUTO BRASIL MELHOR (Procurador(es): GILBERTO RODRIGUES BAENA, NATALIA ANGELICA MISTRELLI), MEYALISON FRANK ESTEFANO MELO, MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, NELI TEREZINHA ROSSETTI POMINI, PAULO ORESTES LOCATELLI, RENATO ANTONIO PEREIRA, WILSON VIANA THERIBA

Processo: 805841/18
Entidade: MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE
Interessado: ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE, INFANCIA E FAMILIA, JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA (Procurador(es): TIAGO COBIANCHI RIBEIRO), MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE, NEUZA FERREIRA PAVAN (Procurador(es): FABIANO ALEXANDRO DE SOUZA), NEUZA PESSUTI FRANCISCONE (Procurador(es): MARCELO BUZATO, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI), SIRLENE TORQUATO LOPES (Procurador(es): MARCELO BUZATO, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI, FABIANO ALEXANDRO DE SOUZA, CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA), WILMA ROSALES DIAS NOGUEIRA (Procurador(es): MARCELO BUZATO, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI, FABIANO ALEXANDRO DE SOUZA, CAMILLA THOMAZIA PEREIRA DA SILVA)

Processo: 221871/21
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES
Interessado: ANDRE LUIS SIMOES, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES, JOSE PAULO BITENCOURT

Processo: 681430/21 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PAIÇANDU
Interessado: ISMAEL BATISTA, MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, TARCISIO MARQUES DOS REIS (Procurador(es): ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS, VITOR JOSE BORGHI)

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 633184/17
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO REMANESCENTE RIO PARANÁ E AREAS DE INFLUÊNCIA
Interessado: AMARILDO RIBEIRO NOVATO (Procurador(es): JOAO PAULO DE SOUZA CAVALCANTE), CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO REMANESCENTE RIO PARANÁ E AREAS DE INF

Processo: 511110/21
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: EVANI CORDEIRO JUSTUS (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, RICARDO DE FREITAS VASCO, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA), FABIANO BENEDETI FUZETTI

(Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI), GIL FERNANDO DE PLACIDO E SILVA JUSTUS (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA), INSTITUTO ELLOS, JEAN COLBERT DIAS (Procurador(es): JOSE ALVES MACHADO, ANDERSON FERREIRA), LUCIANA REGINA DOS REIS, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY), NEURIDES VALBER BRERO, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): MARIANA LOBATO SILVA MATIDA BACELLAR, BERNARDO NOGUEIRA NOBREGA PEREIRA, AMANDA BUSETTI MORI SANTOS, VANESSA YANAZE WATANABE, GIOVANI CASSIO PIOVEZAN), PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, RICARDO BIANCO GODOY (Procurador(es): JOSE ALVES MACHADO, ANDERSON FERREIRA), RICARDO DE FREITAS VASCO

Processo: 136412/19 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Interessado: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, SHEILA ROSA MARIA (Procurador(es): DIONE DE SOUZA FERREIRA)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 137436/23 Adiado para edição da Proposta de Voto desde 05/06/2023
Entidade: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBÉ
Interessado: ANTONIO DE ALENCAR, ARMANDO JAIRO DA SILVA MARTINS (Procurador(es): RODRIGO PETROCINI DA SILVA MARTINS), AURELIO JORGE ABDALLA, CELSO FONTES (Procurador(es): JONATAS LUIZ MOREIRA DE PAULA, DAVID FERNANDES GOUVEA), COMARCA DA REGIAO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO REGIONAL DE CAMBE, MARIA LUIZA DARIDO ABDALLA (Procurador(es): FABÍOLA LUKIANOU), SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMBÉ, TATIANA MULLER

**RECURSO DE AGRAVO**

Processo: 232854/23 Adiado para análise de voto divergente desde 05/06/2023
Entidade: MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**REPRESENTAÇÃO**

Processo: 531869/19
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
Interessado: BIHL ELERIAN ZANETTI, FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI, LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES), MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

Processo: 752142/13 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA
Interessado: ADEMAR BLOCH, ARI SCHMIDT, ARNILDO AHNER, BRUNO JOAO WAGNER, KELLEN CRISTINA MARTINS ROHLING, LUIZ VICENTE MUNCHEN, MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA, NAIR PINZ STUMPF, RICARDO DE MATOS MASSAMBANI, ROBERTO LUIZ JACOBY, RODRIGO FERNANDES DA SILVA, VERA LUCIA LORENZATTO

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Processo: 477485/21
Entidade: MUNICÍPIO DE CURITIBA
Interessado: ECSAM SERVICOS AMBIENTAIS S/A (Procurador(es): PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA), MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO

Processo: 17788/23
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: EDUARDO PAIVA DAL SANTO, HUDSON LEONCIO TEIXEIRA, RESTAURANTE E PIZZARIA KAING GANG LTDA (Procurador(es): WILLIAN DA SILVA SEGUNDA MATTJE), SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Processo: 21209/22 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICIPIO DE COLOMBO
Interessado: HELDER LUIZ LAZAROTTO, ITALO PERINI NETO, JJA ENGENHARIA - EIRELI (Procurador(es): STELA FRANCO WIECZORWSKI), JOSE BRUSTOLIN NETO, MARIO LUIZ PRODO, SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA, WILLIANS LESSNAU

## CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

**TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**

Processo: 543543/21
Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, SINDICATO DA INDUSTRIA DE FABRICACAO DE ALCOOL DO ESTADO DO PARANA (Procurador(es): ISABELLA FELIX DA FONSECA, JULIA VENZI GONCALVES GUIMARAES, JEFFERSON LEMES DOS SANTOS, LETICIA ALLE ANTONIETTO, EDUARDO NADVORNY NASCIMENTO, IZABELA MORIGGI COSTA, RODRIGO COSTA PROTZEK, MARIANA RANDON SAVARIS, CAROLINE MARTYNETZ, EDSON FRANCISCO ROCHA NETO, FERNAO JUSTEN DE OLIVEIRA, CESAR AUGUSTO GUIMARAES PEREIRA, EDUARDO TALAMINI, ALEXANDRE WAGNER NESTER, ANDRE GUSKOW CARDOSO, RAFAEL WALLBACH SCHWIND, MARÇAL JUSTEN NETO, FELIPE SCRIPES WLADECK, PAULO OSTERNACK AMARAL, GUILHERME FREDHERICO DIAS REISDORFER, KARLIN OLBERTZ NIEBUHR, WILLIAM ROMERO, RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO, DIEGO RICARDO CAMARGO FRANZONI, Mônica Bandeira de Mello Lefevre, JULIANE ERTHAL DE CARVALHO, ISABELLA MOREIRA DE ANDRADE VOSGERAU, Guilherme Augusto Vezaro Eiras, MARINA KUKIELA VIANNA, MAYARA GASPAROTO TONIN, MARCAL JUSTEN FILHO, FERNANDA CAROLINE MAIA, BRUNO GRESSLER WONTROBA, VICTOR HUGO PAVONI VANELLI, DOSHIN WATANABE, LUISA BARBOSA ABRANCHES QUINTAO, RAPHAELA THEMIS LEITE JARDIM, MARINA KIRSTEN FELIX, STELLA FARFUS SANTOS, LUCAS DE MOURA RODRIGUES, ISABELLA KAROLLINA ROSSITO)

Processo: 275258/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE CURIÚVA
Interessado: DILCEU ATUATTI, LUCIANA MARILIA DA COSTA, MUNICÍPIO DE CURIÚVA, NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA

**DENÚNCIA**

Processo: 276934/17
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): LUANA FERNANDA VIEIRA SANTOS), (Procurador(es): CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL)

Processo: 145869/22 Vista desde 08/05/2023 Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

**RECURSO DE REVISTA**

Processo: 199263/17
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: ADILSON JOSE SILVA LINO (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO)

Processo: 442053/21
Entidade: MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL
Interessado: ANTONIO GONÇALVES DA LUZ (Procurador(es): SÉRGIO LUIZ CHAVES), JESSE DA ROCHA ZOELLNER, MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL

Processo: 166190/22 Vista desde 08/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Interessado: EDUARDO FACCIN, GISELE POTILA FACCIN GUI (Procurador(es): VLADIMIR WILIANS GUI), ISABEL APARECIDA NIEDO NASSER (Procurador(es): VLADIMIR WILIANS GUI), MAURICIO CARNEIRO - ADVOGADOS ASSOCIADOS, MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO

Processo: 553975/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Interessado: CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, CLAUDIR RUZON (Procurador(es): CLAUDINEY ERNANI GIANNINI, EDSON CHAVES FILHO, AUGUSTO HIDALGO DI IORIO, EDUARDO HENRIQUE RAMOS CHAVES, JENIFER JOYCE FERRONI), FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA, LUIZ NICACIO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 245777/19
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS)
Interessado: CENTRO INTEGRADO E APOIO PROFISSIONAL (Procurador(es): MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GOMES), DINOCARME APARECIDO LIMA (Procurador(es): MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GOMES), EVANI CORDEIRO JUSTUS (Procurador(es): RICARDO DE FREITAS VASCO), JEAN COLBERT DIAS (Procurador(es): ANDERSON FERREIRA), LUCIANA REGINA DOS REIS, MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS), ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ (Procurador(es): MARIANA LOBATO SILVA MATIDA BACELLAR, BERNARDO NOGUEIRA NOBREGA PEREIRA, AMANDA BUSETTI MORI SANTOS, VANESSA YANAZE WATANABE, GIOVANI CASSIO PIOVEZAN), PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, RICARDO BIANCO GODOY (Procurador(es): ANDERSON FERREIRA)

Processo: 608150/22
Entidade: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA
Interessado: AMAURI BARICHELLO (Procurador(es): MARCELO BUZATO, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI), ANA LUCIA MAZETO GOMES, AVELINO SERGIO VIOTTO (Procurador(es): ANA CLEUSA DELBEN, HENRIQUE GERMANO DELBEN), LUIS ROBERTO WOIDELA, MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, NAIR FEDEROVICZ MENDES DOS SANTOS, PAULO WILSON MENDES

Processo: 682646/20 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CLAUDIA QUEIROZ GUEDES (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, IVO ARY MEIER JUNIOR, ANA LETICIA LOCH GUSMAN, KISCIA BASTIAN, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA), JOÃO CLAUDIO DEROSSO (Procurador(es): ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, RODOLFO

HEROLD MARTINS), MARCIO GARCIA MAINARDES (Procurador(es): Paulo Roberto Ferraz), MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, NELSON GONCALVES DOS SANTOS (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, IVO ARY MEIER JUNIOR, ANA LETICIA LOCH GUSMAN, KISCIA BASTIAN, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA), OFICINA DA NOTICIA LTDA - ME (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, IVO ARY MEIER JUNIOR, ANA LETICIA LOCH GUSMAN, KISCIA BASTIAN, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA), PEDRO PAULO COSTA (Procurador(es): VALQUIRIA APARECIDA DE CARVALHO, Paulo Roberto Ferraz, GUSTAVO BONINI GUEDES, VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS), RELINDO SCHLEGEL (Procurador(es): ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO, LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES, RODOLFO HEROLD MARTINS)

Processo: 281963/21 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA (Procurador(es): AMANDA CRISTHINA ALMEIDA SAVA, RODRIGO BINOTTO GREVETTI, CLAUDIA PRADO MARCON)
Interessado: FUNDO DE URBANIZAÇÃO DE CURITIBA (Procurador(es): AMANDA CRISTHINA ALMEIDA SAVA, RODRIGO BINOTTO GREVETTI, CLAUDIA PRADO MARCON), MARCOS VALENTE ISFER, ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR, URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A (Procurador(es): EGBERTO PEREIRA JUNIOR, DANIELLE RETONDARIO SALES, ZULEIS KNOTH ADAM, ANNE MARIE FERREIRA DA CUNHA, AMANDA CRISTHINA ALMEIDA SAVA, RODRIGO BINOTTO GREVETTI, SILVIA ARAGAO ALVES DE BRITTO, EVELYN CRISTINA SCHWAB, PAULO CESAR DA SILVA, HELOISA RIBEIRO LOPES, RAFAEL ELIAS ZANETTI, VANESSA LEINIG BRUCE LAPORT, LIVIA BELLANDA LUZIA)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 441999/22
Entidade: MUNICÍPIO DE GUAPOREMA
Interessado: DIRLEI DOMINGOS SANTOS, EDIVALDO APARECIDO MARTINS DE OLIVEIRA, JEOVANI BONADIMAN BLANCO, JOSE BERNARDINO DA SILVA FILHO, JOSÉ ROBERTO CATENACCI, LEANDRO MIAN MEDEIROS, MARLI ALVES DA SILVA MIAN, MARTA INÊS ZOLIN CATENACCI, MUNICÍPIO DE GUAPOREMA, ODAIR DONIZETE DOS SANTOS, SANDRA CRISTINA ANTEA, SANDRA MARA CASSIANO MEDEIROS, SANDRA REGINA MIAN MARTINS., SUELLEN CASTIGLIONI TASCA, VALDIR SALVADOR, VALDIR SALVADOR - EPP

Processo: 250097/23 Vista desde 22/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA (Procurador(es): LUCAS MADUREIRA FERREIRA, TANIA MARISTELA MUNHOZ, MATHEUS RISSATTO RIVOIRO)
Interessado: ALCIONE LEMOS, JOSE SLOBODA (Procurador(es): TANIA MARISTELA MUNHOZ, CLEVERSON NUNES RODRIGUES, MARILIA RODRIGUES, MATHEUS RISSATTO RIVOIRO), MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA (Procurador(es): LUCAS MADUREIRA FERREIRA, TANIA MARISTELA MUNHOZ, MATHEUS RISSATTO RIVOIRO)

**PEDIDO DE RESCISÃO**

Processo: 363617/21
Entidade: MUNICÍPIO DE IRACEMA DO OESTE
Interessado: CLEVERSON JOSE DA SILVA (Procurador(es): JOÃO PAULO PYL), DONIZETE LEMOS (Procurador(es): JOÃO PAULO PYL), MUNICÍPIO DE IRACEMA DO OESTE

Processo: 595231/17 Vista desde 08/05/2023 Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE JAPIRA
Interessado: ALEKISSON MICHEL TOMAZI, ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, CÂMARA MUNICIPAL DE JAPIRA, HARIEL VIEIRA FOGACA, LAURO APARECIDO DE CARVALHO

Processo: 721129/19 Vista desde 27/03/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
Interessado: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, SILVIO ANTONIO DAMACENO (Procurador(es): AUGUSTO CEZAR TENORIO MOURA, RICARDO DE FREITAS VASCO, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL)

**CONSULTA**

Processo: 180733/21
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU
Interessado: ALDAIR TELES DA SILVA, CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU, RIVAIR JOSE DE OLIVEIRA

Processo: 7595/22
Entidade: MUNICÍPIO DE TOMAZINA
Interessado: FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO, MUNICÍPIO DE TOMAZINA

Processo: 475400/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (Procurador(es): MURILO APARECIDO CORREA DE SOUZA, PAULA RODRIGUES PERES)
Interessado: IONE ELISABETH ALVES ABIB, MUNICÍPIO DE ANDIRÁ (Procurador(es): MURILO APARECIDO CORREA DE SOUZA, PAULA RODRIGUES PERES)

Processo: 35624/17 Vista desde 27/03/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**REPRESENTAÇÃO**

Processo: 826328/13 Vista desde 27/03/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE
Interessado: ADELAIDE DA CRUZ VIANA, CARLOS BENVENUTTI, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE - INPAM

Processo: 497990/17 Adiado por férias do(a) relator(a) - bloqueia votação desde 05/06/2023
Entidade: MUNICÍPIO DE SULINA
Interessado: ALMIR MACIEL COSTA (Procurador(es): FERNANDO QUEVEM CARDOSO MOURA), MUNICÍPIO DE SULINA

Processo: 830630/17 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA
Interessado: APARECIDO GOMES PEREIRA, IVONE APARECIDA DE SOUZA NECA, LUCIANA LOPES DE CAMARGO, MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA, NATAL CASAVECHIA, ROBERTO FRANCO DE LIMA, VLAUMIR MORADOR

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Processo: 437517/22
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS)
Interessado: AREA AZUL CENTRAL PARK LTDA (Procurador(es): THAINA DA CUNHA ANDRADE), MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS)

Processo: 454772/22
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): AMANDA CRISTINA DE PAULA, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS)
Interessado: MARGARIDA MARIA SINGER, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): AMANDA CRISTINA DE PAULA, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS), RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A (Procurador(es): ROBERTA BORGES PEREZ BOAVENTURA)

Processo: 475230/22
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL
Interessado: DENILSON MENDES DOS SANTOS, KARIME FAYAD, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, SANETRAN - SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI (Procurador(es): OTÁVIO OLIVEIRA DE SOUZA, RICARDO DE PAULA FEIJO, CLOVIS ALBERTO BERTOLINI DE PINHO)

Processo: 771972/22
Entidade: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S/A
Interessado: EDER EDUARDO BUBLITZ (Procurador(es): JUNIOR CESAR CARNEIRO), SMB SERVICOS DE ENGENHARIA E MEDICINA SA (Procurador(es): BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK)

Processo: 183027/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
Interessado: EKIPSUL COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA (Procurador(es): ANDRESSA DA SILVA DE CARVALHO), MAURICIO APARECIDO DA SILVA, MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

Processo: 459243/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MICROSENS S/A (Procurador(es): FRANCINE MARINES SARTORI), MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Processo: 226834/22 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PUBLICO - PRIVADAS (Procurador(es): FABRICIO JOSE BABY, NILDO JOSE LUBKE, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT, PAULO CEZAR DE CRISTO, DEBORA ASSUR DA SILVA, MIECIO AVILA TEZELLI)
Interessado: FUNDO GARANTIDOR DAS PARCERIAS PUBLICO - PRIVADAS (Procurador(es): FABRICIO JOSE BABY, NILDO JOSE LUBKE, TATIANY ZANATTA SALVADOR FOGAÇA, CAMILE CLAUDIA HEBESTREIT, PAULO CEZAR DE CRISTO, DEBORA ASSUR DA SILVA, MIECIO AVILA TEZELLI), HERALDO ALVES DAS NEVES

Processo: 287922/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

**HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**

Processo: 46809/23 Vista desde 22/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EXTINÇÃO DE ENTIDADE**

Processo: 350551/22 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ, NATALINO AVANCE DE SOUZA

## CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO

### DENÚNCIA

Processo: 316428/16 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005

### RECURSO DE REVISTA

Processo: 486790/20
Entidade: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
Interessado: MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, RICARDO ENDRIGO

Processo: 60439/21
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Interessado: FRANCISCO ANTONIO BONI, JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES (Procurador(es): JEAN MARCEL DE MIRANDA)

Processo: 255598/21
Entidade: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
Interessado: GISELE POTILA FACCIN GUI (Procurador(es): VLADIMIR WILIANS GUI), JOÃO PERICLES MARTINATI

Processo: 691855/22
Entidade: MUNICÍPIO DE MARILUZ
Interessado: EDIVANDE JOSÉ DE FREITAS, JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR, MÁRIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS, MUNICÍPIO DE MARILUZ, PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES (Procurador(es): JUAREZ DOS SANTOS JUNIOR), UHDRE & SANTOS, ADVOGADOS ASSOCIADOS

Processo: 694633/22
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, MARCIO ANGELO BERALDO (Procurador(es): EDSON GONÇALVES, REGINALDO RIBAS, BRUNA GOMES DA COSTA PRESLHAKOSKI, DIVAL CARVALHO GOMES, LUANA MARA CARLOTTO, SIMONE CABRAL CASTAGNOLI, GISLAINE APARECIDA RAMOS DA SILVEIRA, EMILLY ROSSA PERUSSOLO), PEDRO ALBERTO BARAUSSE

Processo: 731857/22
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: ABRIGO INSTITUCIONAL VANIA TERESINHA KNOLL POMINI (Procurador(es): ALINE VALÉRIA NUNES DA SILVA FERREIRA), MOACIR POMINI, MUNICÍPIO DE FAXINAL, YLSON ALVARO CANTAGALLO

Processo: 549652/20 Vista desde 22/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, SEBASTIAO VIEIRA GUIMARAES

Processo: 360565/22 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (Procurador(es): ACIR JOSÉ ALVES)
Interessado: MIGUEL SANCHES NETO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (Procurador(es): ACIR JOSÉ ALVES)

### RECURSO DE REVISÃO

Processo: 491171/22
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI)
Interessado: ABELARDO LUIZ LUPION MELLO, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, EDSON LUIZ AMARAL, MARIA LUCIA SANCHES, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO, ANTONIO RENATO HOINSKI, LUCIANO ROCHA WOISKI), ELBIO GONÇALVES MAICH (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), FERNANDO FURIATTI SABOIA, JOSE LUIZ BOVO, LUIZ FERNANDO REIS DE MACEDO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MARCOS ROGERIO DJAZI FAGUNDES (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA), MARIA APARECIDA BORGHETTI, NELSON LEAL JÚNIOR (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, WILLIAM MACEIRA GOMES), PAULO MONTES LUZ, PAULO TADEU DZIEDRICKI, SILVANA BASTOS STUMM, VALMIR DA SILVA (Procurador(es): JOÃO CLAUDIO FRANZO WEINAND, ATHOS ROMULO CAMPOS DE OLIVEIRA)

Processo: 515003/22
Entidade: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
Interessado: LUIZ NICACIO (Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI), MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo: 36596/23
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
Interessado: CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA (Procurador(es): FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK, MAITÊ CHAVES NAKAD MARREZ), MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, TECNOPONTO TECNOLOGIA AVANCADA EM CONTROLE DE PONTO E ACESSO LTDA (Procurador(es): LEONEI MARTINS FREITAS), VALDECIR SIMAO LAGO (Procurador(es): CLETO PESSINI, PAULO RICARDO STEIGER MACEDA)
Processo: 325399/23
Entidade: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ, HELOIZE FLAVIANNE MELO DOS SANTOS

### PEDIDO DE RESCISÃO

Processo: 836774/16
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
Interessado: MUNICÍPIO DE RIO AZUL, SILVIO PAULO GIRARDI

Processo: 487688/18
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: EVANI CORDEIRO JUSTUS (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA, EMMA ROBERTA PALU BUENO, KAMILLE ZILIOTTO FERREIRA, FABRYCIA PATTA KESSLER), MUNICÍPIO DE GUARATUBA (Procurador(es): RICARDO BIANCO GODOY)

Processo: 498930/18
Entidade: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE PIÊN
Interessado: ORLANDO LIEBL

### CONSULTA

Processo: 519750/22
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Processo: 731105/22
Entidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA
Interessado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE COSTA OESTE DO PARANA, VALTER APARECIDO SOUZA CORREIA

Processo: 295714/16 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Interessado: GERSO FRANCISCO GUSSO, HELIO KUERTEN BRUNING, MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Processo: 402144/22 Adiado por ausência de membro do colegiado desde 05/06/2023
Entidade: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS
Interessado: ANA RUTH SECCO MATESCO, MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS

### REPRESENTAÇÃO

Processo: 340319/22
Entidade: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ARILSON MAROLDI CHIORATO, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, ESTADO DO PARANÁ (Procurador(es): LETICIA FERREIRA DA SILVA)

Processo: 778095/22
Entidade: MUNICÍPIO DE BARRACÃO
Interessado: COORDENADORIA DE AUDITORIAS, JORGE LUIZ SANTIN, MUNICÍPIO DE BARRACÃO

### REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

Processo: 744568/22
Entidade: MUNICÍPIO DE GOIOERÊ
Interessado: KONEKT TELECOMUNICACAO E SEGURANCA LIMITADA (Procurador(es): JOSE ALHEIRO DA COSTA SOBRINHO, CARLOS ARTHUR DE ALMEIDA BAPTISTA FERREIRA PEREIRA, BEATRIZ NEVES DE ANDRADE), ROBERTO DOS REIS DE LIMA, TSM TECNOLOGIA E SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA

Processo: 131527/23
Entidade: MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
Interessado: MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, SUCESSO MATERIAIS DE CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA

Processo: 747494/22 Vista desde 22/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA
Interessado: BEATRIZ BATTISTELLA NADAS, PRODUSERV SERVICOS - EIRELI (Procurador(es): RODRIGO VIEIRA ROCHA), RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, VANESSA VOLPI BELLEGARD PALÁCIOS

### PREJULGADO

Processo: 593585/18 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: RODRIGO MACIEL CABRAL, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE

Processo: 694431/19 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**

Processo: 19399/23 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA
Interessado: ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

## CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES

**TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**

Processo: 860145/19 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): DAMASCENO MAURICIO DA ROCHA JUNIOR, ANGELA BEATRIZ ALCAIDE, JOSÉ MANOEL DOS SANTOS, MARISE LAO, SERGIO LOPES MASSEDO, DENISE SCOPARO PENITENTE, REGILDA MIRANDA HEIL FERRO, SILVIO RUBENS MEIRA PRADO, MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA, ADRIANA DE PAULA BARATTO, JEFERSON LUIZ DE LIMA, PAULO SÉRGIO SENA, JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR, CRISTINA KAKAWA, HELIO EDUARDO RICHTER, JEFFERSON BRUNO PEREIRA, ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, CLAUDIA CECILIA CAMACHO ROJAS, ANGELA FABIANA BUENO DE SOUZA PINTO, LUIZ CARLOS PROENÇA, ALESSANDRA MARA SILVEIRA CORADASSI, JULIANA PERELLES, NATALLY SOSSAI REYS, SERGIO GOMES, FABRICIO FABIANI PEREIRA, RONALDO JOSÉ E SILVA, KARLA PATRICIA POLLI DE SOUZA, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, MICHELE SUCKOW LOSS, KARLLA MARIA MARTINI, LEONARDO SANTOS BOMEDIANO NOGUEIRA, RENATA MARACCINI FRANCO, SIVONEI MAURO HASS, MARCO ANTONIO DE LUNA, ADRIANA NOGUEIRA BARBOSA, ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO, SILVIA ASSUNÇÃO DAVET LOCATELLI, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, GISELE DAIANA MACIEL, WALTER GUANDALINI JUNIOR, TALITA COSTA REBELLO, HULIANOR DE LAI, SONIA MARIA PIMENTEL LOBO, NAYANE GUASTALA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, FERNANDA CARLA HENRIQUE BUSETTI, FELIPE SANTOS RIBAS, LUIS ADOLFO KUTAX, FABIOLA MARTINI SIBUT, ANDREA PATRICIA CEZARIO, DANIELLE SIMÃO, JEFFERSON CAMILO DE SIQUEIRA, DAIANE MEDINO DA SILVA, MAURICIO DA SILVA MARTINS, BRUNO FELIPE LECK, THAIS YUMI ASSAKURA, EVERTON LUIZ SZYCHTA, ARIANE APARECIDA AMARAL BEDIN, WELLINGTON LINCOLN SECO, ERICK CARDOSO HASSELMANN MOTTER, CHRISSIE DESIREE LOPES DA SILVA HIGINO, FABIOLA MACHADO MARQUES, THALITA FERREIRA DRAGO, THAIS MARQUES CAVALCANTI DE BRITO, ANA PAULA VONSOWSKI DA COSTA BISPO, JOÃO VICTOR DIAS FONTANA)
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): HELIO EDUARDO RICHTER), (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ), Procurador(es): HELIO EDUARDO RICHTER), (Procurador(es): ROBERLEI ALDO QUEIROZ)

**RECURSO DE REVISTA**

Processo: 1011705/16
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS (Procurador(es): KARLA DE FÁTIMA YAMASHITA)
Interessado: ADEMAR ALVES CARDOSO (Procurador(es): LUÍS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES, DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA, DANIELLA LOPES DE LIMA), APARECIDO RENATO HONORIO

Processo: 71545/23
Entidade: MUNICÍPIO DE TOMAZINA
Interessado: DR9 CONSULT ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA (Procurador(es): FELIPE CORDEIRO), FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO, GUILHERME CURY SALIBA COSTA (Procurador(es): JOÃO CAETANO SALIBA OLIVEIRA, SONIA MARA BINI GIRARDELLO), JORDANA DE OLIVEIRA MARQUES, MUNICÍPIO DE TOMAZINA, ROSANGELA APARECIDA RAMOS BATISTA, SIDNEI CRUZ DE SOUZA

Processo: 66491/20 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Interessado: JACKSON FRANZONI, JONATAS FELISBERTO DA SILVA (Procurador(es): VINICIUS BULIGON), MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, SIRLENE PEREIRA FERREIRA SVARTZ (Procurador(es): GUSTAVO BONINI GUEDES, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE)

Processo: 503249/21 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: MÁRCIO CLAUDIO WOZNIACK (Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI), MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, NASSIB KASSEM HAMMAD

Processo: 340947/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE PRANCHITA (Procurador(es): JAKSON ROBERTO PASCHOAL)
Interessado: ELOIR NELSON LANGE, MUNICÍPIO DE PRANCHITA (Procurador(es): JAKSON ROBERTO PASCHOAL), NAURY PIROBANO (Procurador(es): RODRIGO LUCIANO PIROBANO)

Processo: 14096/23 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, OZILDA DA SILVA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS)
Interessado: FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARIA ROSANE PERINA (Procurador(es): LUANA DUTRA ABRAO ANTONIOLI, GABRIEL BEMON POZZA, JOAO ANTONIO DA SILVA RIBAS, RAPHAEL RIBEIRO), PARANAPREVIDÊNCIA (Procurador(es): ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, OZILDA DA SILVA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, DAIANE MARIA BISSANI, JACSON LUIZ PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, MICHELE CORREA, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, PATRICIA CAFFARATE PINTO, DOUGLAS MURILO DOS REIS), REINHOLD STEPHANES

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 617836/20
Entidade: MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA
Interessado: ANA LUCIA MAZETO GOMES (Procurador(es): RAPHAEL ALEXANDRE SILVESTRI)

Processo: 389930/20 Vista desde 05/06/2023 Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Entidade: MUNICÍPIO DE FAXINAL
Interessado: A. M. SASAKI - ME (Procurador(es): KLEBER STOCCO), ADILSON JOSE SILVA LINO (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), ANTONIO MASAKAZU SASAKI (Procurador(es): KLEBER STOCCO), CLINICA MEDICA AVILA LTDA - ME (Procurador(es): KLEBER STOCCO), CLINICA MEDICA DANTA FELICIDADE DE FAXINAL LTDA - EPP (Procurador(es): KLEBER STOCCO), E S BARBOSA (Procurador(es): KLEBER STOCCO), FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA CAMPOS - ME (Procurador(es): KLEBER STOCCO), KLEBER STOCCO (Procurador(es): ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), L T SAUDE LTDA - ME (Procurador(es): KLEBER STOCCO), MUNICÍPIO DE FAXINAL, P. A. DE LINS - ME (Procurador(es): KLEBER STOCCO), PLUTARCO ALVES DE LINS (Procurador(es): KLEBER STOCCO), RICARDO SIQUEIRA DE LUCCAS (Procurador(es): KLEBER STOCCO, ADRIANE TEREBINTO DI BACCO), RITA EFIGÊNIA DE JESUS BRAZ (Procurador(es): KLEBER STOCCO), VITOR CÉZAR JORGE MEDEIROS

Processo: 453540/20 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
Interessado: JOSÉ NILSON ZGODA (Procurador(es): ADRIANE PEGORARO), MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

Processo: 487096/20 Vista desde 10/04/2023 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ
Interessado: JAIRO AUGUSTO PARRON (Procurador(es): PAULO DELAZARI)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 329386/23
Entidade: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA (Procurador(es): ROBSON LUIZ ROMANI BUCANEVE, AMIRA YOUSSIF NASR, SAMIRA KARAM SEMAAN)
Interessado: GABRIEL JORGE SAMAHA (Procurador(es): MIRIAM CIPRIANI GOMES, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO, TAILAINE CRISTINA COSTA, MARCO AURELIO PEREIRA MACHADO, DANIEL MEDEIROS TEIXEIRA, FERNANDA RODRIGUES REIS), MUNICÍPIO DE PIRAQUARA (Procurador(es): ROBSON LUIZ ROMANI BUCANEVE, AMIRA YOUSSIF NASR, SAMIRA KARAM SEMAAN)

**CONSULTA**

Processo: 256059/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA
Interessado: ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA

**REPRESENTAÇÃO**

Processo: 198984/06
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ (Procurador(es): VALDEMAR REINERT, ANA CRISTINA GRANATO ROSSI, SERGIO RICARDO ALBERTI BINIARA, DANIELA MUSSKOPF)
Interessado: ANTONIO CEZAR MANFRON DE BARROS, VILSON ROGERIO GOINSKI

Processo: 194340/12
Entidade: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - PR
Interessado: EDISON DE OLIVEIRA KERSTEN, LUIZ GOULARTE ALVES, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, MUNICÍPIO DE PINHAIS (Procurador(es): EDSON GALDINO VILELA DE SOUZA), TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - PR

Processo: 418035/19
Entidade: MUNICÍPIO DE PALMAS
Interessado: KOSMOS PANAYOTIS NICOLAOU, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE PALMAS

Processo: 480192/21
Entidade: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
Interessado: ANTONIO GILBERTO GRUBA, CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN, JAMIL PECH, JEFERSON LUIZ SIRENA, MANUELA ROSA DE CASTILHO, MARTIM MARQUES BONFIM, MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, PAULA MARUCHIN BARSKI (Procurador(es): WAGNER LUIZ BLEY BONATO, LYANE TEREZINHA MENEGASSO BONATO)

Processo: 769797/22
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU
Interessado: COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E EXECUÇÕES, MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, OSMARIO DE LIMA PORTELA

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Processo: 72156/22
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA
Interessado: LUIZ LAZARO SORVOS, MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA, OLE - PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRELI (Procurador(es): ELIZEU KOCAN)

Processo: 343989/22
Entidade: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
Interessado: ANDREIA CRISTINA ARAUJO DOS SANTOS, MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS, ODAURO VITORIANO, SAMUEL TEIXEIRA, TKBR IMPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI (Procurador(es): JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA)

Processo: 778560/22
Entidade: MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
Interessado: CONTRANSIN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (Procurador(es): EDUARDO CASELATO DANTAS), DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA, MARCO ANTONIO MARCONDES SILVA, MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, SIMARA PREVIDI OLANDOSKI

Processo: 16366/23
Entidade: MUNICÍPIO DE MARILUZ
Interessado: GRAFICA DO PRETO LTDA (Procurador(es): KENNYA CONSANI DAS MERCES, PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA), MUNICÍPIO DE MARILUZ, PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES

Processo: 569774/22 Adiado para análise de voto divergente desde 05/06/2023
Entidade: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
Interessado: CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, CURTY CARVALHAL COMERCIO E SERVICOS EIRELI, EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS

Processo: 581100/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, MUNICÍPIO DE PINHAIS
Interessado: COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ATOS DE GESTÃO, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, MUNICÍPIO DE PINHAIS, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO

Processo: 684182/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
Interessado: CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECÓ LTDA, ENGEGREEN COLETA E RECICLAGEM DE RESIDUOS LTDA (Procurador(es): MANUELA ROSA DE CASTILHO), MUNICÍPIO DE MARMELEIRO, PAULO JAIR PILATI, VALMIR BALDISSERA

**HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**

Processo: 268313/23
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Processo: 268364/23
Entidade: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

## CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

**TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**

Processo: 581592/21
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Interessado: FABIANO ALVES MACIEL, PATRICIA PINHEIRO DA SILVA

Processo: 636266/21
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Interessado: CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO, CESAR AUGUSTO NEVES LUIZ, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBA, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Procurador(es): CAROLINE PEREIRA DE CARVALHO, KLEBER ANTONIO TOFFALINI FERREIRA, LINA CLARICE DA ROCHA LOEWENSTEIN, ENILSON LUIZ WILLE, MARCUS VINICIUS SPOSITO, GISELE JAQUES BASTOS, NELSON CASTANHO MAFALDA, CLAUDIO SOCCOLOSKI, GLAUCIA LOURENCO STENCEL BOZZI, VIVIAN MACHADO GARCIA, FERNANDO HENRIQUE BASSAN PEIXOTO, BRUNO OLIVEIRA BRAULE PINTO, THAIS BAZZANEZE, EVERSON LUIZ DA SILVA, IVERSON DE TOLEDO M TEIXEIRA, CAMILA COSTA GARRIDO, SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS, LUIZA HEY TOSCANO DE OLIVEIRA, ANDRE FELIPE PEDROSA PEREIRA LIMA), RICARDO CESAR GEENEN ACCIOLY PINTO (Procurador(es): LUIZ ANTONIO BAHR), SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**DENÚNCIA**

Processo: 296194/12 Vista desde 08/05/2023 Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Entidade: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): JEAN COLBERT DIAS, RICARDO BIANCO GODOY)
Interessado: art. 33 da Lei Complementar nº 113/2005 (Procurador(es): GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA, FABRYCIA PATTA KESSLER, WALDIR FRANCO FELIX)

**RECURSO DE REVISTA**

Processo: 970209/16
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: CLOVIS ALVES DOS SANTOS, ETELVINA DE FÁTIMA MACIEL OLIVEIRA, PAULO MAC DONALD GHISI (Procurador(es): JAQUELINE MARQUES DE SOUZA), VERANICE MARIA DALLE MOLE FLORES

Processo: 687540/19
Entidade: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ
Interessado: MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, WALDEMAR DOS SANTOS RIBEIRO FILHO

Processo: 726813/20
Entidade: MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
Interessado: ERNESTO ALEXANDRE BASSO, MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

Processo: 166521/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Interessado: HISSAM HUSSEIN DEHAINI, LUIZ CARLOS CRUZ MOREIRA, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, OLIZANDRO JOSE FERREIRA (Procurador(es): DANIEL MORENO PORTELLA, MARINA ASSIS DE SOUSA, MARJORIE LOUISE FERREIRA), RUI SERGIO ALVES DE SOUZA, WILSON ROBERTO DAVID MOTA

Processo: 432140/22
Entidade: MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN
Interessado: FP ENGENHARIA EIRELI, JAMIL PECH, MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN, ROGÉRIO VIAL, SCHEILA MARA WEILLER ANTUNES DE LIMA EIRELI (Procurador(es): CAMILA ANTUNES DE LIMA, ANDRE LUIZ SOARES)

Processo: 504141/22
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: ALDNEI JOSE SIQUEIRA (Procurador(es): CLAUDIO TAVARES TESSEROLI), GERSON DENILSON COLODEL, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

Processo: 511914/20 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA

Processo: 68227/21 Vista desde 22/05/2023 Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA (Procurador(es): GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI)
Interessado: ANTONIO CARLOS TAMAIS, JARBAS CARNELOSSI

Processo: 149429/21 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO IVAÍ
Interessado: ILTON SHIGUEMI KURODA, MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO IVAÍ

Processo: 439184/21 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
Interessado: JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA (Procurador(es): CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL), LUIS OTAVIO GELLER SARAIVA, MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 810607/15
Entidade: MUNICÍPIO DE APUCARANA
Interessado: ANTONIO WALDEMAR GARCIA, VALTER APARECIDO PEGORER (Procurador(es): JAQUELINE MARQUES DE SOUZA)

Processo: 473648/20
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, JOSE AMILTON BIZZOTTO

Processo: 607407/20
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA, OVIDIO ALVES TEIXEIRA (Procurador(es): FÁBIO FERREIRA BUENO, ADRIANE TEREBINTO DI BACCO, JOSE PENTO NETO, MARCELO APARECIDO RODRIGUES RIBEIRO, PAULO ARANTES MEDEIROS)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 680942/22 Adiado por devolução pós-vista desde 05/06/2023
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
Interessado: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

**PEDIDO DE RESCISÃO**

Processo: 289010/18 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Interessado: MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, ROBERTO SALVADOR VIGANO (Procurador(es): JOSAFÁ ANTONIO LEMES, MICHEL LAUREANTI)

Processo: 19438/23 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CLAUDIA QUEIROZ GUEDES (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA), JOÃO CLAUDIO DEROSSO (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, KAROLINE SALLES), NELSON GONCALVES DOS SANTOS (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, IVO ARY MEIER JUNIOR, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA, KAROLINE SALLES, ADONIRAM OZIAS SANTOS), OFICINA DA NOTICIA LTDA - ME (Procurador(es): MARCELO JOSE CISCATO, MARCOS PAULO DE CASTRO PEREIRA)

**REPRESENTAÇÃO**

Processo: 340001/19 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, TAUILLO TEZELLI

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Processo: 309853/22
Entidade: MUNICIPIO DE MARINGA (Procurador(es): FRANCISCO BORBA IACOVONE)
Interessado: JOAO VICTOR DA SILVA SIMIAO (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS, VITOR JOSE BORGHI), MUNICIPIO DE MARINGA (Procurador(es): FRANCISCO BORBA IACOVONE), SER - SOCIEDADE ETICAMENTE RESPONSAVEL, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS (Procurador(es): GILBERTO ALEXANDRE DE ABREU KALIL, ALEXIS EUSTATIOS GARBELINI KOTSIFAS, VITOR JOSE BORGHI)

Processo: 356630/22
Entidade: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Interessado: EFFICIENCY GESTAO & TECNOLOGIA LTDA (Procurador(es): JOSÉ VINICIUS CUARELI ALÉCIO), MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE

Processo: 444572/22 Vista desde 24/04/2023 Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Entidade: MUNICÍPIO DE REALEZA
Interessado: MUNICÍPIO DE REALEZA, PAULO CEZAR CASARIL, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI (Procurador(es): JOSE ROBERTO TIOSSI JUNIOR, BRUNO RICARDO FRANCISCO GOMES BARBOZA)

## CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI

**RECURSO DE REVISTA**

Processo: 14679/22
Entidade: MUNICÍPIO DE VENTANIA
Interessado: ANTONIO HELLY SANTIAGO, JOSE LUIZ BITTENCOURT, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE VENTANIA

Processo: 80137/23 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
Interessado: ALEXANDRE CORREA NASSER DE MELO, CIRO MACEDO RIBAS JUNIOR (Procurador(es): RUBENS CESAR TELES FLORENZANO), ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, JOAO NEY MARCAL JUNIOR (Procurador(es): JOAO NEY MARCAL NETO), MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, MARCO AURELIO WILT, MARIA INES JOSLIN, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, VALOR CONSTRUTORA E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 392290/20
Entidade: MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
Interessado: JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA (Procurador(es): CAIO ALEXANDRO LOPES KAIEL), MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO

Processo: 133830/23
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ
Interessado: JOSE LUIZ SANTOS, MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS DO IVAÍ

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 565949/22
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Interessado: ANADILSON APARECIDO JUAZEIRO DOS SANTOS (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, LORENA POOL DEMARIO STUBERT), BRUNO VINICIUS COUTO DE MORAES (Procurador(es): DANIELA APARECIDA REZENDE), EDUARDO BAZAN QUEZADA (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, LORENA POOL DEMARIO STUBERT), FELIPE PENIDO PORTELA, GILBERTO NEI MULLER, IVAN RICARDO FERNANDES (Procurador(es): RICARDO DE FREITAS VASCO, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL), JOSE HENRIQUE SKROCH ANDRETTA (Procurador(es): SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS, LORENA POOL DEMARIO STUBERT), JOSUE FERREIRA RODRIGUES, PRISCILLA TIEMI KUMEGAWA, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, WELLINGTON DE FARIAS RAMOS JUNIOR (Procurador(es): DANIELA APARECIDA REZENDE)

**CONSULTA**

Processo: 518991/22
Entidade: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
Interessado: FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, FRANCISCO ROBSON VIDAL SAMPAIO, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

**REPRESENTAÇÃO**

Processo: 127804/19
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
Interessado: JOÃO CARLOS BITENCOURT SOSNITZKI, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, PEDRO CLARO DE OLIVEIRA NETO (Procurador(es): JOSE CARLOS DIAS NETO, BRUNO VINICIUS MALAGHINI)

Processo: 487576/19
Entidade: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Interessado: ANTONIO ALTAIR POLATO, ARNALDO ALVES, JOSÉ RICARDO KIALENAS GONÇALVES, LINCON LUIZ SOLDI, MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, PAULO EDMIR FERREIRA, RICARDO ALFREDO MARCONDES PORTELA, RUBENS PEDRO HILLEBRANT

Processo: 263520/23
Entidade: FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DES. DA CIÊNCIA, TEC. E DA CULTURA
Interessado: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PITANGA, TOMAS SPARANO MARTINS (Procurador(es): ANDRESSA PAOLA AVELLEDA KNAPP, ANDRÉ FEOFILOFF, ARYADNNE FAGUNDES GOMES), TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - DF

Processo: 346171/22 Vista desde 08/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Interessado: 4ª PROMOTORIA DE JUSTICA DA COMARCA DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, GERSON DENILSON COLODEL, JOAO HENRIQUE BINI DE ABREU, JOÃO MARCELO BINI

**REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**

Processo: 340327/22
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER)
Interessado: CLAUDIO STABILE (Procurador(es): FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL), COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, INÁCIO HIDEO SANO, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, RAFAEL STEC TOLEDO, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR

WINTER), DESENTUPIDORA DIAMANTE LTDA (Procurador(es): MAURICI ANTONIO RUY, CATHARINE DE CARLA BARRETTO), ELIAS DE SOUZA, ELISEU DE SOUZA, EVANIRO DE SOUZA, S. BRASIL CONSTRUTORA E DESENTUPIDORA EIRELI (Procurador(es): SANDRO VALERIO)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Processo: 263970/20
Entidade: ELEJOR - CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A CURITIBA (Procurador(es): ANA PAULA OAIDA GABELLINI)
Interessado: ELEJOR - CENTRAIS ELETRICAS DO RIO JORDÃO S/A CURITIBA (Procurador(es): ANA PAULA OAIDA GABELLINI), JOAO BIRAL JUNIOR, JULIO JACOB JUNIOR, NESTOR BAPTISTA

Processo: 267347/20
Entidade: COMPANHIA PARANAENSE DE GAS
Interessado: COMPANHIA PARANAENSE DE GAS, EDUARDO BUSCHLE, LUIZ MALUCELLI NETO (Procurador(es): IVAN SZABELIM DE SOUZA, GISELE UHLMANN KOPPE, LUANA MACHADO CAETANO), RAFAEL LAMASTRA JUNIOR

## AUDITOR SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA

**RECURSO DE REVISÃO**

Processo: 322493/22 Vista desde 22/05/2023 Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Entidade: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, SOLANGE RITA MARCZYNSKI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, ANDREI DE OLIVEIRA RECH, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, GUILHERME DI LUCA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, MARIANA YURI ARAI, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, VINICIUS KRAINER, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, DANIELA TUPINAMBA FERNANDES, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER, SANDRA MARIA DOS SANTOS BEM)
Interessado: ADRIANA DE SOUZA TRIGO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), ANDERSON PRESZNHUK (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), ASSESSORIA TECNICA AMBIENTAL LTDA (Procurador(es): ADRIANO DALEFFE, MARINELI DE SAMPAIO, ERICK VIZOLLI, WILLIAN GERALDO AZEVEDO), BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), CLAUDIO STABILE, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (Procurador(es): ELIZABET NASCIMENTO POLLI, SOLANGE RITA MARCZYNSKI, INÁCIO HIDEO SANO, MAURICI ANTONIO RUY, MOEMA REFFO SUCKOW, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, FERNANDO MASSARDO, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, ANDREI DE OLIVEIRA RECH, JOSIANE BECKER, FERNANDO BLASZKOWSKI, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, RUBIA MARA CAMANA, ADRIANO MARCOS MARCON, GUILHERME DI LUCA, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, JANCELINE LABEGALINI SOARES, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, LUIZ PAULO RIBEIRO DA COSTA, FERNANDA BENDER COLLODEL, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, IVO KRAESKI, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, MARIANA YURI ARAI, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, VINICIUS KRAINER, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, LUCIANO SILVA DE LIMA, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, IZABELI DOMBROSKI, LARISSA RAMOS PONTONI, JULIANA MORAIS, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, DANIELA TUPINAMBA FERNANDES, ANA CLAUDIA GRIGGIO, SAMIR WINTER, SANDRA MARIA DOS SANTOS BEM), ELIANA ABRAHÃO RAAD (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), GLAUCO MACHADO REQUIÃO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), ISMAEL RESNAUER (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), JOÃO MARTINHO CLETO REIS JÚNIOR (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), LILIAN PERSIA DE OLIVEIRA TAVARES (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), LUCIANO VALÉRIO BELLO MACHADO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MARCIO RICARDO DAS CHAGAS LIMA (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MARIO EMILIO SAMWAYS (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MEGRITH GIACOMEL BRUNETTO (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MILTON CESAR MARTINS LACERDA (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), MOUNIR CHAOWICHE, RAKELLY GIACOMO MERCADO GEHRING (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES), SOCIEDADE DA AGUA SERVICOS AMBIENTAIS E GEOTECNOLOGIAS LTDA, SOLANGE BOSTELMANN SERPE (Procurador(es): EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, BRUNO GOFMAN, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Processo: 35544/22 Vista desde 27/03/2023 Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Entidade: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
Interessado: ALDAIR TARCISIO RIZZI (Procurador(es): MARCELO BUZATO, JACQUELINE BINI, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI), INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ, JULIO CESAR FELIX, LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA RIBAS (Procurador(es): ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI), MARIANO DE MATOS MACEDO (Procurador(es): MARCELO BUZATO, LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI, JACQUELINE BINI, ORLANDO MOISÉS FISCHER PESSUTI, CLAUDIO MARCELO RODRIGUES IAREMA), MAURO KATSUSHI NAGASHIMA (Procurador(es): JUSSELMA RITA TOZIN MAIA, MARIA JOSÉ REIS PONTONI)

## STP - Atas

*Sem publicações*

## STP - Acórdãos

**PROCESSO Nº:-61154/22**
**ASSUNTO:-DENÚNCIA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE RONCADOR**
**INTERESSADO:-A.R.Z. INDUSTRIA DE LUMINARIAS E ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA, ANDERSON RENAN ZILLI, DANILO ANTONIOLI CHICHETTI, MAICON FERNANDO SACOMAN, MARILIA PEROTTA BENTO GONCALVES, VIVALDO LESSA MOREIRA**
**ADVOGADO / PROCURADOR-ANTONIO MARCOS ROSA, CAIO CESAR FERNANDES DOS SANTOS, GUILHERME DE SALLES GONCALVES, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA**
**ACÓRDÃO Nº 1429/23 - TRIBUNAL PLENO**
Denúncia. Contratação de serviços e fornecimento de materiais para a modernização de luminárias públicas viárias. Irregularidade na CAT apresentada pela vencedora. Exigência de engenheiro elétrico compondo o corpo técnico da empresa para a troca das luminárias. Procedência. Sem aplicação de sanção.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Denúncia oferecida por Danilo Antonioli Chichetti, por meio da qual comunica supostas irregularidades no Pregão Presencial n.º 72/2020 do Município de Roncador, destinado à "contratação de serviços e fornecimento de materiais para a modernização de luminárias públicas viárias".
Relata o denunciante que apenas uma empresa apresentou proposta, porém, consta no Portal da Transparência que três licitantes participaram do certame.
Ainda, a vencedora, mesmo em condição irregular, firmou contrato aditivo com o município, "chegando ao valor próximo do máximo da licitação".
Dentre as irregularidades ocorridas na contratação, o requerente aponta:
a) falsificação de Certidão de Responsabilidade Técnica – CAT;
b) restrição indevida;
c) a vencedora apresentou cláusula anticorrupção, declaração de atendimento à habilitação e declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, embora tenha fraudado documento para participar do certame;
d) ausência de laudos e fiscalização ativa; e
e) celebração de aditivo contratual mesmo após cancelada a CAT da contratada.
Pelo Despacho n.º 254/22 (peça 14), após manifestação da unidade técnica (Instrução n.º 651/22, peça 13), o expediente foi recebido para apurar (i) a regularidade/legalidade da Certidão de Responsabilidade Técnica – CAT apresentada pela vencedora no certame (A.R.Z. INDUSTRIA DE LUMINARIAS E ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA.), bem como (ii) a alegada restrição de participação na licitação, devido à exigência de um engenheiro elétrico compondo o corpo técnico da empresa para a troca das luminárias públicas.
Por conseguinte, foram citados o Município de Roncador, na pessoa de seu representante legal, a Sra. Marilia Perotta Bento Gonçalves (prefeita municipal à época) e o Sr. Maicon Fernando Sacoman (presidente da Comissão de Licitação).
Os esclarecimentos foram prestados às peças 23/42, 45/46 e 57.
Em primeira instrução (n.º 5173/22, peça 58), a Coordenadoria de Gestão Municipal opinou pela citação da empresa vencedora "para apresentação de contraditório quanto à apresentação da Certidão de Responsabilidade Técnica – CAT, ciente de que os serviços não tinham sido prestados, para lograr êxito em procedimento licitatório", bem como pela expedição de ofício "ao CREA/PR para envio da cópia integral do procedimento que foi instaurado para averiguar a conduta do Engenheiro Eletricista A. R. Z. após a decisão proferida no protocolo n° 340291/20".
O opinativo foi acolhido pelo Despacho n.º 1197/22 (peça 59), sendo as manifestações juntadas às peças 69 e 75.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, pela Instrução n.º 887/23 (peça 76), manifestou-se pela improcedência da Denúncia.
O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas também opinou pela improcedência da demanda, destacando que, "como não há qualquer indício de inexecução,

superfaturamento e/ou sobrepreço, no cumprimento do contrato alusivo ao Pregão nº 72/2020, parece-nos que a censura pública aplicada no âmbito do CREA/PR constitui medida suficientemente apta a sancionar a reprovabilidade da conduta praticada pelo engenheiro Anderson Renan Zilli", nos termos do Parecer n.º 217/23 (peça 77).
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO E VOTO
Segundo relatado, a Denúncia foi recebida nos seguintes pontos: (i) regularidade/legalidade da Certidão de Responsabilidade Técnica – CAT apresentada pela vencedora no certame (A.R.Z. INDUSTRIA DE LUMINARIAS E ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA.), bem como (ii) alegada restrição de participação na licitação, devido à exigência de um engenheiro elétrico compondo o corpo técnico da empresa para a troca das luminárias públicas.
Quanto à primeira insurgência, o edital do Pregão Presencial n.º 72/2020 previu, como requisito de qualificação técnica, a seguinte exigência (peça 25, fl. 80):

> **d) ACERVOS DO PROFISSIONAL (CAT):** O profissional cujo registro foi apresentado ("Letra B"), deve comprovar qualificação técnica mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por certidão(ões) de acervo técnico referente à execução de serviços de instalações de luminárias para iluminação pública/viária expedida pelo CREA. No caso de atestados(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas de direito privado o(s) mesmo(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) junto ao CREA.

O documento foi apresentado pela empresa vencedora (CAT 5269/2020), consoante se verifica da peça 25, fl. 270. Contudo, o denunciante notou inconsistências no referido documento, o que o levou a abrir o protocolo n.° 340291/2020 no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA/PR, para análise.
Em decisão (peça 69, fl. 60), datada de 29/03/2021, a CEEE/CÂMARA ESP. DE ENG. ELÉTRICA decidiu pela nulidade da ART e pelo cancelamento da CAT 5269/2020, in verbis:

> **Decide**
> 1) Pela nulidade da ART 1720203194768 considerando o que aponta Artigo 25 da Resolução 1.025/2009 do Confea;
> 2) Pelo cancelamento da CAT 5269/2020 com registro do atestado, que deve ser restituída ao Conselho.
> 3) Por extrair cópia dos autos e encaminhar para o setor de fiscalização a fim de iniciar processo para averiguação da conduta do Engenheiro Eletricista Anderson Renan Zilli, tendo em vista o registro da ART 1720203194768, os fatos expostos e as disposições do Código de Ética Profissional supracitados;
> 4) Por extrair cópia dos autos e encaminhar para o setor de fiscalização a fim de iniciar processo para averiguação da conduta do eng. civ. Carlos Fernando Martins, tendo em vista que emitiu documento (atestado) declarando a execução de serviços que não existem, os fatos expostos e as disposições do Código de Ética Profissional supracitados.

A decisão destacou que o serviço constante na CAT não foi prestado pela empresa ARZ, nos termos abaixo:

> 151404/D. Não houve manifestação, até a presente data;
> - Em 20/11/2020, o profissional Anderson Renan Zilli mantém contato telefônico com a fiscalização, para saber do que se trata o questionamento do CREA junto a empresa CALURE ENGENHARIA LTDA e sua ART. Uma vez que o profissional manteve contato telefônico, foram feitos os seguintes questionamentos: - A qual licitação refere-se o serviço técnico constante na ART e no Atestado? Esclareceu que "não houve participação em licitação no município de Araucária; e sim possível prestação de serviços na REPAR (Petrobrás), em alguma das ruas da Repar, mas não se recorda bem, porque são muitos documentos". - Ao ser questionado sobre como se deu a contratação, número do processo/contrato com a REPAR, não soube informar. - Ao ser questionado do endereço do serviço, uma vez queomunicípio de Araucária informou que o Km 16, refere-se a numeração muito antiga, não mais adotada atualmente, também não soube esclarecer o endereço. - O profissional finaliza declarando que os documentos estão "preenchidos equivocados", e que irá solicitar o cancelamento da CAT/atestado/ART.
>
> O agente fiscal identificou ainda que a CAT 5269/2020 foi apresentada para participar da licitação PP 72/2020 do Município de Roncador, sendo a vencedora do certame (documento 0381367).
>
> Considerando os fatos apresentados, as partes foram oficiadas (documentos 0367237, 0367359, 0367402, 0381385 e 0381391), no entanto não se manifestaram.
>
> Do exposto, não ficou comprovada a execução do serviço, portanto foi determinada a suspensão cautelar da CAT (documento 0366575) e o profissional foi comunicado (documento 0469752).
>
> Cabe destacar:
> - A ART foi registrada para um serviço que não foi identificado;
> - O atestado apresentado declara a execução de serviços que não foram executados e seu teor foi declarado pelo eng. civ. Carlos Fernando Martins, inclusive com firma reconhecida de sua assinatura.

Logo, considera-se irregular a CAT apresentada pela vencedora no certame (A.R.Z. INDUSTRIA DE LUMINARIAS E ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA.), restando procedente este item da demanda.
Ocorre que, segundo se extrai do relatório da sindicância instaurada pelo município (peça 46), a CAT foi emitida em 03/08/2020 e apresentada no procedimento licitatório em 12/08/2020, sendo invalidada apenas em 29/03/2021. Assim, conclui-se que não houve conduta irregular por parte do Município de Roncador.
Ainda, como bem apontou a unidade técnica (peça 58), "o denunciante não comunicou o MUNICÍPIO em nenhum momento dentro do procedimento licitatório sobre as incongruências da CAT, tampouco de que havia protocolado junto ao CREA/PR para questioná-la, pois em seu recurso apresentado (peça 3, fls. 27-37) há somente impugnação acerca da exigência de um engenheiro elétrico no edital". Portanto, "o ente teve conhecimento de tais irregularidades após a instauração da presente Denúncia e comprovou que tomou as medidas necessárias ao instaurar sindicância".
Sobre a conduta da empresa, observa-se que o engenheiro eletricista reconheceu mediante o CREA que não houve a prestação do serviço atestada pelo CAT, de modo que a licitante utilizou documento que sabia ser inadequado para vencer o certame, induzindo a Administração a erro para benefício próprio.
Nesse ponto, a empresa defendeu que atuava majoritariamente no setor privado, não tendo prática em registrar CAT no CREA, "não possuindo conhecimento suficiente sobre a forma de elaboração e preenchimento de documentos técnicos naquele órgão" (peça 75).
Pelo erro na elaboração do documento, informou que o representante da empresa respondeu processo administrativo junto ao CREA, recebendo penalidade de censura pública, mantendo-se seu registro profissional.
Ademais, assegurou que todos os serviços objeto do contrato n.º 91/2020 foram prestados.
Assim, constatada a adequada prestação dos serviços, e considerando que o representante da empresa já sofreu penalidades junto ao CREA, entendo por não sancionar a representante neste processo. A respeito, o parecer ministerial (peça 77):
Com efeito, como não há qualquer indício de inexecução, superfaturamento e/ou sobrepreço, no cumprimento do contrato alusivo ao Pregão nº 72/2020, parece-nos que a censura pública aplicada no âmbito do CREA/PR constitui medida suficientemente apta a sancionar a reprovabilidade da conduta praticada pelo engenheiro Anderson Renan Zilli.
Sobre o segundo ponto da Denúncia, o requerente alegou restrição de participação na licitação, devido à exigência de um engenheiro elétrico compondo o corpo técnico da empresa para a troca das luminárias públicas – e não engenheiro civil. Confira-se o edital:

53.3. Qualificação Técnica
(...)
b) REGISTRO DO PROFISSIONAL NO CREA: Comprovação da proponente de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, engenheiro eletricista que responderá tecnicamente pelos serviços descritos neste Termo de Referência (responsável técnico).
Em resposta à impugnação no procedimento licitatório, o Município de Roncador assegurou que as atividades de "distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas" competem ao engenheiro eletricista ou ao engenheiro eletricista, modalidade eletrotécnica, nos termos do artigo 8º da Resolução CONFEA n.º 218/73 (peça 03, fl. 46). Tal decisão é datada de 11/08/2020. Posteriormente, o denunciante formulou consulta junto ao CREA a respeito das atribuições dos engenheiros civis para a instalação de luminárias públicas, tendo sido esclarecido, em 29/09/2021, que "O profissional tem atribuições para projetar e executar instalações em baixa tensão para sistemas de iluminação pública".
Nesse caso, entende-se que, ao exigir a existência no corpo técnico apenas de engenheiro eletricista, o edital pode ter restringido a participação de interessados, uma vez que restou confirmado pelo conselho de classe a possibilidade de os engenheiros civis atuarem em sistemas de iluminação pública de baixa tensão. Portanto, procedente este ponto da demanda.
Deixo, contudo, de aplicar sanção aos responsáveis, pois verifico que a decisão da Administração foi devidamente fundamentada, bem como se baseou em experiência de contratos anteriores, como bem destacou a Instrução n.º 5173/22 (peça 58):
Quanto à menção de que, mesmo sendo engenheiro civil, logrou êxito, um ano antes, na Tomada de Preços nº 10/2019, em que contemplava, entre outros serviços, a instalação de sistema de iluminação pública com luminárias de LED, entende-se que isso não comprova irregularidade por parte da Administração. Conforme mencionado pelo MUNICÍPIO, essa contratação contemplava calçamento em paver, plantio de grama e substituição das lâmpadas por luminárias de LED, de forma secundária, e não possuía a mesma dimensão que o Pregão Presencial n.° 72/2020, objeto dos autos. Ademais, a documentação apresentada pelo ente (peças 38 e 26-37) demonstra que o denunciante encontrou dificuldade em executar a instalação das luminárias naquela oportunidade.
Diante desses fatos ocorridos em 2019, entende-se que o MUNICÍPIO agiu adequadamente ao exigir a composição de engenheiro elétrico no quadro das empresas participantes no procedimento realizado no ano de 2021, já que, anteriormente, houve atraso na prestação de serviços e na entrega de produtos de qualidade inferior pelo denunciante.
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e pela procedência da Denúncia, sem aplicação de sanções, nos termos da fundamentação.
Após o trânsito em julgado da decisão, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I- Conhecer a presente Denúncia, para no mérito julgar pela procedência, sem aplicação de sanções, nos termos da fundamentação;
II- após o trânsito em julgado da decisão, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

**PROCESSO Nº:-415637/22**
**ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PORECATU**
**INTERESSADO:-ALEX TENAN, FABIO LUIZ ANDRADE, GERSON APARECIDO CAVALLARI, MUNICÍPIO DE PORECATU**
**ADVOGADO / PROCURADOR-GABRIEL FERREIRA DE CRISTO, THIAGO DE ARAUJO CHAMULERA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA**
**ACÓRDÃO Nº 1433/23 - TRIBUNAL PLENO**
Recurso de Revista. Representação. Contratação indevida através de inexigibilidade. Manutenção da procedência e ressarcimento ao erário. Afastamento de multa em razão de ausência de subsunção do fato à norma. Provimento parcial.
1 RELATÓRIO
Trata-se de Recurso de Revista interposto por Fábio Luiz Andrade em face do Acórdão n° 1053/22-STP[1], que julgou procedente a Representação da Lei 8.666/93, em razão das irregularidades na contratação de aplicativo para a obtenção de dados relacionados à pandemia do novo Coronavírus. A decisão determinou a restituição ao erário no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), bem como a aplicação de multas administrativas ao responsável, nos seguintes termos:
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:
I. Julgar pela procedência da Representação;
II. Aplicar as multas do art. 87, IV, "d" e art. 87, II, "c", ambos da LC 113/05, ao Sr. Fábio Luiz Andrade;
III. Determinar ao Sr. Fábio Luiz Andrade a restituição do valor de R$ 90.000,00, devidamente corrigido, ante o dano ao erário advindo do Contrato 97/2020.
IV. Recomendar ao Município de Porecatu que os Pareceres Jurídicos em procedimentos licitatórios e/ou contratações direta sejam elaborados pelos Procuradores Jurídicos concursados, titulares de cargos efetivos.
V. Oficiar ao Procurador Geral de Justiça acerca do conteúdo da presente Representação.

Conforme bem sintetizou o Ministério Público de Contas[2], as razões recursais do recorrente são as seguintes:
(i) Apesar do aplicativo ser disponível apenas para dispositivos cujo sistema é Android, tal sistema é acessível a grande parte dos usuários de smartphones do Brasil, inclusive em municípios pequenos como o de Porecatu;
(ii) A informação quanto à disponibilização do aplicativo se encontra no site eletrônico da Prefeitura Municipal, cumprindo com a prestação efetiva do serviço e não havendo dano ao erário;
(iii) A aplicação de novas tecnologias como a do presente caso necessita de uma implementação gradual, cujo objetivo era adquirir soluções integradas para o atendimento prestado pelo Município;
(iv) A inexigibilidade da licitação observou o entendimento do Tribunal de Contas da União, cuja aquisição servirá ao município não somente para a situação do COVID-19, mas com o fim de atender outras necessidades locais;
(v) O provimento irregular do cargo em comissão do Assessor Jurídico não faz parte do objeto em discussão, que se trata exclusivamente do processo licitatório, devendo a multa ser afastada ou suprimida pela aplicação de apenas uma sanção, dada a mesma natureza das irregularidades.
Pleiteou, ao final, a improcedência da representação e o afastamento da responsabilização do prefeito. Alternativamente, requereu o afastamento do dever de indenizar ao erário e afastamento da aplicação de uma das multas aplicadas.
O recurso foi recebido pelo Despacho 750/22-GCDA[3].
A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, através da Instrução 6082/22[4], opinou pelo provimento parcial do recurso para os fins de sugerir a supressão da multa aplicada ao Recorrente com base no artigo 87, II, “c”, da Lei Complementar nº 113/2005.
O Ministério Público de Contas, no Parecer 1267/22-3PC[5], corroborou integralmente o opinativo da unidade técnica.
É o relatório.
2 FUNDAMENTAÇÃO
De início, presentes os pressupostos de admissibilidade, ratifico o recebimento do recurso.
Quanto ao mérito, o recurso comporta provimento parcial, segundo manifestação da unidade técnica e parecer do Ministério Público de Contas.
A decisão recorrida – Acórdão n° 1053/22-STP[6], que se deu em sede de Representação da Lei nº 8.666/93, apreciou a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de aplicativo que tinha por finalidade a obtenção de dados referentes à COVID-19 no Município.
Conforme relatado, a Representação foi julgada procedente, com determinação de restituição ao erário e a aplicação de multas administrativas ao responsável, ora recorrente.
Em suas razões recursais, o recorrente alegou que os serviços foram prestados e que o aplicativo continua disponível na página oficial do município. Defendeu que a adesão será gradual, e mencionou como exemplo o Acórdão nº 927/21-Pleno-TCE/PR que apreciou a adoção de tecnologia de tv digital pelo Departamento de Trânsito do Paraná, que inicialmente também não teria contado com a adesão da população.
Afirmou que o fato de o aplicativo funcionar com o sistema Android e não com o IOS representou impacto irrisório, eis que a população municipal apresenta renda compatível com celulares com sistema Android.
Juntou farta jurisprudência no sentido de que o dano ao erário nunca é presumido, mas precisa ser comprovado e que a responsabilidade pessoal do Recorrente não decorreu de dolo nem de erro grosseiro.
Afirma que os requisitos para contratação direta por inexigibilidade estão presentes e que foi observado entendimento do Tribunal de Contas da União.
Por fim, alegou a ausência de subsunção do fato à norma em relação a aplicação da multa do art. 87, II, ‘c’ da Lei Complementar 113/05.
Pois bem.
Inicialmente cabe apontar que o julgamento pela procedência da Representação teve, como fundamento principal, a ausência de demonstração de que se tratava, de fato, de fornecedor exclusivo.
Além disso, como fundamentos periféricos, a decisão considerou que o aplicativo não cumpriu a sua função porque a população não se utilizou dele conforme se esperava, sendo que somente funciona no sistema Android e, ainda, exigiu a aquisição de outros equipamentos (tablets) para que os servidores pudessem utilizá-lo para monitorar os casos de Covid.
As duas multas aplicadas no acórdão recorrido decorreram, uma da contratação em si, e a outra por afronta ao Prejulgado nº 6 deste Tribunal de Contas, eis que o parecer jurídico que embasou a contratação foi elaborado pelo assessor do prefeito (cargo em comissão) e não pelo procurador do Município.
Com relação aos argumentos da parte em relação a acessibilidade do aplicativo através do sistema Android, e sobre a futura adesão gradual da população, tem-se que não são suficientes para justificar uma modificação na decisão recorrida.
Conforme exposto, a questão central que ensejou a procedência da Representação foi a contratação do serviço por inexigibilidade de forma ilegal. Veja-se o seguinte trecho do Acórdão 1053/22-TP[7]:
No mérito, conforme relatado, o imbróglio decorre da contratação pelo Município de Porecatu por inexigibilidade de licitação de aplicativo para a obtenção de dados relacionados à Pandemia do novo Coronavírus, pelo valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Ocorre que a contratação direta efetuada pelo Município se mostrou controversa desde os procedimentos iniciais. Consoante reforçou a Coordenadoria de Gestão Municipal:
A inexigibilidade nº 04/2020 teve por base a carta de exclusividade apresentada pela empresa Rodraude Publica Eireli Me (peça 5, fl. 20) atestando que a empresa seria a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização do programa para computador “SEMV INTELLIGENCE FRAMEWORK”.
Ocorre que o fato da empresa contratada ser proprietária exclusiva dos direitos de um software específico não configura justificativa apta a fundamentar o uso da inexigibilidade, considerando a existência de outros produtos semelhantes no mercado que poderiam atender as necessidades do Município.[...]
Ora, nada há de singular ou exclusivo no desenvolvimento de software que seja capaz de monitorar e controlar a situação epidemiológica dos Municípios, tanto é assim que o próprio Presidente da Comissão de Licitação alertou (peça 10) para a existência de softwares ou plataformas gratuitas que possuem essa mesma função, a exemplo do aplicativo Wuhan Coronavírus Global Cases, plataforma do Observatório do Litoral Paranaense e página do Coronavírus Brasil.
Ainda, restou esclarecido que não haveria qualquer impedimento quanto à realização do devido processo de licitação, com a elaboração de detalhado termo de referência em que restariam especificadas todas as necessidades do Município, adequada precificação e possibilidade de que mais empresas participassem do certame.
Ocorre que a instrução esclareceu também a ausência de planejamento prévio tanto quanto ao objeto da contratação como de estudos a respeito dos insumos que necessários para a efetiva implantação do que estava sendo contratado
Logo, persiste a ilegalidade na contratação, a qual deveria ter sido precedida de licitação.
A conduta do gestor se enquadra como erro grosseiro ao confundir a licença exclusiva do fornecedor para comercializar o software, com a situação de fornecedor exclusivo que permitiria a contratação direta nos termos do artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93[8].
O Gestor foi alertado sobre a existência de outros softwares, inclusive gratuitos, que possibilitavam a obtenção dos dados pretendidos pelo Município. Portanto, não se sustenta a suposta exclusividade do fornecedor para justificar a sua contratação direta.
Também não foram observados os critérios estabelecidos no art. 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93[9], como a necessidade de apresentar justificativa de preço.
Além disso, conforme informou o próprio recorrente[10], o número de downloads do aplicativo “Saúde em Casa” foi pouco mais de 50 vezes, o que demonstra a falta de adesão da população ao considerar que o município possui, em média, 12.587[11] habitantes.
E ainda, com razão o Ministério Público de Contas ao defender a necessidade de disponibilidade do aplicativo a todos os usuários, através do sistema Android e IOS:
De início, o argumento com relação à utilização exclusiva do aplicativo em dispositivos Android seria de pequeno impacto não procede, uma vez que a disponibilidade de serviços do Município à população deveria ser universal, buscando atender sempre o princípio da isonomia. Mesmo que grande parte, senão a maioria, dos usuários utilizam o sistema Android, isso não eximiria o dever da municipalidade em oferecer o serviço a todos.
Logo, a decisão pela procedência da Representação com a determinação de ressarcimento ao erário deve ser mantida.
Sobre a aplicação da multa do art. 87, II, ‘c’ da Lei Complementar 113/05, consta no acórdão recorrido a seguinte fundamentação:
Por fim, conforme ressaltou o Ministério Público de Contas, o Parecer Jurídico que informou administrativamente a contratação do serviço aqui analisado, o qual adotou entendimento contrário às análises da Comissão de Licitação e do Controlador Interno, foi subscrito por servidor comissionado, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, em ofensa aos Prejulgados 06 e 25 deste Tribunal.
Contudo, o texto do dispositivo legal da multa aplicada faz menção a situação em que haja o provimento de cargo de comissão em funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento. Confira-se:
Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:
(...)
II - No valor de 20 (vinte) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR
(...)
c) prover cargo em comissão para funções que não sejam de direção, chefia ou assessoramento, a ser aplicada por cargo provido.
Assiste razão, portanto, ao recorrente, eis que o núcleo da conduta descrita no mencionado dispositivo é “prover” cargo em comissão indevidamente. Situação diversa de adotar Parecer subscrito por servidor comissionado em detrimento de advogado pertencente ao quadro de cargos efetivos.
Considerando que a multa aplicável à situação constatada seria a prevista no art. 87, III, ‘f’ da Lei Complementar 113/05 e ela é superior, e que o sistema jurídico veda a reformatio in pejus, entendo pelo afastamento da multa.
3 VOTO
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e, no mérito, pelo provimento parcial do Recurso de Revista para o fim de afastar a multa aplicada ao Recorrente com base no art. 87, III, ‘c’ da Lei Complementar 113/05.
Após o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para a adoção das medidas cabíveis.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Conhecer e, no mérito, julgar pelo provimento parcial do Recurso de Revista para o fim de afastar a multa aplicada ao Recorrente com base no art. 87, III, ‘c’ da Lei Complementar 113/05;
II - após o trânsito em julgado da decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para a adoção das medidas cabíveis.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

***1***. *Unanimidade: Conselheiros Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Fernando Augusto Mello Guimarães, Ivan Lelis Bonilha e Jose Durval Mattos do Amaral (relator) e o Auditor Tiago Alvarez Pedroso.*
***2***. *Peça 100.*
***3***. *PEÇA 93.*
***4***. *Peça 99.*
***5***. *Peça 100.*
***6***. *Unanimidade: Conselheiros Nestor Baptista, Artagão de Mattos Leão, Fernando Augusto Mello Guimarães, Ivan Lelis Bonilha e Jose Durval Mattos do Amaral (relator) e o Auditor Tiago Alvarez Pedroso.*

*__7__. Páginas 6-7.*
*__8__. Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*
*I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*
*__9__. Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)*
*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*
*I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;*
*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
*III - justificativa do preço.*
*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.*
*__10__. "Ainda segundo consta registrado em sistema pela GOOGLE, o aplicativo foi "baixado" mais de 50 vezes na localidade, estando disponível para livre acesso pela prefeitura e pelos cidadãos interessados em sua utilização complementar aos serviços prestados pelo Município" (Peça 81).*
*__11__. População estimada em 2021. Consulta em 10/05/2023 no sítio eletrônico: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/porecatu/panorama*

**PROCESSO Nº:-139349/20**
**ASSUNTO:-RECURSO DE REVISÃO**
**ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO**
**INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO, CARLOS ALBERTO ANDRADE ALMEIDA, JOSÉ CARLOS DE CAMPOS, LUIS ROBERTO WOIDELA, NEIVE MARIA DA SILVA DA COSTA, RAIMUNDO SEVERIANO DE ALMEIDA JUNIOR, ZELANDIA RANIERO BRUGNOLO**
**ADVOGADO / PROCURADOR-ADRIANE TEREBINTO DI BACCO**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA**
**ACÓRDÃO Nº 1434/23 - TRIBUNAL PLENO**

Recurso de Revisão. Alegação de negativa de vigência de leis. Divergência jurisprudencial. Determinação de instauração de Tomada de Contas Extraordinária. Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Ausência de mácula na decisão recorrida. Manifestações uniformes. Não provimento.

1 RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelo senhor Raimundo Severiano de Almeida Junior em face do Acórdão nº 355/20-STP[1] (peça 75), que negou provimento ao Recurso de Revista protocolado em face do Acórdão nº 2922/19-1C[2] (peça 62), o qual julgou regulares as contas da Câmara Municipal de Bom Sucesso, relativas ao exercício de 2015, com anotação de ressalvas, nos seguintes termos:

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por maioria absoluta, em:

I. Julgar pela regularidade com ressalvas das contas da Câmara Municipal de Bom Sucesso relativas ao exercício de 2015, de responsabilidade de Zelândia Raniero Brugnolo e Raimundo Severino de Almeida Junior, em razão da: • não comprovação de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF no exercício de 2015 (Agenda de Obrigações). • entrega dos dados do mês 13 - encerramento do exercício do Sistema SIM-AM com atraso. • ofensa ao Prejulgado n.º 06 deste Tribunal de Contas.

II. Aplicar a multa prevista no art. 87, III, "b" da Lei Complementar n.º 113/2005 ao senhor Raimundo Severino de Almeida Junior pela "entrega dos dados do mês 13 - encerramento do exercício do Sistema SIM-AM com atraso";

III. Emitir as seguintes recomendações à Câmara Municipal de Bom Sucesso:

1) Cumpra o consignado no Prejulgado n.º 06 desta Corte de Contas, realizando concurso público para provimento dos cargos de contador e advogado previstos em lei, sendo possível, no caso do contador, que tal função seja exercida simultaneamente por servidor do Executivo, nos termos previstos no prejulgado;

2) Realize estudo interno sobre a necessidade da existência dos cargos efetivos de auxiliar legislativo, assistente legislativo, agente legislativo e encarregado de serviços gerais, vez que os mesmos nunca foram preenchidos desde sua criação pela Lei Municipal n.° 1346/2012;

3) Encaminhe projeto lei inserindo os requisitos de investidura e a descrição das atribuições dos cargos comissionados de assessoria e chefia atualmente previstos nas legislações de regência, a fim de que sejam estabelecidos parâmetros de avaliação e controle sobre a legalidade da criação e existência dos mesmos, à luz das diretrizes fixadas no Prejulgado n.° 25.

IV. Determinar a instauração de Tomada de Contas Extraordinária para apurar eventual dano ao erário em razão da atuação da empresa TDB/VIA Controladoria Municipal Ltda - ME na defesa do gestor em relação aos processos 267717/15, 903290/15 e 848604/15, para averiguação acerca da contratação, se ocorreu para defesa pessoal do gestor ou para defesa institucional;

V. Encaminhar o feito à Coordenadoria-Geral de Fiscalização - CGF, para:

1) Avaliar e decidir sobre a realização de acompanhamento da gestão fiscal municipal pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE, visando apurar irregularidades na concessão de diárias aos agentes políticos da referida Câmara Municipal, assim como, sobre a inclusão no Plano Anual de Fiscalização, do Poder Legislativo de Bom Sucesso, com vistas a apurar a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou ainda da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.

2) Avaliar e decidir sobre a possibilidade de incluir os apontamentos referentes ao tópico "5" em eventual procedimento de fiscalização desta Corte de Contas.

O recorrente fundamentou seu recurso no art. 486, III e IV, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ou seja, na negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais e na existência de dissídio jurisprudencial.

Conforme bem sintetizou o Ministério Público de Contas[3], as alegações recursais são as seguintes:

Em seu arrazoado (peça n.º 78), o Recorrente alegou a negativa de vigência do artigo 5º, LV, da Constituição Federal, uma vez que não lhe teria sido ofertada oportunidade de manifestação sobre o pedido ministerial de instauração de Tomada de Contas, de modo que o Acórdão n.º 2922/19 - Primeira Câmara, que acolheu a requisição, seria nulo. Sobre o tema, sustentou a existência de divergência jurisprudencial com relação ao Acórdão n.º 4890/16 - Tribunal Pleno, que afastou a aplicação de multas em razão da não observância ao devido processo legal. Quanto à despesa que originou o questionamento a ser investigado na aludida Tomada de Contas Extraordinária, destacou que devolveu o montante ao erário, acarretando a perda de objeto da instauração do procedimento investigativo.

Pleiteou, ao final, a anulação do Acórdão 2922/19-1C em razão de nulidade processual decorrente da ausência de contraditório para manifestação quanto à existência de justa causa para a instauração da Tomada de Contas Extraordinária.

Alternativamente, pugnou pela declaração da perda do objeto da Tomada de Contas Extraordinária em virtude do ressarcimento do erário promovido pelo recorrente.

Por intermédio do Despacho 287/20-GCIZL[4], houve o recebimento do recurso.

A Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM, mediante a Instrução 6101/22[5], manifestou-se conclusivamente pelo desprovimento do recurso.

O Ministério Público de Contas, pelo Parecer 1205/22-7PC[6], corroborou o opinativo técnico.

Por fim, os autos foram distribuídos a este relator, com fundamento no artigo 342, §1º, do Regimento Interno.[7]

É o relatório.

2 FUNDAMENTAÇÃO

Incialmente, passo a analisar o conhecimento do Recurso de Revisão, o qual deve apresentar fundamentação vinculada, nos termos das hipóteses autorizativas constantes no art. 486 do Regimento Interno. Eis o texto:

Art. 486. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferido, nos seguintes casos:

I - acórdão não unânime, que, ao julgar Recurso de Revista, houver reformado a decisão da Câmara, ou do Pleno nas hipóteses do art. 484;

II – nas decisões em Pedido de Rescisão;

III – negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais;

IV – divergência de entendimento no âmbito do Tribunal de Contas ou dissídio jurisprudencial demonstrado analiticamente.

§ 1º No caso do inciso I, a fundamentação do recurso e seu conhecimento restringir-se-ão ao objeto da divergência.

§ 2º No caso do inciso III, deverá o recorrente transcrever o dispositivo legal e o trecho específico da decisão recorrida que lhe teria negado vigência .

§ 3º Considera-se dissídio jurisprudencial a divergência expressa da decisão recorrida com outra de Tribunal Superior, assim considerados o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Contas da União.

§ 4º No caso do inciso IV, a comprovação da divergência deverá ser feita mediante a indicação da decisão divergente, contendo elementos suficientes para comprovar a sua autenticidade.

§ 5º Não satisfeitos os requisitos, a que se referem os parágrafos anteriores, o Relator da decisão recorrida deverá negar seguimento ao recurso.

Conforme relatado, a recorrente ampara seu pedido na hipótese de negativa de vigência de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais e na existência de dissídio jurisprudencial.

A insurgência recursal diz respeito a determinação de instauração de Tomada de Contas Extraordinária para apuração de eventual dano ao erário na atuação da empresa TDB/VIA Controladoria Municipal (contratada para a defesa do gestor em relação aos processos 267717/15, 903290/15 e 848604/15) com o fim de averiguar o propósito da contratação, se para defesa pessoal do agente político ou para defesa dos interesses institucionais.

Alegou o recorrente que não foi ofertada oportunidade de manifestação sobre o pedido ministerial de instauração de Tomada de Contas Extraordinária.

Com relação a essa situação fática o recorrente alegou a negativa de vigência do art. 5, LV, da Constituição Federal e dos artigos elencados da Lei 9.784/1999 (arts. 3º, II, III, art. 9º, II, e art. 26).

Sobre a mesma situação fática, alegou ter ocorrido também divergência jurisprudencial. Limitou-se a alegar que "o TCE-PR possui jurisprudência acolhendo a tese da nulidade processual em decorrência de inovação acusatória e/ou sancionatória" e transcreveu a ementa e trecho do Acórdão 4890/16-Tribunal Pleno.

Pois bem.

A alegação de violação ao contraditório e à ampla defesa já foi considerada e apreciada no acórdão recorrido. Veja-se:

Nesse ponto, deve-se destacar que a proposta apresentada pelo Parquet é pela verificação das informações em processo específico de fiscalização, sem a imposição de qualquer limitação para o responsável que disporá da oportunidade própria para o exercício do contraditório.

Ressalto que a utilização da informação para a deflagração de processo específico de fiscalização está contemplada em previsão regimental da observância do contraditório conforme observado pela Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 73):

Art. 236. Será instaurada Tomada de Contas Extraordinária em caso de:

[...]

§ 1º A tomada de contas extraordinária obedecerá ao rito previsto para a prestação de contas, observados o devido processo legal e a garantia ao exercício do direito ao contraditório e, quando for o caso, a previsão do art. 262. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019) (grifamos)

Ademais, evidencia-se que foi ofertado o contraditório regularmente ao responsável nos presentes autos em relação às matérias que integraram o escopo das presentes contas, objeto de julgamento específico nesta fase processual.

Escorreita a decisão que entendeu que a abertura de expediente investigativo visa a reunião de informações, sem a constatação de nenhuma limitação ao contraditório do responsável, que terá oportunidade de se manifestar nos autos da Tomada de Contas Extraordinária.

A determinação de abertura de Tomada de Contas Extraordinária pode ocorrer a qualquer tempo durante o processo, inclusive de ofício, nas decisões do Tribunal, desde que observado o art. 236[8] do Regimento Interno desta Casa.

Não há, portanto, qualquer ofensa ao art. 5, LV, da Constituição Federal e da Lei 9.784/1999.

Não procede também a alegada divergência jurisprudencial. A decisão paradigma mencionada pelo recorrente (Acórdão 4890/16-Tribunal Pleno) trata de situação diversa, qual seja, situação em que foi afastada a aplicação de multa aos interessados que não foram chamados a se pronunciar sobre tópico específico abordado naquele expediente.

Conforme bem pontuou o Ministério Público de Contas[9], não pode "ser confundida a penalidade pecuniária, que representa prejuízo aos envolvidos, com a instauração

de processo autônomo, no qual serão observados todos os direitos constitucionais ao interessado que poderá comprovar que não houve irregularidade na contratação e no pagamento do escritório de advocacia".
Quanto ao pedido de declaração da perda do objeto da Tomada de Contas Extraordinária em virtude do ressarcimento do erário promovido pelo recorrente, o Recurso de Revisão não é o instrumento adequado para tal requerimento.
A questão poderá ser analisada nos próprios autos da Tomada de Contas Extraordinária.
Aliás, o ressarcimento do valor despendido com o escritório de advocacia não é capaz de modificar a decisão recorrida para o fim de afastar a instauração do procedimento, eis que este Tribunal de Contas tem como prerrogativa a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas na Lei Complementar Estadual 113/05.
Ainda, entendo plausível o raciocínio do órgão ministerial no sentido de que a devolução realizada pelo recorrente "é indício de que as suspeitas deste Parquet no sentido de que a atuação da empresa TDB/VIA, remunerada pelo erário, ocorreu para a defesa pessoal do gestor, procedem, devendo ser realizada a respectiva apuração".
3 VOTO
Diante do exposto, VOTO pelo conhecimento e não provimento do presente Recurso de Revisão.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à Diretoria de Protocolo, para eventuais providências procedimentais e a subsequente remessa dos autos ao relator competente para a execução, nos termos do artigo 32, § 3º, do Regimento Interno[10].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Conhecer e julgar pelo não provimento do presente Recurso de Revisão;
II - após o trânsito em julgado, remetam-se à Diretoria de Protocolo, para eventuais providências procedimentais e a subsequente remessa dos autos ao relator competente para a execução, nos termos do artigo 32, § 3º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

***1***. *Maioria Absoluta: Conselheiros José Duval Mattos do Amaral (relator) e Fabio de Souza Camargo. O Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães votou pela irregularidade das contas (voto vencido).*
***2***. *Unanimidade: Conselheiros Artagão de Mattos Leão, Fernando Augusto Mello Guimarães, Ivan Lelis Bonilha, Fabio de Souza Camargo e Ivens Zschoerper Linhares (relator) e o Auditor Thiago Barbosa Cordeiro.*
***3***. *Peça 87.*
***4***. *Peça 79.*
***5***. *Peça 86.*
***6***. *Peça 87.*
***7***. *Art. 342. No caso de vacância do cargo de Conselheiro ou de Auditor, os processos novos serão distribuídos entre os demais Conselheiros e Auditores, respectivamente. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*§ 1º Os processos conclusos ao Gabinete de que se originar a vacância, bem como aqueles que houver necessidade de manifestação de Relator, serão redistribuídos aos Conselheiros e Auditores, respectivamente, por sorteio, observada as regras de dependência. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
***8***. *Art. 236. Será instaurada Tomada de Contas Extraordinária em caso de: (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)*
*I - não cumprimento dos prazos fixados em lei, neste Regimento e demais atos normativos do Tribunal, para o encaminhamento de documentos, dados e informações; (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*
*II - ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos; (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*
*III - prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção; (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*
*IV - prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*
*§ 1º A tomada de contas extraordinária obedecerá ao rito previsto para a prestação de contas, observados o devido processo legal e a garantia ao exercício do direito ao contraditório e, quando for o caso, a previsão do art. 262. (Redação dada pela Resolução nº 73/2019)*
*§ 2º Na hipótese de transferência serão incluídos no polo passivo da Tomada de Contas Extraordinária o gestor do órgão repassador e da entidade beneficiada pelos recursos, bem como os terceiros, pessoa física ou jurídica, que tenham contribuído ou beneficiado da prática de atos irregulares ou danosos ao erário. (Incluído pela Resolução n° 24/2010) § 3º Poderão ser incluídos no polo passivo os responsáveis pelo controle interno quando constatada a omissão das medidas que deveriam ser adotadas. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
***9***. *Peça 87.*
***10***. *Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:*
*[...]*
*§ 3º O Relator do processo originário será também competente para a execução, exceto quando houver modificação da decisão em grau de recurso, hipótese em que essa será de competência do Relator do recurso. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*

**PROCESSO Nº:-502354/20**
**ASSUNTO:-CONSULTA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LONDRINA**
**INTERESSADO:-DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, MARCELO BELINATI MARTINS, SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1443/23 - TRIBUNAL PLENO**
Consulta. Formalização de parceria para operacionalizar o trabalho de apenados no Poder Público Municipal. Consulta já apreciada nestes autos pelo Acórdão nº 2015/21 - TP. Apresentação de petição posterior por terceiro diretamente interessado. Recebimento do expediente pelo então Conselheiro Relator a fim de integrar a decisão contida no referido Acórdão. Necessidade de alteração das respostas 2 e 3 do Acórdão nº 2015/21 – TP, ante a inexistência de transferência voluntária na hipótese em análise.
I. RELATÓRIO
Tratam os autos da Consulta formulada pelo Município de Londrina e apreciada pelo Acórdão nº 2015/21 – Tribunal Pleno (peça 13) no seguinte sentido:
"OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:
I. Conhecer a Consulta formulada por MARCELO BELINATI MARTINS, Prefeito de LONDRINA, acerca da possibilidade de formalização e da adequação procedimental de estabelecimento de parceria para operacionalizar o trabalho de apenado ao Poder Público Municipal, e responder as questões formuladas nos termos a seguir:
I. Quais os procedimentos adequados para a formalização de parcerias dessa natureza e qual o instrumento jurídico adequado para operacionalizar o trabalho do apenado?
Resposta 1. A operacionalização da prestação de serviços de apenados no âmbito da Administração Pública municipal pode ser formalizada mediante Convênio entre o ente público interessado e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual deve detalhar adequadamente o limite de apenados a ser contratado, em observância ao artigo 36 da Lei de Execuções Penais, bem como as condições de execução do objeto e as obrigações de cada um dos convenentes, atendendo-se ao disposto no art. 116 da Lei Federal 8.666/1993, e ao contido na Lei Estadual 15.608/2007.
Também é juridicamente adequado para operacionalizar o trabalho do apenado a exigência, em editais de licitação para a contratação de serviços e de obras, de que as empresas contratadas pela Administração municipal utilizem um percentual mínimo de sua mão de obra oriundo ou egresso do sistema prisional, na forma a ser estabelecida em regulamento próprio do ente contratante.
II. Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registro do SIT, fiscalização, ou somente à Lei 8.666/93?
Resposta 2. Caso a opção do poder público recaia sobre a formalização de Convênio cujo objeto seja a operacionalização de serviços de apenados em obras e serviços de ente público, os repasses formalizados caracterizar-se-ão como transferências voluntárias, submetendo-se ao que prescreve o artigo 116 da Lei 8.666/93, bem como o contido na Lei Estadual 15.608/2007, Resolução nº 28/2011 do TCE-PR e Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE-PR, ficando o município concedente e o estado tomador dos recursos obrigados a prestar contas dos repasses a este Tribunal através do Sistema Integrado de Transferências – SIT.
Caso a opção de operacionalização de serviços de apenados junto ao Município se dê pela instrumentalização do artigo 40, § 5° da Lei 8.666/93, são suficientes os controles próprios de tal Diploma.
III. Qual elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra por apenados?
Resposta 3. Por se tratar da instrumentalização de repasses de recursos do ente municipal ao ente estadual, por meio de convênio objetivando a ressocialização de apenados permitindo-se a prestação de serviços junto ao ente municipal, a modalidade de despesa a ser indicada é a '30', sendo que o elemento de despesa, consistente na realização de subvenção social, deve ser o "43".
(...)
O trânsito em julgado foi certificado à peça 16.
No Despacho nº 935/21 – CGF (peça 17), a Coordenadoria-Geral de Fiscalização informou que a conta 3.3.30.43 foi incluída no Plano de Despesa dos exercícios 2021 e 2022 e que não foram identificados impactos imediatos em sistemas ou em fiscalizações.
O FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ – FUPEN opôs Embargos de Declaração, alegando contradição da decisão ao tratar despesas com previsão legal como sendo transferências voluntárias. Em síntese, defendeu que (peça 20):
a) houve divergência e direcionamento na formulação dos questionamentos desta Consulta, e que algumas Prefeituras deixaram de utilizar a mão de obra prisional, incluindo a própria Prefeitura de Londrina (consulente), havendo possibilidade de que outros Municípios também deixem de utilizar tal mão de obra;
b) os valores cobrados pelo Fundo Penitenciário aos órgãos públicos e empresas privadas são compostos pelas taxas/tarifas criadas por meio da Lei Estadual 17.140/2012, e pelo pagamento do pecúlio, com fulcro no art. 29 da Lei Federal 7.210/84[1] (Lei de Execução Penal);
c) a Lei Estadual nº 17.140/12 regulamentou tais taxas em seu art. 3º, XII e art. 16[2], e a Deliberação nº 001/2020, do Conselho Diretor do FUPEN, fixou a cobrança para os órgãos públicos em 10% do salário mínimo nacional por preso contratado;
d) os valores cobrados dos órgãos referentes ao pecúlio são pertencentes aos presos que realizam as atividades laborais, consoante art. 29 da Lei de Execução Penal; e tais valores, juntamente com os encargos/taxas/tarifas, são cobrados em razão dos dias trabalhados por meio de nota de acompanhamento, que traz de modo detalhado os valores de pecúlio pertencentes aos presos (receita extraorçamentárias) e as taxas/tarifas pertencentes ao FUPEN (receita orçamentária);
e) os valores pagos referentes a pecúlio, taxa, tarifa ou encargo advêm de disposição legal, não havendo caráter assistencial e sim retributivo, impossibilitando o registro dos pagamentos no SIT, ainda que seja formalizado por convênio entre as partes;
f) o resultado da contratação dos serviços realizado pelo órgão público (o produto do trabalho), teria como destinatário final o próprio contratante, fazendo-se necessário considerar a modalidade de aplicação da despesa, como sendo "90" – Aplicações Diretas, uma vez que a execução ocorre no âmbito do próprio município.
Assim, requereu o acolhimento dos embargos a fim de que fosse reconhecido que as cobranças realizadas pelo FUPEN não são transferências voluntárias e sim parcelas retributivas do trabalho do preso (salário) e taxas em razão dos serviços do órgão.
O então Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, recebeu o expediente não como embargos de declaração, mas "como 'consulta complementar' (uma vez que a parte poderia, simplesmente, formalizar expediente autônomo), de modo a integrar a decisão contida no Acórdão 2015/21-STP", determinando o encaminhamento dos autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo, à Coordenadoria de Gestão Estadual e ao Ministério Público de Contas (Despacho nº 455/22 – GCFAMG, peça 21).
No Despacho nº 25/22 – 5ICE (peça 23), a Inspetoria somente manifestou ciência do expediente.

Na Instrução nº 556/22 – CGE (peça 24), entendeu a unidade técnica pela necessidade de autuação de novo expediente, considerando a vedação à interposição de recursos em processos de Consulta trazida pelo art. 74, §2º da Lei Orgânica do TCE-PR[3]. Além disso, subsidiariamente:
a) que fossem observados todos os requisitos do art. 311 do Regimento Interno, notadamente a inclusão de parecer jurídico ou técnico da assessoria da entidade consulente;
b) encaminhamento dos autos à CGF, nos termos do art. 252-C[4] do Regimento;
c) necessidade de Instrução por parte da Inspetoria de Controle Externo competente, para atendimento do art. 313, §3º[5] do Regimento Interno;
d) posterior envio à CGE, em caráter complementar à manifestação da ICE, desde que determinado pelo Ministério Público de Contas ou pelo Relator.
O Ministério Público de Contas, no Despacho nº 14/22-PGC (peça 25), não se opôs às considerações efetuadas pela CGE.
No Despacho nº 687/22 – GCFAMG (peça 26), o então Conselheiro Relator deliberou:
"Com máxima vênia aos fundamentados apontamentos da Coordenadoria de Gestão Estadual, mantenho a orientação fixada no Despacho 455/22-GCFAMG (no sentido de que cabe a esta Corte se manifestar de modo a apresentar complementos necessários à orientação fixada no Acórdão 2015/21-STP) e devolvo o expediente solicitando a expedição de manifestação de mérito.
Desde já, porém, asseguro que as questões preliminares serão devidamente colocadas para discussão junto ao órgão deliberativo competente para apreciação do processo."
Na Instrução nº 619/22 – CGE (peça 27), a unidade técnica entendeu pela necessidade de reforma do Acórdão 2015/21 – Tribunal Pleno, considerando a existência de vício na decisão por não privilegiar "a oitiva da principal unidade orçamentária afetado pela d.resposta TCEPR, qual seja: Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN/DEPEN/Secretaria de Segurança Pública", em desrespeito aos arts. 9º e 10 do CPC[6] e a dispositivos da Lei Estadual nº 20.656/21[7] (Lei de Processo Administrativo do Estado do Paraná), em desconformidade também como o princípio da não surpresa. Sobre os quesitos formulados na Consulta, se manifestou da seguinte maneira:
"Quesito 01: Quais os procedimentos adequados para a formalização de parcerias dessa natureza e qual é o instrumento jurídico adequado para operacionalizar o trabalho do apenado?
A operacionalização da prestação de serviços dos reeducandos, pode ser realizada mediante Termo de Cooperação e/ou outros instrumentos congêneres, em que o parceiro, público ou privado, compromete-se a seguir as políticas de trabalho inseridas no âmbito do sistema prisional, nomeadamente, Lei 7.210/84, voltada a permitir a inserção de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema no mundo do trabalho e na geração de renda.
A aplicação da norma e respectivo plano individual de trabalho vai variar conforme: a pena; a destinação do serviço a ser prestado; a pessoa jurídica que oferta a vaga de trabalho e o responsável pela contraprestação pecuniária da atividade laboral (entidade pública ou privada), devendo ser observadas as condicionantes a cada um dos regimes de cumprimento de pena e as condições individuais do preso para o trabalho, referidos na Lei de Execução Penal e, bem assim, às exigências dos canteiros de trabalho (de produção, manutenção, artesanato, de empresas e entidades cooperadas e/ou de monitoração eletrônica), conforme disposições contidas, também, no Plano Estadual pelo Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Prisional Paranaense.
Quesito 02: Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial a Resolução 28/2011 e Instrução Normativa 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registros no SIT, fiscalização ou somente à Lei 8.666/93?
O trabalho interno e externo que decorre da Lei 7.210/84, por depender de classificação para vagas e homologações do FUPEN/DEPEN/Secretaria de Segurança Pública, quanto à proposta de emprego, controle e avaliação da mão de obra carcerária, mediante parcerias voltadas à reinserção e remuneração do reeducando, indenização dos danos causados pelo crime, assistência à família e pequenas despesas pessoais, ressarcimento do Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, não é caracterizado como Transferência Voluntária, conforme preceitua o Art. 25 da LC101/2000 e, portanto, não se submete ao conteúdo da Resolução 28/2011 TCEPR, que instituiu o Sistema Integrado de Transferências – SIT.
(...)
3) Qual o elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra de apenados?
Por fim, relativamente ao elemento de despesa adequado, esta CGE se manifesta nos idênticos moldes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Ministério Público de Contas junto ao TCEPR (Parecer 31/21 PGC (seq.12), vale dizer, classificação da prestação de mão de obra dos reeducandos no elemento: "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", ressaltando-se a imprescindibilidade da Inspetoria competente (com jurisdição sobre o órgão) e/ou órgão que a substitua em Programa Anual de Fiscalização (PAF), analisar, individualmente, as particulares de cada projeto (mérito da proposta) voltado à reinserção do preso no mercado de trabalho, inclusive quanto aos eventuais instrumentos de repasse, pagamentos e fluxos de dados qualitativos e quantitativos deste importante programa de fomento à atividade laboral."
No Parecer nº 21/23 – PGC (peça 29), o Ministério Público de Contas, preliminarmente, listou precedentes em que houve o acolhimento de embargos de declaração opostos de decisões em processos de Consulta, apesar de destacar que, no presente caso, o conhecimento restaria obstado por sua intempestividade; e que no Despacho nº 14/22-PGC (peça nº 25) apontou a ausência do requisito regimental de prévia submissão da matéria à assessoria jurídica ou técnica do consulente, o que não foi satisfeito pelo FUPEN, por haver intentado embargos de declaração e não consulta complementar.
Todavia, entendeu pela possibilidade de o Plenário revisitar o tema consultado "dada a excepcionalidade da matéria enfrentada e das circunstâncias procedimentais, bem como a mitigação dos requisitos regimentais de admissibilidade de consultas e, ainda, o cabimento da irresignação pelo terceiro interessado, ausente qualquer prejuízo decorrente da carência de opinativo técnico local".
No mérito, entendeu o Ministério Público de Contas que o teor das respostas aos quesitos 1 e 2 da Consulta não teriam sido objeto de discussão na petição manejada pelo FUPEN, razão pela qual permaneceriam inalteradas as conclusões do Acórdão nº 2015/21 sobre tais itens.
Em relação ao quesito 03, opinou que procediam as considerações efetuadas pelo FUPEN, ensejando a reforma da resposta para os seguintes termos:
"As despesas com convênio para prestação de serviços de mão de obra por apenados devem ser registradas sob a classificação '3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica', conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e deve levar em conta os detalhamentos necessários ao atendimento de peculiaridades de controle indicadas no Plano de Contas do TCE/PR."
Pelo Despacho nº 330/23 – GCFSC (peça 30), determinei o encaminhamento dos autos para manifestação da 6ª Inspetoria de Controle Externo, em observância ao art. 313, §3º do Regimento Interno e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas para ciência e eventual manifestação complementar ao Parecer nº 21/23-PGC.
Na Instrução nº 6/23 – 6ICE (peça 32), a Inspetoria considerou que o caso em análise diz respeito a existência de contratação mediante pagamento, o que não se coaduna com a transferência voluntária. Por conta disso, opinou pela reforma da resposta ao 3º quesito trazida no Acórdão nº 2015/21 – TP nos seguintes termos:
3) Qual o elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra de apenados?
Resposta: A despesa deve ser classificada na dotação 3.3.90.39.00.00.
Por fim, no Parecer nº 89/23 – PGC (peça 33), considerando que a análise promovida pela 6ª ICE ratificou os argumentos apresentados anteriormente, o Ministério Público de Contas reiterou os termos do Parecer nº 21/23 – PGC.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
II.I. Preliminares
Inicialmente, cumpre apontar, conforme relatado, que este processo de Consulta foi julgado pelo Acórdão nº 2015/21 – Tribunal Pleno (peça 13). Todavia, após a oposição de embargos de declaração pelo Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, o então relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, recebeu o peticionamento como "consulta complementar", "de modo a integrar a decisão contida no Acórdão 2015/21-STP".
Como apontado pela Coordenadoria de Gestão Estadual em suas manifestações, analisando estritamente as disposições regimentais, seria necessária a autuação de um novo processo de Consulta, a fim de possibilitar o conhecimento do expediente, observando os requisitos regimentais.
Entretanto, considerando o procedimento adotado pelo então Conselheiro Relator; o caráter instrumental do processo; que não foi oportunizada a manifestação do FUPEN/Secretaria de Estado da Segurança Pública quando da análise da Consulta; e, como bem ressaltado pelo Ministério Público de Contas no Parecer nº 21/23 – PGC (peça 29), "dada a excepcionalidade da matéria enfrentada e das circunstâncias procedimentais, bem como a mitigação dos requisitos regimentais de admissibilidade de consultas e, ainda, o cabimento da irresignação pelo terceiro interessado, ausente qualquer prejuízo decorrente da carência de opinativo técnico local, entende-se que o debate acerca do rito possa ser superado, a fim de que o Plenário possa revisitar o tema consultado".
Desta forma, não obstante a "consulta complementar" não esteja acompanhada da prévia submissão à assessoria jurídica ou técnica do consulente e não siga estritamente os requisitos regimentais, considero que tal fato não obsta o seu conhecimento, até porque a petição apresentada pelo FUPEN encontra-se devidamente fundamentada, o que propicia a reanálise do tema, devendo ser privilegiados, também, os princípios da economia processual e da celeridade, especialmente diante da informação trazida na peça 20 de que alguns municípios deixaram de utilizar a mão de obra prisional a partir do que restou deliberado no referido Acórdão.
II.II. Mérito
Esta Consulta diz respeito aos procedimentos necessários à formalização de parceria para operacionalizar o trabalho de apenado junto ao Poder Público Municipal. Conforme apontado no peticionamento do Fundo Penitenciário do Paraná, bem como pela Coordenadoria de Gestão Estadual, pela 6ª Inspetoria de Controle Externo e pelo Ministério Público de Contas, o tema objeto desta Consulta merece reanálise por esta Casa no que se refere à natureza dos valores repassados/despendidos.
O trabalho do apenado é regulamentado pela Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), no seguinte sentido:
Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo.
§ 1° O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:
a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
b) à assistência à família;
c) a pequenas despesas pessoais;
d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.
§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.
Considerando que a prestação de serviços por parte dos apenados, demanda necessariamente uma intermediação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Lei nº 4.955/1964, que instituiu o Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN, gerido pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN, dispõe o seguinte:
Art. 3º. Constituem receitas do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN:
(...)
XII - taxas cobradas das empresas que utilizam mão de obra dos internos do Sistema Penitenciário; (Incluído pela Lei 17140 de 02/05/2012)
XIII - parcela da remuneração do trabalho do preso, que venha a ser legalmente definida e destinada ao Estado, a título de ressarcimento ou indenização de despesas com o mesmo preso; (Incluído pela Lei 17140 de 02/05/2012)
A Lei Estadual nº 17.140/12, por sua vez, estatuiu:
Art. 16. Ao Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:
(...)
V - a deliberação sobre tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse do Sistema Penitenciário, oriundos das atividades produtivas e de serviços das Unidades Penais ou por meio de convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas;

Acompanhando o posicionamento das unidades técnicas e do Ministério Público de Contas, entendo que em um eventual convênio ou instrumento congênere firmado por entidade interessada com a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná para prestação de serviços pelos apenados, cujos repasses financeiros envolvam somente os valores referentes à remuneração do trabalho do preso e às taxas devidas ao Fundo Penitenciário não se enquadra tal repasse no conceito de transferência voluntária.
Isso porque a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) define transferência voluntária da seguinte maneira:
Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
Na hipótese em análise inexiste natureza de "cooperação", "auxílio" ou "assistência financeira" na despesa, visto que ela decorre diretamente das supracitadas leis, ante a necessidade de remuneração pelo trabalho exercido pelo apenado e do pagamento das taxas legalmente previstas pela utilização da mão de obra dos internos.
Dessa forma, não obstante o Ministério Público de Contas e a 6ª Inspetoria de Controle Externo não tenham opinado pela reforma da resposta 2[8] estabelecida no Acórdão nº 2015/21 - TP, entendo que ela também se mostra necessária, considerando que no referido quesito entendeu este Plenário que os repasses se caracterizariam como transferência voluntária, o que não se mostra o entendimento mais acertado, conforme se viu na instrução deste feito, inclusive nas manifestações da 6ª ICE (peça 32) e do MPC (peça 29), bem como da Coordenadoria de Gestão Estadual (peça 27), tendo esta opinado pela necessidade da reforma a tal quesito.
A Resolução nº 28/2011 do TCE-PR, que dispõe sobre a fiscalização e a prestação de contas quanto às transferências voluntárias de recursos financeiros no âmbito estadual e municipal, institui o Sistema Integrado de Transferências - SIT e dá outras providências, estabelece a obrigatoriedade do uso do SIT somente em caso de transferência voluntárias, conforme o caput do art. 3º:
Art. 3º A utilização do SIT será obrigatória para todos os órgãos públicos e entidades privadas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na condição de repassadores ou tomadores de recursos públicos oriundos de transferências voluntárias. (Redação dada pela Resolução n. 46/2014)
Assim, proponho a alteração da resposta 2 trazida no Acórdão nº 2015/21 – TP para a seguinte:
II. Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registro do SIT, fiscalização, ou somente à Lei 8.666/93?
Resposta 2. Caso os recursos despendidos restrinjam-se aos valores referentes à remuneração do trabalho do preso e às taxas previstas em lei como devidas ao Fundo Penitenciário do Paraná, por não constituir transferência voluntária, o convênio ou instrumento congênere não se submete ao disposto na Resolução nº 28/2011, sendo desnecessário o registro no Sistema Integrado de Transferências – SIT, devendo, todavia, haver a observância pelo instrumento das disposições legais aplicáveis (Leis nos 8.666/93, 14.133/21, Lei Estadual nº 15.608/2007), sendo passível da regular fiscalização por parte do Tribunal de Contas no exercício do controle externo.
Em relação à resposta ao terceiro quesito, todas as manifestações produzidas (pela Coordenadoria de Gestão Estadual, peça 27, 6ª Inspetoria de Controle Externo, peça 32, e Ministério Público de Contas, peça 29) foram uniformes no sentido de necessidade de alteração do que foi deliberado no Acórdão nº 2015/21 – Tribunal Pleno[9] para que o elemento de despesa seja "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica".
Como bem constatado na instrução desta Consulta, independentemente do aspecto social de reabilitação de presos, a essência do gasto público, para fins de contabilização da despesa, é a contratação da prestação de serviços de mão de obra de apenados a ser suportada pelo Município.
Por tal razão, acompanho o entendimento de que se mostra mais apropriada que a despesa seja classificada como "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica", visto que tal pagamento ocorre de forma retributiva a um serviço prestado.
Nesse mesmo sentido a Secretaria do Tesouro Nacional, após instada a se manifestar pelo Município de Londrina (peça 4), também entendeu:
"Qual o entendimento técnico, quanto a classificação orçamentária (natureza de despesa) mais apropriada, e que deverá ser utilizada pelo município para o pagamento ao FUPEN/DEPEN, conforme a situação apresentada?"
(...)
"Em situações conforme a apresentada em sua mensagem, que tratam de termo de cooperação ou qualquer outro instrumento que possui natureza similar a contratos, orienta-se que as despesas sejam realizadas na modalidade de aplicação 90 (direta), conforme classificação por natureza de despesa orçamentária estabelecida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Caso se tratasse de consórcio público ou execução orçamentária delegada ou transferência (legal ou voluntária) a outras pessoas/entidades ou Parcerias Público-Privadas (PPPs), teríamos outras modalidades de aplicação indicadas. Contudo, pelo teor de sua mensagem, trata-se de contratação de outro órgão/entidade pública para realização de serviços, mesmo que haja por trás uma outra intenção, como a de reabilitação social."
Vale ressaltar também o ilustrativo exemplo trazido pela Coordenadoria de Gestão Estadual em sua Instrução (peça 27):
A título de exemplificação, o C.Tribunal de Contas de Rondônia, assinou com o FUPEN regional, através de Termo de Cooperação, pacto similar a este LONDRINA/CRESLON (situação concreta alheia ao rito de consulta), voltado à inclusão de pessoas recolhidas ao Sistema Penitenciário Regional, em Programas de Trabalho Externo daquela Colenda Corte de Contas e ali ficou evidenciado (...) que:
1) as atividades dos reeducandos seriam exercidas no E.TCERO;
2) ditas atividades compreenderiam construção civil, carpintaria, eletricidade, hidráulica, pintura, limpeza predial, jardinagem, copeiragem;
3) a contraprestação obedeceria aos parâmetros legais delimitados na lei 7.210/84;
4) o montante consignado no orçamento do E.TCERO, para fins de pagamento dos reeducandos seguiria a Classificação Funcional Programática 02.01.01.122.1265.2981 (Gerir as Atividades Administrativas), elemento de despesa 3.3.91.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica);
5) As transferências ao primeiro seriam realizadas mediante crédito na Agência nas 2757-X, Conta-Corrente n° 12.090-1, Banco do Brasil, de sua titularidade.
Assim, proponho que a resposta 3 do Acórdão nº 2015/21 – Tribunal Pleno seja alterada para a seguinte:
III. Qual elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra por apenados?
Resposta 3. As despesas com convênio para prestação de serviços de mão de obra por apenados devem ser registradas sob a classificação "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica".
III. VOTO
Diante do exposto, voto no sentido de que deve o Tribunal de Contas do Estado do Paraná reformar as respostas 2 e 3 trazidas pelo Acórdão nº 2015/21 - Tribunal Pleno, passando a figurar como resposta à Consulta o seguinte:
I. Quais os procedimentos adequados para a formalização de parcerias dessa natureza e qual o instrumento jurídico adequado para operacionalizar o trabalho do apenado?
Resposta 1. A operacionalização da prestação de serviços de apenados no âmbito da Administração Pública municipal pode ser formalizada mediante convênio entre o ente público interessado e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual deve detalhar adequadamente o limite de apenados a ser contratado, em observância ao artigo 36 da Lei de Execuções Penais, bem como as condições de execução do objeto e as obrigações de cada um dos convenentes, atendendo-se ao disposto no art. 116 da Lei Federal 8.666/1993, e ao contido na Lei Estadual 15.608/2007.
Também é juridicamente adequado para operacionalizar o trabalho do apenado a exigência, em editais de licitação para a contratação de serviços e de obras, de que as empresas contratadas pela Administração municipal utilizem um percentual mínimo de sua mão de obra oriundo ou egresso do sistema prisional, na forma a ser estabelecida em regulamento próprio do ente contratante.
II. Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial à Resolução nº 28/2011 e à Instrução Normativa nº 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registro do SIT, fiscalização, ou somente à Lei 8.666/93?
Resposta 2. Caso os recursos despendidos restrinjam-se aos valores referentes à remuneração do trabalho do preso e às taxas previstas em lei como devidas ao Fundo Penitenciário do Paraná, por não constituir transferência voluntária, o convênio ou instrumento congênere não se submete ao disposto na Resolução nº 28/2011, sendo desnecessário o registro no Sistema Integrado de Transferências – SIT, devendo, todavia, haver a observância pelo instrumento das disposições legais aplicáveis (Leis nos 8.666/93, 14.133/21, Lei Estadual nº 15.608/2007), sendo passível da regular fiscalização por parte do Tribunal de Contas no exercício do controle externo.
III. Qual elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra por apenados?
Resposta 3. As despesas com convênio para prestação de serviços de mão de obra por apenados devem ser registradas sob a classificação "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica".
Após o trânsito em julgado desta decisão, encaminhe-se o feito à CGF para ciência da decisão e eventuais encaminhamentos que entender necessários e à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua competência definida no Regimento Interno.
Posteriormente, fica desde logo autorizado o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo, com fundamento no art. 398, §1º do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - Reformar as respostas 2 e 3 trazidas pelo Acórdão nº 2015/21 - Tribunal Pleno, passando a figurar como resposta à Consulta o seguinte:
Item I. Quais os procedimentos adequados para a formalização de parcerias dessa natureza e qual o instrumento jurídico adequado para operacionalizar o trabalho do apenado?
Resposta 1. A operacionalização da prestação de serviços de apenados no âmbito da Administração Pública municipal pode ser formalizada mediante convênio entre o ente público interessado e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o qual deve detalhar adequadamente o limite de apenados a ser contratado, em observância ao artigo 36 da Lei de Execuções Penais, bem como as condições de execução do objeto e as obrigações de cada um dos convenentes, atendendo-se ao disposto no art. 116 da Lei Federal 8.666/1993, e ao contido na Lei Estadual 15.608/2007.
Também é juridicamente adequado para operacionalizar o trabalho do apenado a exigência, em editais de licitação para a contratação de serviços e de obras, de que as empresas contratadas pela Administração municipal utilizem um percentual mínimo de sua mão de obra oriundo ou egresso do sistema prisional, na forma a ser estabelecida em regulamento próprio do ente contratante.
Item II. Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial à Resolução nº 28/2011 e à Instrução Normativa nº 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registro do SIT, fiscalização, ou somente à Lei 8.666/93?
Resposta 2. Caso os recursos despendidos restrinjam-se aos valores referentes à remuneração do trabalho do preso e às taxas previstas em lei como devidas ao Fundo Penitenciário do Paraná, por não constituir transferência voluntária, o convênio ou instrumento congênere não se submete ao disposto na Resolução nº 28/2011, sendo desnecessário o registro no Sistema Integrado de Transferências – SIT, devendo, todavia, haver a observância pelo instrumento das disposições legais aplicáveis (Leis nos 8.666/93, 14.133/21, Lei Estadual nº 15.608/2007), sendo passível da regular fiscalização por parte do Tribunal de Contas no exercício do controle externo.
Item III. Qual elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra por apenados?
Resposta 3. As despesas com convênio para prestação de serviços de mão de obra por apenados devem ser registradas sob a classificação "3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica".
II - após o trânsito em julgado desta decisão, encaminhar o feito à CGF para ciência da decisão e eventuais encaminhamentos que entender necessários e à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, para os registros pertinentes, no âmbito de sua

competência definida no Regimento Interno;
III - posteriormente, fica desde logo autorizado o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo, com fundamento no art. 398, §1º do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.*
*__1__. Art. 3º. O art. 3º da Lei nº 4.955, de 13 de novembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:*
*"Art. 3º Constituem receitas do Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN:*
*(...)*
*XII – taxas cobradas das empresas que utilizam mão de obra dos internos do Sistema Penitenciário;"*
*Art. 16. Ao Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná compete:*
*(...)*
*V - a deliberação sobre tarifas e tabelas relativas a serviços, produtos e operações de interesse do Sistema Penitenciário, oriundos das atividades produtivas e de serviços das Unidades Penais ou por meio de convênios, acordos ou contratos com entidades públicas ou privadas;*
*__1__. Art. 74. Cabe Recurso de Revisão, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze dias), para o Tribunal Pleno, contra acórdãos por ele proferidos, nos seguintes casos:*
*(...)*
*§ 2º Não cabe recurso em processo de consulta.*
*__1__. Art. 252-C. Os processos de consulta, prejulgado, incidente de inconstitucionalidade e uniformização de jurisprudência deverão ser encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização pelas unidades técnicas, previamente à elaboração da instrução, para informar eventuais impactos decorrentes da decisão na área de fiscalização.*
*__5__. Art. 313. Uma vez protocolada, autuada e distribuída, será a consulta encaminhada ao Relator para proceder ao juízo de admissibilidade.*
*(...)*
*§ 3º Na hipótese de consulta concernente a matéria sujeita ao controle externo das Inspetorias, após a informação prestada pela Escola de Gestão Pública, os autos seguirão à Inspetoria de Controle Externo competente para instrução.*
*__6__. Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.*
*Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.*
*__7__. Art. 3º: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade (...) ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público (...)*
*§1º Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*
*(...)*
*VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos postulantes e dos destinatários do processo;*
*Art. 4º: O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração Pública, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:*
*II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado*
*(...)*
*III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.*
*__8__. II. Por se tratar de transferência de recursos, deve-se subordinar às normativas dessa Corte de Contas, em especial a Resolução nº 28/2011 e a Instrução Normativa nº 61/2011, quanto à obrigatoriedade de prestação de contas, registro do SIT, fiscalização, ou somente à Lei 8.666/93?*
*Resposta 2. Caso a opção do poder público recaia sobre a formalização de Convênio cujo objeto seja a operacionalização de serviços de apenados em obras e serviços de ente público, os repasses formalizados caracterizar-se-ão como transferências voluntárias, submetendo-se ao que prescreve o artigo 116 da Lei 8.666/93, bem como o contido na Lei Estadual 15.608/2007, Resolução nº 28/2011 do TCE-PR e Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE-PR, ficando o município concedente e o estado tomador dos recursos obrigados a prestar contas dos repasses a este Tribunal através do Sistema Integrado de Transferências – SIT.*
*Caso a opção de operacionalização de serviços de apenados junto ao Município se dê pela instrumentalização do artigo 40, § 5° da Lei 8.666/93, são suficientes os controles próprios de tal Diploma.*
*__9__. III. Qual elemento de despesa adequado para a classificação da prestação de serviços de mão de obra por apenados?*
*Resposta 3. Por se tratar da instrumentalização de repasses de recursos do ente municipal ao ente estadual, por meio de convênio objetivando a ressocialização de apenados permitindo-se a prestação de serviços junto ao ente municipal, a modalidade de despesa a ser indicada é a '30', sendo que o elemento de despesa, consistente na realização de subvenção social, deve ser o "43".*

**PROCESSO Nº:-334606/23**
**ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE TOLEDO**
**INTERESSADO:-LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**
**ADVOGADO / PROCURADOR-MILTON ENDLER**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1444/23 - TRIBUNAL PLENO**

Certidão Liberatória. Requerimento de encerramento formulado pelo Município de Toledo. Extinção sem julgamento de mérito. Encerramento e arquivamento.
I. RELATÓRIO
Trata-se de pedido de Certidão Liberatória, formulado pelo Município de Toledo, para fins de recebimento de recursos públicos por intermédio de convênios.
A Municipalidade salientou que se encontra com pendências junto a esta Casa, especificamente quanto ao cumprimento da agenda de obrigações, "em virtude da empresa responsável pelo software Tributário e Contábil ainda estar adequando esse às medidas necessárias, ainda não totalmente ajustadas".
O Conselheiro Fábio de Souza Camargo foi sorteado como relator do processo, conforme Termo de Distribuição n.º 2744/23 - Diretoria de Protocolo (peça 5), emitido pela Diretoria de Protocolo. Ato contínuo, os autos foram encaminhados à Coordenadoria de Gestão Municipal para manifestação.
A CGM emitiu a Instrução n.º 2002/23 - Coordenadoria de Gestão Municipal (peça 6), manifestando-se "pelo indeferimento da Certidão Liberatória, em virtude de pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações e no SIT, que impedem a emissão da Certidão" e pelo encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções.
A CMEX, por intermédio da Informação n.º 1975/23 - CMEX (peça 7), posicionou-se pelo deferimento do pedido, inexistindo pendências em seu âmbito de análise.
O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 459/23 - 2PC (peça 11), manifestou-se pelo indeferimento da certidão liberatória, "em razão do não cumprimento da Agenda de Obrigações".
Por fim, o Município de Toledo compareceu novamente aos autos, à peça 13, informando que a pendência referente à agenda de obrigações foi sanada, o que possibilitou que emitisse certidão liberatória, de modo que solicitou o encerramento do processo.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Considerando a manifestação da Municipalidade de Toledo requerendo o encerramento do processo, uma vez que conseguiu sanar a pendência até então existente e emitir sua certidão liberatória, entendo que inexiste empecilho para determinar a extinção do presente.
III. VOTO
Ante o exposto, VOTO pelo EXTINÇÃO do processo, sem julgamento do mérito, com o seu consequente encerramento e arquivamento.
Transitada em julgado a decisão, autorizo o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - EXTINGUIR o processo sem julgamento do mérito, com o seu consequente encerramento e arquivamento.
II - Transitada em julgado a decisão, autorizar o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

**PROCESSO Nº:-25870/11**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES**
**INTERESSADO:-HELIO PARZIANELLO (FALECIDO(A) EM 2015), LUCI HONORIO BORGES MENIN, MAIKON ANDRE PARZIANELLO**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1445/23 - TRIBUNAL PLENO**

Representação. Município de Enéas Marques. Possíveis irregularidades na contratação de bens e serviços. Pela improcedência.
I. RELATÓRIO
Trata-se de representação instaurada a partir de decisão proferida pelo Sr. Relator Sérgio Ricardo Valadares Fonseca no curso dos autos n.º 159106/10, de Prestação de Contas em trâmite perante esta Corte, com fulcro no artigo 32, II da Lei Orgânica deste Tribunal (Lei Complementar 113/2005), em face do Município de Enéas Marques, noticiando possíveis ilegalidades na contratação de bens e serviços pelo aludido Município, no ano de 2009.
A presente representação foi instaurada a partir da decisão de nº 1043/11. Tal decisão reporta-se ao teor do ofício constante da peça 2 daqueles autos dando notícia de supostas ilegalidades na contratação de bens e serviços. Em suma, alega que diversas aquisições teriam sido realizadas sem o devido processo licitatório e sem prévia previsão orçamentária;
Na peça 2 desses autos, juntou-se cópias dos requerimentos administrativos, manifestações jurídicas, manifestações da comissão de restos a pagar e a manifestação do controlador interno.
Houve a determinação da intimação do Município antes do juízo de admissibilidade, conforme despacho n.º 58/13, peça 8.
O Município de Enéas Marques, a peça 12, esclareceu que, no momento dos pedidos administrativos, encontrava-se no cargo o Prefeito Luci Honório Borges Menin, tendo este nomeado uma Comissão (restos a pagar) para averiguar a procedência dos pedidos, supostamente havia despesas não empenhadas no exercício de 2009 e demais requerimentos protocolados por terceiros.
Algumas manifestações da Comissão de restos a pagar (documentos anexados a denúncia) indicam que alguns bens/serviços "não puderam ser verificados se houve ou não a entrega ou fornecimento": Em consulta a alguns servidores do Departamento de Obras e Serviços Públicos, não foi possível obter a veracidade do recebimento e aplicação do referido material."
Verifica-se que, na maioria dos casos, houve indeferimento nos pedidos de pagamento e as empresas, apesar de intimadas, não apresentaram recurso.
As empresas DISTRIBUIDORA DE RAÇÕES ESPERANÇA LTDA, MARLENE LORENZETTI E WALMIR MORCELLI – ME, encontram-se com demandas judiciais junto a justiça estadual discutindo o recebimento ou não dos produtos/serviços.
Quanto as empresas WALMIR MORCELLI – ME, DP CONSULTORIA, ANGEOMED COM. DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, essas receberam os valores.
O Município requereu o arquivamento do ofício da denúncia por supostas irregularidades.
O ex-prefeito, o Sr. Luci Honório Borges Menin, a peça 79, apresentou manifestação. Informou que assumiu a prefeitura após a cassação do prefeito eleito, o Sr. Helio Parzianello. Ao iniciar o ano de 2010, empresas protocolaram na prefeitura os pedidos pagamentos referentes ao ano de 2009 (gestão Hélio) e, desconhecendo a situação, nomeou uma comissão para averiguar os fatos.
Ao mov. 16 foi expedido o Ofício n.º 12/17 ao Sr. Helio Parzianello para apresentar ao Tribunal os esclarecimentos e/ou documentos. O prazo expirou em 16/03/2017, sem apresentação de resposta, conforme Certidão de Decurso de Prazo n.º 392/17

– DP, juntada ao mov. 84.
Foi juntada a informação nº 6575/17, peça 91, informando o falecimento do Sr. Hélio Parzianello.
O Sr. Luci Honorio Borges Menin apresentou defesa (peça 95) e reiterou os argumentos trazidos na peça 79, tendo em vista que ficou apenas 20 dias em exercício do cargo. Portanto, entende que não há como lhe imputar qualquer responsabilidade em relação aos fatos narrados.
A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM, mediante Instrução de n.º 1337/22 (peça 102), opinou pelo encerramento da presente representação, a unidade conclui que o prosseguimento do feito seria inócuo com a prescrição, entendimento alinhado ao consubstanciado na RE 636886/AL – STF.
O Ministério Público de Contas – MPC, mediante o Parecer n.º 392/22 – 2PC (peça 103) não corroborou com o opinativo técnico e opinou pelo sobrestamento do feito, até decisão definitiva da Revisão de Prejulgado nº 26.
O Relator à época não entendeu possível acolher o pleito ministerial, visto não identificar nem na Instrução Processual, tampouco no Parecer Ministerial, a existência de pretensão ressarcitória que possa ser objeto de decisão final neste processo.
Deste modo, os autos retornaram ao Ministério Público de Contas para manifestação conclusiva do mérito que concluiu pela improcedência da Representação, conforme Parecer n. 194/23 – 2PC (peça 106).
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO
Analisando a presente Representação, a Coordenadoria de Gestão Municipal por intermédio da Instrução n.º 1337/22 (peça 102) opinou pelo encerramento do feito, ante a ocorrência de prescrição. Fundamentou o opinativo com base no RE 636.886 (tema 899), julgado pelo Supremo Tribunal Federal na sistemática de julgamentos repetitivos, bem como no Prejulgado nº 26 desta Corte de Contas. Para tanto, considerou que os fatos ocorreram em 2009, o expediente foi autuado em 2011 e o despacho de citação foi proferido em 05/04/2017.
Entretanto, o Prejulgado n.º 26[1][1] se aplica tão somente às hipóteses de prescrição de aplicação de multas e outras sanções de cunho pessoal por esta Corte de Contas. No que diz respeito ao RE 636.866 (Tema 899), julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, diz respeito à prescritibilidade da execução fundada em Tribunal de Contas.
Vejamos:
EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REPERCUSSÃO GERAL. EXECUÇÃO FUNDADA EM ACÓRDÃO PROFERIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESCRITIBILIDADE. 1. A regra de prescritibilidade no Direito brasileiro é exigência dos princípios da segurança jurídica e do devido processo legal, o qual, em seu sentido material, deve garantir efetiva e real proteção contra o exercício do arbítrio, com a imposição de restrições substanciais ao poder do Estado em relação à liberdade e à propriedade individuais, entre as quais a impossibilidade de permanência infinita do poder persecutório do Estado. 2. Analisando detalhadamente o tema da "prescritibilidade de ações de ressarcimento", este SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL concluiu que, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública. 3. A excepcionalidade reconhecida pela maioria do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no TEMA 897, portanto, não se encontra presente no caso em análise, uma vez que, no processo de tomada de contas, o TCU não julga pessoas, não perquirindo a existência de dolo decorrente de ato de improbidade administrativa, mas, especificamente, realiza o julgamento técnico das contas à partir da reunião dos elementos objeto da fiscalização e apurada a ocorrência de irregularidade de que resulte dano ao erário, proferindo o acórdão em que se imputa o débito ao responsável, para fins de se obter o respectivo ressarcimento. 4. A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal). 5. Recurso Extraordinário DESPROVIDO, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição. Fixação da seguinte tese para o TEMA 899: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas"
(RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020) A referida decisão foi objeto de Embargos de Declaração: Ementa: TEMA 899 DE REPERCUSSÃO GERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO FUNDADA EM DECISÃO DE TRIBUNAL DE CONTAS (CF, ART. 71, § 3º). PRAZO DE 5 (CINCO) ANOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. O acórdão embargado não apresenta omissões, contradições, ou obscuridades. O ofício judicante realizou-se de forma completa e satisfatória, não se mostrando necessários quaisquer reparos. 2. A questão controvertida decidida no Tema 899 da repercussão geral definiu a prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, § 3º, da CF, que estabelece: "as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo". 3. Após a conclusão da tomada de contas, com a apuração do débito imputado ao jurisdicionado, conforme definido pelo STF, a decisão do TCU formalizada em acórdão terá eficácia de título executivo e será executada conforme o rito previsto na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980). 4. Inexistência de hipótese de imprescritibilidade, aplicando-se, integralmente, o disposto no art. 174 do Código Tributário Nacional, c/c art. 40 da Lei 6.830/1980, que rege a Execução Fiscal e fixa em 5 (cinco) anos, respectivamente, o prazo para a cobrança do crédito fiscal e para a declaração da prescrição intercorrente, conforme consta no acórdão embargado. 5. Ausência dos pressupostos necessários à modulação dos efeitos do julgado. 6. Embargos de Declaração rejeitados. (RE 636886 ED, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 23/08/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 03-09-2021 PUBLIC 08-09-2021).
Ainda, o Ministro Alexandre de Moraes, relatou:
"Os argumentos acima elencados conduzem à conclusão no sentido de que a pretensão executória de título executivo proveniente de decisão do TCU da qual resulte imputação de débito ou multa é prescritível; e, portanto, a ela se aplica o prazo prescricional da Lei de Execução Fiscal. Nenhuma consideração houve acerca do prazo para constituição do título executivo, até porque esse não era o objeto da questão cuja repercussão geral foi reconhecida no Tema 899, que ficou adstrito, como sobejamente já apontado, à fase posterior à formação do título.
Reitere-se: Após a conclusão da tomada de contas, com a apuração do débito imputado ao jurisdicionado, a decisão do TCU formalizada em acórdão terá eficácia de título executivo e será executada conforme o rito previsto na Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980), por enquadrar-se no conceito de dívida ativa não tributária da União, conforme estatui o art. 39, § 2º, da Lei 4.320/1964."
Deste modo, o Supremo Tribunal Federal deliberou acerca da prescrição do título executivo formado pelas decisões dos Tribunais de Contas, e não sobre a pretensão ressarcitória, como foi apontado pela unidade técnica.
Nesta toada, corroboro com o Parecer Ministerial n.º 194/23 – 2PC quanto a improcedência da presente Representação. Destaca-se, de pronto, que não restou demonstrado qualquer indício de dano ao erário na análise realizada.
Ao se analisar a documentação trazida aos autos, restou demonstrado que alguns bens/serviços "não puderam ser verificados se houve ou não a entrega ou fornecimento": Em consulta a alguns servidores do Departamento de Obras e Serviços Públicos, não foi possível obter a veracidade do recebimento e aplicação do referido material." Vale destacar que os fatos narrados ocorreram há mais de 14 anos atrás. Nesse contexto, considerando a superveniente apresentação dos procedimentos licitatórios pelo ente municipal (peças 21/75), os valores individualizados dos pagamentos a cada fornecedor (peça 02), bem como o falecimento do gestor à época dos fatos, o Sr. Helio Parzinello e, ainda, conforme Despacho n.º 803/22 – GCFAMG não foi identificado a existência de pretensão ressarcitória que possa ser objeto de decisão final neste processo, entende-se desnecessária a continuidade do feito.
Assim, considerando todo o exposto, os documentos acostados aos autos e os pertinentes dispositivos legais, acompanho o posicionamento do douto Parquet, a ausência de indícios de qualquer dano ao erário a ser ressarcido torna a presente Representação improcedente.
III. VOTO
Diante do exposto, nos termos do art. 116, V, da Lei Complementar n°. 113/05[2], VOTO pela IMPROCEDÊNCIA desta Representação, formulada pelo Ministério Público do Estado do Paraná.
Transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1° do Regimento Interno[3], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento[4].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I – Julgar IMPROCEDENTE esta Representação, formulada pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
II – após transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1° do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Possibilidade de reconhecimento de ofício da prescrição das multas e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público que tratam do tema, que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo.*
*__2__. Art. 116. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno e nesta lei, compete ao Tribunal Pleno, originariamente: (...)*
*V – apreciar e julgar as denúncias e representações;*
*__3__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n°. 24/2010)*
*§ 1° Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator;*
*__4__. Regimento Interno. Art. 168 Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
*VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.*

**PROCESSO Nº:-503516/21**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, JOAO LUIZ STEFANIAK, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1446/23 - TRIBUNAL PLENO**
Representação. Disponibilização de KIT COVID para tratamento precoce pelo Município de Ponta Grossa. Medicamento utilizado exclusivamente para tratamento antiparasitário. Ausência de irregularidades. Pela improcedência.
I. RELATÓRIO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (Relator)
Tratam os autos da Representação, com pedido cautelar, interposto pelo MANDATO COLETIVO DO PSOL NA CÂMARA DE PONTA GROSSA, representado pelo Vereador João Luiz Stefaniak, em face do MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, a qual noticia a promulgação da Lei n°. 13.942/21, que dispõe sobre a disponibilização

gratuita de kit de medicamentos para o tratamento precoce no combate à contaminação pelo vírus da Covid-19 na rede SUS do Município de Ponta Grossa durante o período pandêmico.
Aponta o representante a comprovada ineficácia no uso de determinados fármacos que integram o chamado Kit Covid o qual o Ministério da Saúde teria reconhecido oficialmente em documentos enviados à CPI da Covid, instalada no Senado Federal em julho de 2021.
Neste sentido, os Representantes pretenderam acionar este Tribunal de Contas ao constatarem indícios de irregularidades decorrentes de medidas que teriam sido adotadas pelo Poder Público Municipal, divergente das recomendações difundidas pelas autoridades sanitárias, requerendo a emissão de recomendação para imediata interrupção na aquisição e/ou distribuição dos fármacos listados no art. 1° da Lei n°. 13.942/21 por meio de decisão liminar, como também para esclarecimento quanto às medidas efetivamente adotadas pela municipalidade e, por consequência, o julgamento pela irregularidade das contas que são objeto do presente feito.
Mediante o Despacho n°. 700/21 – GCFAMG (peça 7), o então Conselheiro Relator Fernando Augusto Mello Guimarães recebeu o expediente, contudo, indeferiu o pedido cautelar, por entender não haver elementos que evidenciassem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme art. 300, do Código de Processo Civil.
Na sequência, determinou a inclusão da Sra. ELISABETH SILVEIRA SCHMIDT, Prefeita do Município de Ponta Grossa, no rol de interessados e sua CITAÇÃO, para que informasse a instauração de eventuais procedimentos licitatórios para aquisição do KIT COVID pelo Município; apresentasse planilha com os fatos já efetuados no mesmo sentido; informasse se foi adotada alguma política pública em relação ao KIT COVID ou se foi realizada campanha publicitária com tal finalidade – discriminando os valores empregados; que informasse os fundamentos científicos para quaisquer atos de promoção do KIT COVID, e, havendo interesse, apresentasse esclarecimentos e manifestação/defesa em relação as insurgências tecidas na inicial.
Após oportunizado o contraditório, o prazo para manifestação exauriu-se sem apresentação de defesa, tendo a unidade técnica emitido a Instrução n°. 4544/21 – CGM (peça 15), seguido do Parecer n°. 155/22 – 3PC (peça 19), os quais convergiram no opinativo pela repetição da diligência nos termos do Despacho n°. 700/21, tendo sido acatado pelo Despacho n°. 172/22 - GCFAMG (peça 20).
A Prefeita Municipal, Sra. Elizabeth Silveira Schmidt, apresentou manifestação às peças 28/35 e documentações, onde esclarece que o kit COVID não chegou a ser operacionalizado e, por isso, não veio a ser distribuído, como também não houve efetiva campanha publicitária acerca do tratamento precoce em questão.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, mediante a Instrução n°. 2307/22 (peça 39), concluiu pela procedência do feito, sem aplicações de sanções, haja vista a inexistência de dolo ou erro grosseiro.
O Ministério Público de Contas – MPC, mediante o Parecer n°. 508/22 (peça 40), divergiu do opinativo técnico, na medida em que, embora não tenha sido adquirido o KIT COVID pela municipalidade, foi evidenciado pela defesa gastos que somam a quantia de R$ 558,08 (quinhentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) para aquisição de Ivermectina 6mg em tratamento antiparasitário, conforme documentação acostada, o que não representaria gastos excessivos e/ou desmotivados.
Além disso, o Parquet de Contas apontou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Paraná, relativa à Lei n°. 13.942/2021, em que o Judiciário verificou vício de iniciativa legislativa e vulneração à independência e à harmonia entre os poderes municipais, fato que contribuiu para embasamento do Parecer Ministerial pela improcedência desta Representação.
É o relatório.
II. FUNDAMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO
Acompanho o entendimento exarado pelo Ministério Público de Contas no sentido da improcedência desta Representação, visto que comprovada a realização de despesas com o citado medicamento especificamente para tratamento antiparasitário.
Considerando que a Lei Municipal n°. 13.942/2021 foi declarada inconstitucional, não remanesce nenhuma irregularidade a ser esclarecida em relação aos seus efeitos.
Além disso, com o arquivamento do Processo Administrativo Eletrônico SEI 40.639/2020, em que teria sido realizada a solicitação de aquisição de Ivermectina 6 mg por meio de dispensa de licitação, para atendimento ao protocolo municipal então vigente, mas que não foi dado andamento após divulgação da Nota Orientativa n°. 42/2020 editada pelo Comitê de Operações de Emergência (COE), da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, juntada aos autos na peça 31, o qual foram observadas as orientações difundidas pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
Em síntese, é possível inferir que a municipalidade atendeu as instruções emitidas pelos Órgãos Sanitários competentes, interrompendo (arquivando) o procedimento administrativo que visava a aquisição de medicamentos para compor o ref. KIT COVID, em vista da ausência de comprovada eficácia por parte deste combinado farmacológico, tanto na prevenção como no tratamento da doença manifestada pelo coronavírus.
No que tange à divulgação de campanha publicitária em prol do KIT-COVID pelo Município de Ponta Grossa, como exposto no Parecer do Ministério Público de Contas, não se verificou nos autos eventual difusão de política pública relacionada ao tema por parte do município.
III. VOTO DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencedor)
Ante o exposto, nos termos do art. 116, V, da Lei Complementar n°. 113/05[1], VOTO pela IMPROCEDÊNCIA da Representação, formulada pelo Mandato Coletivo do PSOL na Câmara de Ponta Grossa.
Transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1° do Regimento Interno[2], determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento[3].
IV. PROPOSTA DE VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencida)
Trata o presente feito de representação proposta pelo MANDATO COLETIVO DO PSOL NA CÂMARA DE PONTA GROSSA em face do MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, em razão da operacionalização de distribuição de kit COVID, conforme teor da lei municipal n. 13.942/21. O representante assentou que as ações de distribuição do kit COVID foram declaradas ineficazes e que a municipalidade deveria cessar a atividade bem como ter julgadas irregulares as suas contas.
O relator formulou proposta de voto no sentido de julgar improcedente a representação, amparado na tese de que o programa não foi operacionalizado.
DIVIRJO do voto do relator, uma vez que a antijuridicidade da distribuição de kit COVID e as consequências graves da pandemia são fatos notórios e há elementos que conduzem à conclusão de que o programa foi operacionalizado.
Embora o Município de Ponta Grossa tenha declarado, em peça 28, que não teria havido a operacionalização do kit COVID, fato que poderia afastar a materialidade da conduta antijurídica, a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM), em peça 39, manifestou conclusão em sentido contrário, afirmando que o programa foi operacionalizado, pelo que opinou pela procedência da representação.
A CGM ressalvou, contudo, que deveria ser excluída a responsabilidade do agente municipal, a despeito da gravidade da conduta. Sustentou, em favor da representada, que a política de distribuição do kit COVID não foi realizada de ofício, mas por força de lei municipal.
Adicionalmente, a CGM examinou a inexistência do elemento subjetivo ensejador da responsabilidade, argumentando que não teria ocorrido nem o dolo nem o erro grosseiro, já que foi a lei municipal que determinou a obrigatoriedade da distribuição do medicamento sem eficácia comprovada.
Ocorre que, na data da aplicação do programa, estava vigente o entendimento vinculante do STF, segundo o qual a aquisição de medicamentos sem amparo em padrões científicos configuraria erro grosseiro:
1. Configura erro grosseiro o ato administrativo que ensejar violação ao direito à vida, à saúde, ao meio ambiente equilibrado ou impactos adversos à economia, por inobservância: (i) de normas e critérios científicos e técnicos; ou (ii) dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção. 2. A autoridade a quem compete decidir deve exigir que as opiniões técnicas em que baseará sua decisão tratem expressamente: (i) das normas e critérios científicos e técnicos aplicáveis à matéria, tal como estabelecidos por organizações e entidades internacional e nacionalmente reconhecidas; e (ii) da observância dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, sob pena de se tornarem corresponsáveis por eventuais violações a direitos. (STF, ADPF 6.421, Relator Min. Roberto Barroso, j. 20/05/2020)
A existência de lei municipal não é suficiente para afastar o elemento subjetivo da responsabilidade do administrador. Uma vez que houve a aquisição de medicamentos para a distribuição de kit COVID sem amparo científico, não se fala na inocorrência de erro grosseiro, considerando todos os fatos notórios e os consensos científicos formados em torno desta pandemia.
O Ministério Público de Contas, por meio de parecer de lavra da Procuradora Katia Regina Puchaski, opinou pela improcedência da representação, sob o fundamento de que não teria ocorrido a operacionalização do programa de distribuição do kit COVID, e que os fármacos constantes dos documentos apresentados pelo município foram adquiridos para finalidade antiparasitária.
Examinando os autos, verifiquei que o município não demonstrou a não operacionalização do programa. Ainda, a defesa voltou-se a justificar a aquisição de medicamentos no ano de 2020, sendo que a lei municipal foi publicada em 2021. Os fatos até agora apurados na instrução não deixam claro se a administração efetivamente deixou de implantar o programa, e, se o implantou, qual a extensão do dano ao erário dele resultante.
Nesses termos, reputo ser necessária maior dilação probatória acerca dos fatos, o que demandará a fiscalização operacional, na forma do art. 75, IV, da Constituição Estadual, de modo a apreciar se houve ou não houve a operacionalização da distribuição de kit COVID no município de Ponta Grossa, bem como a extensão do dano ao erário decorrente da aquisição de medicamentos para finalidade antijurídica.
Desse modo, VOTO no sentido de converter o presente feito em diligência, e remeter os autos à CGM para que, em sede de fiscalização operacional, verifique se houve execução de programa de distribuição de kit COVID no município entre os anos de 2020 a 2022 e apure o dano ao erário em razão da aquisição de fármacos com vício de motivação, isto é, em razão da alegação de tratar a COVID por meio de profilaxia sem amparo em padrões científicos.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:
I – Julgar IMPROCEDENTE a Representação, formulada pelo Mandato Coletivo do PSOL na Câmara de Ponta Grossa;
II – após transitada em julgado esta decisão, com fundamento no art. 398, § 1° do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Votaram, acompanhando o Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, os Conselheiros JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.
O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA votou pela conversão do presente feito em diligência, sendo acompanhado pelo Conselheiro IVAN LELIS BONILHA,
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

***1***. *Art. 116. Além de outras atribuições previstas no Regimento Interno e nesta lei, compete ao Tribunal Pleno, originariamente: (...)*
*V – Apreciar e julgar as denúncias e representações;*
***2***. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n°. 24/2010)*
*§ 1° Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator;*
***3***. *Regimento Interno. Art. 168 Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
*VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio.*

**PROCESSO Nº:-341323/22**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL**
**INTERESSADO:-1ª VARA DO TRABALHO DE APUCARANA, BENEDITO JOSE PUPIO, DEJAIR VALERIO, LAURO DE SOUZA SILVA JUNIOR, MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1447/23 - TRIBUNAL PLENO**

Representação – Contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público – Motorista de Transporte Escolar – Pela procedência.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Representação encaminhada pelo d. Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Apucarana, apresentando cópia da Sentença proferida na Reclamação Trabalhista nº 0000010-28.2022.5.09.0089 movida por Rodrigo Nogueira de Mattos em face do Município de Jandaia do Sul.

Extrai-se da reclamatória trabalhista, peça 3, que o autor foi admitido pelo Município de Jandaia do Sul, em 06/03/2013, para exercer o cargo de "motorista de transporte escolar", sem prévia aprovação em concurso público, sendo dispensado em 31/05/2020.

Considerando que, apesar de intimados para apresentar defesa, o Município quedou-se inerte na referida reclamatória trabalhista e, diante da confissão ficta imputada ao réu, restou evidente que o Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos não foi contratado para ocupar cargo em comissão, e sim, em atividade fim essencial à administração pública, de natureza efetiva, afastando a tese de prestação de serviços autônomos.

Diante disso, com fundamento no artigo 37[1], inciso II e §2º, da Constituição Federal, e na Súmula nº 363[2] do TST, o d. Juízo declarou nulo o contrato de trabalho firmado entre as partes, já que o autor não foi aprovado em concurso público e condenou o Município ao pagamento do FGTS do período de janeiro de 2017 até maio de 2020, bem como sobre as parcelas deferidas no item 5 da referida decisão.

Por meio do Despacho nº 503/22, peça 07, o expediente foi recebido como Representação, determinando-se a citação do Município de Jandaia do Sul na pessoa do ex-prefeito Sr. Dejair Valério (gestão 2013 – 2016) do ex-prefeito Sr. Benedito José Pupio (gestão 2016 – 2020) e a intimação do Prefeito Lauro de Souza Silva Júnior (gestão 2021 – 2024).

O Sr. Dejair Valério apresentou contraditório (peça 17) apesar do Sr. Rodrigo ter sido contratado para exercer a função de motorista de transporte escolar em 06/03/2013, época em que o Sr. Dejair Valério exercia a função de prefeito, esse afirmou não saber quem seria a pessoa do Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos e que jamais o contratou para exercer qualquer espécie de cargo durante o período em que esteve à frente da administração municipal na condição de chefe do executivo.

O Município de Jandaia do Sul se manifestou à peça 20 confirmando que constam nos registros do Município que o Sr. Rodrigo trabalhou para a administração pública no período de 06/03/2013 a 31/05/2020, sem prévia aprovação em concurso público. Anexaram o cartão ponto do Sr. Rodrigo do referente ao período de 2018-2020 (peças 21 e 22).

A Diretora do Departamento Jurídico do Município de Jandaia do Sul, Maria José Heckert Mello, à peça 23, prestou esclarecimento quanto ao não comparecimento na audiência referente à reclamatória trabalhista.

Informou que o Município possuía à época (ano de 2022) aproximadamente 2.900 processos judiciais em tramite nos tribunais, além de grande volume de processos administrativos e atuação direta nos atos realizados pela administração pública municipal e, em decorrência disso, o grande volume de serviços desempenhados pelo departamento foi causa determinante para o equívoco e não acompanhamento do ato designado na reclamatória trabalhista.

O ex-prefeito Sr. Benedito José Pupio se manifestou (peça 25) informando que restou comprovado que o Sr. Rodrigo laborou para o município de março de 2013 a maio de 2020, tendo a contratação ocorrido em momento anterior ao início do seu mandato, que perdurou de 2016 a 2020. E, diante da imperiosa necessidade de manutenção do serviço público prestado pelo Município em favor da população, houve a manutenção da prestação de serviço de motorista realizado pelo Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos. Em que pese não tenha ocorrido a aprovação em concurso público, a manutenção do serviço se deu virtude do caráter emergencial e escassez de mão de obra para suprimento da alta demanda da administração pública municipal, sendo que sua interrupção traria prejuízos diretos ao serviço público prestado aos munícipes. Destacou que durante o mandato houve realização de concurso público e processo seletivo simplificado, buscando a solução da falta de serviços para realização dos serviços mantidos pelo Município.

A Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM conforme Instrução nº 4570/22 – CGM (peça 29) opinou pela procedência da presente Representação com a aplicação da penalidade pecuniária prevista no art. 85, inc. c/c art. 87, V, alínea "a" da Lei Orgânica ao Sr. Benedito José Pupio (gestão 2016- 2020).

O Ministério Público de Contas ao Parecer nº 249/23 – 2PC corroborou o opinativo da unidade técnica.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

No mérito, a demanda merece procedência, uma vez que ficou demonstrada na decisão do Poder Judiciário a contratação irregular do Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos pelo Município de Jandaia do Sul, para exercer a função de "motorista de transporte escolar", em desconformidade com os preceitos constitucionais. Vejamos:

Nos termos da Constituição Federal, o acesso aos cargos e empregos públicos se dá, em regra, por meio de concurso público (artigo 37, inciso II). Excepcionalmente, autoriza-se a admissão sem realização de concurso nos casos de provimento em comissão (artigo 37, inciso V) ou contratação temporária (artigo 37, inciso IX), in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

(...)

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

No caso em apreço, a sentença judicial assegurou que o servidor não foi admitido mediante concurso público e declarou nulo o contrato firmado entre as partes, conforme peça 03.

Inclusive, o próprio Município destacou que não houve prévia realização de concurso público para a contratação do Sr. Rodrigo Nogueira Mattos (peça 20).

Nesse contexto, nota-se que o Sr. Rodrigo Nogueira Mattos ingressou no serviço público municipal sem prévia aprovação em concurso público e laborou para o Município de Jandaia do Sul entre 06/03/2013 a 31/05/2020 como "motorista de transporte escolar".

Em relaçao ao Sr. Dejair Valério, ex-prefeito do Município de Jandaia do Sul – gestão 2013/2016, restou comprovado pela Justiça do Trabalho, que a contratação se deu no ínicio do seu mantado (06/03/2013) e assim, a simples alegação do não conhecimento da existência do Sr. Rodrigo não o exime da responsabilidade, uma vez que a época era Chefe do Poder Executivo.

A unidade técnica entendeu não ser possível a aplicação de sanção pecuniária pessoal ao Sr. Dejair Valério tendo em vista que o mandato deste se encerrou em janeiro de 2015, ante o lapso temporal transcorrido, nos termos do Prejulgado nº 26 desta Corte, considerando que desde o final do mandato até o presente momento já se passaram 05 (cinco) anos.

O Prejulgado nº desta Corte dispõe:

"Possibilidade de reconhecimento de ofício da prescrição das multas e demais sanções pessoais, aplicando-se, analogicamente, as normas de direito público que tratam do tema, que estabelecem o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contado a partir da data da prática do ato irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Em relação às causas de interrupção, de suspensão da contagem e de aplicação da prescrição intercorrente, em conformidade com o Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária ao processo do Tribunal de Contas, o entendimento deverá ser fixado no sentido de que a prescrição sancionatória, interrompida com o despacho que ordenar a citação, reiniciará somente a partir do trânsito em julgado do processo, não tendo aplicabilidade, antes disso, as hipóteses de suspensão e de prescrição intercorrente, cabendo ao relator assegurar a razoável duração do processo."

Do compulsar dos autos, verifica-se que o Sr. Rodrigo laborou de 06/03/2013 até 31/05/2020. Deste modo, até o presente momento, contado a partir do encerramento do seu contrato, a prescrição não ocorreu.

Deste modo, tendo em vista que o Sr. Rodrigo foi contratado durante a gestão do ex-prefeito Dejair Valério sem a realização de concurso público exigido por lei, divirjo do opinativo técnico e entendo cabível a aplicação de multa administrativa prevista no art. 87, V, alínea "a"[3] da Lei Orgânica desta Corte.

Quanto ao Sr. Benedito José Pupio (gestão 2016/2020), à peça 25, afirmou:

"Diante a imperiosa necessidade de manutenção do serviço público prestado pelo Município em favor da população, houve a manutenção da prestação de serviço de motorista realizado pelo Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos. Em que pese não tenha ocorrido a aprovação em concurso público, a manutenção do serviço se deu virtude do caráter emergencial e escassez de mão de obra para suprimento da alta demanda da administração pública municipal, sendo que sua interrupção traria prejuízos diretos ao serviço público prestado aos munícipes. Oportuno destacar que durante o mandato houve realização de concurso público e processo seletivo simplificado, buscando a solução da falta de serviços para realização dos serviços mantidos pelo Município."

Considerando que a manutenção do serviço se deu em virtude do caráter emergencial e escassez de mão de obra à época, assim como durante o mandato do referido ex-prefeito houve a realização de concurso público e processo seletivo simplificado buscando a solução da falta de serviços para a realização dos serviços mantidos pelo Município, bem como restou comprovado que não houve dano ao erário, deixo de responsabilizar o Sr. Benedito José Pupio pela irregularidade narrada, afastando a aplicação da multa sugerida pela unidade técnica.

III. VOTO

I - Ante o exposto, VOTO pela procedência desta Representação encaminhada pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Apucarana, referente à Reclamatória Trabalhista nº 0000010-28.2022.5.09.0089 movida pelo Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos em face do Município de Jandaia do Sul, sem aplicação da multa proposta em face da prescrição sancionatória ao Sr. Benedito José Pupio.

II - Que seja aplicada ao Sr. Dejair Valério, CPF nº 101.316.129-72, ex-prefeito do Município de Jandaia do Sul (gestão 2013/2016) a multa administrativa prevista no art. 87, inc. V, alínea "a" da Lei Orgânica desta Corte em razão do seguinte fato: "nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo".

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I - DAR PROCEDÊNCIA desta Representação encaminhada pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Apucarana, referente à Reclamatória Trabalhista nº 0000010-28.2022.5.09.0089 movida pelo Sr. Rodrigo Nogueira de Mattos em face do Município de Jandaia do Sul, sem aplicação da multa proposta em face da prescrição sancionatória ao Sr. Benedito José Pupio;

II - aplicar ao Sr. Dejair Valério, CPF nº 101.316.129-72, ex-prefeito do Município de Jandaia do Sul (gestão 2013/2016) a multa administrativa prevista no art. 87, inc. V, alínea "a" da Lei Orgânica desta Corte em razão do seguinte fato: "nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo".

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
*(...)*
*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*
*(...)*
*§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.*
*__2__. Súmula nº 363 do TST: CONTRATO NULO. EFEITOS – A contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.*
*__3__. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, fixadas em valor certo, em razão dos seguintes fatos: V - No valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais): a) nomear ou contratar, ainda que sob a aparência de concurso público ou contratação temporária, exceto para cargos em comissão, sem a realização de prova ou teste seletivo;*

**PROCESSO Nº:-766430/22**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARILENA**
**INTERESSADO:-GALERA DA CESTA BASICA LTDA, JOSE APARECIDO DA SILVA**
**ADVOGADO / PROCURADOR-BARBARA MELLER DA SILVA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1448/23 - TRIBUNAL PLENO**

Representação da Lei nº 8.666/93. Município de Marilena. Fornecimento de cestas natalinas a servidores municipais. Necessidade de prévia autorização legislativa. Restrição de participação no pregão apenas para empresas sediadas no Município. Licitação que não era destinada exclusivamente a ME/EPP. Inobservância dos termos do Prejulgado nº 27 do TCE-PR. Pela procedência da representação, com aplicação de sanção, expedição de recomendações e encaminhamento à CGF para ciência.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos de Representação da Lei nº 8.666/93 proposta por GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA em face do Pregão Presencial nº 63/2022, promovido pelo Município de Marilena que teve por objeto "Aquisição de cestas natalinas, destinadas aos servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Executivos e Estagiários do Município de Marilena-PR", em virtude de o referido Edital restringir a participação somente para empresas sediadas no Município de Marilena.

Alega que restou inabilitada de participar do pregão por conta de tal previsão, a qual contrariou o entendimento estabelecido no prejulgado nº 27 do TCE-PR e prejudicou a competitividade do certame, posto que somente uma empresa participou do pregão.

Por conta disso requereu a concessão de medida cautelar para declarar a nulidade do pregão e a procedência da representação a fim de que o Município seja orientado a fim de não mais cometer tais ilegalidades, com a imputação de multa aos responsáveis e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Paraná.

No Despacho nº 1135/22 – GCFAMG (peça 11) o então Relator Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães recebeu a representação, todavia não concedeu a liminar pleiteada, por considerar que "a suspensão da licitação resultará na inequívoca impossibilidade de cumprimento da medida buscada pela Administração Municipal (entrega das cestas para utilização na celebração natalina)."

Na peça 21 o Município de Marilena, representado pelo prefeito José Aparecido da Silva, apresentou contraditório em que defende, em síntese, que a restrição encontra fundamento no Decreto Municipal nº 381/2021, que busca fomentar o comércio local, conforme autorização trazida no art. 47 da Lei Complementar nº 123/06, bem como que foi realizada pesquisa de preço com três empresas sediadas naquele Município para definir o preço máximo do objeto.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, na Instrução nº 1080/23 (peça 23), observou que o Prejulgado nº 27 do TCE-PR permite a realização de licitações exclusivas a microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, desde que devidamente justificado e que o certame seja destinado exclusivamente a ME/EPP, o que não é o caso do Pregão Presencial nº 63/2022, que possibilitou a participação de todas as empresas situadas no Município com ramo de atividade compatível com o objeto, inobstante o valor máximo estabelecido ter sido R$58.528,00 (cinquenta e oito mil quinhentos e vinte e oito reais), o que, a princípio, demandaria a realização de certame exclusivo para microempresas/empresas de pequeno porte.

A CGM efetuou também uma análise acerca do preço orçado pelo Município de Marilena, entendendo pela inexistência de sobrepreço no certame. Assim, concluiu a unidade técnica pela procedência da representação no seguinte sentido:

a) aplicação de MULTA ADMINISTRATIVA contida no artigo 87, IV, "g", da Lei Complementar n.° 113/2005, ao Sr. JOSÉ APARECIDO DA SILVA, Prefeito de Marilena, em face da realização de procedimento licitatório restritivo a empresas sediadas no referido Município, com restrição ao caráter competitivo e sem amparo legal;

b) SUGERE-SE que nos próximos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Marilena sejam observadas as regras contidas na Lei Complementar n.° 123/06, especificadamente em relação à obrigatoriedade de realização de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição do artigo 48, I, da Lei Complementar n.° 123/06; e caso seja ultrapassado referido valor, seja reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, com as devidas justificativas caso ocorram as situações mencionadas no artigo 49 da respectiva Lei;

c) SUGERE-SE, em caso de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte locais e regionais, a observância do entendimento exarado por estar Corte de Contas no Prejulgado n.° 27.

O Ministério Público de Contas, no Parecer nº 268/23 – 5PC (peça 24), corroborou o opinativo da unidade técnica.

É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente chama atenção o objeto do Pregão Presencial nº 63/2022, o qual, de acordo com o Termo de Referência (Anexo I do Edital, peça 5) consistiu em:

1.1. Aquisição de cestas natalinas, destinadas aos servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos, Executivos e Estagiários do Município de Marilena-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| CESTAS NATALINAS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
| 1 | **CESTA NATALINA, EM TNT, MEDINDO 47x70CM, COM MENSAGEM IMPRESSA, COMPOSTA PELOS ITENS:**<br>1 REFRIGERANTE TIPO COLA 2 L;<br>1 PANETONE 500G;<br>1 CHAMPAGNE 660ML;<br>1 PACOTE DE BALA MASTIGÁVEL 500G;<br>1 CAIXA DE BOMBOM, SORTIDOS ENTRE 250g;<br>1 GARRAFA DE VINHO TINTO SUAVE 750 ml VIDRO;<br>1 SACHÊ DE AZEITONA 280G;<br>1 LATA DE PÊSSEGO EM CALDA 850G. | 620 | R$94,40 | R$58.528,00 |
| | | | **TOTAL** | **R$58.528,00** |

Não obstante não seja objeto deste procedimento analisar a legalidade do item contratado, imperioso destacar que esta Casa já se manifestou pela impossibilidade de concessão de vantagens a servidores municipais que não estejam previstas em lei:

Consta dos autos a alegada impropriedade acerca da contratação de empresa, por meio do Pregão Presencial nº 41/2019, para o fornecimento de 270 unidades de panetones trufados, no valor total de R$ 4.584,60 (quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), a serem distribuídos aos funcionários públicos da entidade nas festividades natalinas de 2019.

Verifica-se, inicialmente, que a distribuição de panetones constitui, em verdade, vantagem in natura, a qual deve guardar respeito as regras aplicáveis à espécie, qual seja, a autorização mediante legislação específica. Tal premissa é salvaguardada pela Constituição Federal, em seu artigo 169, §1º:

"A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista".

(Processo nº 173180/20, Acórdão nº 2500/20 - Tribunal Pleno, Relator Cons. Artagão de Mattos Leão)

Ademais, considerando que a cesta contemplava, dentre outros itens, bebidas alcoólicas, sequer poderia ser considerada uma vantagem "in natura" no caso, ante a natureza do item, consoante estabelece a CLT:

Art. 458 - Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Assim, entendo pertinente a expedição de Recomendação ao Município de Marilena a fim de que se abstenha de conceder vantagens a servidores municipais sem autorização legislativa, incluindo-se vantagens "in natura", como, exemplificativamente, a entrega de cestas natalinas.

Em relação ao objeto desta Representação, o Edital de Pregão Presencial nº 63/2022 estabeleceu a seguinte restrição geográfica para participação no Pregão:

6.1. Poderão participar deste Pregão somente empresas sediadas no município de Marilena, mediante amparo do Decreto Municipal nº.381/2021, conforme Art. 3º LETRA "a", cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento devidamente conforme edital.

6.1.1.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

6.2 Será vedada a participação de empresas:

a) Empresas não sediadas no Município de Marilena, sob pena de desclassificação;

b) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos/Atas de Registro de Preços, na forma da legislação vigente

c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,

e) Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

(...)

O tema em análise foi objeto de deliberação do TCE-PR no Prejulgado nº 27:

É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar n.º 123/2006, desde que, devidamente justificado;

ii) Na ausência de legislação suplementar local que discipline o conteúdo do art. 48, § 3º da LC nº 123/2006, deve ser aplicado o limite de preferência definido pela Legislação Federal às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente, desde que dentro do preço máximo previsto no edital;

iii) Conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, é obrigatória a realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e

empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R$ 80.000,00(oitenta mil reais). Para bens de natureza divisível, cujo valor ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração deve reservar uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas. Com relação aos serviços de duração continuada, o teto deve ser considerado para o calendário financeiro anual;
iv) A aplicação dos instrumentos de fomento dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 é obrigatória à Administração Pública, somente podendo ser afastada nas hipóteses retratadas no art. 49 do mesmo diploma legislativo, exigindo-se, em qualquer caso, motivação específica e contextualizada quanto à sua incidência.
Ainda que o Município de Marilena fundamente que a restrição geográfica encontra respaldo no Decreto Municipal nº 381/2021, o que se mostra excessivamente genérico, posto que o referido normativo poderia ser aplicável indistintamente para qualquer contratação municipal abaixo de oitenta mil reais, o mais grave na situação em análise é que o Pregão Presencial nº 63/22 não era restrito à participação de ME/EPP, permitindo a ampla participação de qualquer empresa situada naquele Município com ramo de atividade compatível com o objeto.
O próprio Decreto Municipal nº 381/2021 em seu artigo 1º dispõe que "Este Decreto regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, às empresas de pequeno porte e MEI'S nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal, previsto no Capítulo V, Seção I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 com as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal n.º 147/2014".
Apesar de o valor previsto para o certame ter sido inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista que o certame não foi restrito à participação de microempresas e de empresas de pequeno porte, não há fundamento apto a permitir a restrição geográfica efetuada.
Como se vê da Ata juntada na peça 4, além da representante (que restou desclassificada), somente uma empresa participou do certame, o que denota a existência de possível restrição a competitividade em tal medida. Todavia, um eventual sobrepreço não chegou a ser verificado, conforme a competente análise efetuada pela Coordenadoria de Gestão Municipal na peça 23.
Dessa forma, entendo pela procedência da representação, com a aplicação de uma multa do art. 87, IV, "g", da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, a José Aparecido da Silva, Prefeito de Marilena, em face da realização de procedimento licitatório exclusivo a empresas sediadas no referido Município, sem uma justificativa específica, com restrição ao caráter competitivo e sem amparo legal, por não se tratar de certame destinado exclusivamente a ME/EPP.
Ademais, entendo pertinente a expedição das seguintes recomendações ao Município de Marilena:
- Observe em seus próximos procedimentos licitatórios as regras contidas na Lei Complementar n.° 123/06, especialmente em relação à obrigatoriedade de realização de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte ou a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto previstas nos arts. 48 e 49 da referida Lei Complementar;
- Observe, em seus próximos procedimentos licitatórios, caso pretenda restringir a competição às microempresas ou empresas de pequeno porte situadas local ou regionalmente, a integralidade das prescrições contidas no Prejulgado n.º 27 do TCE-PR, notadamente a apresentação de justificativas específicas no procedimento licitatório demonstrando a possibilidade de tal limitação para o caso concreto.
III. VOTO
Ante o exposto VOTO pela procedência desta Representação da Lei nº 8.666/93, com os seguintes encaminhamentos:
a) Aplicação de uma multa do art. 87, inciso IV, alínea "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 a José Aparecido da Silva, Prefeito de Marilena, em face da realização de procedimento licitatório exclusivo a empresas sediadas no referido Município, sem uma justificativa específica, com restrição ao caráter competitivo e sem amparo legal, por não se tratar de certame destinado exclusivamente a ME/EPP;
b) Expedir as seguintes RECOMENDAÇÕES ao Município de Marilena:
b.1. Abstenha-se de conceder vantagens a servidores municipais sem autorização legislativa, incluindo-se vantagens "in natura", como, exemplificativamente, a entrega de cestas natalinas;
b.2. Observe em seus próximos procedimentos licitatórios as regras contidas na Lei Complementar n.° 123/06, especialmente em relação à obrigatoriedade de realização de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte ou a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto previstas nos arts. 48 e 49 da referida Lei Complementar;
b.3. Observe, em seus próximos procedimentos licitatórios, caso pretenda restringir a competição às microempresas ou empresas de pequeno porte situadas local ou regionalmente, a integralidade das prescrições contidas no Prejulgado n.º 27 do TCE-PR, notadamente a apresentação de justificativas específicas no procedimento licitatório demonstrando a possibilidade de tal limitação para o caso concreto.
Com o trânsito em julgado da decisão, encaminhem-se os autos à CGF para ciência em relação a entrega de cestas natalinas para servidores municipais, a fim de planejamento e análise de riscos para futuras fiscalizações ou outros encaminhamentos que entender pertinentes
Após, sigam os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros e providências necessárias.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:
I - Dar procedência desta Representação da Lei nº 8.666/93, com os seguintes encaminhamentos:
a) aplicação de uma multa do art. 87, inciso IV, alínea "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 a José Aparecido da Silva, Prefeito de Marilena, em face da realização de procedimento licitatório exclusivo a empresas sediadas no referido Município, sem uma justificativa específica, com restrição ao caráter competitivo e sem amparo legal, por não se tratar de certame destinado exclusivamente a ME/EPP;
b) expedir as seguintes RECOMENDAÇÕES ao Município de Marilena:
b.1. abstenha-se de conceder vantagens a servidores municipais sem autorização legislativa, incluindo-se vantagens "in natura", como, exemplificativamente, a entrega de cestas natalinas;
b.2. observe em seus próximos procedimentos licitatórios as regras contidas na Lei Complementar n.° 123/06, especialmente em relação à obrigatoriedade de realização de licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte ou a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto previstas nos arts. 48 e 49 da referida Lei Complementar;
b.3. observe, em seus próximos procedimentos licitatórios, caso pretenda restringir a competição às microempresas ou empresas de pequeno porte situadas local ou regionalmente, a integralidade das prescrições contidas no Prejulgado n.º 27 do TCE-PR, notadamente a apresentação de justificativas específicas no procedimento licitatório demonstrando a possibilidade de tal limitação para o caso concreto;
II - com o trânsito em julgado da decisão, encaminhar os autos à CGF para ciência em relação a entrega de cestas natalinas para servidores municipais, a fim de planejamento e análise de riscos para futuras fiscalizações ou outros encaminhamentos que entender pertinentes;
III - após, encaminhar os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para os registros e providências necessárias.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

**PROCESSO Nº:-67890/23**
**ASSUNTO:-RECURSO DE REVISTA**
**ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SERVICO SOCIOASSISTENCIAL CASA LAR**
**INTERESSADO:-CLAUDINEI BENETTI, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SERVICO SOCIOASSISTENCIAL CASA LAR, FLAVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO, GUILHERME CURY SALIBA COSTA, REGIS WILLIAM SIQUEIRA RODRIGUES, SERGIO INACIO RODRIGUES, VANDERLEY DE SIQUEIRA E SILVA**
**ADVOGADO / PROCURADOR-FERNANDA SOUTO PEREIRA VALERIANO MOREIRA, MICHEL SALIBA OLIVEIRA, ROBERLEI ALDO QUEIROZ**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES**
**ACÓRDÃO Nº 1451/23 - TRIBUNAL PLENO**
Prestação de contas anual. Exercício de 2013. Consórcio Intermunicipal. Ressalva de falhas formais diante da instalação da entidade ao final do exercício, completando apenas 82 dias de operação. Afastada a aplicação da multa do art. 87, inciso I, b, da LCE n.º 113/2005 em face da LINDB. Manutenção da multa do art. 87, III, a, da LCE 113/2005, diante da não observância do dever de prestar contas.
Provimento parcial.
1. Trata-se de Recurso de Revista (peça 131) interposto pelo Sr. Guilherme Cury Saliba Costa, Prefeito de Tomazina no período de 01/01/2013 a 31/12/2016, responsável pelo Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial Casa Lar no exercício de 2013, em face do Acórdão n.º 3115/22 da Segunda Câmara (peça 127).
Pela decisão impugnada, este Tribunal impôs a irregularidade das contas em razão dos seguintes fatos:
1) diferenças detectadas nas transferências relacionadas nos demonstrativos do consórcio e os registros de repasses de municípios a esse consorciados;
2) ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR;
3) falta de encaminhamento do balanço patrimonial;
4) ausência do Relatório de Controle Interno;
5) ausência de encaminhamento do relatório de funcionamento da unidade de controle interno ou da composição do quadro da unidade de controle interno; e
6) Ausência do Parecer do Controle Interno.
Uma vez que não houve a específica definição do responsável pela Entidade no exercício sob análise, a decisão atribuiu a responsabilidade pelas contas aos Prefeitos cujos Municípios integraram o Consórcio, no caso, o Sr. Claudinei Benetti, Prefeito de Pinhalão, o Sr. Guilherme Cury Siqueira e Silva, Prefeito de Tomazina, e o Sr. Vanderley de Siqueira e Silva, Prefeito do Município de Jaboti.
A cada um dos responsáveis, em razão das falhas identificadas, foram aplicadas uma multa do art. 87, inciso I, alínea b[1], da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e uma multa do inciso III, a[2], do mesmo dispositivo legal.
Em síntese, na peça 131, o recorrente postulou que sejam afastadas as irregularidades e as sanções impostas.
Preliminarmente alegou a decadência da pretensão punitiva por parte desta Corte. Postulou a adoção do prazo de 5 anos para exercício do controle externo, sob pena de prejuízo ao contraditório e à ampla defesa. De outro modo, reforçou que a jurisprudência reconheceria o prazo prescricional de 5 anos para exercício da pretensão punitiva.
Em seguida, o recorrente refutou a ocorrência de dano ao erário, o que em seu entendimento deveria afastar a aplicação de sanções. Alegou que teria havido inadimplemento de repasses por parte dos Municípios de Jaboti e Pinhalão o que teria causado as diferenças nos registros de repasses. Defendeu a regularidade do Relatório de Controle Interno apresentado nos autos e que a prestação de contas teria se dado em sede judicial. Alegou, ainda, que os documentos necessários à prestação de contas estariam em poder do Sr. José Carlos, Controlador Interno do Município de Jaboti, o que teria impedido a tempestiva e regular prestação de contas a este Tribunal.
Por fim, o gestor alegou que sua responsabilidade deve ser afastada tendo em vista a delegação de competências técnicas aos servidores responsável.
Pelo Despacho n.º 132/23-GCDA (peça 132), o recurso foi conhecido e determinada nova autuação e redistribuição.
Pelo Despacho n.º 198/23-GCIZL (peça 136), dando prosseguimento ao trâmite processual, foram os autos encaminhados para análise da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, pela Instrução n.º 495/23 (peça 137), manifestou-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pela negativa de

provimento.
O Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 123/23 (peça 138), corroborou a manifestação técnica.
É o relatório.
2. Preliminar de Prescrição.
O recorrente alegou a prescrição da pretensão punitiva desta Corte. Sobre a matéria, o Prejulgado 26 desta Corte assim dispõe:
Em relação aos processos de iniciativa do jurisdicionado, como prestações de contas, em que compete ao próprio gestor de recursos públicos, em cumprimento à norma constitucional, encaminhar o processo em prazo definido em lei e em normativas desta Corte, haverá prescrição sancionatória se o processo deixar de ser encaminhado a esta Corte e não forem instaurados os procedimentos específicos (ex. Tomada de Contas) em face do gestor omisso no prazo de cinco anos, a contar do dia seguinte ao término do prazo final de protocolização.
No presente caso, em se tratando de Consórcio Intermunicipal, o prazo para a apresentação da prestação de contas se encerrou em 30 de abril de 2014, conforme art. 225, parágrafo único, do Regimento Interno[3].
Portanto, a contagem do prazo de cinco anos se iniciou no dia 1º de maio de 2014, findando no dia 1º de maio de 2019.
Outrossim, houve a regular citação dos responsáveis, inicialmente, no exercício de 2017, notificando o Sr. Vanderley de Siqueira e Silva, conforme avisos de recebimento juntados nas peças 20 e 23, dentro do prazo de cinco anos. Ainda dentro do prazo de cinco anos, foi citado o ora recorrente, o Sr. Guilherme Cury Saliba Costa, e o Sr. Claudinei Benetti, conforme Avisos de Recebimento juntados nas peças 38 e 39.
Diversos documentos foram juntados, conforme se infere da instrução. Assim, a indesejada morosidade processual não evidenciou efetivo prejuízo à defesa. Na verdade, a instrução evidenciou a falta dos documentos requeridos, e, não, eventual dificuldade na sua obtenção.
Assim, tendo a citação se dado em tempo hábil, inclusive, com o subsequente exercício da defesa, resta afastada a alegação da incidência da prescrição.
Passo ao mérito.
3. Mérito.
3.1. Constituição do Consórcio Intermunicipal.
Antes da análise específica da matéria, diante de relevantes informações que tratam da constituição do Consórcio Intermunicipal, o que foi discutido em sede judicial, conforme documentos na peça 18, é importante apresentar o contexto em que se dá a presente prestação de contas para ponderação da relevância das falhas e da aplicação das respectivas sanções.
Nesse sentido, evidencia-se nos autos que a forma de instituição do Consórcio Intermunicipal se deu com falhas de planejamento, sendo constituído ao final do exercício de 2013, em decorrência de ação judicial ingressada pelo Ministério Público Estadual com vistas à implementação do Serviço de Acolhimento Institucional, na modalidade Casa Lar, com vistas a atender até dez crianças em situação de risco, na forma da Lei Federal n.º 7.644/87.
É relevante a informação apresentada pelo Recorrente em relação à ação judicial n.º 0001310-75.2012.8.16.0171. Trata-se de execução de obrigação de fazer ajuizada pelo Ministério Público Estadual, em trâmite perante a Vara Cível de Tomazina. O primeiro Despacho emitido naqueles autos evidencia as circunstâncias (peça processual 6.1. daqueles autos):
O MINISTÉRIO PÚBLICO ajuizou pedido de execução de obrigação de fazer em desfavor de MUNICÍPIO DE TOMAZINA, MUNICÍPIO DE PINHALÃO e MUNICÍPIO DE JABOTI, afirmando, em síntese, que a parte executada descumpriu as obrigações constantes do título extrajudicial de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, na qual os Municípios requeridos se obrigaram a destinar um prédio para o funcionamento de uma entidade de acolhimento institucional, com capacidade para atender até 10 (dez) crianças e/ou adolescentes e dar suporte aos três entes públicos. Dentre as obrigações acordadas, os Municípios se responsabilizaram em dotar a entidade dos recursos materiais e humanos necessários, bem como firmarem parceria, consórcio ou instrumento administrativo equivalente para garantir a manutenção da entidade e pagamento de pessoal, atendidas, por óbvio, a legislação pertinente e orientações emanadas do tribunal de Contas do Estado.
(grifei)
Diante da emissão do despacho ora transcrito em 28/09/2012, verifica-se que, ao final de 2012, ainda não se tinha a definição formal de como ocorreria a parceria entre os Municípios, nem a efetiva constituição do Consórcio. Noticia-se que, de forma improvisada, houve a instalação da Casa Lar em março de 2013, conforme declaração emitida pelo Sr. Anderson Osório Resende, Promotor de Justiça (fl. 513 da peça 18):
Como se pode verificar no Inquérito Civil instaurado a respeito (Campo 1), houve, em vão, insistente cobrança por parte do MINISTÉRIO PÚBLICO para que a entidade de acolhimento fosse efetivamente instalada, tendo sido necessário fazer uso de uma execução forçada perante o Judiciário. Somente agora, MARÇO DE 2013, resolve-se instalar a Casa Lar, de maneira improvisada (até porque houve a contratação de servidores sem concurso público, o que se espera tenha sido feito temporariamente, na forma da lei), mas sem que as obrigações previstas no Termo de Ajustamento tenham sido integralmente cumpridas.[4]
(Grifei)
Prosseguindo a análise, verifiquei que o Consórcio Intermunicipal teve seu Protocolo de Intenções firmado somente em 02/07/2013, conforme evidencia a Lei Municipal n.º 1.152/2013 do Município de Pinhalão[5].
Destaco que, por meio desse último ato legal, o Município de Pinhalão ratificou o referido Protocolo de Intenções em 03/09/2013. O Município de Jaboti ratificou o referido Protocolo em 27/09/2013, por meio da Lei Municipal n.º 31/2013[6]. Por sua vez, o Município de Tomazina ratificou o Protocolo de Intenções em 10/10/2013, por meio da Lei Municipal n.º 357/2013[7].
Assim, a instituição da Entidade ao final do exercício de 2013, em exíguo tempo, sem que houvesse efetivo planejamento, implica na necessidade de que as falhas verificadas nos presentes autos sejam sopesadas. Trata-se de apenas 82 dias de operação, se contados desde a última ratificação do Protocolo de Intenções, ou seja, dois meses e três semanas de atuação da Entidade, o que, em princípio, à luz dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado, permitem relativizar o rigor quanto à integral observância das normas de Direito Público aplicáveis, inclusive, as exigências previstas na Instrução Normativa n.º 97/2014.
Diante desse contexto, passo à análise das falhas.
3.2. Das irregularidades impugnadas.
Conforme consta do relatório, em princípio, com exceção das diferenças de registro de repasses, as falhas dos presentes autos são eminentemente formais:
1) diferenças detectadas nas transferências relacionadas nos demonstrativos do consórcio e os registros de repasses de municípios a esse consorciados;
2) ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR;
3) falta de encaminhamento do balanço patrimonial;
4) ausência do Relatório de Controle Interno;
5) ausência de encaminhamento do relatório de funcionamento da unidade de controle interno ou da composição do quadro da unidade de controle interno; e
6) Ausência do Parecer do Controle Interno.
Em relação às diferenças detectadas nas transferências relacionadas nos demonstrativos do consórcio e os registros de repasses de municípios a esse consorciados, verifico, conforme Acórdão n.º 3115/22 da Segunda Câmara que se trata da diferença de R$ 5.923,36 que não consta como efetivamente repassada pelo Município de Pinhalão.
Em sede judicial, conforme documento na fl. 557 da peça 18, o ora recorrente já havia esclarecido que as diferenças, em parte, decorreram da situação inicialmente precária do Consórcio então instituído, tendo sido aberta uma conta bancária pelo Município de Tomazina com a denominação de “Lar do Menor” para servir aos depósitos iniciais pelos demais municípios, contudo, não houve depósitos na referida conta.
Diante das justificativas apresentadas, dos documentos do processo judicial apresentados na peça 18, que evidenciam as dificuldades iniciais na organização da entidade então instituída ao final do exercício de 2013, entendo que, uma vez que não se apontou efetiva evidência de dano ao erário, a falha pode ser convertida em causa de ressalva das contas tendo em vista sua baixa materialidade.
Em relação à ausência do Relatório e do Parecer de Controle Interno e da ausência de encaminhamento do relatório de funcionamento da unidade de controle interno ou da composição do quadro da unidade de controle interno, a mesma solução pode ser adotada.
Nesse sentido, conforme documentos nas peças 46 e 47, no exercício die 2013, não havia servidores do Consórcio e não foram desenvolvidas atividades pela entidade. Ainda, não havia previsão na LDO, não havia créditos especiais e não houve convênios, de modo que os documentos de Controle Interno passaram a constituir, neste caso, requisito predominantemente formal.
Os documentos foram replicados nas peças 56 e 57 e refutados pela Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme Instrução n.º 591/20 (peça 73), sob o argumento de que a Controladora, a Sra. Rosângela Aparecida Ramos Batista, não está cadastrada junto ao SICAD - Sistema de Cadastros do Tribunal de Contas.
Todavia, neste caso, diante da ausência de efetiva atuação da entidade de ação social, cuja estrutura administrativa ainda estava sendo constituída, a falha documental em relação ao Controle Interno não se apresenta relevante a fim de determinar a irregularidade das contas, razão pela qual, converto as presentes falhas em causa de ressalva das contas.
Quanto à falta de encaminhamento do balanço patrimonial, efetivamente não houve sua apresentação nestes autos. Em relação à ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade, na peça 45 a defesa alega que foi encaminhada a certidão de habilitação do Sr. Sidnei Cruz de Souza, contabilista cadastrado junto ao TCE/PR., contudo, a certidão apresentada na peça 52 é do Sr. Mario Augusto Kazuya Kondo.
Em que pesem as inconsistências contábeis, é necessário destacar que, na peça 53, o recorrente apresentou documento exigido por esta Corte que trata da composição do setor contábil, informou que não havia servidores lotados no setor contábil, sendo o referido documento recebido pela Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução n.º 591/20 (peça 73), sem qualquer impugnação.
Portanto, evidencia-se que, dada a situação de instauração inicial da entidade no exercício ora analisado, o setor contábil não estava estruturado, razão pela qual faltam os documentos ora requeridos.
Em princípio, a falha poderia acarretar a irregularidade das contas. Todavia, no presente caso, evidencia-se a precariedade da instauração ainda incipiente da entidade, o que admite, de modo excepcional, a conversão da falha em causa de ressalva das contas.
Sobre as falhas relacionadas à contabilidade e ao controle interno, verifico, ainda, que a entidade previa em seus quadros apenas dois cargos de serviços gerais, quatro cargos de serviços operacionais, no caso, na função de monitor social, um cargo de assistente social e um cargo de psicólogo. É o que consta do Protocolo de Intenções firmado em 03/07/2013.[8] Portanto, não havia a específica previsão de servidores dedicados à atividade contábil e ao exercício do controle interno.
Desse modo, em que pese ser relevante que o Consórcio atente para seu aperfeiçoamento com a efetiva observância dos deveres contábeis, bem como da regular instituição e atuação de Controle Interno, diante do presente caso, por se tratar do primeiro ano de exercício da entidade, considerando sua efetiva atuação a partir da última retificação do Protocolo de Intenções, no caso, em 10/10/2013, pelo Município de Tomazina, completaram-se apenas 82 dias de sua operação, ou seja, dois meses e três semanas de atuação da entidade, o que, em princípio, torna desarrazoado exigir com absoluto rigor a integral observância das normas de Direito Público aplicáveis, incluindo as exigências previstas na Instrução Normativa n.° 97/2014. Portanto, converto as falhas em causa de ressalva das contas.
Quanto às sanções impostas, em que pese o recorrente não ter apresentado novos documentos que efetivamente possam afastar as falhas e consequentemente as sanções, as circunstâncias do presente caso determinam a aplicação do art. 22, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro:
Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. (Regulamento)
§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)
§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do

agente. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)
§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.
Dessa forma, diante das dificuldades da gestão ora evidenciadas, excepcionalmente, afasto a aplicação da muta do art. 87, inciso I, alínea b, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 aos responsáveis.
Contudo, uma vez que a prestação de contas só deu após notificação dos responsáveis por este Tribunal, entendo que deve ser mantida a multa do art. 87, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, uma vez que inafastável o dever de prestar contas a esta Corte.
Destaco que, apesar de o presente recurso ter sido interposto apenas pelo Sr. Guilherme Cury Saliba Costa, os demais responsáveis são igualmente beneficiados pela presente análise, conforme art. 481 do Regimento Interno[9].
Assim, proponho o provimento parcial ao presente recurso, para converter as irregularidades em causas de ressalva das contas e afastar em face dos gestores a multa do art. 87, inciso I, alínea b, da Lei Complementar Estadual n.° 113/2005.
Todavia, mantenho a aplicação aos gestores da multa do art. 87, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005.
3. Em face do exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal Pleno conheça do presente Recurso de Revista (peça 131) para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de reformar o Acórdão n.º 3115/2022 da Segunda Câmara (peça 127), com vistas a:
3.1. julgar regulares as contas do Sr. Claudinei Benetti, Prefeito de Pinhalão, o Sr. Guilherme Cury Siqueira e Silva, Prefeito de Tomazina, e o Sr. Vanderley de Siqueira e Silva, Prefeito do Município de Jaboti, gestores do Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial Casa Lar, no exercício de 2013, ressalvando os seguintes fatos:
3.1.1. diferenças detectadas nas transferências relacionadas nos demonstrativos do consórcio e os registros de repasses de municípios a esse consorciados;
3.1.2. ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR;
3.1.3. falta de encaminhamento do balanço patrimonial;
3.1.4. ausência do Relatório de Controle Interno;
3.1.5. ausência de encaminhamento do relatório de funcionamento da unidade de controle interno ou da composição do quadro da unidade de controle interno; e
3.1.6. ausência do Parecer do Controle Interno.
3.2. afastar em face dos gestores a aplicação da multa do art. 87, inciso I, alínea b, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005;
3.3. manter em face dos gestores a aplicação da multa do art. 87, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
1. Conhecer o presente Recurso de Revista (peça 131) para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de reformar o Acórdão n.º 3115/2022 da Segunda Câmara (peça 127), com vistas a:
1.1. julgar regulares as contas do Sr. Claudinei Benetti, Prefeito de Pinhalão, o Sr. Guilherme Cury Siqueira e Silva, Prefeito de Tomazina, e o Sr. Vanderley de Siqueira e Silva, Prefeito do Município de Jaboti, gestores do Consórcio Intermunicipal de Serviço Socioassistencial Casa Lar, no exercício de 2013, ressalvando os seguintes fatos:
1.1.1. diferenças detectadas nas transferências relacionadas nos demonstrativos do consórcio e os registros de repasses de municípios a esse consorciados;
1.1.2. ausência de encaminhamento da certidão de habilitação profissional do responsável pela contabilidade cadastrado junto ao setor de cadastro do TCE/PR;
1.1.3. falta de encaminhamento do balanço patrimonial;
1.1.4. ausência do Relatório de Controle Interno;
1.1.5. ausência de encaminhamento do relatório de funcionamento da unidade de controle interno ou da composição do quadro da unidade de controle interno; e
1.1.6. ausência do Parecer do Controle Interno.
1.2. afastar em face dos gestores a aplicação da multa do art. 87, inciso I, alínea b, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005;
1.3. manter em face dos gestores a aplicação da multa do art. 87, inciso III, alínea a, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005.
2. Após o trânsito em julgado, remeter os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 87 ...*
*I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)*
*a) [...]*
*b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo*
*__2__. Art. 87....*
*III - No valor de 30 (trinta) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR: (Redação dada pela Lei Complementar nº 168/2014)*
*a) deixar de prestar contas anuais no prazo fixado em lei;*
*__3__. Art. 225. O prazo final de encaminhamento da Prestação de Contas Anual é 31 de março, relativo ao exercício financeiro anterior, para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo, compreendendo este último às administrações direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e fundos especiais.*
*Parágrafo único. Para as sociedades de economia mista, empresas públicas, consórcios intermunicipais e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, o prazo final será 30 de abril, relativo ao exercício financeiro anterior.*
*__4__. Peça processual n.º 32.1. Parecer do Ministério Público Estadual emitido nos autos 0001310-75.2012.8.16.0171, em trâmite perante a Vara Cível de Tomazina.*
*__5__. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a2/pr/p/pinhalao/lei-ordinaria/2013/116/1152/lei-ordinaria-n-1152-2013-ratifica-o-protocolo-de-intencoes-firmado-em-03-07-13-entre-os-municipios-integrantes-de-tomazina-pinhalao-e-jaboti-para-constituicao-do-consorcio-intermunicipal-casa-lar-em-conformidade-com-a-lei-n-11107-2005-e-ao-decreto-n-6017-2007-que-dispoe-sobre-normas-gerais-de-contratacao-de-consorcios-publicos-da-outras-providencias?q=tomazina. Consultado em: 04/05/2023.*
*__6__. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/pr/j/jaboti/lei-ordinaria/2013/4/31/lei-ordinaria-n-31-2013-ratifica-o-protocolo-de-intencoes-firmado-em-03-de-julho-de-2013-entre-os-municipios-integrantes-de-tomazina-pinhalao-e-jaboti-para-constituicao-do-consorcio-intermunicipal-casa-lar-em-conformidade-com-a-lei-n-11107-2005-e-ao-decreto-n-6017-2007-que-dispoe-sobre-normas-gerais-de-contratacao-de-consorcios-publicos-da-outras-providencias?q=tomazina. Consultado em: 04/05/2023.*
*__7__. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/t/tomazina/lei-ordinaria/2013/36/357/lei-ordinaria-n-357-2013-ratifica-o-protocolo-de-intencoes-firmado-em-03-de-julho-de?q=jaboti. Consultado em: 04/05/2023.*
*__8__. Idem 5.*
*__9__. Art. 481. Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, o recurso apresentado por um deles aproveitará a todos, mesmo àquele que houver sido julgado à revelia, no que concerne às circunstâncias objetivas, não aproveitando no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.*

**PROCESSO Nº:-494239/12**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CASCAVEL**
**INTERESSADO:-EDGAR BUENO, EMERSON MARCANTE, GIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP, HELIO NETHSON, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, MARISTELA BECKER MIRANDA, MIRIAM JAQUELINE DE ARAUJO CARLOTTO, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - DF, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - PR**
**ADVOGADO / PROCURADOR-BIANCA OLIVEIRA DE SOUZA, CATHERINE JUGLAIR NOGARI VALENTE, DANUSA FELIZ DE LUCA, GIOVANNI ANTONIO DE LUCA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES**
**ACÓRDÃO Nº 1453/23 - TRIBUNAL PLENO**
Representação. Fatos objeto de Ação Civil de Improbidade Administrativa, com desdobramentos na seara penal. Princípios da eficiência e da utilidade da prática dos atos processuais. Pelo arquivamento, sem apreciação do mérito.
1. Trata-se de representação instaurada após o envio de ofício pelo Tribunal de Contas da União informando supostas irregularidades ocorridas no Pregão Presencial 276/2010 conduzido pelo MUNICÍPIO DE CASCAVEL/PR, a fim de adquirir 45.000 (quarenta e cinco mil) kits de uniforme escolar e tênis com recursos provenientes do salário-educação, sem origem dos cofres da União.
O Despacho n° 42/14 - GCG (peça 5) determinou a remessa dos autos à Diretoria de Contas Municipais para subsidiar o juízo de admissibilidade.
A Diretoria elaborou uma matriz de achados e possíveis responsáveis, opinando pelo recebimento da representação na Instrução n° 500/14 - DCM (peça 7).
Nos termos do Despacho nº 1365/14 - GCG (peça 8), a presente representação foi recebida, a fim de se apurar a ocorrência das seguintes irregularidades:
1) Possível direcionamento em razão da cotação e preços com empresas que tem relações pessoais/comerciais entre si;
2) Exigências abusivas: amostra, laudo, capital social mínimo;
3) Possível favorecimento à empresa Giro Ind. E Com. Ltda;
4) Laudos apresentados em desconformidade com o edital;
5) Não atendimento das recomendações feitas pelo controle interno, violando o princípio da legalidade;
6) Entrega de produtos com qualidade inferior ao contratado;
7) Entrega de produtos não produzidos pela vencedora do certame (empresa Giro), caracterizando possível subcontratação irregular e crime tributário.
Após ampla instrução processual, sobreveio ao feito manifestação da Coordenadoria de Gestão Municipal - CGM (peça 79), seguida de parecer da 7ª Procuradoria de Contas (peça 81).
Em apertada síntese, opinou a CGM pela conversão do presente feito em Tomada de Contas Extraordinárias, nos termos do art. 278, §3, c/c com art. 236, III e IV, bem como entendeu ser necessário nova diligência, consistente em expedição de ofício à Vara da Fazenda Pública de Cascavel, com vistas ao acesso, diante do sigilo decretado, dos autos da Ação Civil Pública n° 0012567-91.2014.8.16.0021, tendo em vista versar sobre os mesmos fatos aqui analisados.
Por sua vez, o Ministério Público de Contas manifestou-se pela procedência parcial da representação, e, em relação à pena de ressarcimento, sugeriu a conversão do feito em Tomada de Contas Extraordinárias, por entender que a quantificação do dano poderia ser resolvida em fase de liquidação (Parecer n. 529/22 – peça 81).
Nos termos do Despacho n. 1067/22 (peça 82), em atendimento à diligência proposta pela Coordenadoria de Gestão Municipal, foi determinada expedição de ofício à Vara da Fazenda Pública de Cascavel, com intuito de obter acesso aos autos da Ação Civil Pública n° 0012567- 91.2014.8.16.0021, tendo em vista que os fatos analisados no âmbito desta Corte de Contas são semelhantes aos apurados em referida ação judicial.
No evento 89, a Vara da Fazenda Pública de Cascavel atendeu o pleito desta Corte de Contas.
Remetidos os autos à unidade técnica, a Coordenadoria de Gestão Municipal manifestou-se pelo arquivamento do expediente em tela (Instrução n. 480/83 – peça 89), ou, alternativamente, ratificou as Instrução n. 2567/14 e 2075/22 (peças 54 e 79).
Por fim, o Ministério Público de Contas reiterou o opinativo anteriormente acostado ao feito à peça 81.
É o relatório.
2. Conforme se extrai das manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal (peças 54, 79 e 90), os fatos ora em análise foram submetidos ao crivo do judiciário[1].
Assim, a despeito das considerações meritórias do Ministério Público de Contas, acompanho a instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução n. 480/23 – peça 90), ao se manifestar pelo arquivamento dos autos, uma vez que os fatos

trazidos ao escrutínio deste Tribunal já são objeto de ampla e aprofundada discussão no âmbito judiciário.
Com efeito, após acessar a Ação Civil Pública n° 0012567- 91.2014.8.16.0021, a unidade técnica assim se manifestou:
"o tema posto em discussão nesta Representação é matéria que está sendo tratada de forma ampla e profunda pelo Poder Judiciário tanto nos autos de Ação Civil Pública nº 0012567- 91.2014.8.16.0021, quanto na Ação Penal n.° 19422-81.2017.8.16.0021.
(...)
como as aludidas ações judiciais estão tramitando de acordo com o disposto na Lei nº 8429/92 e no Código Penal e, alie-se a isso o fato de que no processo judicial há melhores meios de prova para se verificar a efetiva existência de supostas ilegalidades praticadas, torna-se recomendável o arquivamento dos autos."
Nesse sentido, uma vez que os fatos trazidos ao escrutínio deste Tribunal são objeto de ampla e aprofundada discussão no âmbito judiciário, inclusive na seara penal, com amparo nos princípios da eficiência e da utilidade da prática dos atos processuais, o encerramento do processo sem resolução de mérito revela-se oportuno, notadamente pelo fato de ser este o entendimento consolidado desta Corte de Contas.
Isso porque, com a judicialização da questão, o desempenho de um controle externo paralelo ao judicial revela-se, em diversos casos, desarrazoado.
No presente caso, merece especial destaque o fato de terem os fatos ocorrido no exercício de 2010, quando a distribuição dos processos de Representação era concentrada no Corregedor-Geral, conforme se depreende do termo da peça 4, aliado ao fato de que a continuidade da instrução, conforme inicialmente havia sido sugerido pela unidade técnica, pela conversão do processo em tomada de contas extraordinária, mostrar-se-ía sobremaneira extemporânea.
Nesse contexto, ainda que as instâncias sejam autônomas e independentes, a eficiência e a utilidade do processo devem ser levadas em conta, especialmente no âmbito do Tribunal de Contas.
Sobre o desempenho paralelo do controle externo, transcrevo adiante um pertinente trecho do Despacho n. 19/18, proferido pelo Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso na Representação n. 76210/18:
É evidente que, diante da independência das instâncias, o trâmite de ação judicial sobre os mesmos fatos não afasta ou limita a competência constitucional desta Corte de Contas. Contudo, não é razoável ou econômico que as duas instâncias atuem paralelamente sobre o mesmo tema. Embora diferentes em seu processamento e disciplina legal, tanto a representação quanto a ação civil pública nesse caso teriam o mesmo objetivo: punir a conduta ilegal dos gestores e compeli-los a corrigi-la. Admitir a representação nessas condições imporia um ônus desnecessário a esta Corte, que diligentemente tem buscado cada vez mais otimizar os seus recursos e dirigir esforços para o exercício do controle externo de forma mais eficiente e eficaz possível...
Além de prestigiar a eficiência e a utilidade do processo, o julgamento por apenas um dos órgãos - pelo judiciário, no caso - previne o risco de decisões conflitantes.
Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes deste Tribunal Pleno:
Representação. Fatos noticiados já são objeto de Ação Civil Pública. Bem como ação penal. Ausência de inovação investigativa. Pela extinção do processo sem resolução do mérito. Acórdão n. 2625/18 – Tribunal Pleno. Unânime. Relator: Conselheiro Fabio de Souza Camargo.
Representação. Fatos objeto de Ação Civil Pública em trâmite junto à comarca de origem. Princípios da eficiência e da utilidade da prática dos atos processuais. Pelo arquivamento, sem apreciação do mérito. Acórdão n. 327/18 - Tribunal Pleno. Unânime. Relator: Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.
Nesse contexto, o encerramento do processo sem resolução de mérito se revela solução mais adequada à hipótese.
Ressalva-se, entretanto, a possibilidade de aproveitamento, por parte da Coordenadoria Geral de Fiscalização, das informações prestadas, para efeito de formação de banco de dados e planejamento dos procedimentos de fiscalização, nos termos do art. 151-A, do Regimento Interno.
Vale destacar, outrossim, que a decisão de encerramento do processo sem julgamento de mérito não poderá ser utilizada em favor dos Representados, haja vista que os motivos do arquivamento se referem, exclusivamente, a questões de ordem procedimental, com o objetivo precípuo de evitar a prática de atos instrutórios em duplicidade e que sejam proferidas decisões contraditórias, reconhecendo-se a prevalência da instância judicial, nesse caso concreto, dada a maior amplitude das provas produzidas na comarca de origem.
3. Face ao exposto, VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno determine o arquivamento da presente Representação, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 398, § 3º, do Regimento Interno.
Após o trânsito em julgado, remetam-se à Coordenadoria Geral de Fiscalização, para ciência, e à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos termos do art. 168, VII, do mesmo regimento.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I - Determinar o arquivamento da presente Representação, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 398, § 3º, do Regimento Interno;
II - após o trânsito em julgado, remeter à Coordenadoria Geral de Fiscalização, para ciência, e à Diretoria de Protocolo, para encerramento, nos termos do art. 168, VII, do mesmo regimento.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, AUGUSTINHO ZUCCHI e a Conselheira Substituta MURYEL HEY.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
***1**. Ação Civil Pública n° 0012567-91.2014.8.16.0021*

**PROCESSO Nº:-210196/23**
**ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**
**ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**
**INTERESSADO:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES**
**ACÓRDÃO Nº 1454/23 - TRIBUNAL PLENO**
Processo de Homologação de Recomendações. 7ª Inspetoria de Controle Externo. Fiscalização. Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná. Atuação da Unidade de Controle Interno. Governança, estrutura, procedimentos de controle, planejamento e execução de atividades. Recomendações. Homologação.
1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça n° 3) encaminhado pela 7ª Inspetoria de Controle Externo, em decorrência de fiscalização realizada nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná (IEES), durante o exercício de 2022, relativa à atuação das Unidades de Controle Interno.
Conforme consta do relatório, a auditoria, realizada em conformidade com as Portarias nº 281/2021 e n° 251/2022 deste Tribunal de Contas, ocorreu no âmbito das seguintes entidades:
a) Universidade Estadual de Londrina - UEL;
b) Universidade Estadual de Maringá - UEM;
c) Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE;
d) Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG;
e) Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.
f) Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO;
g) Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.
Como resultado dos trabalhos, foram identificados 5 (cinco) achados e sugeridas diversas recomendações às entidades, as quais se encontram compiladas no quadro de fls. 73-75 da peça n° 3.
Encaminhado o relatório de auditoria a este Gabinete por meio do ofício n° 21/23 da 7ª Inspetoria (peça n° 2), determinou-se a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (Despacho n° 401/2023, peça n° 4) para que promovesse a autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações. Após, retornaram os autos.
É o relatório.
2. O presente expediente visa dar atendimento ao disposto no art. 5°, inciso XLII[1], do Regimento Interno, incluído pela Resolução n° 73/2019.
Preliminarmente, esclareço que, inobstante já tenha sido alterada a competência da 7ª ICE, em face da designação de novos grupos de fiscalização nos termos da Portaria n° 380/2023 deste Tribunal de Contas, o presente relatório encontra-se dentro do prazo previsto no art. 3º, §2º, da Instrução Normativa nº 64/2011, de 30 do abril do exercício subsequente[2].
A fiscalização da 7ª Inspetoria, que originou o presente relatório, foi exercida a fim de levantar informações e fiscalizar, de forma detalhada, a observância dos princípios constitucionais e regras legais na atuação da Unidade de Controle Interno das Universidades Estaduais.
Nessa linha, consta do relatório que (peça n° 3, fls. 4-5):
a auditoria foi realizada para verificar como se processa a atuação da Unidade de Controle Interno das Universidades, no que concerne a todo o processo de controle da Instituição em seus diversos momentos, níveis e segmentos, ou seja, se a atuação da Unidade de Controle Interno abrange uma abordagem preventiva e descentralizada, de forma sistêmica com o respaldo de um sistema institucionalizado, com a prerrogativa de estabelecer regras gerais e procedimentos de controle a serem observados por todas as unidades da Entidade que interagem nos processos de trabalho de sua competência, para que os objetivos da Instituição de Ensino Superior sejam alcançados com eficiência, eficácia e regularidade, auxiliando a gestão administrativa das Instituições.
De forma específica, buscou-se verificar como se processa a atuação da Unidade de Controle Interno quanto aos seguintes aspectos: governança da Instituição em relação ao controle interno, planejamento da unidade para realização de suas atividades, estrutura disponível, procedimentos e execução das atividades de controle pela unidade e/ou pelo agente de controle interno da universidade.
As questões de auditoria aplicadas na execução da fiscalização levaram à identificação de cinco achados, tendo a equipe de auditoria concluído que as Universidades Estaduais "devem aprimorar a estrutura e os procedimentos de suas Unidades de Controle Interno no intuito de qualificar, ampliar e aperfeiçoar o uso de ferramentas de controle gerencial e de tomada de decisões, bem como permitir o cumprimento de sua missão constitucional" (peça n° 3, fl. 73), propondo, assim, diversas recomendações às entidades fiscalizadas.
Os achados e respectivas recomendações se encontram compilados no quadro de peça n° 3, fls. 73-75, a seguir reproduzido:

| Nº | ACHADO | RECOMENDAÇÃO |
|---|---|---|
| 01 | Deficiência da Unidade de Controle Interno quanto à estrutura. | 1. Que a UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNICENTRO, UENP e UNESPAR busquem, pelas vias adequadas, o reforço da estrutura de pessoal da sua Unidade de Controle Interno, de modo que esta possa cumprir com sua função constitucional;<br>2. Que a UNICENTRO e UENP determinem a execução de atividades pela Unidade de Controle Interno dentro de suas competências, exclusivamente. |
| 02 | Deficiência da Unidade de Controle Interno quanto à governança. | 1. Que a UEM, UNIOESTE, UNICENTRO, UENP e UNESPAR regulamentem normativa interna que estabeleça a atuação da sua Unidade de Controle Interno, suas atribuições e responsabilidades;<br>2. Que a UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNICENTRO, UENP e UNESPAR regulamentem normativa interna que estabeleça regras para nomeação e exoneração do agente de controle interno, de forma a estimular sua atuação de forma |

| Nº | ACHADO | RECOMENDAÇÃO |
|---|---|---|
| | | independente, inclusive com a previsão de aprovação da nomeação/exoneração do agente de controle interno pelo Conselho Superior de cada Entidade. |
| 03 | Deficiência da Unidade de Controle Interno quanto ao planejamento de suas atividades. | 1. Que a UEM, UNIOESTE, UNICENTRO e UENP elaborem documento próprio constando as diretrizes, objetivos e metas institucionais para a execução e atuação da Unidade de Controle Interno;<br>2. Que a UEM, UEL, UNIOESTE e UNESPAR insiram em seu planejamento ações proativas para procedimentos de controle que atendam às necessidades específicas da Universidade. |
| 04 | Deficiência da Unidade de Controle Interno quanto aos procedimentos de controle. | Que a UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNICENTRO, UENP e UNESPAR:<br>1. Avaliem, periodicamente, as atividades das Unidades da Instituição, bem como proponham procedimentos de controle nas suas avaliações com a respectiva materialização das atividades;<br>2. Realizem, periodicamente, a avaliação dos procedimentos de controle adotados especificamente para a sua Universidade com a respectiva materialização das atividades. |
| 05 | Deficiência da Unidade de Controle Interno quanto à execução das suas atividades. | Que a UEM, UEL, UNIOESTE, UEPG, UNICENTRO, UENP e UNESPAR:<br>1. Direcionem a execução das suas atividades de acordo com a análise das vulnerabilidades das unidades gestoras da Entidade, adotando critérios de impacto e risco de ocorrência para a sua seleção;<br>2. Executem suas atividades de controle interno de acordo com as recomendações da CGE/PR, mas que também executem atividades de controle que atendam as particularidades da Entidade;<br>3. Adotem papéis de trabalho específicos, ou seja, de acordo com as necessidades da Universidade, para materializar e evidenciar a execução das suas atividades. |

Salientou a equipe de fiscalização que tais achados resultam da análise dos procedimentos de controle que foram objeto de verificação na presente auditoria, mas que a atuação da Unidade de Controle Interno é muito mais ampla, devendo recair sobre toda a instituição, na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, não se restringindo aos citados achados.

O "quadro de responsáveis", com a indicação dos gestores responsáveis pelo atendimento das recomendações, consta da fl. 77 do relatório (peça n° 3) e se encontra reproduzido ao final deste voto.

Por fim, foi sugerido o encaminhamento do presente trabalho à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), para conhecimento, nos seguintes termos (peça n° 3, fls. 75-76):

Por oportuno, opina-se pelo encaminhamento do presente trabalho para a Controladoria Geral do Estado (CGE/PR) para conhecimento, uma vez que é o órgão central do Sistema Estadual de Controle do Poder Executivo, tendo por finalidade o planejamento, a coordenação, o controle, a avaliação, a promoção, a formulação e a implementação de mecanismos e diretrizes de prevenção à corrupção, bem como a regulamentação e normatização dos sistemas de controle no Poder Executivo Estadual.

Considerando que a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem o objetivo de coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense e tem o compromisso de continuar investindo no aprimoramento das Universidades estaduais, por meio de programas e projetos estratégicos de governo e de interesse da sociedade, bem como no fomento das atividades da área de ciência, tecnologia e inovação, opina-se pelo encaminhamento do presente trabalho à Superintendência para conhecimento.

Denota-se, diante de todo o exposto, que os trabalhos fiscalizatórios objeto do presente relatório de auditoria (peça n° 3) identificaram falhas na atuação das Unidades de Controle Interno das Universidades Estaduais quanto aos aspectos de governança, estrutura, procedimentos de controle, planejamento e execução de atividades, resultando na proposição de recomendações às entidades, conforme quadro reproduzido anteriormente.

Proponho a homologação das recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII e art. 267-A, §§ 2°, 3° e 4° do Regimento Interno, com a remessa de cópia desta decisão à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), para ciência.

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 7ª Inspetoria de Controle Externo, com a remessa de cópia desta decisão à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para:

a) emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação à Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Paraná e Universidade Estadual do Norte do Paraná, nos termos dos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno;

b) remessa de cópia da decisão à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno do TCE-PR.

Ato contínuo, encaminhem-se à 2ª Inspetoria de Controle Externo, para ciência e tomada de medidas fiscalizatórias que entender cabíveis, nos termos do art. 259, parágrafo único, e art. 267-A, §7º, ambos do Regimento Interno[3].

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.QUADRO DE RESPONSÁVEIS

| Entidade | Responsável pelo atendimento à Recomendação | Controlador Interno |
|---|---|---|
| Universidade Estadual de Londrina – UEL | MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, Reitora no período de 10/06/2022 a 09/06/2026, CPF nº 869.949.999-04, ou quem vier a substitui-la. | ADÃO APARECIDO BRASILINO, período de 14/06/2022 a 09/06/2026, CPF nº 801.922.469-68 |
| Universidade Estadual de Maringá – UEM | LEANDRO VANALLI, Reitor no período de 11/10/2022 a 10/10/2026, CPF nº 929.472.639-87, ou quem vier a substituí-lo. | MARIA REGINA DA FONSECA, período de 11/10/2022 a 10/10/2026, CPF nº 517.493.789-49 |
| Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG | MIGUEL SANCHES NETO, Reitor no período de 01/09/2022 a 31/08/2026, CPF nº 581.571.079-20, ou quem vier a substituí-lo. | MARCOS VINICIUS FIDELIS, período de 01/09/2022 até 31/08/2026, CPF 752.343.359-68 |
| Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE | ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, Reitor no período de 01/01/2020 a 31/12/2023, CPF nº 941.238.109-34, ou quem vier a substituí-lo | ELISANGELA DOS SANTOS, período de 01/01/2021 a 31/12/2023, CPF nº 503.150.569-91 |
| Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR | SALETE PAULINA MACHADO SIRINO, Reitora no período de 29/12/2020 a 28/12/2024, CPF nº 513.131.549-20, ou quem vier a substituí-lo. | MARCOS PAULO RODRIGUES DE SOUZA, período de 29/12/2020 a 28/12/2024, CPF nº 036.007.379-45. |
| Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP | FABIO ANTÔNIO NÉIA MARTINI, Reitor no período de 21/07/2022 a 20/07/2026, CPF nº 704.608.419-04, ou quem vier a substituí-lo. | ANDRÉ LUIZ DE AGUIAR PAULINO LEITE, período de 21/07/2022 a 20/07/2026, CPF nº 074.176.109-27 |
| Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO | FÁBIO HERNANDES, Reitor no período de 05/02/2020 a 06/02/2024, CPF nº 250.206.138-51, ou quem vier a substituí-lo. | ROBERTO ANDERSON COELHO, período de 14/06/2021 a 06/02/2024, CPF 708.800.269-87 |

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I - Homologar as recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 7ª Inspetoria de Controle Externo, com a remessa de cópia desta decisão à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI);

II - após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para:

a) emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação à Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Paraná e Universidade Estadual do Norte do Paraná, nos termos dos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno;

b) remessa de cópia da decisão à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

III - na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno do TCE-PR;

IV - ato contínuo, encaminhem-se à 2ª Inspetoria de Controle Externo, para ciência e tomada de medidas fiscalizatórias que entender cabíveis, nos termos do art. 259, parágrafo único, e art. 267-A, §7º, ambos do Regimento Interno;

V - atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente
QUADRO DE RESPONSÁVEIS

| Entidade | Responsável pelo atendimento à Recomendação | Controlador Interno |
|---|---|---|
| Universidade Estadual de Londrina – UEL | MARTA REGINA GIMENEZ FAVARO, Reitora no período de 10/06/2022 a 09/06/2026, CPF nº 869.949.999-04, ou quem vier a substitui-la. | ADÃO APARECIDO BRASILINO, período de 14/06/2022 a 09/06/2026, CPF nº 801.922.469-68 |
| Universidade Estadual de Maringá – UEM | LEANDRO VANALLI, Reitor no período de 11/10/2022 a 10/10/2026, CPF nº 929.472.639-87, ou quem vier a substituí-lo. | MARIA REGINA DA FONSECA, período de 11/10/2022 a 10/10/2026, CPF nº 517.493.789-49 |
| Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG | MIGUEL SANCHES NETO, Reitor no período de 01/09/2022 a 31/08/2026, CPF nº 581.571.079-20, ou quem vier a substituí-lo. | MARCOS VINICIUS FIDELIS, período de 01/09/2022 até 31/08/2026, CPF 752.343.359-68 |
| Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE | ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, Reitor no período de 01/01/2020 a 31/12/2023, CPF nº 941.238.109-34, ou quem vier a substituí-lo | ELISANGELA DOS SANTOS, período de 01/01/2021 a 31/12/2023, CPF nº 503.150.569-91 |
| Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR | SALETE PAULINA MACHADO SIRINO, Reitora no período de 29/12/2020 a 28/12/2024, CPF nº 513.131.549-20, ou quem vier a substituí-lo. | MARCOS PAULO RODRIGUES DE SOUZA, período de 29/12/2020 a 28/12/2024, CPF nº 036.007.379-45. |
| Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP | FABIO ANTÔNIO NÉIA MARTINI, Reitor no período de 21/07/2022 a 20/07/2026, CPF nº 704.608.419-04, ou quem vier a substituí-lo. | ANDRÉ LUIZ DE AGUIAR PAULINO LEITE, período de 21/07/2022 a 20/07/2026, CPF nº 074.176.109-27 |
| Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO | FÁBIO HERNANDES, Reitor no período de 05/02/2020 a 06/02/2024, CPF nº 250.206.138-51, ou quem vier a substituí-lo. | ROBERTO ANDERSON COELHO, período de 14/06/2021 a 06/02/2024, CPF 708.800.269-87 |

_____

***1***. *Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno: (...) XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I.*
***2***. *"§2º. As Comunicações de Irregularidades elaboradas pelas Inspetorias de Controle Externo, nos termos do inciso IV, do art. 157 e do art. 262, do Regimento Interno, deverão ser protocoladas até 30 de abril do exercício subsequente". Inobstante o dispositivo se refira às comunicações de irregularidade, deve ser interpretado extensivamente aos demais procedimentos atualmente previstos no Regimento Interno que, até então, não existiam, como é o caso específico da presente Homologação de Recomendações (vide nota de rodapé nº 1).*
***3***. *Parágrafo único. Também podem ser submetidas a monitoramento as recomendações de que trata o art. 267-A, § 2º, a fim de possibilitar a verificação da efetividade da atuação do Tribunal, de ocorrência de dano ao erário ou de situação sancionável ocorrida após a fiscalização. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*
*§ 7º O cumprimento das recomendações homologadas poderá ser submetido a monitoramento, nos termos do art. 259, parágrafo único. (Incluído pela Resolução nº 73/2019).*

**PROCESSO Nº:-246522/23**
**ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**
**ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES**
**ACÓRDÃO Nº 1455/23 - TRIBUNAL PLENO**

Processo de Homologação de Recomendações. 7ª Inspetoria de Controle Externo. Fiscalização. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Hospital Universitário. Controles internos referentes aos contratos decorrentes dos credenciamentos de serviços médicos. Recomendações. Homologação.

1. Trata-se de processo de homologação de recomendações oriundas de relatório de auditoria (peça n° 3) encaminhado pela 7ª Inspetoria de Controle Externo, em decorrência de fiscalização realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em conformidade com as Portarias n° 281/2021 e n° 476/2022 deste Tribunal de Contas, relativa aos controles internos nos contratos decorrentes dos credenciamentos de serviços médicos.

Como resultado dos trabalhos, foram identificados 13 (treze) achados e sugeridas diversas recomendações à entidade, as quais se encontram compiladas no quadro de fls. 45-47 da peça n° 3.

Encaminhado o relatório de auditoria a este Gabinete por meio do ofício n° 22/23 da 7ª Inspetoria (peça n° 2), determinou-se a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (Despacho n° 454/2023, peça n° 37) para que promovesse a autuação do feito como Processo de Homologação de Recomendações. Após, retornaram os autos.

É o relatório.

2. O presente expediente visa dar atendimento ao disposto no art. 5°, inciso XLII[1], do Regimento Interno, incluído pela Resolução n° 73/2019.

Preliminarmente, esclareço que, inobstante já tenha sido alterada a competência da 7ª ICE, em face da designação de novos grupos de fiscalização nos termos da Portaria n° 380/2023 deste Tribunal de Contas, o presente relatório encontra-se dentro do prazo previsto no art. 3º, §2º, da Instrução Normativa nº 64/2011, de 30 do abril do exercício subsequente[2].

A fiscalização desempenhada pela 7ª Inspetoria teve por objetivo identificar a efetividade dos controles internos na execução dos contratos decorrentes dos credenciamentos de serviços médicos do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Consta do relatório que, dentre as empresas credenciadas para a prestação de serviços médicos junto à UEPG, foram selecionadas as 10 empresas que receberam o maior volume de recursos de janeiro a julho de 2022, conforme a seguinte tabela:

| RAZÃO SOCIAL | CNPJ | Valor executado (R$) |
|---|---|---|
| SEITI SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA | 26.597.100/0001-30 | 2.676.770,55 |
| INSTITUTO DE MEDICINA DIAGNOSTICA DOS CAMPOS GERAIS LTDA | 03.998.323/0001-04 | 1.337.440,00 |
| ANESTPONTA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA | 05.649.259/0001-81 | 1.051.583,40 |
| D.A.T.B.O.M. CLÍNICA MÉDICA LTDA | 13.493.771/0001-00 | 776.801,40 |
| SESSIN MALEK MECHEILEN - ME | 20.288.892/0001-85 | 709.705,60 |
| NEURO CAMPOS GERAIS LTDA | 41.327.986/0001-96 | 704.199,15 |
| JOSVIAK & GUIMARAES CLÍNICA MÉDICA LTDA | 31.362.331/0001-03 | 643.379,96 |
| CASTOLDI SBALCHEIRO MÉDICOS ASSOCIADOS – ME | 20.434.010/0001-42 | 525.785,40 |
| ANESTHEMED CLÍNICA MÉDICA LTDA | 23.521.796/0001-23 | 510.908,40 |
| RIBEIRO HOEKSTRA & LISBOA SERVIÇOS MÉDICOS S/S | 22.066.505/0001-91 | 419.158,95 |

Dentre os profissionais vinculados a cada empresa, foram selecionados aqueles com a maior quantidade de horas de plantão realizadas no período de janeiro a julho de 2022 e, destes profissionais, selecionou-se o mês com o maior e menor número de plantões de cada um dos profissionais.

Assim, definida a amostra a ser avaliada, a equipe de fiscalização buscou verificar a adequação e a efetividade dos controles existentes, a gestão e a fiscalização dos contratos e a conformidade da execução aos termos contratuais e às demais normas que regem o credenciamento.

A auditoria resultou na identificação de 13 (treze) achados, referentes à execução contratual inadequada quanto aos termos pactuados em contrato e/ou quanto às normas aplicáveis, à inexistência ou inadequação dos mecanismos de controle, avaliação e monitoramento da execução e à ausência de transparência, em relação aos quais foram propostas diversas recomendações.

Os achados e as respectivas recomendações se encontram compilados no quadro de peça n° 3, fls. 45-47, a seguir reproduzido:

| TÍTULO | ACHADO | RECOMENDAÇÃO |
|---|---|---|
| Execução contratual inadequada quanto aos termos pactuados em contrato e/ou quanto às normas aplicáveis | 1. Não utilização do ponto biométrico. | Que a UEPG aprimore e implemente o registro biométrico para fins de pagamento das empresas prestadoras de serviços, para que não ocorram pagamentos de horas executadas pelos profissionais com registro de ponto manual, conforme expressamente previsto no edital de credenciamento. |
| | 2. Descumprimento da escala prevista. | Que a UEPG realize adequações de seus controles com o objetivo de exigir que as empresas credenciadas prestem os serviços de plantões nas quantidades, dias e horários definidos pela direção do Hospital Universitário e de fornecer a escala dos profissionais que irão atuar nos respectivos plantões até o dia 20 do mês anterior, bem assim, informem com um dia de antecedência a substituição de qualquer profissional que esteja impossibilitado de realizar o plantão a ele atribuído, conforme cláusulas previstas no edital e nos contratos de credenciamento. |
| | 3. Atrasos e saídas antecipadas. | Que a UEPG realize controles efetivos para que a penalidade prevista no contrato seja aplicada quando houver atraso ou saída antecipada do profissional nos plantões. |
| | 4. Distribuição desigual de plantões. | Que a UEPG realize adequações a fim de propiciar a rotatividade entre todos os credenciados, a fiel observância ao princípio da isonomia, bem assim, cumpra a obrigação de realizar sorteio para a alocação de demandas, conforme disposições contidas no inciso V, do artigo 25, Lei Estadual nº 15.608/2007, e no artigo 3.º, do Decreto Estadual nº 4.507/2007. |
| | 5. Jornada de trabalho excessiva. | Que a UEPG implemente controles que impeçam que profissionais médicos desempenhem jornada excessiva de plantões. |
| | 6. Ausência de controle e registro dos acionamentos nos plantões de sobreaviso. | Que a UEPG implemente controles para que os acionamentos de sobreaviso tenham efetivo registro de data e hora da comunicação ao plantonista no prontuário do paciente, conforme previsto no artigo 3.º da Resolução 1834/2008 do Conselho Federal de Medicina, conforme disposto no contrato de credenciamento. |
| Inexistência ou inadequação dos mecanismos de controle, avaliação e monitoramento da execução | 7. Ausência de autuação do fiscal e do gestor do contrato. | Que a UEPG efetive a atuação dos fiscais e gestores dos contratos com a anotação em livro próprio das eventuais falhas que comprovem o acompanhamento da execução do contrato e da qualidade do serviço prestado, conforme o disposto na Lei Estadual nº 15.608/2007 (art. 118, § 2.º e § 3.º, inc. I, "a") e no Decreto Estadual nº 4.993/2016 (arts. 72, V; 73, § 1.º; e 74, §§ 3.º e 4.º). Essas obrigações encontram-se |

| TÍTULO | ACHADO | RECOMENDAÇÃO |
|---|---|---|
| | | presentes também na nova lei de licitações, Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 117) e no Decreto Estadual nº 10.086/2022 (artigos 10 a 12), que a regulamentou no âmbito estadual. |
| | 8. Ausência ou insuficiência de mecanismos de controle. | Que a UEPG implemente mecanismos efetivos de controle que permitam a devida verificação e acompanhamento dos serviços médicos prestados. |
| | 9. Ausência de apuração de infrações contratuais. | Que a UEPG estabeleça controles para que as infrações contratuais sejam devidamente apuradas com a consequente aplicação das respectivas sanções, quando cabíveis, e efetue o registro sistematizado destas sanções. |
| | 10. Ausência de comprovação da prestação dos serviços nos processos de pagamento. | Que a UEPG implemente controles a fim de verificar a efetiva prestação dos serviços previamente ao pagamento, instruindo devidamente o processo com documentos comprobatórios dessa prestação, conforme disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, especificamente o art. 62, cumulado com o artigo 63. |
| | 11. Ausência de empenho prévio. | Que a UEPG implemente controles que obriguem a observância da sequência lógica da despesa orçamentária por meio das seguintes etapas:<br>1. Existência de crédito orçamentário com saldo suficiente para realizar a despesa;<br>2. Empenho da despesa após a verificada a existência do crédito orçamentário com dotação suficiente para realizar a despesa;<br>3. Liquidação da despesa após o prévio empenho;<br>4. Pagamento da despesa após a regular liquidação. |
| Ausência de Transparência | 12. Ausência de divulgação das escalas. | Que a UEPG divulgue as escalas médicas afixando-as em local visível, nas entradas principais e de acesso ao público, contendo o nome completo do médico, número do registro profissional, especialidade, bem como os nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pela chefia de plantão, além dos dias e horários dos plantões médicos, conforme art. 1.º da Lei Estadual nº 17.085/2012. |
| | 13. Ausência de atualização dos CNES. | Que a UEPG diligencie internamente junto aos seus colaboradores para que realizem o cadastramento e mantenham sempre atualizados os dados dos profissionais de saúde junto ao Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, em periodicidade minimamente mensal ou imediatamente após sofrerem modificações de suas informações, conforme Portaria nº 1.646 do Ministério da Saúde, de 2 de outubro de 2015. |

O "quadro de responsáveis", com a indicação dos gestores responsáveis pelo atendimento das recomendações, consta da fl. 49 do relatório (peça n° 3):

| Entidade | Responsável pelo atendimento às Recomendações | Controlador Interno |
|---|---|---|
| Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG | MIGUEL SANCHES NETO, Reitor no período de 01/09/2022 a 31/08/2026, CPF nº 581.571.079-20, ou quem vier a substituí-lo. | MARCOS VINICIUS FIDELIS, período de 01/09/2022 até 31/08/2026, CPF 752.343.359-68 |

Ao final do relatório, foi sugerido o encaminhamento do trabalho à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para conhecimento, nos seguintes termos (peça n° 3, fl. 48):

Considerando que a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem o objetivo de coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense e tem o compromisso de continuar investindo no aprimoramento das Universidades estaduais, por meio de programas e projetos estratégicos de governo e de interesse da sociedade, bem como no fomento das atividades da área de ciência, tecnologia e inovação, opina-se pelo encaminhamento do presente trabalho à Superintendência para conhecimento.

Denota-se, diante de todo o exposto, que os trabalhos fiscalizatórios objeto do presente relatório de auditoria (peça n° 3) identificaram falhas nos controles internos dos contratos decorrentes dos credenciamentos de serviços médicos junto ao Hospital Universitário da UEPG, relativas à execução contratual, aos mecanismos de controle, avaliação e monitoramento da execução e à transparência, resultando na sugestão de diversas recomendações, conforme quadro reproduzido anteriormente.

Proponho a homologação das recomendações pelo Tribunal Pleno, nos termos do art. 5º, XLII e art. 267-A, §§ 2°, 3° e 4° do Regimento Interno, com a remessa de cópia desta decisão à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

3. Face ao exposto, VOTO pela homologação das recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 7ª Inspetoria de Controle Externo, com a remessa de cópia desta decisão à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Após a publicação da decisão, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para:

c) emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos termos dos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno;

d) remessa de cópia da decisão à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Na sequência, remetam-se à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno do TCE-PR.

Ato contínuo, encaminhem-se à 2ª Inspetoria de Controle Externo, para ciência e tomada de medidas fiscalizatórias que entender cabíveis, nos termos do art. 259, parágrafo único, e art. 267-A, §7º, ambos do Regimento Interno[3].

Atendidas as formalidades, autorizo o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – Homologar as recomendações sugeridas no presente Relatório de Auditoria da 7ª Inspetoria de Controle Externo, com a remessa de cópia desta decisão à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI);

II – após a publicação da decisão, encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para:

a) emissão de comunicação eletrônica do Acórdão de Homologação à Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos termos dos artigos 267-B, caput e 381, III, c/c 382 do Regimento Interno;

b) remessa de cópia da decisão à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

III – na sequência, remeter à Secretaria do Tribunal Pleno para certificar o trânsito em julgado, com posterior envio dos autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro das recomendações, conforme disposto no Regimento Interno do TCE-PR;

IV – ato contínuo, encaminhar à 2ª Inspetoria de Controle Externo, para ciência e tomada de medidas fiscalizatórias que entender cabíveis, nos termos do art. 259, parágrafo único, e art. 267-A, §7º, ambos do Regimento Interno;

V – atendidas as formalidades, autorizar o encerramento do processo, nos termos do artigo 398, § 1º do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Plenário Virtual, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 5º Compete ao Tribunal Pleno: (...) XLII - homologar as recomendações oriundas dos relatórios de auditoria e de inspeção das Inspetorias de Controle Externo e das Coordenadorias, conforme proposta do Presidente ou do Superintendente, nos termos do art. 267-A, § 2º, I.*

*__2__. "§2º. As Comunicações de Irregularidades elaboradas pelas Inspetorias de Controle Externo, nos termos do inciso IV, do art. 157 e do art. 262, do Regimento Interno, deverão ser protocoladas até 30 de abril do exercício subsequente". Inobstante o dispositivo se refira às comunicações de irregularidade, deve ser interpretado extensivamente aos demais procedimentos atualmente previstos no Regimento Interno que, até então, não existiam, como é o caso específico da presente Homologação de Recomendações (vide nota de rodapé nº 1).*

*__3__. Parágrafo único. Também podem ser submetidas a monitoramento as recomendações de que trata o art. 267-A, § 2º, a fim de possibilitar a verificação da efetividade da atuação do Tribunal, de ocorrência de dano ao erário ou de situação sancionável ocorrida após a fiscalização. (Incluído pela Resolução nº 73/2019)*

*§ 7º O cumprimento das recomendações homologadas poderá ser submetido a monitoramento, nos termos do art. 259, parágrafo único. (Incluído pela Resolução nº 73/2019).*

**PROCESSO Nº:-266570/23**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CURITIBA**
**INTERESSADO:-ALEXANDRE JARSCHEL DE OLIVEIRA, BENEDITO SILVA JUNIOR, MUNICÍPIO DE CURITIBA, RAFAEL VALDOMIRO GRECA DE MACEDO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CURITIBA, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SOELI PEREIRA DA SILVA TEIXEIRA**
**ADVOGADO / PROCURADOR-EDUARDO DUARTE FERREIRA**
**RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA**
**ACÓRDÃO Nº 1472/23 - TRIBUNAL PLENO**

Representação da Lei 8.666/93. Concorrência pública. Serviços e execução de obras de iluminação pública. Homologação de cautelar.

1. Trata-se de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido cautelar, proposta por Benedito Silva Junior, mediante a qual apontou a ocorrência de supostas ilegalidades na Concorrência Pública nº 004/2022, realizada pelo Município de Curitiba com o objetivo de delegação, por meio de concessão[1] administrativa, da prestação dos serviços e execução de obras de iluminação pública na municipalidade.

Após expor breve panorama e contextualização sobre o certame questionado e o Contrato de Concessão Administrativa nº 25297[2], a parte representante apresentou as seguintes considerações:

a) O edital de Concorrência Pública nº 004/2022 apresenta inexatidão/imprecisão/vagueza quanto ao objeto contratado, em ofensa ao art. 14 da Lei 8.666/93 e à súmula 177 do Tribunal de Contas da União;

b) Ausência de cronograma de implantação no edital.

"se o objeto contrato é modelado por fases (cláusula 4, do contrato firmado), imprescindível a justa caracterização – pormenorizada – do ambiente a ser implementado o teor contratual";

c) A vagueza do objeto e a ausência de cronograma prejudicam o necessário equilíbrio econômico-financeiro e irão ocasionar aditivos contratuais, em franco ato

de lesão ao erário;
d) Parte do certame foi mantida em sigilo, eis que, "o plano de negócio, proposto ao longo do certame, não sofreu a devida publicidade". Assim, os atos pré-contratuais, mantidos em sigilo, são nulos, bem como o certame e o contrato decorrente;
e) A contratação ocorreu por preço inexequível. O município de Curitiba estipulou como preço da futura contratação o valor de R$1.020.770.728,98, conforme item 5.2 do edital, e a contratação foi realizada no valor de R$292.754.000,00, conforme contrato anexado (desconto de 71,32%).
Suscitou duas hipóteses: "A primeira é aquela relativa à ausência de justa ponderação apriorística dos custos pela Municipalidade. A segunda, a contratação através de preço inexequível, fator absolutamente vedado pela norma de regência".
Sobre as hipóteses considerou que o Município de Curitiba conta com corpo funcional dos mais renomados do Brasil, sendo pouco provável a tamanha discrepância valorativa assinalada no caso em comento. Concluiu que está presente a inexequibilidade do preço.
Nesse sentido, apresentou cálculo (Tabela 1 da petição) em que apurou a margem bruta da concessionária após custos e despesas operacionais em R$ 658.000,00 mensalmente. Salientou que este seria o valor restante para ser aplicado em investimentos previstos no contrato, pagamentos de encargos financeiros e ao fim, abatimento de imposto de renda e contribuições.
Questionou se tal valor seria suficiente para realizar os serviços descritos no edital. Elencou os seguintes custos na Tabela 1 da sua petição: (1) estrutura operacional; (2) sistema de telegestão; (3) manutenção da iluminação; (4) manutenção da iluminação de destaque; (5) estrutura administrativa; (6) poda de árvores e (7) seguros e garantias.
Segundo o representante, o valor para o cumprimento de tais obrigações, com o desconto de 71,32%, pode não ser suficiente para a correta execução.
Com relação ao item 1, indicou que a concessionária mal teria condições de manter uma base operacional. Com relação ao item 3, que trata da manutenção do parque de iluminação, salientou que o valor seria suficiente para manter no máximo 2 equipes operacionais para a manutenção de mais de 140.000 pontos de iluminação. O item 4 para obras especiais é composto de 140 locais que não poderão ser atendidos com o valor contratado. E quanto ao item 6, o contrato exige a realização de 36.000 podas anuais, sendo que o valor previsto mal serviria para pagar os funcionários envolvidos na atividade.
f) Apresentou a tabela 2 em que calculou o resultado bruto da concessionária para os 24 anos de contrato, em que obteve o montante de R$189.000.000,00. O valor, embora de montante considerável, é insuficiente para realização dos investimentos e obrigações assumidos pela concessionária no presente certame licitatório.
De acordo com o representante, os investimentos necessários somariam cerca de R$198.919.521,00 (tabela 3). Portanto, configuraria a inexequibilidade da operação.
Frisou que os números apontados nestas comparações são de caráter ilustrativos e visam explorar o raciocínio de se demonstrar a completa aberração proposta pela concessionária vencedora no presente certame licitatório.
Concluiu que a execução do presente contrato é inviável, inexequível e improvável. A concessionária não terá qualquer retorno sobre os investimentos que deverá realizar, auferirá prejuízos em sua operação, e como consequência não performará os serviços da forma como deveria e que a Administração Municipal espera receber;
g) Ante a inexequibilidade do contrato, o município sofrerá lesão ao erário, visto que serão gastos centenas de milhões de reais em um contrato em que a empresa contratada não entregará os serviços, tão pouco os ativos, com a qualidade mínima esperada.
Durante a execução do contrato é certo que a concessionária irá realizar inúmeros pleitos para reequilíbrio contratual e aditivos de serviços e valores que por hora deveria ter previsto em sua análise técnica-econômica, o resultado será mais dispêndio de recursos públicos com serviços que serão insuficientes e insatisfatórios.
Ao fim, a parte representante discorreu sobre o risco de prejuízo de danos irreparáveis à municipalidade de Curitiba e a necessidade de suspensão cautelar dos atos de contratação, formulando os seguintes pedidos:
a) "O recebimento e processamento da presente, essa na condição de tomada especial de contas, nos termos regimentais";
b) "A concessão de medida acauteladora, suspendendo os efeitos do contrato de concessão administrativa no 25257, até o julgamento final da presente, com a consequente comunicação aos interessados"
c) "Alternativa e sucessivamente, requer a imediata adoção do procedimento de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL com rigorosíssima fiscalização, por parte desse E. Tribunal de Contas, sobre a execução do contrato, durante toda sua vigência, tudo para a preservação do erário. Requer, diante das prerrogativas constitucionais desse E. Tribunal que seja auditada a prestação dos serviços, suas planilhas, sua execução como todo, determinando à Municipalidade que todos os pagamentos derivados da referida contratação sejam submetidos, previamente, ao crivo de Vossa Excelência".
d) "Seja ao final, diante das infrações apontadas, uma vez ouvidas as partes inseridas no polo passivo da presente, julgada procedente, determinando a anulação administrativa do já referido contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais".
Através do Despacho 494/23-GCILB (peça 16), determinei a intimação do município de Curitiba, na pessoa de seu representante legal, para que se manifestasse preliminarmente sobre o pedido cautelar e sobre os fatos noticiados na peça exordial, bem como para que juntasse aos autos cópia integral do processo licitatório sob exame, informando em que estado se encontra a contratação.
Em resposta, o município representado encaminhou a manifestação preliminar acompanhada de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Administração Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação – SMAP, e cópia integral do procedimento licitatório - processo administrativo eletrônico de protocolo 01-188011/2021 (peças 27 a 53).
Em sede preliminar, apontou a existência de decisão liminar no Mandado de Segurança nº 0014731-77.2023.8.16.0000, em trâmite no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que suspendeu os efeitos do Acórdão nº 302/2023 do Tribunal Pleno desta Corte de Contas, o qual foi exarado na Representação nº 94499/23 proposta pela empresa Tecnoluz Eletricidade Ltda contra a mesma Concorrência Pública objeto desta Representação.
Ainda em sede preliminar, defendeu a incompetência do Tribunal de Contas para receber a Representação, eis que o processo licitatório já foi finalizado, tendo resultado no Contrato nº 25297.
Com relação ao mérito, teceu, em síntese, as seguintes considerações a respeito das supostas irregularidades apontadas na Representação:
a) Da inexatidão/imprecisão/vagueza quanto ao objeto contratado:
"(...) o material editalício da Concorrência Pública ora em comento é composto por um vasto conjunto de documentos (Edital, Minuta de Contrato e seus anexos: Caderno de Encargos da Concessionária, Diretrizes para Iluminação Cênica, Diretrizes Ambientais Mínimas, Sistema de Mensuração de Desempenho, Diretrizes Gerais das Apólices de Seguros, dentre outros), os quais estabelecem sobeja e adequadamente o objeto contratado e as obrigações da concessionária. Ademais, todos esses documentos foram submetidos tempestivamente a Audiências e Consulta Públicas, eventos que oportunizaram ampla participação da população, de empresas e demais interessados, não sendo registrados nessas ocasiões quaisquer questionamentos quanto à suposta inexatidão, imprecisão ou vagueza quanto ao objeto a ser contratado. Caso existissem os supostos vícios alegados pelo Autor, certamente os mesmos teriam sido apontados à época pelos licitantes, os quais enfrentariam, por tais vícios, severas dificuldades para elaborar suas propostas. Para corroborar a precisão do material editalício, basta observar que os licitantes participaram do certame, sem expressar dificuldades ou contestar quaisquer documentos mencionados supra.".[3]
b) Alegada ausência de cronograma de implantação no edital:
"(...) o Edital traz cronograma de implementação das fases do objeto, conforme item 4.2 do Contrato, parte integrante do Edital, e o detalhamento abrangente das responsabilidades encontra-se no Anexo 5 - Caderno de Encargos da Concessionária".[4]
c) Alegada não apresentação do Plano de Negócio:
"A questão apontada pelo requerente já foi analisada, pois objeto de questionamento e de resposta por esta Administração, quando do Boletim de Esclarecimento n. VI"
"o próprio instrumento convocatório, embora vede, expressamente, a apresentação do Plano de Negócios por parte da Proponente interessada, estabelece, também de modo expresso (nos termos de seu Subitem 11.1.3 e seguintes), que deverá o Plano de Negócios da Proponente interessada ser submetido à apreciação de uma Instituição Financeira (...) para fins de atestação da viabilidade e exequibilidade da respectiva Proposta Comercial de tal Proponente. (...)
Ademais, cumpre esclarecer também que a exigência da carta de instituição financeira, tal como consta do Edital, declarando a viabilidade do Plano de Negócios da Proponente, é uma prática recorrente em projetos de Parceria Público-Privadas e concessões, cabendo citar, como exemplos, as licitações federais de concessões aeroportuárias e de rodovias, e está referendada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU (, o Acórdão n.º 2462/2018 - Plenário)
Por fim, importa esclarecer que o Poder Concedente possui a prerrogativa, derivada da função administrativa, de julgamento das propostas econômicas e dos documentos de habilitação. Essa prerrogativa encontra-se expressamente refletida no item 15, do Edital. Com base na mesma, cabe exclusivamente ao Poder Concedente definir os critérios e meios pelos quais se realizará a avaliação quanto à exequibilidade ou compatibilidade financeira da proposta econômica, valendose, entre outros fatores, da possibilidade de solicitar informações adicionais e dos estudos e levantamentos realizados para subsidiar a elaboração dos documentos editalícios".[5]
d) Alegada contratação por preço inexequível:
"(...) o deságio em porcentagem superior a 50%, no caso correspondente a 71,32% (setenta e um, virgula trinta e dois por cento), tem sido cada vez mais comuns em Projetos de Parcerias Público Privadas de Iluminação Pública.
É o que se verifica das próprias ofertas apresentadas pelas proponentes do certame em tela:
- 1ª melhor classificada – desconto de 71,32%;
- 2ª melhor classificada - desconto de 63,08%
- 3ª melhor classificada – desconto de 59,51%;
- 4ª melhor classificada – Impetrante – desconto de 45,26%".
"Sendo assim, por força do princípio da legalidade e da estrita vinculação ao instrumento convocatório, à Administração Pública cabe a análise das Propostas vis a vis; ao atendimento das exigências constantes do certame, bem como à legislação aplicável, e foi exatamente o que ocorreu na licitação em tela.
Além disso, o Edital previa, no item 11.1.3., que, "juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL deve ser apresentada carta de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, nacional ou estrangeira, com comprovação da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que assessora a PROPONENTE na montagem financeira do empreendimento, declarando que analisou o plano de negócios a ela apresentado pela PROPONENTE e atesta sua viabilidade e exequibilidade", obrigação que foi integralmente cumprida pela vencedora da licitação, de modo que qualquer discussão sobre a mesma tem cunho subjetivo, o que vai de encontro ao princípio do julgamento objetivo, previsto no art. 3º da Lei de Licitações, que dispõe que a licitação "destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."[6]
É o relatório.
2. Inicialmente, quanto à primeira preliminar suscitada pelo município representado, a respeito do deferimento de liminar no Poder Judiciário, tenho que a referida decisão não interfere na presente Representação.
Conforme discorreu o representado
"o Município de Curitiba impetrou o Mandado de Segurança nº 0014731-77.2023.8.16.0000, em trâmite no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, contra o Acórdão nº 302/2023 do Tribunal Pleno dessa Corte de Contas, que determinou, cautelarmente, a imediata suspensão da Concorrência Pública nº 004/2022 e contratos decorrentes, no estado em que se encontrarem, até ulterior decisão do TCE/PR."[7]
Ocorre que, a decisão liminar em comento suspendeu os efeitos do Acórdão nº 302/2023-Tribunal Pleno, exarado na Representação nº 94499/23. Tal decisão não afeta o presente processo, que, embora trate da mesma concorrência pública, tem parte distinta como representante e possui relato de outras supostas irregularidades. A mencionada decisão judicial em nada afeta a tramitação deste processo, o qual deve se pautar no princípio da independência entre as instâncias.
Ainda, cumpre destacar que a existência de processos em trâmite perante o Poder Judiciário não obsta a competência fiscalizatória desta Corte, uma vez que, as

instâncias são independentes e, por ora, não há coisa julgada material nos autos do Mandado de Segurança nº 0007074-09.2022.8.16.0004 e nem nos autos do Mandado de Segurança nº 0014731-77.2023.8.16.0000.
Portanto, resta afastada esta preliminar suscitada pela municipalidade.
Também afasto a outra preliminar levantada pelo representado, em que alegou a incompetência deste Tribunal de Contas em razão de que o processo licitatório já foi finalizado.
O fato de a licitação ter sido finalizada não encerra a competência deste Tribunal de Contas.
A fiscalização de contratos está inserida nas atribuições constitucionais desta Corte de Contas, principalmente quando diante de complexidade, valores vultosos e longos prazos de duração.
Nesse sentido, as competências foram atribuídas a este Tribunal de Contas pelo art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual nº 113/20054 (decorrentes do art. 70, parágrafo único, e do art. 71, IV, da Constituição Federal, e dos art. 74, parágrafo único, e 75, IV, da Constituição Estadual):
Art. 29. Para assegurar a eficácia do controle e para instruir o julgamento das contas, o Tribunal efetuará a fiscalização dos atos de que resulte receita ou despesa praticada pelos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, conforme previsto nesta lei, no Regimento Interno ou nos demais atos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas, competindo-lhe, para tanto, em especial:
(...)
IV – fiscalizar a execução de termos de parcerias, contratos de gestão, concessões, permissões, parcerias público privadas e instrumentos congêneres.
Portanto, afasto a preliminar alegada pelo município representado.
Superadas as preliminares, passo a analisar o recebimento da Representação.
Compulsando os autos verifico que a presente Representação deve ser recebida, vez que preenche os requisitos dos artigos 30[8] e 34[9] da Lei Complementar Estadual n° 113/2005 e dos artigos 275 e 276, caput e §1°[10], do Regimento Interno.
O primeiro ponto suscitado pelo representante diz respeito à vagueza e inexatidão quanto ao objeto contratado, em ofensa ao art. 14[11] da Lei 8.666/93 e à súmula 177 do Tribunal de Contas da União[12].
Consta no edital a seguinte descrição do objeto:
PARTE IV – REGULAMENTO DA LICITAÇÃO
1. OBJETO
1.1. O objeto da LICITAÇÃO é a delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos SERVIÇOS e execução de obras de ILUMINAÇÃO PÚBLICA no MUNICÍPIO.
1.1.1. As características e especificações técnicas referentes à execução do objeto estão indicadas neste EDITAL e seus ANEXOS.
1.1.2. A execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente EDITAL e em seus ANEXOS, bem como na documentação apresentada pela ADJUDICATÁRIA.
Na minuta do contrato o objeto é assim descrito:
4. OBJETO
4.1. O objeto do CONTRATO é a delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e serviços obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes deste CONTRATO e dos ANEXOS.
De fato, as descrições constantes do edital e na minuta do contrato são genéricas.
O município de Curitiba defendeu que o objeto contratado e as obrigações da concessionária estão adequadamente estabelecidos no Edital, Minuta de Contrato e seus anexos (Caderno de Encargos da Concessionária, Diretrizes para Iluminação Cênica, Diretrizes Ambientais Mínimas, Sistema de Mensuração de Desempenho, Diretrizes Gerais das Apólices de Seguros, dentre outros).
Defendeu que
Caso existissem os supostos vícios alegados pelo Autor, certamente os mesmos teriam sido apontados à época pelos licitantes, os quais enfrentariam, por tais vícios, severas dificuldades para elaborar suas propostas. Para corroborar a precisão do material editalício, basta observar que os licitantes participaram do certame, sem expressar dificuldades ou contestar quaisquer documentos mencionados supra[13]
O fato de os licitantes não terem reclamado sobre o objeto do certame não afasta a possibilidade de ter ocorrido a falha na sua delimitação.
A clareza e a delimitação do objeto são pressupostos essenciais para a igualdade entre os licitantes, e são essenciais para a posterior execução e controle do contrato.
A Lei Federal 11.079/2004, que instituiu as normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, exige que o objeto seja definido com clareza:
Art. 12. O certame para a contratação de parcerias público-privadas obedecerá ao procedimento previsto na legislação vigente sobre licitações e contratos administrativos e também ao seguinte:
(...)
§ 2º O exame de propostas técnicas, para fins de qualificação ou julgamento, será feito por ato motivado, com base em exigências, parâmetros e indicadores de resultado pertinentes ao objeto, definidos com clareza e objetividade no edital.
Considerando a complexidade do objeto e a duração da contratação, reputo necessária uma análise minuciosa para verificar se o objeto da licitação foi suficientemente detalhado.
Eventuais falhas na delimitação do objeto podem facilmente gerar dano ao erário, com o cumprimento inadequado das obrigações por parte da empresa concessionária.
Assim, entendo pelo recebimento da Representação quanto a este ponto para melhor análise por parte desta Corte.
Em seu segundo ponto, o representante apontou a ausência de cronograma de implantação suficientemente detalhado no edital. Arguiu que, se o contrato é modulado por fases, é imprescindível a caracterização pormenorizada de cada uma das fases.
Consta no Contrato de Concessão Administrativa nº 25297 a seguinte informação:
4.2. O objeto acima será implementado observando as seguintes fases:
4.2.1. FASE PRELIMINAR – SETUP DA OPERAÇÃO
4.2.2. FASE I – ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS
4.2.3. FASE II – MODERNIZAÇÃO
4.2.4. FASE III – PÓS MODERNIZAÇÃO
O município representado defendeu que o detalhamento está contido no Anexo 5 – Caderno de Encargos da Concessionária.
A ausência de cronograma detalhado, assim como a imprecisão na delimitação do objeto da contratação, pode prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro e ocasionar aditivos contratuais, em ato de lesão ao erário.
Em uma contratação deste vulto e relevância é imprescindível o detalhamento do cronograma exigido pela municipalidade, para fins de possibilitar sua satisfatória execução e controle.
Assim, para que a questão passe pelo crivo do corpo técnico especializado desta Casa, recebo a Representação quanto a este ponto.
O terceiro ponto levantado pelo representante trata de possível nulidade do certame e do contrato decorrente dele em razão de que o plano de negócios das propostas apresentadas não teve publicidade, e foi mantido em sigilo.
Defendeu haver ofensa ao art. 3º, § 3o, da Lei 8666 que diz:
Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
(...)
§ 3o A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
De fato, ao consultar os documentos constantes neste processo, o edital prevê que o plano de negócios não deverá ser apresentado com a proposta, ou seja, será mantido em sigilo. Confira-se os seguintes itens editalícios:
11.1.3. Juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL deve ser apresentada carta de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, nacional ou estrangeira, com comprovação da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que assessora a PROPONENTE na montagem financeira do empreendimento, declarando que analisou o plano de negócios a ela apresentado pela PROPONENTE e atesta sua viabilidade e exequibilidade, com o conteúdo mínimo do ANEXO 8, apresentando, ainda, um termo de confidencialidade celebrado entre a PROPONENTE e a Instituição Financeira, com o conteúdo mínimo do ANEXO 9 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE ENTRE A PROPONENTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
(...)
11.2. Não poderá ser incluído na PROPOSTA COMERCIAL, nem nos demais volumes dos DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO, o plano de negócios da PROPONENTE, sob pena de desclassificação da PROPONENTE e aplicação de multa equivalente ao valor da GARANTIA DA PROPOSTA, com sua consequente execução.
Quanto a este tópico, a municipalidade afirmou que a questão já foi analisada quando objeto de questionamento, e foi respondida pela Administração no Boletim de Esclarecimento nº VI.
Neste documento, respondeu, em síntese, que, embora o edital vede expressamente a apresentação do plano de negócios, existe a necessidade de apresentação do documento junto à referida Instituição Financeira para fins de atestação da viabilidade e exequibilidade da respectiva Proposta Comercial. Defendeu que essa exigência é comum em projetos de parceria público-privada e concessões, respaldada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
Acrescentou que o poder concedente tem a prerrogativa de julgar as propostas econômicas e os documentos de habilitação, definindo os critérios e meios de avaliação da exequibilidade ou compatibilidade financeira da proposta.
As alegações municipais não são suficientes para, em análise sumária, afastar os apontamentos relatados nesta Representação quanto a este item.
Considerando que uma parceria público-privada - PPP é uma forma de colaboração entre o setor público e o setor privado para a realização de um projeto conjunto, o plano de negócios é uma ferramenta importante para demonstrar a viabilidade econômico-financeira do projeto e estabelecer as bases para a parceria.
Não somente para avaliar a viabilidade financeira, mas também para promover a transparência, mitigar riscos e orientar a implementação do projeto. Ele serve como um documento estratégico que permite que todas as partes interessadas compreendam, avaliem e apoiem a iniciativa da parceria público-privada.
Assim, privilegia-se uma execução eficiente e eficaz da PPP.
Aliás, a municipalidade não apresentou motivação para ter optado pela confidencialidade do plano de negócio na presente contratação.
Entendo que, eventualmente alguns aspectos específicos do plano de negócios podem ser tratados como informações confidenciais, desde que justificado ou amparado pela legislação ou regulamentação aplicável.
No entanto, as informações essenciais para a avaliação do projeto devem ser disponibilizadas aos órgãos de controle para garantir transparência e fiscalização adequada dos recursos públicos. Assim, embora certas informações sensíveis possam ser sigilosas, a transparência e a prestação de contas são princípios fundamentais em uma parceria público-privada.
Assim, reputo necessário o recebimento da Representação quanto a este ponto para melhor análise por parte desta Corte.
O quarto ponto aventado pelo Representante diz respeito a suposta inexequibilidade da proposta comercial.
Conforme consta no item 5.2 do edital de Concorrência Pública, o valor estimado do contrato era de R$1.020.7710.728,98.
A contratação foi realizada no valor de R$292.754.000,00, de acordo com o Contrato de Concessão Administrativa nº 25297.
Denota-se, portanto, que houve um desconto de 71,32% no valor previsto pela Administração.
De fato, em cognição sumária, assiste razão ao representante ao apontar a provável inexequibilidade da proposta. A diferença entre o valor estimado pela municipalidade e o valor da proposta vencedora é notável.
As consequências da inexequibilidade seriam impactantes ao município, que pode sofrer lesão ao erário com uma contratação em que os serviços seriam prestados com qualidade abaixo do esperado. Neste caso a situação é agravada em razão da duração longínqua do contrato e seu valor vultoso.
Ou ainda, a situação terá de passar por reequilíbrio contratual e aditivos de serviços indevidos, resultando em mais gastos de recursos públicos com serviços

insatisfatórios.
A Lei 8.666/93, em seu art. 48, determina que as propostas consideradas inexequíveis sejam desclassificadas. No mesmo dispositivo legal, define quais propostas são consideradas inexequíveis. Confira-se:
Art. 48. Serão desclassificadas:
I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüiveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.
§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinqüenta por cento) do valor orçado pela administração, ou
b) valor orçado pela administração.
Veja-se que a legislação deu especial atenção a propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do valor orçado pela administração, e que podem ser consideradas manifestamente inexequíveis.
As ponderações e cálculos trazidos pelo representante, ainda que a título de argumentação, trazem indícios de que a contratação é inexequível no valor contratado.
Ora, o procedimento licitatório tem como objetivo lograr o melhor negócio para a Administração Pública. Se por um lado o certame deve evitar o superfaturamento, por outro deve se afastar de preços manifestamente inexequíveis.
A contratação de uma proposta inexequível pode trazer diversos prejuízos à municipalidade, como gastos não previstos e a prestação de serviços aquém do desejado.
Para além disso, especialmente em contratos desta magnitude e valor, salutar que sejam previamente minimizadas quaisquer brechas para interrupções contratuais por eventual inexequibilidade, o que inclui rigorosa avaliação da exequibilidade da proposta, evitando que posteriormente ocorram os reiterados debates sobre a equalização econômico-financeira da concessão.
O alto valor de desconto fornecido pela licitante vencedora se torna ainda mais preocupante eis que o edital previu o sigilo do Plano de Negócio, documento que poderia demonstrar a exequibilidade da proposta.
Assim, em juízo de cognição sumária, típico desta fase processual, entendo necessária a atuação desta Corte para que apure, mediante instrução técnica especializada, sobre a inexequibilidade da proposta vencedora.
Nestes termos, recebo a Representação quanto a este item.
Pelo exposto, recebo o expediente, salientando que diante da possível ocorrência de ilegalidade, e em se tratando de juízo de admissibilidade, a existência de incertezas quanto à efetiva ocorrência dos fatos narrados na Representação da Lei n° 8.666/93 não se resolve em favor da parte representada, mas sim do interesse público. Assim, ao menos nesta fase processual incide o princípio do in dubio pro societate, motivo pelo qual recebo a presente demanda, nos termos acima.
Extrai-se, dos fatos narrados nesta Representação, ainda que em cognição meramente sumária, a necessidade de atuação por parte desse Tribunal de Contas. Some-se a isso o fato de que este Tribunal já teve notícia de supostas irregularidades acerca da Concorrência Pública nº 004/2022, através da Representação nº 94499/23, em tramitação nesta Corte de Contas, sendo esta a segunda Representação acerca do mesmo certame, porém, com relato de novas supostas falhas.
Assim, reforça-se a necessidade de atuação deste Tribunal de Contas, no exercício de suas competências, investigando as supostas falhas através de análise por parte do corpo técnico desta Casa, do Ministério Público de Contas e, posteriormente, levando ao plenário a questão, para o fim de salvaguardar o interesse público.
Ainda, em vista da gravidade das irregularidades noticiadas, sopesados a relevância e o vulto da contratação e preenchidos os requisitos autorizadores da concessão de tutela de urgência, acato o pedido formulado na inicial, para determinar cautelarmente, com base no artigo 400 do Regimento Interno e no poder geral de cautela conferido aos Tribunais de Contas, a imediata suspensão da Concorrência Pública nº 004/2022 e do Contrato de Concessão Administrativa nº 25297, no estado em que se encontrarem, até ulterior decisão de mérito por esta Corte.
O fummus boni iuris resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pela parte representante, as quais foram integralmente recebidas.
O periculum in mora, por sua vez, também está caracterizado, já que a manutenção do contrato sob condições de irregularidade pode causar grande prejuízo à Administração e aos destinatários finais do serviço público.
Derradeiramente, considerando que a suspensão de contratos administrativos por Tribunais de Contas eventualmente suscita alguma celeuma, forçoso trazer algumas considerações.
O primeiro ponto que merece atenção é o caráter vinculatório das decisões exaradas por esta Corte de Contas. A doutrina e jurisprudência pátrias majoritariamente defendem que as decisões exaradas pelos Tribunais de Contas possuem natureza administrativa, sujeitas ao controle do Poder Judiciário. Há de se ressaltar, entretanto, que qualquer decisão exarada pelos Tribunais de Contas Estaduais vincula a Administração Pública, que deverá obrigatoriamente cumprir as determinações da Corte de Contas. No caso do TCE-PR, inclusive, o descumprimento pode ensejar sanção pessoal ao gestor, nos termos do Regimento Interno.
Em caso de discordância, cabe-lhe apenas ingressar com os recursos cabíveis no âmbito dos próprios Tribunais de Contas ou com as medidas cabíveis perante o Poder Judiciário.[14] Sobre a natureza vinculatória das decisões dos Tribunais de Contas, transcreve-se escólio de Maria Sylvia Zanella di Pietro:
Todos os aspectos do ato que envolvam legalidade podem ser apreciados pelo Poder Judiciário, sob pena de ofensa ao art. 5º, inciso XXXV, da Constituição. E sabe-se que, hoje, o controle exercido pelo Poder Judiciário é muito mais amplo, em virtude da própria amplitude que adquiriu o princípio da legalidade. Este deixou de ser visto em seu aspecto puramente formal, para ser encarado também no seu aspecto material, em que se exige a vinculação da lei aos ideais de justiça, com todos os valores e princípios assegurados implícita e explicitamente na Constituição, já a partir do preâmbulo.
Pode-se afirmar que a decisão do Tribunal de Contas, se não se iguala à decisão jurisdicional, porque está também sujeita ao controle pelo Poder Judiciário, também não se identifica com a função puramente administrativa. Ela se coloca a meio caminho entre uma e outra. Ela tem fundamento constitucional e se sobrepõe à decisão das autoridades administrativas, qualquer que seja o nível em que se insiram na hierarquia da Administração Pública, mesmo no nível máximo da chefia do Poder Executivo.[15] (grifei)
Igualmente merece destaque a ampla e irrestrita possibilidade de expedição de medidas cautelares pelos Tribunais de Contas, inclusive sem a oitiva do gestor interessado, prerrogativa necessária à garantia de eficácia da atuação das Cortes de Contas.[16]
No Regimento Interno do TCE-PR, as medidas cautelares estão previstas no Título V – Incidentes Processuais, a partir do artigo 400, in verbis:
DAS MEDIDAS CAUTELARES
Art. 400. O Tribunal poderá solicitar incidentalmente e motivadamente, aos órgãos e Poderes competentes a aplicação de medidas cautelares definidas em lei ou determinar aquelas previstas neste Regimento Interno, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Código de Processo Civil.
§ 1º A solicitação incidental de providência aos órgãos e Poderes competentes, de que trata o § 2º do art. 53, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá ser submetida ao Tribunal Pleno para apreciação, independentemente de inclusão prévia na pauta de julgamento, cabendo ao Presidente a comunicação devida. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º-A. No âmbito das competências desta Corte poderá haver determinação incidental de suspensão de ato ou procedimento impugnado a ser deferida pelo relator, que surtirá efeitos imediatos, devendo ser encaminhada aos demais Conselheiros e submetida ao órgão julgador competente, na primeira sessão subsequente à decisão, para apreciação, independente de inclusão prévia na pauta de julgamentos, nos termos do art. 429, § 4º, I. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
§ 2º Na hipótese de rejeição da medida a que se refere o § 1º-A a decisão será imediatamente comunicada aos interessados pela secretaria do órgão colegiado. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 3º Será solidariamente responsável a autoridade superior competente que, no prazo fixado pelos órgãos colegiados, deixar de atender à determinação do Tribunal.
Art. 401. Poderão ser solicitadas as seguintes medidas cautelares: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
I - afastamento temporário de dirigente do órgão ou entidade;
II - indisponibilidade de bens;
III - exibição de documentos, dados informatizados e bens;
IV - (Revogado pela Resolução n° 24/2010)
V- outras medidas inominadas de caráter urgente.
Parágrafo único. (Revogado pela Resolução n° 2/2006)
[...]
Em relação à jurisprudência dos tribunais superiores, ressalta-se que a possibilidade de provimento cautelar é fundamentada no poder geral de cautela e na teoria dos poderes implícitos.
Sob o prisma da referida teoria, oriunda do constitucionalismo norte-americano, tem-se que para cada poder outorgado pela constituição a certo órgão, são implicitamente conferidos amplos poderes para a execução desse poder. Isto é, sempre que a Constituição outorga um poder, de modo implícito estão outorgados os meios necessários à sua efetivação, guardadas, por óbvio, a proporcionalidade e razoabilidade.[17]
O poder geral de cautela, por sua vez, é noção extraída do Código de Processo Civil[18], representando o poder de que goza o julgador para criar providências de segurança, fora dos casos já arrolados na legislação.[19]
Neste sentido, forçoso destacar que este também é o entendimento da Suprema Corte sobre o tema, conforme diversas decisões emblemáticas que abaixo colaciono.
Em 2003, nos autos do MS 24.510-DF, assentou-se o entendimento de que o poder geral de cautela é intrínseco ao Tribunal de Contas no exercício de suas competências.
A relatoria do voto é da Ministra Ellen Gracie, contando com a ementa abaixo transcrita:
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU. CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO.
1 – Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada.
2 – Inexistência de direito líquido e certo. O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões.
3 – A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da Representação e na legislação aplicável.
4 – Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem.
Ressalta-se, em razão da completude do exame e da argumentação, o voto exarado pelo Ministro Celso de Mello nos referidos autos:
Entendo, Senhor Presidente, que o poder cautelar também compõe a esfera de atribuições institucionais do Tribunal de Contas, pois se acha instrumentalmente vocacionado a tornar efetivo o exercício, por essa Alta Corte, das múltiplas e relevantes competências que lhe foram diretamente outorgadas pelo próprio texto da Constituição da República.
Isso significa que a atribuição de poderes explícitos, ao Tribunal de Contas, tais como enunciados no art. 71 da Lei Fundamental da República, supõe que se lhe reconheça, ainda que por implicitude, a titularidade de meios destinados a viabilizar a adoção de medidas cautelares vocacionadas a conferir real efetividade às suas deliberações finais, permitindo, assim, que se neutralizem situações de lesividade, atual ou iminente, ao erário público.
Impende considerar, no ponto, em ordem a legitimar esse entendimento, a formulação que se fez em torno dos poderes implícitos, cuja doutrina, construída pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América, no célebre caso McCulloch v. Maryland (1819), enfatiza que a outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios

necessários à integral realização dos fins que lhe foram atribuídos.
[...]
Esta Suprema Corte, ao exercer o seu poder de indagação constitucional – consoante adverte CASTRO NUNES ("Teoria e Prática do Poder Judiciário", p. 641/650, 1943, Forense) – deve ter presente, sempre, essa técnica lógico racional, fundada na teoria jurídica dos poderes implícitos, para, através dela, conferir eficácia real ao conteúdo e ao exercício de dada competência constitucional, como a de que ora se cuida, consideradas as atribuições do Tribunal de Contas da União, tais como expressamente relacionadas no art. 71 da Constituição da República.
É por isso que entendo revestir-se de integral legitimidade constitucional a atribuição de índole cautelar, que, reconhecida com apoio na teoria dos poderes implícitos, permite, ao Tribunal de Contas da União, adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas funções institucionais e ao pleno exercício das competências que lhe foram outorgadas, diretamente, pela própria Constituição da República. Não fora assim, e desde que adotada, na espécie, uma indevida perspectiva reducionista, esvaziar-se-iam, por completo, as atribuições constitucionais expressamente conferidas ao Tribunal de Contas da União.
[...] Assiste, pois, inteira razão ao Ministério Público Federal, cujo parecer, da lavra da ilustre Subprocuradora-Geral da República, Dra. SANDRA CUREAU, aprovado pelo eminente Chefe da Instituição, Dr. GERALDO BRINDEIRO, assim apreciou – e bem examinou – esse específico aspecto da questão: 'Fica claro, pois, que cabe à Corte de Contas o exame de editais de licitação publicados, o que se concilia com sua competência de 'assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade' (CF, art. 71, inc. IX).
Por outro lado, se as Cortes de Contas têm legitimidade para determinar que os órgãos ou entidades da Administração interessada adotem as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, com maior propriedade possuem legitimidade para a expedição de medidas cautelares, como a ora impugnada, a fim de prevenir a ocorrência de lesão ao erário ou a direito alheio, bem como garantir a efetividade de suas decisões.
[...]
Na realidade, o exercício do poder de cautela, pelo Tribunal de Contas, destina-se a garantir a própria utilidade da deliberação final a ser por ele tomada, em ordem a impedir que o eventual retardamento na apreciação do mérito da questão suscitada culmine por afetar, comprometer e frustrar o resultado definitivo do exame da controvérsia.
Não se pode ignorar – consoante proclama autorizado magistério doutrinário (SYDNEY SANCHES, "Poder Cautelar Geral do Juiz no Processo Civil Brasileiro", p. 30, 1978, RT; JOSÉ FREDERICO MARQUES, "Manual de Direito Processual Civil", vol. 4/335, item n. 1.021, 7ª ed., 1987, Saraiva; CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, "A Instrumentalidade do Processo", p. 336/371, 1987, RT; VITTORIO DENTI, "Sul Concetto di funzione cautelare", in "Studi P. Ciapessoni", p. 23-24, 1948; PIERO CALAMANDREI, "Introduzione allo Studio Sistematico dei Provvedimenti cautelari", p. 20, item n. 8, Pádua, 1936, Cedam; HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, "Tutela Cautelar", vol. 4, p. 17, 1992, Aide, v.g.) – que os provimentos de natureza cautelar acham-se instrumentalmente vocacionados a conferir efetividade ao julgamento final resultante do processo principal, assegurando, desse modo, plena eficácia e utilidade à tutela estatal a ser prestada.
Assentada tal premissa, que confere especial ênfase ao binômio utilidade/necessidade, torna-se essencial reconhecer – especialmente em função do próprio modelo brasileiro de fiscalização financeira e orçamentária, e considerada, ainda, a doutrina dos poderes implícitos – que a tutela cautelar apresenta-se como instrumento processual necessário e compatível com o sistema de controle externo, em cuja concretização o Tribunal de Contas desempenha, como protagonista autônomo, um dos mais relevantes papéis constitucionais deferidos aos órgãos e às instituições estatais.
Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, peço vênia ao eminente Ministro Carlos Britto para denegar o mandado de segurança, acompanhando, desse modo, o douto voto da ilustre Senhora Ministra-Relatora. (grifei)
Posteriormente, no bojo do Mandado de Segurança nº 26547/DF, o STF indeferiu pedido cautelar formulado com intuito de suplantar deliberação do Tribunal de Contas da União, conforme ementa abaixo transcrita:
EMENTA: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PODER GERAL DE CAUTELA. LEGITIMIDADE. DOUTRINA DOS PODERES IMPLÍCITOS. PRECEDENTE (STF). CONSEQÜENTE POSSIBILIDADE DE O TRIBUNAL DE CONTAS EXPEDIR PROVIMENTOS CAUTELARES, MESMO SEM AUDIÊNCIA DA PARTE CONTRÁRIA, DESDE QUE MEDIANTE DECISÃO FUNDAMENTADA. DELIBERAÇÃO DO TCU, QUE, AO DEFERIR A MEDIDA CAUTELAR, JUSTIFICOU, EXTENSAMENTE, A OUTORGA DESSE PROVIMENTO DE URGÊNCIA. PREOCUPAÇÃO DA CORTE DE CONTAS EM ATENDER, COM TAL CONDUTA, A EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL PERTINENTE À NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES ESTATAIS. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM CUJO ÂMBITO TERIAM SIDO OBSERVADAS AS GARANTIAS INERENTES À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DO "DUE PROCESS OF LAW". DELIBERAÇÃO FINAL DO TCU QUE SE LIMITOU A DETERMINAR, AO DIRETOR-PRESIDENTE DA CODEBA (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), A INVALIDAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA A QUEM SE ADJUDICOU O OBJETO DA LICITAÇÃO. INTELIGÊNCIA DA NORMA INSCRITA NO ART. 71, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO. APARENTE OBSERVÂNCIA, PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, NO CASO EM EXAME, DO PRECEDENTE QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMOU A RESPEITO DO SENTIDO E DO ALCANCE DESSE PRECEITO CONSTITUCIONAL (MS 23.550/DF, REL. P/ ACÓRDÃO O MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE). INVIABILIDADE DA CONCESSÃO, NO CASO, DA MEDIDA LIMINAR PRETENDIDA, EIS QUE NÃO ATENDIDOS, CUMULATIVAMENTE, OS PRESSUPOSTOS LEGITIMADORES DE SEU DEFERIMENTO. MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA.[20]
Confirmando o entendimento adotado pela Corte, no ano de 2014, o então Presidente do STF, Ministro Joaquim Barbosa, determinou a suspensão de medida liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, com a consequente restauração do bloqueio de bens determinado cautelarmente pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.[21]
Em outubro de 2016, por sua vez, a Presidente em exercício, Ministra Carmen Lúcia, exarou decisão similar nos autos de Suspensão de Segurança nº 5149/CE.
O referido processo foi deflagrado pela assessoria jurídica do Tribunal de Contas do Ceará, em face de decisão do Tribunal de Justiça daquele mesmo estado. A decisão do Poder Judiciário cassou liminar daquela Corte de Contas, sob o argumento de que não detinha a competente legitimidade para concessão de medida cautelar.
Abaixo, transcreve-se ementa e trecho da decisão da Presidente do Pretório Excelso no caso:
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DE DECISÃO CAUTELAR DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL PELA QUAL CANCELADO PREGÃO PRESENCIAL E REABERTO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RESTRITIVAS À AMPLA CONCORRÊNCIA. DESRESPEITO À COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS. COMPROVADO RISCO DE LESÃO À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS. PEDIDO DEFERIDO.
12. Não parece, por isso mesmo, ter o Tribunal de Contas cearense desbordado de sua atribuição constitucional. Ao contrário, a providência cautelar por ele determinada revelou-se, como se depreende dos autos, capaz de equalizar o interesse público no prosseguimento do certame, minimizando o risco de prejuízo aos trabalhos desempenhados pela Companhia Administrativa da Zona de Processamento de Exportação do Ceará, e, ao mesmo tempo, afastar o risco de lesão ao erário, expurgando cláusulas editalícias restritivas capazes inibir a concorrência e elevar o preço final da contratação.
13. Frente a esses elementos, inevitável concluir que a manutenção da decisão objeto da presente contracautela importa contrariedade à ordem pública e econômica, a justificar o imediato deferimento da pretendida suspensão de segurança, especialmente pela iminência da realização da sessão de pregão presencial, que, como alertado pelo Requerente, pode sobrevir nos próximos dias.
14. Pelo exposto, defiro o pedido para suspender a medida liminar deferida pela Desembargadora Relatora do Mandado de Segurança n. 0625999-05.2016.8.06.0000 no Tribunal de Justiça do Ceará, até o trânsito em julgado dessa decisão (art. 297 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e art. 15 da Lei n. 12.016/2009).
Ainda, em caso recente, em 20/09/2021, na SL 1420, o STF, inicialmente pelo à época Presidente, ministro Luiz Fux, e, posteriormente, em decisão referendada pelo Plenário da Corte constitucional, suspendeu ato do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJ-MT) que impedia a expedição de medidas cautelares pelo Tribunal de Contas estadual (TCE-MT).
A decisão restou assim ementada:
AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR. TRIBUNAL DE CONTAS DO MATO GROSSO. ADI ESTADUAL. MEDIDA CAUTELAR QUE SUSPENDE A EFICÁCIA DE DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA DO TCE. MEDIDAS CAUTELARES DETERMINADAS PELAS CORTES DE CONTAS. ALEGAÇÃO DE RISCO DE GRAVE DANO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. OCORRÊNCIA. DESCOMPASSO COM RELAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O TEMA. RISCO À EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO. PEDIDO DE SUSPENSÃO QUE SE JULGA PROCEDENTE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. O incidente de contracautela é meio processual autônomo de impugnação de decisões judiciais, franqueado ao Ministério Público ou à pessoa jurídica de direito público interessada exclusivamente quando se verifique risco de grave lesão à ordem, à saúde, segurança e à economia públicas no cumprimento da decisão impugnada (art. 4º, caput, da Lei 8.437/1992; art. 15 da Lei 12.016/2009 e art. 297 do RISTF).
2. In casu, revelam-se presentes os requisitos para a concessão da suspensão no presente incidente, porquanto a decisão impugnada está em descompasso com a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, firmada no sentido de que os Tribunais de Contas possuem competência constitucional para determinar medidas cautelares necessárias à garantia da efetividade de suas decisões e à prevenção grave lesões ao erário, nos seus processos de fiscalização.
3. A manutenção da decisão impugnada revela o potencial risco à ordem e à economia públicas, porquanto tem o condão de obstaculizar a atuação preventiva do Tribunal de Contas estadual no exercício de fiscalização do erário.
4. Agravo a que se NEGA PROVIMENTO.
(STF, SL 1420, Rel. Min. Luiz Fux, DJE 13/10/2021 - ATA Nº 174/2021. DJE nº 203, divulgado em 11/10/2021).
É bem assentado o entendimento de que os Tribunais de Contas possuem competência para, no âmbito do exercício geral de cautela, determinarem a suspensão de contratos a respeito de cuja regularidade haja fundadas suspeitas, na esteira do dever de defenderem o exato cumprimento da lei, conforme lhes é determinado pelo art. 71, IX, da Constituição Federal.
Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou:
(...) 10. A articulação dessas duas compreensões, a saber, de que o TCU tem poder geral de cautela e de que pode determinar a ente fiscalizado a adoção de medidas para anular contrato, conduz ao reconhecimento da legitimidade do ato impugnado e afasta, na espécie, configuração de ilegalidade ou de abuso de poder.
(MS 35.038, Min. Rosa Weber, j. 09/03/2018).
Dos excertos acima apresentados, resta indene de dúvida que esta Corte de Contas e os Conselheiros relatores podem adotar as medidas cautelares que vislumbrarem necessárias ao escorreito cumprimento da lei e dos princípios de Direito Público, bem como podem exarar as decisões cautelares necessárias ao resguardo do interesse público e da garantia de eficácia de suas decisões, inclusive com a suspensão de contratos administrativos em curso.
Finalmente, advirto aos representados que o descumprimento da ordem cautelar exarada por esta Corte pode ensejar a aplicação de sanções e multas administrativas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/05 (Lei Orgânica TCE-PR).
3. Em razão de todo o exposto, decido:
3.1. Determinar, cautelarmente, ao Município de Curitiba e à Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba, nos termos do artigo 401, inciso V, do Regimento Interno, que imediatamente suspendam a Concorrência Pública nº 004/2022 e o Contrato de Concessão Administrativa nº 25297, no estado em que se encontrarem, até ulterior decisão de mérito por esta Corte;
3.2 Remeter os autos à Diretoria de Protocolo, para que intime, com a máxima urgência, pelas vias mais céleres disponíveis, o Município de Curitiba e a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba para ciência e cumprimento imediato das determinações contidas no item "3.1", nos termos da fundamentação;

3.3. Receber o expediente, como Representação da Lei nº 8.666/93, nos termos da fundamentação;
3.4 Determinar a citação, por meio de ofício com Aviso de Recebimento (AR), das pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da juntada do AR, conjunta ou separadamente apresentem suas defesas e prestem informações e documentos que possam elucidar os fatos descritos na exordial:
a) Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público;
b) Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba;
c) Sr. Alexandre Jarschel de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação;
d) Sra. Soeli Pereira da Silva, Presidente da Comissão Especial de Licitação.
3.5 Remeter os autos à Diretoria de Protocolo para expedir ofícios de citação às pessoas acima referidas, bem como para incluir na autuação, como "Representados", todas estas;
3.6 Após atendimento pela Diretoria de Protocolo do disposto no item "4", retornem os autos antes da próxima sessão do Tribunal Pleno, haja vista a necessidade de submeter à apreciação do colegiado a decisão cautelar proferida, conforme artigos 32, inciso XIII17 e 282, §1°, do Regimento Interno.
Ultimadas as providências acima determinadas, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas.
Publique-se.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Determinar, cautelarmente, ao Município de Curitiba e à Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba, nos termos do artigo 401, inciso V, do Regimento Interno, que imediatamente suspendam a Concorrência Pública nº 004/2022 e o Contrato de Concessão Administrativa nº 25297, no estado em que se encontrarem, até ulterior decisão de mérito por esta Corte;
II - Remeter os autos à Diretoria de Protocolo, para que intime, com a máxima urgência, pelas vias mais céleres disponíveis, o Município de Curitiba e a Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba para ciência e cumprimento imediato das determinações contidas no item "3.1", nos termos da fundamentação;
III - Receber o expediente, como Representação da Lei nº 8.666/93, nos termos da fundamentação;
IV - Determinar a citação, por meio de ofício com Aviso de Recebimento (AR), das pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da juntada do AR, conjunta ou separadamente apresentem suas defesas e prestem informações e documentos que possam elucidar os fatos descritos na exordial:
a) Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público;
b) Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação de Curitiba;
c) Sr. Alexandre Jarschel de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação;
d) Sra. Soeli Pereira da Silva, Presidente da Comissão Especial de Licitação.
V - Remeter os autos à Diretoria de Protocolo para expedir ofícios de citação às pessoas acima referidas, bem como para incluir na autuação, como "Representados", todas estas;
VI - Após atendimento pela Diretoria de Protocolo do disposto no item "4", retornem os autos antes da próxima sessão do Tribunal Pleno, haja vista a necessidade de submeter à apreciação do colegiado a decisão cautelar proferida, conforme artigos 32, inciso XIII17 e 282, §1°, do Regimento Interno;
VII - Ultimadas as providências acima determinadas, encaminhar os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Tribunal Pleno, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária nº 18.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Consta do instrumento convocatório que o prazo da concessão é de 23 (vinte e três) anos, contados da data de eficácia e o valor estimado do contrato é de R$ 1.020.770.728,98 (um bilhão, vinte milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos.*
*__2__. Peças 5-10.*
*__3__. Peça 28.*
*__4__. Peça 28.*
*__5__. Peça 28.*
*__6__. Peça 28.*
*__7__. Peça 27, página 2.*
*__8__. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.*
*__9__. Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
*Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado.*
*__10__. Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.*
*Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
*§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.*
*__11__. Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.*
*__12__. A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.*
*__13__. Peça 28, página 9.*
*__14__. PASCOAL, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 146.*
*__15__. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Coisa julgada – Aplicabilidade a Decisões do Tribunal de Contas da União. Revista do TCU, v. 27, n. 70, p. 23, out/dez 1996.*
*__16__. FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência. 3.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 505*
*__17__. PASCOAL, Valdecir. O Poder cautelar dos Tribunais de Contas. Revista do TCU. Disponível em: http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/320/365. Acesso em: 14 fev/2017.*
*__18__. O novo Código de Processo Civil acolhe o poder geral de cautela, admitido pelo art. 798, da codificação revogada, dispondo que "o juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para a efetivação da tutela provisória", conforme artigo 297, caput.*
*__19__. JUNIOR THEODORO, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 56. ed. v.1. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 822-823*
*__20__. STF. Mandado de Segurança nº 26.547. Relator: Ministro Celso de Mello. Public. 29 maio/2007. Disponível no Informativo nº 468 do STF: < http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo468.htm> Acesso em: 14 fev/2017.*
*__21__. STF. Medida Cautelar na Suspensão de Segurança nº 4878. Julgador: Ministro Joaquim Barbosa. Public. 18 mar/2014. Disponível em: < http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28SS%24%2ESCLA%2E+E+4878%2ENUME%2E%29+E+S%2EPRES%2E&base=basePresidencia&url=http://tinyurl.com/l5sc5ra> Acesso em: 14 fev/2017.*

**PROCESSO Nº:-304634/23**
**ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MATINHOS**
**INTERESSADO:-JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO**
**RELATOR:-CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1474/23 - TRIBUNAL PLENO**

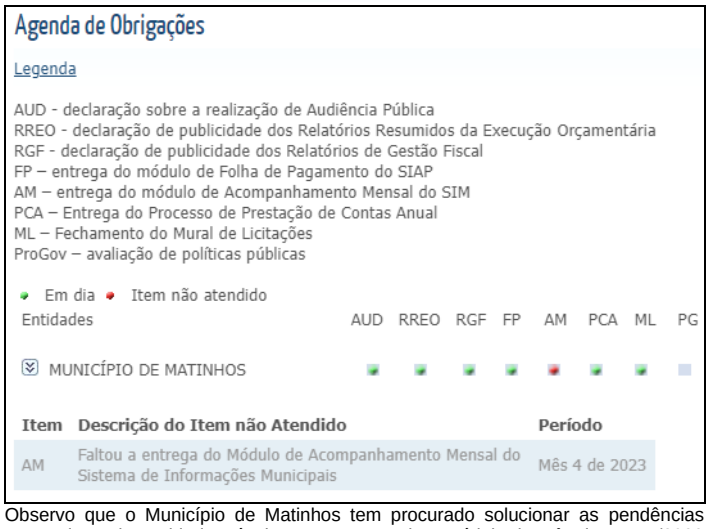
Certidão Liberatória. Existência de pendências na Agenda de Obrigações e no encaminhamento de informações relacionadas à execução judicial de sanções de restituição. Comprovação, pelo ente, de esforços para sanar as pendências. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Deferimento do pedido.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos do pedido de certidão liberatória, formulado pelo Poder Executivo do Município de Matinhos, para fins de recebimento de recursos oriundos de transferências voluntárias.
À peça 2, a Municipalidade sustenta que foi concedido, por este Tribunal, "prazo adicional para a entrega dos documentos necessários à demonstração do cumprimento do art. 167 da Constituição Federal, conforme Portaria nº 483/23, até o dia 30 de abril de 2023, o que torna imperiosa a obtenção das certidões pela municipalidade até o termo final do prazo concedido". Assim, solicitou a emissão de certidão liberatória para poder dar continuidade às suas atividades.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução n.º 1662/23 – CGM, peça 5), destacou que, quanto à Agenda de Obrigações, o Município não atende o disposto pela Instrução Normativa n.º 175/22 deste TCE, pois não houve a entrega dos Módulos de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. Quanto às transferências voluntárias, salientou que consta do relatório de pendências que a Municipalidade não se encontra em dia com as prestações de contas no Sistema Integrado de Transferência (SIT), inexistindo registro de prestação de contas para a transferência registrada no SIT sob o n.º 52180 (finalizada em 14/02/2023), além de atraso do bimestre 1/2023 do repasse registrado no SIT sob o n.º 57810, concluindo pelo indeferimento do pedido de emissão de certidão liberatória, "em virtude de pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações e no SIT".
A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções (Informação n.º 1734/23 – CMEX, peça 6), explicou que existem pendências na execução de certidões de débitos emitidas nos processos listados, caracterizando a omissão da Municipalidade no encaminhamento de informações previstas pela Resolução n.º 70/2019, relacionadas à execução judicial de sanção de restituição. Dessa forma, conclui pelo indeferimento do pleito diante da existência de diversos impedimentos em sua área de atribuição.
O Ministério Público de Contas, (Parecer n.º 335/23 - 3PC (peça 7), diante de todas as pendências encontradas, acompanhou os opinativos da CGM e da CMEX pelo indeferimento da certidão liberatória.
Posteriormente, o Município de Matinhos acostou documentação complementar aos autos, às peças 9 a 36, com intuito de regularizar as pendências encontradas.
Pelo Despacho n.º 680/23 - GCFSC (peça 39), determinei o retorno do feito à CGM, à CMEX e ao Órgão Ministerial para novas manifestações.
A CGM (Instrução n.º 2195/23 – CGM, peça 40), concluiu que permanece a pendência quanto à Agenda de Obrigações, ante a falta de entrega do SIM-AM de março de 2023. Quanto às transferências voluntárias, esclareceu que a Municipalidade sanou as pendências e se encontra em dia. Por fim, concluiu pelo indeferimento do pedido.
A CMEX, por intermédio da Informação n.º 2130/23 - CMEX (peça 41), ratificou que permanecem pendências em relação à execução das certidões de débitos emitidas nos processos listados, devendo ser indeferido o pleito.
O Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 410/23 - 3PC (peça 44), discordou dos opinativos técnicos destacando que o Município de Matinhos tem envidado esforços para solucionar todas as pendências, tendo, inclusive, sanado a maioria, razão pela qual se manifestou pelo deferimento excepcional do pedido.
É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Quanto ao descumprimento da Agenda das Obrigações, é importante observar, inicialmente, que não se trata de mero descumprimento de Instruções Normativas, mas da ausência do envio de informações orçamentárias e financeiras, inviabilizando a fiscalização deste Tribunal quanto ao atendimento dos requisitos previstos pelo art. 25, § 1º, inciso IV, alíneas 'b' e 'c', da Lei de Responsabilidade Fiscal para a autorização de transferências voluntárias, notadamente aqueles que tratam dos índices constitucionais de saúde, educação e despesas de pessoal. A CGM indicou em sua última análise o atraso na Agenda de Obrigações referente ao módulo de março de 2023. Todavia, em nova busca, verifico que a Municipalidade já sanou o atraso daquele mês, restando apenas agora o de abril de 2023:


Agenda de Obrigações

Legenda

AUD - declaração sobre a realização de Audiência Pública
RREO - declaração de publicidade dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
RGF - declaração de publicidade dos Relatórios de Gestão Fiscal
FP – entrega do módulo de Folha de Pagamento do SIAP
AM – entrega do módulo de Acompanhamento Mensal do SIM
PCA – Entrega do Processo de Prestação de Contas Anual
ML – Fechamento do Mural de Licitações
ProGov – avaliação de políticas públicas

Em dia Item não atendido

| Entidades | AUD | RREO | RGF | FP | AM | PCA | ML | PG |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MUNICÍPIO DE MATINHOS | | | | | | | | |

| Item | Descrição do Item não Atendido | Período |
|---|---|---|
| AM | Faltou a entrega do Módulo de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais | Mês 4 de 2023 |

Observo que o Município de Matinhos tem procurado solucionar as pendências apontadas pelas unidades técnicas, apresentando o módulo do mês de março/2023 do SIM-AM. Também foram sanadas as pendências com as transferências voluntárias, estando em dia com as prestações de contas no Sistema Integrado de Transferências.

No que tange às pendências na área da CMEX, conforme consta da respectiva Instrução, alguns dos processos indicados pelo Município se encontram em poder de outras unidades para manifestação quanto ao encerramento do processo, ao passo que já foi promovida a baixa de responsabilidade em outros dois. Verbis (peça 41, fl. 21).

"Quanto aos autos relacionados à peça 35 pelo jurisdicionado, dos quais alguns constam referidos acima, informa-se que se encontram em poder de outras unidades: n.º 215571/04, n.º 215407/04, n.º 352021/04, n.º 352030/04, n.º 215512/04 e n.º 695811/12 - GCMRMS, para deliberação; 216829/04 - GACAK, para deliberação; n.º 215539/04 - GAMH, para deliberação; n.º 352315/04 - CGM, autos sobrestados; n.º 231194/04 - CGM, para manifestação quanto ao encerramento do processo, já promovida a baixa de responsabilidade; n.º 215385/04 e n.º 215628/04 - arquivados na DP, já promovida a baixa de responsabilidades."

Portanto, o Município de Matinhos demonstra que tem envidado esforços para o saneamento das pendências junto a este Tribunal, razão pela qual, com fundamento nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, entendo passível o deferimento do pedido.

III. VOTO

Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO do pedido de emissão de certidão liberatória formulado pelo Município de Matinhos, com prazo de validade estabelecido pelo art. 1º, caput, da Lei Estadual nº 16.987/2011[1].

Determino o encaminhamento dos autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 5º do Regimento Interno[2].

Transitada em julgado a decisão e adotadas as providências pertinentes, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I – DEFERIR o pedido de emissão de certidão liberatória formulado pelo Município de Matinhos, com prazo de validade estabelecido pelo art. 1º, caput, da Lei Estadual nº 16.987/2011;

II – determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 5º do Regimento Interno;

III – após transitada em julgado a decisão e adotadas as providências pertinentes, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.

Tribunal Pleno, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária nº 18.

FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 1º. A certidão que atesta o cumprimento das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso IV, do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009, terá validade e eficácia de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.*

*__2__. Art. 297. (...)*

*§ 5º Deferida pelo órgão colegiado, a certidão será disponibilizada eletronicamente após a publicação do acórdão.*

**PROCESSO Nº:-355573/23**
**ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE FLORAÍ**
**INTERESSADO:-EDNA DE LOURDES CARPINE CONTIN**
**RELATOR:-AUDITOR FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**ACÓRDÃO Nº 1475/23 - TRIBUNAL PLENO**

Certidão Liberatória. Existência de pendências na Agenda de Obrigações. Comprovação, pelo ente, de esforços para sanar as pendências. Aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Deferimento do pedido.

I. RELATÓRIO

Tratam os autos do pedido de certidão liberatória, formulado pelo Poder Executivo do Município de Floraí, para fins de recebimento de recursos oriundos de transferências voluntárias.

À peça 3, a Municipalidade salientou que "para o exercício de 2023 o Tribunal de Contas do Estado do Paraná exigiu a exportação dos dados dos tributos municipais através do módulo TRIBUTÁRIO do sistema de captação de informações, denominado SIM-AM", disponibilizando tabelas e incluindo regras de validações para cada uma delas, inclusive na verificação de fechamento. Explicou que deveria enviar, em janeiro de 2023, "além da movimentação da competência, todos os dados existentes na base de dados até então, demandando a revisão de toda classificação existente e correções diversas relacionadas à detalhes da informação utilizada". Arguiu ser necessário o aprimoramento do software que realiza sua gestão tributária para poder cumprir os deveres juntos ao Tribunal de Contas, eis que a empresa responsável por essa tarefa ainda não concluiu as devidas atualizações, razão pela qual foi impossibilitado de fazer "o envio do SIM-AM dentro do prazo legal". Ainda, asseverou que os demais módulos do Sistema de Informações Municipais-Acompanhamento Mensal (SIM-AM) estão em dia, exceto o tributário. Por sim, pugnou pelo deferimento da certidão liberatória.

A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução n.º 2188/23 – CGM, peça 5), destacou que, quanto à Agenda de Obrigações, o Município não atende o disposto pela Instrução Normativa n.º 175/22 deste TCE, pois não houve a entrega dos módulos de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. Assim, concluiu pelo indeferimento do pedido de emissão de certidão liberatória, "em virtude de pendências na Agenda de Obrigações do Município".

A Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por intermédio da Informação n.º 2125/23 - CMEX (peça 6), informou que inexistem pendências na sua área de atribuição, manifestando-se pelo deferimento do pleito.

O Ministério Público de Contas, pelo Parecer n.º 433/23 - 7PC (peça 7), diante das pendências encontradas pela CGM, pugnou pelo indeferimento do pedido.

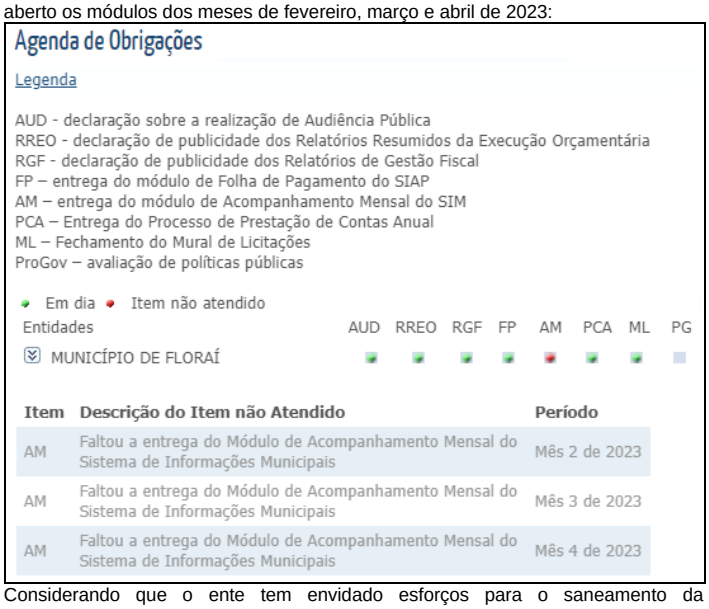
É o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Quanto ao descumprimento da Agenda das Obrigações pelo Município é importante observar, inicialmente, que não se trata de mero descumprimento de Instruções Normativas, mas da ausência do envio de informações orçamentárias e financeiras, inviabilizando a fiscalização deste Tribunal quanto ao atendimento dos requisitos previstos no art. 25, § 1º, inciso IV, alíneas 'b' e 'c', da Lei de Responsabilidade Fiscal para a autorização de transferências voluntárias, notadamente aqueles que tratam dos índices constitucionais de saúde, educação e despesas de pessoal.

A CGM indicou que há atraso no Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023.

Após nova consulta à Agenda de Obrigações, constatei que a Municipalidade apresentou o módulo referente ao mês de janeiro/2023, permanecendo ainda em aberto os módulos dos meses de fevereiro, março e abril de 2023:


Agenda de Obrigações

Legenda

AUD - declaração sobre a realização de Audiência Pública
RREO - declaração de publicidade dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária
RGF - declaração de publicidade dos Relatórios de Gestão Fiscal
FP – entrega do módulo de Folha de Pagamento do SIAP
AM – entrega do módulo de Acompanhamento Mensal do SIM
PCA – Entrega do Processo de Prestação de Contas Anual
ML – Fechamento do Mural de Licitações
ProGov – avaliação de políticas públicas

Em dia Item não atendido

| Entidades | AUD | RREO | RGF | FP | AM | PCA | ML | PG |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MUNICÍPIO DE FLORAÍ | | | | | | | | |

| Item | Descrição do Item não Atendido | Período |
|---|---|---|
| AM | Faltou a entrega do Módulo de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais | Mês 2 de 2023 |
| AM | Faltou a entrega do Módulo de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais | Mês 3 de 2023 |
| AM | Faltou a entrega do Módulo de Acompanhamento Mensal do Sistema de Informações Municipais | Mês 4 de 2023 |

Considerando que o ente tem envidado esforços para o saneamento da irregularidade, tendo encaminhado o mês de janeiro/2023 do SIM-AM, entendo possível o deferimento do pedido com fundamento nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

III. VOTO

Ante o exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO do pedido de emissão de certidão liberatória formulado pelo Município de Floraí, com prazo de validade estabelecido pelo art. 1º, caput, da Lei Estadual nº 16.987/2011[1].

Determino o encaminhamento dos autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 5º do Regimento Interno[2].

Transitada em julgado a decisão e adotadas as providências pertinentes, com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determino o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por unanimidade, em:

I – DEFERIR o pedido de emissão de certidão liberatória formulado pelo Município de Floraí, com prazo de validade estabelecido pelo art. 1º, caput, da Lei Estadual nº 16.987/2011;

II – determinar o encaminhamento dos autos à Diretoria-Geral para fins do art. 297, § 5º do Regimento Interno;

III – após transitada em julgado a decisão e adotadas as providências pertinentes,

com fundamento no art. 398, § 1º do Regimento Interno, determinar o encerramento do processo e o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para arquivo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, FABIO DE SOUZA CAMARGO, IVENS ZSCHOERPER LINHARES, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Tribunal Pleno, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária nº 18.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

*__1__. Art. 1º. A certidão que atesta o cumprimento das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do inciso IV, do parágrafo 1º do artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com as alterações da Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009, terá validade e eficácia de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão.*
*__2__. Art. 297. (...)*
*§ 5º Deferida pelo órgão colegiado, a certidão será disponibilizada eletronicamente após a publicação do acórdão.*

**PROCESSO Nº:-350516/23**
**ASSUNTO:-PROCESSO DE MEMBRO DO TRIBUNAL**
**ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
**INTERESSADO:-FABIO DE SOUZA CAMARGO**
**RELATOR:-CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI**
**ACÓRDÃO Nº 1480/23 - TRIBUNAL PLENO**
Requerimento de Membro do Tribunal. Conselheiro. Conversão em pecúnia dos quinquênios. Precedente Acórdão nº 963/23-STP. DIJUR e MPC pelo deferimento. Pelo Deferimento do requerimento.
1. RELATÓRIO
Trata-se de requerimento de membro do Tribunal realizado pelo Excelentíssimo Conselheiro FÁBIO DE SOUZA CAMARGO conversão em pecúnia das licenças especiais, conforme registros funcionais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.007/2022, no artigo 89 da Lei Estadual n.º 14.277/2003 e no artigo 128 da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, e em conformidade com o decidido no Acórdão 963/23 – Tribunal Pleno.
A Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) na Informação nº 348/23 (peça nº 4) afirma que o requerente foi nomeado no cargo de Conselheiro em 16/07/2013, tendo tomado posse e entrado no exercício de suas funções em 27/07/2013. Portanto possui um quinquênio, completado em 21/07/2018.
A Diretoria Jurídica (DIJUR) no Parecer n.º 175/23 (peça nº 6), informou que o Acórdão nº 963/23-STP, reconheceu a extensão da isonomia entre os Conselheiros do TCE/PR e os Desembargadores do TJ/PR, para a conversão em pecúnia de licenças especiais não fruídas. Pondera que o caso paradigma travava-se de membro inativo e que para membros em atividade a indenização limita-se a dois terços do saldo ainda não gozado.
O Ministério Público de Contas (MPC) no Parecer nº 140/23 (peça nº 07), concorda com o opinativo pelo deferimento do pagamento da indenização, com as cautelas suscitadas pela DIJUR.
É o relatório.
2. FUNDAMENTAÇÃO
Inicialmente é preciso destacar que o Acórdão paradigma tratou de pedido de conversão em pecúnia das licenças especiais de membro inativo, com fundamento em orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
A decisão prolatada fundamentou-se no disposto na Lei Estadual nº 21.007/22, com o seguinte texto:
"Art. 1º O art. 136 da Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 136. É permitida a conversão da licença de que trata esta Subseção em pecúnia, nos termos de regulamentação a ser editada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei aplica-se à licença especial prevista no inciso VI do art. 89 da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003."
Também confirmou entendimento deste Tribunal, em consulta respondia ao TJ/PR acerca da possibilidade da indenização de licença especial não usufruída por magistrados, desde que existente Resolução do Órgão Especial ou Decreto Judiciário (Acórdão nº 3239/19 – STP).
Assim, a decisão paradigma, considerando a isonomia entre os Conselheiros do TCE/PR e os Desembargadores do TJ/PR, existindo normativa neste sentido pelo Tribunal de Justiça, conforme citado acima e, tendo o Conselho Nacional de Justiça se posicionado no sentido de que havendo previsão legislativa ou decisão judicial acerca de determinada verba remuneratória ou indenizatória, não caberia ao órgão a revisão, o pedido foi deferido.
Feitas estas considerações, na análise deste caso concreto, verifico que o requerente possui uma licença especial que pode ser convertida em pecúnia, conforme informou a Diretoria de Gestão de Pessoas (peça nº 4).
Por fim, importante destacar, como bem aduziu o Ministério Público de Contas no Parecer nº 140/23, que por se tratar o requerente de membro em atividade, a indenização fica limitada a dois terços do saldo ainda não gozado, conforme previsto no Art. 2º da lei Estadual nº 21.007/2022.
Diante do exposto, com fundamento na decisão contida no Acórdão 963/23 e nos Pareceres nºs 175/23 da Diretoria Jurídica e 140/23 do Ministério Público de Contas, entendo que o pedido pode ser deferido, observando-se os cálculos realizados pela Diretoria de Gestão de Pessoas na informação nº 348/23.
3. VOTO
A partir do exposto, VOTO pelo DEFERIMENTO do Requerimento do Excelentíssimo Conselheiro Fábio de Souza Camargo para indenização de uma licença especial não usufruídas, nos termos da fundamentação.
Encaminhe-se a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para as devidas anotações e providências.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, por unanimidade, em:
I – DEFERIR o Requerimento do Excelentíssimo Conselheiro Fábio de Souza Camargo para indenização de uma licença especial não usufruídas, nos termos da fundamentação;
II – Determinar o encaminhamento à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) para as devidas anotações e providências.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI e os Conselheiros Substitutos LIVIO FABIANO SOTERO COSTA e JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
Tribunal Pleno, 7 de junho de 2023 – Sessão Ordinária nº 18.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Conselheiro Relator
Documento assinado digitalmente
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

## 1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

*Sem publicações*

## 1ªSECAM - Atas

**PRIMEIRA CÂMARA**
**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 8,**
**REALIZADA NO PERÍODO DE 29 DE MAIO A 1º DE JUNHO DE 2023**
Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três (29/05/2023), com início ao meio-dia (12:00h), realizou-se a Oitava Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob a Presidência do Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, com a presença dos Conselheiros Substitutos SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, LIVIO FABIANO SOTERO COSTA e JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO. Participou, como representante do Ministério Público de Contas, o Procurador MICHAEL RICHARD REINER. A Secretaria da Sessão foi exercida pela Secretária da Primeira Câmara, Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco. Ausente o Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por motivo de férias, tendo sido convocado o Conselheiro Substituto JOSÉ MAURICIO DE ANDRADE NETO para composição de quórum de julgamento, conforme Portaria nº 523/23, publicada no DETCPR nº 2973. Ausente o Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL por motivo de férias, ficando convocado o Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA para composição do quórum de julgamento. Ausente o Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA por motivo de participação em congresso na Espanha, representando este Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O Senhor Presidente em exercício, Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, submeteu à homologação do Plenário Virtual a Ata de nº 7, referente a Sessão Virtual da Primeira Câmara, realizada entre os dias 15 e 18 de maio de 2023, a qual foi homologada. O Senhor Presidente concedeu a oportunidade para as Comunicações previstas no inciso II do art. 436 e para inclusão em pauta dos processos de que tratam o art. 429, § 4º, ambos do Regimento Interno, bem como, no artigo 10 da Resolução 77/2020, as quais foram registradas ciência, por unanimidade. Foram

julgados os Processos nºs: 52002/21 (Não Procedencia), 637397/22 (Conhecimento e provimento parcial), 91138/23 (Deferimento), 742147/22 (Deferimento), 245399/23 (Deferimento), 305693/23 (Deferimento), 188606/22 (Emissão de Parecer prévio pela regularidade), 174234/23 (Regular), 185759/23 (Regular), 187697/23 (Regular), 188928/23 (Regular), 194472/23 (Regular), 199849/23 (Regular), 199890/23 (Regular), 201193/23 (Regular), 201673/23 (Regular), 202580/23 (Regular), 205172/23 (Regular), 207183/23 (Regular), 208112/23 (Regular), 208236/23 (Regular), 208864/23 (Regular), 210184/23 (Regular), 210214/23 (Regular), 210532/23 (Regular), 210826/23 (Regular), 211318/23 (Regular), 216069/23 (Regular), 218940/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 383165/18 (Registro), 741682/22 (Registro), 285982/23 (Conhecimento e provimento parcial), 176911/23 (Regular), 195207/23 (Regular), 195827/23 (Regular), 212292/23 (Regular), 212624/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 258888/23 (Regular), 276576/23 (Regular), 276720/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa; 160054/19 (Registro com recomendações), 200499/23 (Regular), 206616/23 (Regular), da pauta do Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto. Foram deferidos os pedidos de vista aos Processos nºs: 50999/21 e 465378/20, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto; 740646/20, da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca, ao Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto; 199865/23 e 218460/23, da pauta do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Mantiveram-se com vista os Processos nºs: 612116/16, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca; 182310/21, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 1005942/16, da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 389881/22, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 291448/15, da pauta do Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva; 107969/16, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 746904/11, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 182612/21, da pauta do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, ao Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral; 287920/15, da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania, ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva. Foi adiado o Processo nº 346113/02 (Adiado por ausência do relator à Sessão), da pauta do Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania. Permaneceram adiados em pauta, os Processos nºs: 436237/16 (Adiado por férias do relator), 134630/19 (Adiado por férias do relator), da pauta do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares; 213003/10 (Adiado por pedido do relator), 775306/18 (Adiado por pedido do relator), da pauta do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca. Houve manifestação registrada na página de votação, por parte do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca no Processo nº 160054/19 da pauta do Conselheiro Substituto Jose Mauricio de Andrade Neto, "Cumprimento o ilustre Relator pelo belo voto, muito bem sintetizado em acurada ementa. Para contribuir, observo, apenas, que, na ementa, constou "Ato que *não* prática se mostra inútil", quando se quer dizer " Ato que, *na* pratica, se mostra inútil"." Transcorrida a fase de julgamento, as quinze horas, (15:00h), do dia primeiro de junho de dois mil e vinte e três, o Senhor Presidente encerrou a Oitava Sessão Ordinária da Primeira Câmara da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, convocando a próxima Sessão Ordinária Virtual deste Colegiado, para realização entre os dias doze e quinze de dois mil e vinte e três, no horário previsto na Resolução n° 77/2020. E para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Secretária da Primeira Câmara, Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco e pelo Presidente em exercício deste Colegiado, Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.**********

## 1ªSECAM - Acórdãos

*Sem publicações*




Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

## 2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

*Sem publicações*

## 2ªSECAM - Atas

*Sem publicações*

## 2ªSECAM - Acórdãos

*Sem publicações*




## Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

*Sem publicações*

## Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

**PROCESSO N.º: 169620/20**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**
**INTERESSADO: ANDERSON GOTFRID, CARLOS ALBERTO DE ANDRADE, FERNANDO RODRIGUES DE CARVALHO, HISSAM HUSSEIN DEHAINI, INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH, INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - MATRIZ, JOSE CARLOS RIZOLI, LAURO LUCIANO STALL, MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, PAULO ROGERIO DA COSTA, ROGERIO DONATO KAMPA**
**PROCURADOR/ADVOGADO: CAIO LEON NORATO DE LIMA, CLAUDIO TAVARES TESSEROLI, FRANCISCO AUGUSTO NORONHA NETO, GUILHERME CAPANEMA RODRIGUES ANDRADE, LUCIANE FERREIRA GUIMARAES, PEDRO DEL AMO PAVON, SERGIO HENRIQUE MULLER GONÇALVES, SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS, VERÔNICA CORDEIRO DA ROCHA MESQUITA**
**ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**
**DESPACHO: 687/23**

Vistos e examinados, uma vez que o interessado Carlos Alberto de Andrade não exerceu o contraditório, que o Aviso de Recebimento – AR (peça 99) foi assinado por pessoa diversa do destinatário; determino, portanto, o encaminhamento do presente processo à Diretoria de Protocolo – DP para:

1. Proceder à CITAÇÃO do Sr. Carlos Alberto de Andrade, por Aviso de Recebimento em Mão Própria (AR-MP), com fundamento subsidiário no art. 248, § 1º, do CPC[1], para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as alegações de defesa quanto ao contido na Instrução nº 129/23 e 344/23 (peças 118 e 121), da Coordenadoria de Gestão Municipal, e demais atos processuais. Caso inexitosa a citação real, prossiga-se conforme arts. 381, IV[2], 385, §1º[3], 386, I ou III[4], e § 2º, I a III[5], e 389[6], do Regimento Interno.

Após, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) e ao Ministério Público de Contas, para manifestação.

Publique-se.

Curitiba, 7 de junho de 2023.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

***1**. Art. 248. Deferida a citação pelo correio, o escrivão ou o chefe de secretaria remeterá ao citando cópias da petição inicial e do despacho do juiz e comunicará o prazo para resposta, o endereço do juízo e o respectivo cartório.*
*§ 1º A carta será registrada para entrega ao citando, exigindo-lhe o carteiro, ao fazer a entrega, que assine o recibo.*

*[...]*
***2**. Art. 381. As citações e intimações serão realizadas por uma das seguintes modalidades, conforme o caso: (Redação dada pela Resolução nº 40/2013)*
*I - quando do comparecimento espontâneo da parte;*
*II - via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento;*
*III - por meio eletrônico; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*IV - por publicação, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de edital ou dos despachos e decisões do Relator ou dos órgãos colegiados; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)*
*V - por oficial designado pelo Tribunal.*
***3**. Art. 385. Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados excluindo-se o dia do início e incluindo o do vencimento.*
*§ 1º Os prazos processuais serão contados apenas nos dias úteis. (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)*
***4**. Art. 386. Os prazos serão contados, conforme o caso:*
*I - da data da juntada aos autos do aviso de recebimento;*
*(...)*
*III - da data da disponibilização da comunicação eletrônica; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
***5**. § 2º A contagem de prazo das comunicações eletrônicas, referenciadas no inciso III, observará o seguinte: (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
*I - considerar-se-á realizada no dia em que for efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação, certificando-se nos autos a sua realização; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
*II - na hipótese do inciso I, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
*III - a consulta referida nos incisos I e II deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da comunicação, sob pena de considerar-se a comunicação automaticamente realizada na data do término desse prazo. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)*
***6**. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.*
*Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.*

**PROCESSO N.º: 845754/18**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**
**INTERESSADO: ALDNEI JOSE SIQUEIRA, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, VILSON ROGERIO GOINSKI**
**PROCURADOR/ADVOGADO: ANA PAULA PAVELSKI, CLAUDIO TAVARES TESSEROLI, GABRIEL RICARDO BORA, LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO, LUIZ GUSTAVO DE ANDRADE, MARCUS VINICIUS SIQUEIRA GOMES, VALMOR ANTONIO PADILHA FILHO, VICTOR AUGUSTO MACHADO SANTOS**
**ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
**DESPACHO: 703/23**
Efetuados os devidos registros pela CMEX relativamente ao Pedido de Rescisão nº 348037/19 (peça 160), determino o encerramento do presente processo, na forma estabelecida pelo art. 398, § 1º[1], do Regimento Interno deste Tribunal.
À Diretoria de Protocolo, para arquivamento dos autos, nos termos do art. 168, VII[2], do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
*1. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
*§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.*
*2. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)*
*VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;*

**PROCESSO Nº: 250275/23**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PORECATU**
**INTERESSADO: FABIO LUIZ ANDRADE**
**ASSUNTO: CONSULTA**
**DESPACHO: 707/23**
Trata-se de Consulta formulada pelo Município de Porecatu, por seu atual gestor, Sr. Fabio Luiz Andrade.
Remetido o expediente à Escola de Gestão Pública, foi prestada a Informação nº 69/23-SJB (peça 10).
Assim, encaminhe-se à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução, atentando-se ao que dispõe o artigo 252-C[1] do Regimento Interno.
Após, ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
*1. Art. 252-C. Os processos de consulta, prejulgado, incidente de inconstitucionalidade e uniformização de jurisprudência deverão ser encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização pelas unidades técnicas, previamente à elaboração da instrução, para informar eventuais impactos decorrentes da decisão na área de fiscalização.*

**PROCESSO N.º: 244033/18**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ**
**INTERESSADO: AGNALDO CARVALHO GUIMARAES, ANDRE LUIS BOVO, ANISIO LUIZ RE, JOAQUIM VITOR DA SILVA, MARCOS ANTONIO ROCCO, MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, PRISMA ASSESSORIA CONTABIL SC LTDA**
**PROCURADOR/ADVOGADO:**
**ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**
**DESPACHO: 708/23**
Defiro o pedido de prorrogação de prazo formulado pelo Município de São Jorge do Ivaí à peça 73, estendendo em 15 (quinze) dias o prazo original para manifestação, conforme dispõe o artigo 389, parágrafo único, do Regimento Interno[1] deste Tribunal.
A prorrogação dar-se-á sem solução de continuidade, isto é, o novo prazo se inicia no dia seguinte ao término do prazo anteriormente fixado (vide Informação 3851/23-DP, peça 74). Além disso, aproveita a todos os interessados.
À Diretoria de Protocolo, para controle de prazo.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
*1. Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.*
*Parágrafo único. Sendo imprescindível a prorrogação de prazo para manifestação da parte, esta se dará por igual período, sem solução de continuidade, desde que justificada em petição protocolada no prazo inicial, sob pena de não recebimento das razões e documentos apresentados intempestivamente.*

## Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

**PROCESSO Nº:-498872/17**
**ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**
**ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL**
**INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE CANTAGALO, CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO, CLAUDIR JOSÉ CROTTI, ESTEVAM DAMIANI JUNIOR, IVAN PINHEIRO DA SILVA, IVONE PORTELA (FALECIDO(A) EM 2016), JOAQUIM DE ASSIS RIBEIRO DO AMARANTE, JONATAS FELISBERTO DA SILVA, JOSÉ CARLOS ZAMPOLI, LENITA ORZECHOVSKI MIERZVA, MATEUS RUZICKI, MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO, MUNICÍPIO DE VIRMOND, NEIMAR GRANOSKI, NERI ANTONIO QUATRIN, OKONOSKI & VENSON LTDA, PEDRO DE PAULA XAVIER, REINALDO GOMES DA SILVA, SEBASTIAO MENDES**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-601/23**
I. Considerando que o escopo do presente expediente abrange também a "apuração da legitimidade dos serviços originados do Contrato n.° 03/2011", celebrado entre a Câmara de Laranjeiras do Sul e a empresa Okonoski & Verzon Ltda., e que não houve pronunciamento da unidade técnica e do parquet quanto a este ponto, necessária a complementação de suas manifestações conclusivas.
II. Diante do exposto, à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-593252/20**
**ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**
**INTERESSADO:-AMANDA BALIUTIS, AMELIA SANTOS, ANDRE ALVES FARIAS NETO, BERNADETE DOS SANTOS, CHEILA LUANA MACHADO DA ROCHA, DENIZETE ROCHA DE OLIVEIRA, DIVONETE DE JESUS FRANCA DA SILVA, ELIZAMA DE MOURA ALVES, ELLOM CRISTIANO PADILHA MOREIRA, EVA LARISE DA CRUZ LIMA, IRES SIMONE DE OLIVEIRA PIRES, JAQUELINE DZIOMBRA RIBEIRO, JESSE DA ROCHA ZOELLNER, JOSUE ANDREI GUERREIRO, KEILA GONCALVES NOGUEIRA AGUIAR, LORENA LAIS DA CRUZ, LUCIANE MAIRA TEIXEIRA, MAICON FRANCO, MAYARA BATISTA TEIXEIRA, MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, NADIR ANTUNES DA SILVA HYRAYAMA, PEDRO ISAIAS DA CRUZ, RAFAEL CASTORINO DE LIMA PAZ, REGIANE APARECIDA CAMARGO DE LIMA, SILVIA CARLA DO NASCIMENTO GONDIM, SIRLENE OLIVEIRA LIMA, STELLA CHAVES ALVES RODRIGUES**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-602/23**
Vistos e examinados estes autos, o Relator deste Processo, no uso das atribuições previstas no artigo 32, I e V, c/c o artigo 357, ambos do Regimento Interno, e em atenção ao princípio constitucional do contraditório, determina as seguintes providências:
1. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para INTIMAÇÃO do senhor JESSE DA ROCHA ZOELLNER, atual prefeito do Município de Agudos do Sul, e do MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico e com certificação nos autos de sua realização, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem ao Tribunal contraditório quanto ao contido na Instrução n.º 1004/22 (peça 40), da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, conforme artigos 386, III, e §2º, I a III, 389 e 385, §1º, do Regimento Interno.
2. Na impossibilidade da intimação por meio eletrônico, promova-se por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem ao Tribunal contraditório, conforme artigos 386, I, e 389, do Regimento Interno.
3. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar n.º 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.
4. Havendo resposta protocolada no prazo, à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão para análise e, após, ao Ministério Público de Contas para parecer.
5. Certificado o decurso de prazo sem manifestação, retorne a este Gabinete.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-118063/22**
**ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**
**INTERESSADO:-ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, MAICON SCHNEIDER, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-609/23**
Vistos e examinados estes autos, o Relator deste Processo, no uso das atribuições previstas no artigo 32, I e V, c/c o artigo 357, ambos do Regimento Interno, e em

atenção ao princípio constitucional do contraditório, determina as seguintes providências:
1. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para CITAÇÃO/INTIMAÇÃO dos interessados abaixo indicados, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução n.º 2119/23 (peça 7), da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 386, I, e 389, do Regimento Interno:
- MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU (CNPJ n.º 76.206.606/0001-40), na pessoa de seu representante legal;
- ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU (CNPJ n.º 75.428.672/0001-00), na pessoa de seu representante legal;
- senhor MAICON SCHNEIDER (CPF n.º 058.457.439-82), gestor da Associação à época.
2. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar n.º 113, de 15/12/2005, e no Regimento Interno do Tribunal.
3. Havendo resposta protocolada no prazo ou certificado o decurso de prazo sem envio de resposta, à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-338401/15**
**ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-ADRIANA DE FATIMA PILATTI F. CAMPAGNOLI, ANDREIA TOKUTAKE, ELIANE GAIDEX GONÇALVES, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, MARIA ISABEL RAMOS WOSGRAU (FALECIDO(A) EM 2022), ODETE ZANETTI LEAL, PEDRO WOSGRAU FILHO (FALECIDO(A) EM 2021), SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE PONTA GROSSA**
**PROCURADOR:-BRUNO GOFMAN, CIRO ALEXANDRE COSMOSKI CAMPAGNOLI, CLAUDIO LUIZ FURTADO CORREA FRANCISCO, DIONY ROBERT CONCEIÇÃO, EDGAR ANTONIO CHIURATTO GUIMARÃES, HERCULANO AUGUSTO DE ABREU FILHO, JULIANO RIBEIRO GOMES, LIGIA VOSGERAU, MURILO ZANETTI LEAL, PAULO VINICIUS LIEBL FERNANDES, RENATA TELES DE SOUZA, RICARDO ALEXANDRE SAMPAIO, TOBIAS FERNANDO MADUREIRA, VALDIR IENSEN, VITOR LEAL, VITOR LEAL JUNIOR**
**DESPACHO:-610/23**
Compulsando os autos, observa-se que foram apensados a este expediente os processos n.° 387891/14, 442040/13 e 209647/13, correspondentes às Prestações de Contas dos Convênios n.° 028/2013, 200/2012 e 139/2012, respectivamente, a fim de que fossem julgados em decisão única.
No entanto, tem-se que ainda não houve manifestação conclusiva pela unidade técnica e pelo parquet em relação aos processos retromencionados, razão pela qual faz-se necessário o retorno do feito para complementação da instrução.
À Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-49456/12**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CORBÉLIA**
**INTERESSADO:-ELIEZER JOSE FONTANA, GIOVANI MIGUEL WOLF HNATUW, IVANOR DAMIAO BERNARDI, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE CORBÉLIA, NELITA CERIOLLI BOMBARDA**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-611/23**
I. Por meio da Instrução n.º 345/23 (peça 273), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX efetuou a análise das informações prestadas pelo Município de Corbélia por meio da Petição Intermediária n.º 340312/23 (peças 271 e 272), as quais haviam sido requeridas mediante a Instrução n.º 211/23-CMEX (peça 267), a fim de se atestar o cumprimento do item "II.a" do Acórdão n.º 1626/20- STP (peça 138).
II. A unidade técnica entendeu que a determinação está em fase de cumprimento, opinando pela intimação do Município para prestar os seguintes esclarecimentos complementares:
"I. apresente quadro/relação dos cargos de direção e chefia, seus titulares e a relação dos respectivos subordinados atualizado, abrangendo a Divisão de Gestão, Projetos, Programas e Sistemas, a Divisão de Transporte Escolar e o Departamento de Administração Financeira e Sistemas, ligadas à SMEC, e a Divisão da Manutenção de Imóveis e Prédios Públicos, ligada à SMOU;
II. demonstre a revogação do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Informática e Suporte Técnico, cadastrado com base na Lei n.º 822/2013, e o cadastro do cargo de Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, com fundamento na Lei Municipal n.º 1164/2022, no SIAP - Quadro de Cargos, bem como a alteração de cargo do servidor Tiago Rafael Pavarin Meneghetti no SIAP - Histórico de Servidores."
III. Com base na manifestação da CMEX, observo que a municipalidade tem tomado as providências devidas a fim de cumprir integralmente a decisão deste Tribunal, motivo pelo qual concedo mais 15 (quinze) dias de prazo, a partir da publicação desse despacho, para que o Município preste os esclarecimentos solicitados.
IV. Remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro do novo prazo.
V. Após, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Corbélia, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor deste Despacho.
VI. Por fim, devolva-se à CMEX para acompanhamento da execução.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-597201/22**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-COORDENADORIA DE MONITORAMENTO E EXECUÇÕES, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-612/23**
I. Por meio da Instrução n.º 354/23 (peça 50), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX efetuou a análise da documentação encaminhada pelo Município de Ponta Grossa, mediante a Petição Intermediária n.º 348330/23 (peças 41 a 49), com o intuito de aferir o atendimento ao contido no Acórdão n.º 627/23-STP (peça 32), que assim dispôs:
"Acórdão n.º 627/23-STP
[...]
II) Determinar ao MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA que:
a) providencie, de forma imediata, o acesso integral às ferramentas de tecnologia da informação do Centro de Controle das Operações da concessionária;
b) adeque, no prazo de um ano, a acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no Município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado;
c) mitigue, no prazo de um ano, a superlotação dos ônibus que perfazem os horários/linhas listados na peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 e que excedem a capacidade máxima nos horários de pico; e.
II. A unidade técnica considerou em fase de cumprimento a determinação contida no item "II.a" e apontou que os itens "II.b" e "II.c" não foram atendidos.
III. Desse modo, a CMEX sugeriu a intimação do Município de Ponta Grossa a fim de encaminhar as seguintes documentações comprobatórias, com a consequente concessão de dilação de prazo para atendimento do item "II.a", cuja pendência passou a impedir a emissão on-line da Certidão Liberatória à Entidade, desde 19/04/2023:
"I. apresente o novo termo de cooperação ajustado entre a concessionária e a municipalidade, dispondo sobre o acesso do poder concedente a todas as informações relacionadas à operação do transporte coletivo;
II. comprove a adequação da acessibilidade dos terminais de ônibus Central, Oficinas, Nova Rússia e Uvaranas, e dos pontos de parada situados no Município à esquina entre a Rua Comendador Miró e Rua Benjamin Constant, à Av. Visconde de Taunay, e à Av. Vicente Machado;
III. comprove a mitigação da superlotação dos ônibus que perfazem os horários/linhas listados na peça 63 do Processo n.º 13591-2/20 e que excedem a capacidade máxima nos horários de pico."
IV. Com base na manifestação da CMEX, observo que a municipalidade tem tomado as providências devidas a fim de cumprir a decisão deste Tribunal, motivo pelo qual concedo mais 5 (cinco) dias de prazo, a partir da publicação desse despacho, para que o Município preste os esclarecimentos requeridos, relacionados a determinação contida no item "II.a", do Acórdão n.º 627/23-STP (peça 32).
V. Com relação aos itens "II.b" e "II.c", recomendo que o Município adote as ações corretivas pertinentes e encaminhe a esta Corte as documentações comprobatórias respectivas dentro do prazo para atendimento, que se findará em 12/04/2024.
VI. Remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro do novo prazo, com relação ao item "II.a".
VII. Após, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Ponta Grossa, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor deste Despacho.
VIII. Por fim, devolva-se à CMEX para acompanhamento da execução.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-781857/20**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-614/23**
I. Por meio da Instrução n.º 357/23 (peça 88), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX efetuou a análise da documentação encaminhada pelo Município de Ponta Grossa, mediante a Petição Intermediária n.º 348186/23 (peças 82 a 87), com o intuito de aferir o atendimento ao contido no Acórdão n.º 1851/22-STP (peça 63), que assim dispôs:
"Acórdão n.º 1851/22-STP
[...]
I. Julgar pela procedência da presente representação, com as seguintes providências:
Determinar ao Município de Ponta Grossa que, no prazo de 90 dias contados a partir do trânsito em julgado, comprove as seguintes medidas saneadoras e de fiscalização:
1 - Realizar busca ativa de todos os imóveis do Município, catalogando-os, definindo sua utilização e condição (se abandonado, ocupado por particulares ou utilizado pelo Município);
2 - Realizar levantamentos junto ao Departamento de Patrimônio, de forma a vislumbrar a regularidade dos registros imobiliários e corrigir o que for devido;
3 - Promover as medidas administrativas e judiciais para retomada dos imóveis ocupados ou promover a regularização dos invasores, sempre atentando par ao melhor interesse público;
4 - Reavaliar todas as concessões efetuadas através dos programas de regularização existente e que já existiu para assentamento, uma vez que constam informações de casas com piscinas e de tamanho grande em áreas cedidas a, teoricamente, população de baixa renda;
5 - Avaliar, dentre todos os imóveis públicos municipais, quais terão utilização, mesmo que em longo prazo, para promover a alienação dos que não tem nem terão utilidade, sendo que esta alienação não necessariamente se configure em venda através de licitação.
Quanto aos imóveis particulares em estado de abandono:
1 - Adequar a Lei 11.619/2014 - Programa Cidade Limpa, de forma a torná-la eficaz,

permitindo, por exemplo, a utilização da Secretaria de Serviços Públicos para promover a limpeza dos terrenos particulares, aumentar o valor da multa;
2 - Dar aplicabilidade à Lei Municipal 10753/2012, que na verdade é praticamente uma transcrição do Estatuto da Cidade e, portanto, basta apenas regulamentá-la e pôr em prática;
3 - Efetivamente arrecadar o imóvel urbano em estado de abandono, após três anos de não recolhimento do IPTU e o imóvel estiver sem uso."
II. Das determinações acima, já foi considerada cumprida a do item "I.3", referente aos imóveis do Município, com a consequente emissão da Certidão de Quitação de Obrigação n.º 49/23 - CMEX (peça 80) ao Município.
III. Quanto aos itens remanescentes, a unidade técnica entende que:
"a) no item "I.4", pertinente aos imóveis do Município, e nos itens "2" e "3", referentes aos imóveis particulares em estado de abandono, NÃO FORAM CUMPRIDAS;
b) no item ""I.2", relativo aos imóveis do Município, FOI PARCIALMENTE CUMPRIDA;
c) nos itens "I.1" e "I.5", pertinentes aos imóveis do Município, e no item 1, pertinente aos imóveis particulares em estado de abandono, ESTÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO."
IV. Desse modo, a CMEX sugeriu a intimação do Município de Ponta Grossa a fim de encaminhar as documentações comprobatórias que entender pertinentes a fim de comprovar o cumprimento das determinações impostas, salientando que as pendências passaram a impedir a emissão on-line da Certidão Liberatória à Entidade, desde 23/05/2023.
V. Com base na manifestação da CMEX, observo que a municipalidade tem tomado as providências devidas a fim de cumprir a decisão deste Tribunal, motivo pelo qual concedo novo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação do presente despacho, para que o Município junte aos autos documentação atualizada do andamento das medidas para integral cumprimento das determinações.
VI. Remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro do novo prazo.
VII. Após, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Ponta Grossa, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor deste Despacho.
VIII. Por fim, devolva-se à CMEX para acompanhamento da execução.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-204680/23**
**ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**
**INTERESSADO:-LAURINDO SPEROTTO, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-616/23**
I. Vêm os autos a este Gabinete em razão de petitório apresentado pelo Município de Céu Azul dando conta de que foi realizado o cancelamento do processo seletivo objeto dos autos (peças 41 a 43).
II. Diante do exposto, à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para as competentes manifestações.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-305308/23**
**ASSUNTO:-PROJETO DE RESOLUÇÃO**
**ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
**INTERESSADO:-COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-617/23**
I. Em atendimento aos artigos 189 e 190 do Regimento Interno, encaminhe-se o feito para manifestação da Diretoria Jurídica – DIJUR e, após, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPjTC para parecer.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-562559/22**
**ASSUNTO:-INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE**
**ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
**INTERESSADO:-ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, ESTADO DO PARANÁ, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-627/23**
Vêm os autos a este Gabinete com os pedidos formulados pela Universidade Estadual do Norte do Paraná e pela Universidade Estadual de Ponta Grossa para serem admitidos na condição de Amicus Curiae.
A disciplina legal concernente ao tema encontra-se disposta no artigo 138 do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente aos julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas, que dispõe que "o juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação."
A doutrina, por seu turno, traz valiosa contribuição para uma melhor hermenêutica do referido comando legal, cabendo destaque às bem-lançadas ponderações apresentadas pelo ilustre Cassio Scarpinella Bueno[1], para quem o que enseja a intervenção do amicus curiae no processo é:
[...] a circunstância de ser ele, desde o plano material, legítimo portador de um "interesse institucional", assim entendido aquele interesse que ultrapassa a esfera jurídica de um indivíduo e que, por isso mesmo, é um interesse meta-individual, típico de uma sociedade pluralista e democrática, que é titularizado por grupos ou por segmentos sociais mais ou menos bem definidos.
O amicus curiae não atua, assim, em prol de um indivíduo ou uma pessoa, como faz o assistente, em prol de um direito de alguém. Ele atua em prol de um interesse, que pode, até mesmo, não ser titularizado por ninguém, embora seja compartilhado difusa ou coletivamente por um grupo de pessoas e que tende a ser afetado pelo que vier a ser decidido no processo.
O chamado "interesse institucional" autoriza o ingresso do amicus curiae em processo alheio para que a decisão a ser proferida leve em consideração as informações disponíveis sobre os impactos do que será decidido perante aqueles grupos, que estão fora do processo e que, pela intervenção aqui discutida, conseguem dele participar. Neste sentido, não há como negar ao amicus curiae uma função de legitimação da própria prestação da tutela jurisdicional uma vez que ele se apresenta perante o Poder Judiciário como adequado portador de vozes da sociedade e do próprio Estado que, sem sua intervenção, não seriam ouvidas ou se o fossem o seriam de maneira insuficiente pelo juiz.
Considerando, pois, que as peticionantes possuem legítimo interesse institucional no deslinde da matéria – o qual, alerte-se desde logo, não deve se confundir com os interesses particulares do seu quadro de servidores – e que detêm informações que poderão aprimorar o julgamento a ser realizado, defiro as suas inclusões como amicus curiae.
A fim de delimitar as suas atuações e evitar qualquer espécie de tumulto processual, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para ofertarem suas manifestações. Após, os autos seguirão para a competente análise instrutiva e não serão mais admitidas novas intervenções.
À Diretoria de Protocolo para que promova as respectivas inclusões no feito, intimações e controle de prazo.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
***1**. Disponível em: <http://www.scarpinellabueno.com/images/textos-pdf/005.pdf>*

**PROCESSO Nº:-450249/20**
**ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO**
**ENTIDADE:-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
**INTERESSADO:-CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, MARCILIO ANTONIO DE SOUZA, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-629/23**
Em atenção ao Despacho n.° 455/23-GCDA (peça 35), in fine, retornem os autos à Diretoria de Protocolo para desentranhar a Petição Intermediária n.° 371250/23 (peças 40 e 41) e promover a respectiva juntada ao processo n.° 77590/10, o qual deverá ser remetido a este Gabinete para apreciação.
Após, encerre-se e arquive-se este expediente, conforme já determinado no Despacho n.° 57/23-GP.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro

**PROCESSO Nº:-304960/23**
**ASSUNTO:-CONSULTA**
**ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU**
**INTERESSADO:-ADILSON POLEZE**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-638/23**
Considerando a certificação trazida pela Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca (Informação n.° 63/23-SJB, peça 15), sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para as competentes manifestações.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-372427/23**
**ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO**
**ENTIDADE:-6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTA GROSSA**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-640/23**
I. Os presentes autos foram encaminhados a este Gabinete para apreciação do requerimento formulado pela 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Grossa, com vistas à instrução do Inquérito Civil nº 0113.20.001258-2.
II. Observo, que apesar de o Despacho nº 1896/23-GP (peça 3) fazer referência ao processo nº 746125/21, de relatoria do Conselheiro Augustinho Zucchi, consta no Ofício nº 0491/2023, da Promotoria, pedido de informações referente aos autos nº 597201/22, de minha relatoria.
III. Desse modo, AUTORIZO a disponibilização de cópias do processo n.º 597201/22, ao solicitante, o qual já foi julgado e encontra-se em fase de execução da decisão.
IV. Encaminhe-se ao Gabinete da Presidência – GP para as medidas pertinentes.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-86831/22**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**
**INTERESSADO:-ALCIONE LEMOS, COORDENADORIA DE AUDITORIAS, MUNICÍPIO DE JAGUARIAÍVA**
**PROCURADOR:-GUILHERME MALUCELLI, GUSTAVO BONINI GUEDES, RODRIGO GAIAO**
**DESPACHO:-656/23**
I. Por meio da Instrução n.º 366/23 (peça 63), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções analisou a documentação juntada pelo Município de Jaguariaíva na Petição Intermediária n.º 353139/23 (peças 59 a 62) com o intuito de dar atendimento ao contido no Acórdão n.º 2915/22-STP (peça 54).
II. A unidade técnica entendeu que a determinação está em fase de cumprimento, visto que o ente demonstrou que está adotando as medidas necessárias para integral

adimplemento da obrigação.
III. Diante disso, concedo mais 6 (seis) meses, a contar da publicação deste despacho, para que o Município junte aos autos documentação atualizada do andamento das medidas para integral cumprimento da decisão.
IV. Remeta-se à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para registro do novo prazo.
V. Após, à Diretoria de Protocolo para intimação do Município de Jaguariaíva, na pessoa de seu representante legal, para que tome ciência do teor deste Despacho.
VI. Por fim, devolva-se à CMEX para acompanhamento da execução.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-214763/22**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU**
**INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU, OSMARIO DE LIMA PORTELA**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-669/23**
I. Tendo em vista o contido na Informação n.º 3785/23-DP (peça 30), admito a anexação dos documentos protocolados sob o n.º 354704/23 (peças 27 a 29) e considero desnecessária a intimação do Município de Guaraniaçu, determinada no Despacho n.º 560/23 - GCDA (peça 25), visto que este se antecipou e já apresentou seu contraditório.
II. Encaminhe-se à Coordenadoria de Gestão Municipal para manifestação.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-167750/23**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**
**INTERESSADO:-JOCEMEURI CORA CANTO**
**PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-673/23**
I. Defiro a diligência sugerida por intermédio da Instrução n.° 2395/23-CGM (peça 217).
II. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo - DP para citação da Câmara Municipal de Ponta Grossa para que, no prazo de 15 (quinze) dias, preste esclarecimentos acerca da condição atual do relatório final da CPI objeto dos autos, nos moldes em que solicitado pela Coordenadoria de Gestão Municipal na aludida instrução.
III. Havendo resposta protocolada no prazo, à Coordenadoria de Gestão Municipal para manifestação.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

## Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

**PROCESSO N.º: 760374/22**
**ORIGEM: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ**
**INTERESSADOS: ALEXANDRE CASTRO FERNANDES, DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ**
**PROCURADORES: ALBA REGINA GRASSETTI PACHECO, ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO, LUCIANO ROCHA WOISKI, MARIA LUCIA SANCHES, YVONE DA SILVA ANDRADE**
**ASSUNTO: HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES**
**DESPACHO N.º: 754/23**
Trata-se de processo de Homologação de Recomendações, encaminhado pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, em razão de fiscalização efetuada junto ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER/PR.
Por meio do Acordão n.º 474/23 - Tribunal Pleno (peça 32) as recomendações foram homologadas e determinado o encaminhamento do relatório ao DER/PR, para que adotasse as medidas recomendadas no âmbito de sua atuação.
Ante o exposto, a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, por meio da Informação n.º 2074/23 (peça 42), efetuou o registro das recomendações constantes do referido Acórdão.
Ato contínuo, a 5ª Inspetoria de Controle Externo, atual responsável pela fiscalização do DER/PR, por intermédio da Informação n.º 17/23 (peça 50), considerando o cumprimento do disposto no Acórdão n.º 474/23- Tribunal Pleno (peça 32), esclareceu que os trabalhos desse futuro monitoramento constarão de Relatório específico, que será objeto de autos próprios. Assim, opinou pelo encaminhamento dos autos a este Gabinete, para deliberação quanto ao encerramento e arquivamento do feito.
Face ao exposto, considerando o cumprimento integral do feito, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo, para encerramento do processo conforme art. 398, § 4º[1] e art. 168, VII[2] do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

**PROCESSO N.º: 363690/23**
**ORIGEM: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO**
**INTERESSADOS: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO, MARCELO JOSE BERNARDELI PALHARES, SALVA SERVICOS MEDICOS DE EMERGENCIA LTDA, SMB SERVICOS DE ENGENHARIA E MEDICINA SA**
**PROCURADORES: BEATRIZ MARAFON SILVA SPAK, CESAR AUGUSTO TERRA, GUILHERME PERICO GUANDELINI, JOAO LEONELHO GABARDO FILHO, PABLO EDUARDO POCAY ANANIAS**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**DESPACHO N.º: 777/23**
Tratam os autos de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada pela SALVA SERVIÇOS MÉDICOS DE EMERGÊNCIA LTDA, em face da Concorrência 001/2023, do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO (CISNORPI), cujo objeto é a contratação de serviços de operacionalização e execução do SAMU, em 22 municípios, pelo prazo de 4 (quatro) meses – prorrogáveis por até 5 (cinco) anos – com valor estimado de R$ 5.623.241,48 (R$ 1.405.810,37/mês).
Sustenta o representante, que a licitação possui cláusulas que restringiram a competitividade, tendo apenas cinco empresas participado, das quais apenas duas foram habilitadas, dentre elas a atual contratada do Consórcio (contratada em regime emergencial). A mencionada restrição estaria nas seguintes exigências:
(i) para fins de qualificação econômico-financeira, que os licitantes apresentem índice de endividamento inferior a 0,50[1] , ausente a previsão de qualquer meio alternativo de comprovação de aptidão econômica – capital social ou patrimônio líquido mínimos, garantias contratuais, dentre outros – o que viola o art. 24 da Instrução Normativa 03/2018 do Ministério do Planejamento, que é de observância obrigatória, nos termos da jurisprudência consolidada desse TCE/PR
(ii) que os licitantes tenham realizado visita técnica in loco, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência da data de entrega dos envelopes[2]. Tal exigência foi justificada com argumentos genéricos, que não são aplicáveis ao contrato objeto do certame.
O processo foi apensado à Representação da Lei 8.666/93 nº 365854/23, proposta por SMB SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEDICINA S/A, em face do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO (CISNORPI), pois tratam da mesma Concorrência nº 001/2023. Naquele feito, arguida as seguintes irregularidades:
(i) da ilegalidade da exigência de atestado de visita técnica no local, pois esta não seria imprescindível para execução dos serviços contratados.
(ii) que cumprida as exigências de habilitação quanto ao balanço patrimonial, pois este pode ser apresentado até o final do mês de maio do ano subsequente, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 185 de janeiro de 2021.
(iii) haveria equívoco na habilitação da empresa Ezco Gestão em Saúde. Sua inabilitação seria decorrente da sua responsabilidade em manter os serviços do SAMU em péssimas condições. Contudo, em recurso apresentado, houve a habilitação da empresa, com fundamentação precária.
Preliminarmente, determinei a manifestação prévia do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI), nos termos do Despacho nº 728/23 (peça 11), para responder as alegações feitas nas duas representações.
Em resposta, o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro apresentou manifestação nas peças 16/31, argumentando, em síntese, que passou a ser responsável pela gestão dos atendimentos do SAMU[3] em 15 de novembro de 2022, se deparando com um sucateamento dos serviços prestados, fazendo-se necessária a contratação emergencial da Empresa Samais Gestão em Saúde, por meio do Contrato nº 269/2023, para melhoramento dos equipamentos, veículos e atendimentos prestados.
Com a amenização da situação inicialmente enfrentada, aberta a Concorrência Pública nº 001/2023, visando a contratação de empresa especializada nos atendimentos do serviço de urgência e emergência móvel do SAMU. Defende que o certame obedeceu aos princípios que regem a administração pública, de modo que sua suspensão ou anulação apenas causará desnecessário dispêndio das finanças públicas. Salientou que o processo estabelece prazo contratual de 04 (quatro) meses, sendo possível que o consórcio realize, durante a vigência de no máximo duas prorrogações, um novo certame, garantindo que o dispêndio econômico seja menor que um processo emergencial.
Sobre a exigência de visita técnica, defendeu que esta se faz necessária para a determinação do valor do objeto do certame, e sua exigência está vinculada a necessidade do dimensionamento dos insumos do serviço e real conhecimento da condição das bases descentralizadas, pois a transição da gestão dos serviços ainda está ocorrendo. No edital, propositalmente, não há estipulação de um quantitativo específico de insumos e medicamentos, na medida que durante toda a prestação dos serviços do SAMU pelo CISNORPI, as informações relativas aos itens eram variadas, não possibilitando o estabelecimento de um montante fixo. Assim, a visitação técnica seria fundamental para determinação dos valores da proposta de preços, evitando a apresentação de valores extremamente onerosos ou inexequíveis. Defendido ainda, que tal exigência é perfeitamente possível, pois garante a segurança jurídica dos interessados.
Quanto ao índice de endividamento, apontou que todo o problema de sucateamento dos serviços constatados anteriormente, decorreram da falta de saúde financeira por parte da empresa contratada. Assim, preconiza que a determinação de um índice de endividamento tem como fundamento a prevenção de situações semelhantes. Além disso, esse índice seria comumente utilizado em outros editais. Tal medida não teria obstado a participação dos interessados, pois quatro concorrentes atingiram o índice exigido.
Sobre a aceitabilidade do balanço patrimonial do ano de 2021, suscitado na Representação nº 365854/23, argumenta que o processo licitatório obedece aos prazos estabelecidos no art. 1.078 do Código Civil, os quais se sobrepõem a Instrução Normativa nº 2003 de 18 de janeiro de 2021, não tendo o interessado seguido os critérios do edital.
Por fim, sobre o suposto equívoco na habilitação em recurso da licitante Ezco Gestão em Saúde, sustentou que o consórcio, na condição de titular dos serviços, observou e registrou as situações narradas na decisão administrativa que inabilitou inicialmente a licitante. Ainda, que eventual inabilitação deve ser precedida de contraditório e ampla defesa da empresa interessada, por meio de processo administrativo próprio.
É o breve relatório.

---

*__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*(...)*
*§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*__2__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*(...)*
*VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;*

Inicialmente, procedida busca pelo portal da transparência do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI), não foi possível encontrar os documentos anexos ao processo licitatório, nem há informações sobre eventual homologação do certame [4].
Importante destacar também, que a regularidade da Dispensa de Licitação nº 14/2022 – que culminou no Contrato Emergencial nº 269/22, entre a representada e a empresa Samais Gestão e Saúde Ltda – está sendo objeto de apuração na Representação nº 70066-8/22. Naquele feito, em análise preliminar, compreendido pelo recebimento do feito, mas pela não concessão da cautelar (para suspensão do contrato), pois haveria possível dano de perigo reverso na concessão da tutela de urgência, na medida que a prestação do serviço público de saúde estava sendo diretamente afetada pela precariedade e sucateamento das ambulâncias e equipamentos na 19ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, havendo, inclusive, notícia de vítimas fatais que não receberam atendimento por falta de veículos[5].
Pois bem.
No tocante ao juízo de admissibilidade, relativa às Representações nº 363690-23 e nº 36585-4/23, compreendo que devem ser recebidas, com fundamento no art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/93[6] e no art. 32, XII do Regimento Interno[7]. Saliento que, nesse juízo preliminar, a existência de incertezas quanto à efetiva ocorrência dos fatos narrados nas Representações da Lei n° 8.666/93 se resolvem exclusivamente em favor do interesse público, motivo pelo qual recebo a presente demanda.
Quanto ao direito material que envolve as Representações (deste feito e apenso), em que pese os esclarecimentos iniciais, reputo necessário o processamento do feito para verificar a regularidade/legalidade quanto: (i) a exigência do índice de endividamento inferior a 0,50, sem a previsão de outro meio alternativo de comprovação de aptidão econômica; (ii) a exigência de visita técnica in loco no local; (iii) a possibilidade de apresentação de balanço patrimonial até o último dia de maio do ano subsequente, conforme Instrução Normativa nº 2003 de 18 de janeiro de 2021, em detrimento do artigo 1078 do Código Civil; (iv) sobre a legalidade na habilitação da empresa Ezco Gestão em Saúde.
Contudo, em relação ao pedido cautelar, em sede de cognição sumária, deixo de deferir o pedido de suspensão cautelar da licitação, pois a paralisação do certame deve ocorrer quando restar demonstrada flagrante ilegalidade, o que não restou amplamente demonstrado no caso em análise, não estando preenchido os requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora.
Outrossim, é importante destacar que o feito versa sobre a prestação de serviços de saúde pública, assim, diante do princípio constitucional do direito universal à saúde, previsto no artigo 196[8] da Constituição Federal, o interesse público primário deve prevalecer, fazendo necessária a continuidade do certame, em prol dos usuários deste serviço público.
Diante do exposto, decido:
a) Receber o presente expediente como Representação da Lei nº 8.666/93, nos termos acima descritos.
b) Encaminhar os autos à Diretoria de Protocolo para a autuação e CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI) e de seu representante legal, Marcelo Jose Bernardeli Palhares, para que se manifeste sobre os termos desta Representação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, juntando aos autos a documentação que compreender pertinentes.
Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para suas respectivas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
FABIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1***. *item 6.1.3, "f", do Anexo I do Edital*
***2***. *item 9 do Edital e item 6.1.4.9 do Anexo I*
***3***. *Aos municípios inseridos na 19° Regional de Saúde e seus consorciados.*
***4***. < *http://177.38.232.41:8091/portaltransparencia/licitacoes/detalhes?entidade=1&exercicio=2023&tipoLicitacao=3&licitacao=2 > Acesso em 12/06/2023.*
***5***. *Vide Despacho nº 304/23 – GCILB.*
***6***. *Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*
*§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.*
***7***. *Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;*
***8***. *Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

**PROCESSO N.º: 393556/23**
**ORIGEM: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR**
**INTERESSADOS: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ-CELEPAR, KEN BANSHO NETO**
**PROCURADORES:**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**DESPACHO N.º: 778/23**
Tratam os autos de expediente autuado como Representação da Lei nº 8.666/93 formulada por Ken Bansho Neto em face do Edital de Pregão Eletrônico nº 2515/22 promovido pela CELEPAR que tem por objeto o "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Créditos de Serviços em Nuvem, conforme descritos, caracterizados e especificados nas condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.".
Alega o representante, em breve síntese, que:
a) A licitação é destinada exclusivamente para aquisição de créditos do Google Cloud, ferramenta de serviços de nuvem da empresa Google;
b) Não há justificativas técnicas para a indicação de marca e para o direcionamento efetuado, o que prejudicou a concorrência efetiva na licitação, posto que somente duas empresas participaram do certame;
c) Os serviços de nuvem "são neutros, abertos e genéricos, não se justificando o direcionamento para determinador fornecedor", sendo possível hospedar eventuais licenças ou serviços já contratados pela Celepar em outras nuvens além do Google Cloud, sem custos extras, considerando que as soluções de computação em nuvem de qualquer provedor funcionam com base no "bring your own license – BYOL" (compatíveis com qualquer licença de software que o usuário/adquirente da nuvem queira utilizar);
d) Na Instrução Normativa nº 01/2019, no âmbito federal, figuram dispositivos que buscam possibilitar a padronização e portabilidade dos sistemas ainda que os serviços sejam fornecidos por diferentes servidores de nuvem disponíveis no mercado;
e) Inexistência de estudos para avaliar se a solução em nuvem Google Cloud seria mais vantajosa em termos de qualidade e preço se comparada a qualquer outra solução em nuvem;
f) Elaborou tabela com ferramentas equivalentes às demandadas pela Celepar disponíveis em outros fornecedores (Microsoft, IBM, Amazon, Oracle);
g) A Celepar pretende fornecer as funcionalidades de computação em nuvem adquiridas por meio da licitação como um produto a ser ofertado a outros órgãos da Administração Pública, o que tornaria mais grave as irregularidades, ante a possibilidade de ampliação do "aprisionamento tecnológico" para outros órgãos;
h) Licitação promovida pelo Banco do Brasil (nº 2020/03239) possibilitou a participação de qualquer provedor de nuvem que atendesse às características técnicas previstas, exigindo que a nuvem fosse aberta e integrável aos softwares existentes no contratante;
i) A contratação de outras nuvens também atenderia ao princípio da padronização, que não se confunde com aquisição de produtos de um mesmo fornecedor ad aeternum;
j) Cita precedentes do TCU sobre a necessidade de justificativa circunstanciada para utilização do princípio da padronização, que não pode ser invocado corriqueiramente pela Administração, e os riscos de contratações de sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação que favoreçam apenas um fornecedor;
k) Ausência de justificativas técnicas para contratação de todos os serviços oferecidos pelo Google Cloud em conjunto, por meio da compra de créditos do Google Cloud, por englobar serviços distintos e não dependentes entre si;
l) A Celepar não indicou quais ferramentas seriam adquiridas com os referidos créditos, que podem abranger "uma gama enorme de funcionalidades distintas e separadamente licitáveis que foram incluídas em um mesmo certame sem qualquer justificativa";
m) Não foi observado o necessário parcelamento dos itens, posto que o pregão envolve serviços que deveriam ser objeto de contratações distintas, especialmente considerando o objeto declarado da CELEPAR de "utilizar todas as ferramentas oferecidas pelo Google Cloud", citando precedentes do TCU em relação a inviabilidade de contratação em uma única licitação de serviços que poderiam ser contratados separadamente;
n) Haveria prejuízo à economia de escala ao se agrupar indevidamente todos os itens em um único grupo, sendo necessária a segregação do objeto a fim de possibilitar a concorrência no fornecimento dos serviços de computação em nuvem.
Assim, considerando presente os requisitos que autorizam a concessão da cautelar, requereu a suspensão do pregão e dos atos dele decorrentes, a fim de evitar danos ao erário. No mérito, requer a suspensão definitiva do pregão e a expedição de recomendações à CELEPAR para que sejam sanadas as ilegalidades apontadas.
Importante destacar, por fim, que o certame foi aberto no dia 17/03/2023 e o resultado homologado em 10/04/2023, consoante informações disponíveis no portal da transparência.
É o relatório.
Preliminarmente, entendo pertinente a prévia manifestação da Celepar a respeito dos fatos alegados na presente representação.
Dessa forma, nos termos do art. 404, caput do Regimento Interno[1], encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para INTIMAÇÃO da Celepar, na pessoa de seu representante legal, para apresentação da manifestação preliminar no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
Após, regressem os autos para o exercício do juízo de admissibilidade e análise acerca da medida cautelar requerida.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1***. *Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.*

**PROCESSO N.º: 213850/23**
**ORIGEM: MUNICIPIO DE PATO BRANCO**
**INTERESSADOS: MUNICIPIO DE PATO BRANCO, ROBSON CANTU, ROMULO FAGGION**
**PROCURADORES:**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO**
**DESPACHO N.º: 782/23**
Retornam os presentes autos em virtude da juntada de peticionamento pelo representante nas peças 20/26.
Nesse peticionamento, o representante informa que o Município de Pato Branco deu início a mais um processo de contratação simplificada e temporária, desta vez para atendimento de demanda de mão de obra da Secretaria Municipal de Saúde, referente às funções de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, Farmacêutico, Auxiliar de Farmácia, Técnico em Raio X, Agente Comunitário de Saúde – ACS e Agente de Combate a Endemias – ACE, como se vê nas peças 23/24.
Além disso, relata que houve a aprovação de projeto de lei para contratação temporária de instrutores de aprendizagem, para atender a demanda de mão de obra das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer e de Educação e Cultura (peças 25/26).
Citando precedentes desta Casa, e considerando que as contratações buscam suprir postos que deveriam ser exercidos por cargos de provimento efetivo, requereu a

concessão de medida cautelar a fim de suspender as citadas contratações temporárias para as Secretarias Municipais de Saúde, de Esporte e Lazer, e de Educação e Cultura.
Nas peças 30/31 o Município de Pato Branco apresentou manifestação a respeito de tal pedido, alegando, em síntese, que:
a) o Acórdão nº 1404/22 – Tribunal Pleno ainda se encontra pendente de julgamento do Recurso de Revista interposto (nº 509801/22);
b) não haveria descumprimento ao Acórdão, pois as contratações foram autorizadas pelas Leis Municipais nos 4.378/14 e 5.881/22, em atendimento as previsões constantes da Lei Complementar Municipal nº 60/2014, bem como que a contratação de pessoal fundamentada nas Leis Municipais nos 4.387/2014, 5.068/2017, 5.246/2018, 5.382/2019 e 5.781/2021 teria sido homologada neste Tribunal de Contas;
c) o representante votou favoravelmente ao Projeto de Lei que culminou na Lei Municipal nº 6.099, de 26 de maio de 2023, que autorizou a contratação temporária, por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, de profissionais para o exercício de emprego público de Instrutor de Aprendizagem;
d) no ano de 2022 o Município realizou concurso público que resultou na contratação de "249 Professores 20h, 176 Professores de Educação Infantil, 22 Professores Bilíngues e 26 Professores de Educação Física";
e) está em andamento processo administrativo para contratação de entidade especializada na realização de concurso público, o qual irá "recompor o quadro de pessoal para suprir as demandas existentes em diversos setores da Administração Municipal", bem como foi enviado ao Poder Legislativo a Mensagem nº 31/2023, que busca ampliar vagas de cargos do quadro de pessoal, bem como a criação de novos cargos e extinção de outros, para que venham a ser supridas por concurso público;
f) menciona a existência de dano reverso em uma concessão de cautelar, considerando a ampliação da procura de atendimento nas unidades básicas de saúde e na UPA em virtude de infecções respiratórias no período do outono e inverno; que o último concurso da saúde foi realizado em 2014, quando várias unidades de saúde sequer existiam; e que a atual gestão teve início em janeiro de 2021 quando já estava vigente a Lei Complementar Federal nº 173/2020, cujo inciso V do art. 8º impedia a realização de concurso público.
Assim, requereu que fosse negada a medida cautelar ou, alternativamente, que a análise de mérito fosse sobrestada até a decisão do Recurso de Revista nº 509801/22 proposto pelo Município de Pato Branco em face do Acórdão nº 1404/2022.
É o breve relato.
Em juízo de cognição sumária inerente a análise das medidas cautelares, entendo que uma eventual suspensão das contratações temporárias neste momento processual pode vir a prejudicar o oferecimento dos serviços públicos aos munícipes, conforme alegado pelo Município de Pato Branco na peça 31.
Ademais, considerando que as contratações dizem respeito majoritariamente às áreas da educação e da saúde, existindo um risco de que a continuidade dos serviços públicos possa ser afetada, efetivamente há possibilidade de dano reverso na concessão da cautelar, posto que a ausência de disponibilização dos serviços causaria mais prejuízos à população do que uma eventual irregularidade na forma de contratação dos profissionais.
Por conta disso, indefiro a medida cautelar pleiteada.
Devolvam-se os autos à Diretoria de Protocolo para cumprimento do Despacho nº. 664/23 – GCFSC (peça 17).
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

**PROCESSO N.º: 356430/23**
**ORIGEM: MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA**
**INTERESSADOS: MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO, VIAPARTS PECAS E SERVICOS LTDA**
**PROCURADORES: ANDREIA COLHADO GALLO GREGO SANTOS, BRUNO GREGO DOS SANTOS, GABRIEL KHAUAM MARICATTO**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**DESPACHO N.º: 784/23**
Tratam os autos de Representação da Lei nº 8.666/93, com pedido de medida cautelar, formulada pela VIA PARTS PECAS E SERVICOS LTDA, em face do Pregão Presencial nº 037/2023, do Município de Nova Londrina, que tem como objeto:
Contratação de empresa especializada para prestar serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças e acessórios em geral, novos e originais, peças genuínas ou peças de reposição original, necessários aos veículos de linha leve, linha de transporte de passageiros e de cargas da Prefeitura Municipal de Nova Londrina, já integrantes da frota oficial ou que venham a ser incorporados ao patrimônio, por um período de 12 (doze) meses, com critério de maior percentual de desconto sobre os preços descritos no software de orçamentação eletrônica do sistema denominado "Traz Valor", para peças e/ou acessórios e serviços, conforme demais especificações constantes neste edital, em especial ao Termo de Referência.
Sustenta a representante, que o instrumento convocatório restringiu geograficamente os licitantes, pois a contratação só poderá ocorrer com empresas sediadas na municipalidade, contudo não seria apresentada qualquer justificativa que demonstre a necessidade ou vantajosidade desta exigência. Impugnado o certame, o recurso foi indeferido, sob o argumento que o edital está em conformidade com o Decreto Municipal nº 518/2022. Deste modo, pede cautelarmente pela suspensão do certame, com posterior reconhecimento da ilegalidade da restrição geográfica imposta no processo licitatório.
Preliminarmente, determinei a manifestação prévia do Município, nos termos do Despacho nº 701/23 (peça 11). Contudo, apesar de intimada, a municipalidade deixou decorrer o prazo sem apresentar defesa (peça 14).
É o breve relatório.
Primeiramente, destaco que há entendimento consolidado neste Tribunal de Contas, por meio do Prejulgado nº 27, sobre a possibilidade de restringir geograficamente as licitações às pequenas e microempresas locais/regionais, desde que haja lei municipal regulamentando de forma específica a matéria ou esteja adequadamente justificado no certame.
Sobre o limite geográfico, extrai-se o seguinte do certame (peça 5):

**7 - DA PARTICIPAÇÃO**

7.1. Poderão participar deste pregão:

a) as empresas sediadas no município de Nova Londrina;
b) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
c) comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos nos itens relativos à documentação.
d) Se enquadrarem como **ME'S, EPP'S E MEI" S, CONFORME ART. 47 E 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014,** legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e que apresentem a documentação solicitada no local, dia e horário informados no Quadro Geral deste Edital.

7.2. Não poderão participar neste Pregão:

a) empresas não sediadas no município de Nova Londrina;
b) as empresas suspensas de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Londrina - Paraná;
c) empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração Pública, enquanto perdurem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade qual aplicou a penalidade;
d) cujos sócios ou acionistas estejam impedidos face ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93.
e) Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

**A LICITAÇÃO SERÁ PROCESSADA ONDE SERÁ CONSIDERADO PARA ESTE EDITAL A SEGUINTE ABRANGENCIA:**

**LOCAL - O LIMITE GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO**

A utilização da limitação geográfica e a restrição da participação de empresas não estabelecidas no município de Nova Londrina, para concorrer neste processo de licitação, vem respeitar as regras e condições estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 152/2018 de 10/05/2018, o Decreto Municipal nº 320/2020, de 16/09/2020, que definem o limite geográfico das expressões **"âmbito local"** e **"âmbito regional"** e ainda o Decreto Municipal nº 518/2022, de 24/11/2022, o qual Dispõe sobre a possibilidade de realização de licitações exclusiva a ME e EPP, sediadas local ou regional, em virtude da peculiaridade do objeto ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006.

Da análise da documentação acostada aos autos, não foi possível extrair a existência de lei municipal que regulamente a matéria, existindo menção apenas à existência de decretos municipais que versam sobre os temas, contudo não foram anexados aos autos, nem foram localizados no portal da transparência da municipalidade[1]. Apesar de concedida oportunidade ao Município para se manifestar, este permaneceu inerte.
Portanto, considerando que existem indícios de que o certame está em desconformidade com o Prejulgado nº 27, RECEBO o presente expediente como Representação da Lei 8.666/93, com fundamento no art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/93[2] e no art. 32, XII do Regimento Interno[3].
Igualmente, vislumbro os requisitos fumus boni iuris e o periculum in mora, pois há indícios da ocorrência de irregularidade e existe perigo na demora, na medida que a restrição geográfica poderá ensejar na restrição da competitividade, bem como na celebração de contrato desvantajoso para administração pública. Portanto, e considerando ainda o valor máximo da licitação (R$ 2.100.000,00), concedo a medida cautelar pleiteada, para determinar que o Município de Nova Londrina suspenda o Pregão Presencial nº 037/2023, até ulterior deliberação deste Tribunal ou até que republique o Edital, sem a restrição geográfica.
Assim, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que proceda:
a) a INTIMAÇÃO do Município de Nova Londrina, na pessoa de seu representante legal, com fundamento nos artigos 404-A e 405, ambos do Regimento Interno, por meio eletrônico e por telefone, certificando-se nos autos, para ciência e cumprimento imediato desta cautelar;
b) a inclusão na autuação do MUNICÍPIO DE NOVA LONDRINA, por meio de seu representante legal, OTÁVIO HENRIQUE GRENDENE BONO, e da pregoeira JANAINA GOUVEIA, como interessados neste feito;
c) CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos arts. 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, do Município de Nova Londrina, de Otávio Henrique Grendene Bono e Janaina Gouveia, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, exerçam o contraditório em face das irregularidades noticiadas, juntando também os documentos que entenderem pertinentes;
d) Após, retornem conclusos para apreciação da cautelar em sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o art. 282, § 1º, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
*1. Disponível em < https://www.novalondrina.pr.gov.br/publicacoes/77 > Acesso em 13/06/2023.*
*2. Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.*
*§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.*
*3. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria.*

**PROCESSO N.º: 303854/18**
**ORIGEM: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIAO DE IVAIPORA - CINDIVA**
**INTERESSADOS: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIAO DE IVAIPORA - CINDIVA, LUIZ CARLOS GIL, MIGUEL ROBERTO DO AMARAL, MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ**
**PROCURADORES:**
**ASSUNTO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO**
**DESPACHO N.º: 786/23**
Tratam os autos de Termo de Ajustamento de Gestão, celebrado com o Consórcio Público Intermunicipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano da Região de Ivaiporã – CINDIVA, para regularizar a situação do Consórcio quanto ao atendimento da agenda de obrigações dos exercícios que se encontravam em atraso e para a extinção da entidade (peça 27).
A fim de possibilitar a baixa completa das obrigações provenientes do TAG, restou pendente somente a apresentação da documentação referente aos atos de extinção

do CINDIVA, a qual seria possível somente após a análise das prestações de contas anuais do CINDIVA.
No Acórdão nº 1028/21 – Tribunal Pleno (peça 122), foi determinada a análise conjunta das prestações de contas neste TAG:
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade:
I. Declarar a ocorrência de prevenção a este Relator dos autos de prestação de contas do CINDIVA a partir do exercício de 2013, tendo em vista a ocorrência de continência.
II. Encaminhar os presentes autos à DP – Diretoria de Protocolo, para que promova a redistribuição das prestações de contas do CINDIVA a partir do exercício de 2013 a este Relator; e as apense a estes autos, para análise conjunta. (...)
Observo que figura em apenso a estes autos procedimentos referentes às contas de 2013 a 2021 da entidade, todavia, não localizei procedimento autuado referente às contas do exercício 2022. Consoante a Instrução Normativa nº 175/2022 desta Casa, o prazo para apresentação da Prestação de Contas Anual do exercício de 2022 dos consórcios intermunicipais encerrou-se em 30/04/2023.
Dessa forma, a fim de possibilitar a análise conjunta das prestações de contas anuais do CINDIVA conforme determinado no Acórdão nº 1028/21 – Tribunal Pleno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimar o referido consórcio, na pessoa de Luiz Carlos Gil, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a prestação de contas do CINDIVA referente ao exercício de 2022.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

**PROCESSO N.º: 724434/18**
**ORIGEM: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE**
**INTERESSADOS: KEILA FERREIRA DE SOUZA, MARCOS CESAR SUGIGAN, MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SEÇÃO DO PARANÁ, R & M ALIMENTOS EIRELI, VALDECIR LUNELLI BONFIN SUTIL**
**PROCURADORES: BARBARA MELLER DA SILVA, ESTER REGINA SCHIMIDT CARLONE, PRICILA BENANTE BORGES DIAS, VALDECIR LUNELLI BONFIN SUTIL, WELLINGTON MURILLO DE ALMEIDA**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**DESPACHO N.º: 791/23**
Considerando o contido na Instrução n.º 327/23 (peça 108), da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, e no Parecer n.º 422/23 - 4PC (peça 109), do Ministério Público de Contas, com fulcro no art. 514 do Regimento Interno[1] , autorizo a baixa da responsabilidade obrigacional do MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, CNPJ nº. 76.381.854/0001-27, em relação ao disposto, especificamente, no item "III" do Acórdão n.º 1706/19 – Tribunal Pleno[2] (peça 54), mantido pelas decisões proferidas nos Acórdãos n°. 725/22 – TP (peça 75) e n°. 2981/22 – TP (peça 85).
Posto isso, retorno os autos à CMEX para emissão da Certidão de Quitação de Débito e registro, bem como para manifestação com relação ao contido no Parecer ministerial de peça 109.
Publique-se.
Curitiba, 13 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
***1**. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.*
***2**. Acórdão acostado à peça 54. III. determinar ao Município de Cruzeiro do Oeste que não prorrogue o contrato decorrente do Pregão Presencial nº 74/2018;*

**PROCESSO N.º: 393424/23**
**ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ**
**INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, PARANAGUA PREVIDENCIA**
**PROCURADORES:**
**ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO**
**DESPACHO N.º: 792/23**
Tratam os autos de Representação proposta pelo Ministério Público de Contas, em face da CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ e PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, diante de supostas violações à dispositivos constitucionais e legais, quando na concessão de benefícios de aposentadoria aos servidores do Poder Legislativo de Paranaguá, cuja confirmação deverá implicar na nulidade dos atos de aposentadoria, bem como no reconhecimento de invalidade das normas infralegais que fixaram/alteraram a remuneração destes servidores aposentados no curso de seus vínculos funcionais com a edilidade, principalmente aquelas editadas após o advento da Emenda Constitucional nº 20/98.
A constatação da irregularidade seria fruto da análise dos documentos que instruem o Ato de inativação nº 820158/18, relativo ao exame de legalidade da Portaria nº 108/2018 (de 08/08/2018), que concedeu aposentadoria voluntária com proventos integrais à servidora Maricelma Batista Sampaio, ocupante do cargo de "SERVENTE 2 NÍVEL 35'' do quadro de pessoal da Câmara de Paranaguá, com fundamento no art. 3º da EC nº 47/2005, no valor integral fixado de R$ 12.323,45 (referência agosto de 2018).
Embora o exame de legalidade dos atos de inativação concedidos aos servidores da Câmara sejam objeto de apreciação em expedientes específicos neste Tribunal[1], para fins do disposto no art. 71, III, da CF/88, defende que o escopo da análise está limitado aos itens definidos na Instrução Normativa nº 98/2014. Contudo, as irregularidades identificadas extrapolam o escopo da referida instrução normativa, de modo que entendem pelo processamento do feito como Representação.
Em breve síntese, as irregularidades encontradas constituiriam no seguinte (peça 3):
(i) na violação aos artigos 37, X, XII e XIII, e 169, § 1º, I e II, da CF/88, cumulado com o artigo 17, §§ 1º e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso porque, da análise dos documentos que instruem os autos nº 820158/18, identificado que os valores auferidos por Maricelma Batista Sampaio praticamente dobraram entre os exercícios de 2013 e 2014, passando de R$ 3.926,25, para R$ 7.134,26, sem que exista notícia sobre lei específica autorizando esta expressiva majoração. Além disso, a remuneração indicada no mês de dezembro de 2014 (R$ 9.061,43) seria significativamente maior que a base de cálculo da contribuição previdenciária (R$ 7.134,26). Não foram localizadas leis que fixaram/alteraram a remuneração dos servidores da Câmara, ao menos até o exercício de 2021. Além disso, nos autos de Representação nº 432198/21 – voltado à situação da advogada aposentada Rosana Temporão Monteiro – foram juntadas cópias de atos infralegais fixadores do padrão de vencimentos dos servidores do Poder Legislativo de Paranaguá, havendo correções de até 40% das remunerações de todos os servidores, em violação do art. 37, inc. X, da CF/88. Além disso, não haveria comprovação de que os aumentos incidentes sobre a remuneração dos servidores tenham observado os requisitos de natureza orçamentária obrigatoriamente previstos no art. 169, § 1º, incisos I e II, da CF/88 e no art. 17, §§ 1º e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, necessária a nulidade dos atos normativos infralegais editados pela Câmara, a partir do exercício de 1998, frente a incompatibilidade com o texto constitucional.
(ii) o padrão remuneratório do cargo de "servente", cargo com requisito de ingresso de ensino fundamental, seria superior àquele pago em cargo assemelhado no quadro do Poder Executivo, configurando a inobservância ao art. 37, XII, da CF/88. Essa situação se reproduziria em diversos cargos, tais como 'advogado', 'agente administrativo' e 'motorista', na qual restou constatado que há vencimentos que ultrapassam o teto remuneratório municipal fixado na Lei Municipal nº 4.077/2021, ocasião em que fixados os subsídios do prefeito em R$ 25.930,00, válido a partir de janeiro de 2022; sendo o teto municipal anterior no valor de R$ 16.000,00. Em outros casos, também houve violação ao teto constitucional previsto no art. 37, XIII, da CF/88.
(iii) violação ao artigo 25, § 3º, da EC nº 103/2019, cumulada com os artigos 13, caput, e 30, I, 'a', da Lei nº 8.212/1991. Isso porque, da análise dos documentos que instruem os autos nº 820158/18, identificado que a servidora Maricelma Batista Sampaio, no período entre 1994 e 1998, não comprovou o pagamento de contribuição em favor do extinto Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná. Outrossim, confessamente não teria contribuído com o INSS entre janeiro de 1999 até dezembro de 2006. Entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2017, houve incidência de contribuição previdenciária sobre parte da remuneração, recolhida em favor do RPPS de Paranaguá. A ausência de filiação ao RGPS e de obrigatório recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS, no período entre a edição da Lei nº 8.212/1991 e dezembro de 2006, constitui irregularidade comum a todos os servidores da Câmara de Paranaguá.
(iv) violação ao artigo 40, caput, da CF/88, isso porque a servidora Maricelma Batista Sampaio teria contribuído pouco mais de 10 anos, mas se aposentou com a integralidade da remuneração de seu cargo efetivo. Essa omissão de recolhimento, comum a todos os servidores da Câmara de Paranaguá, ensejou também na violação ao princípio contributivo e à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS de Paranaguá. Deste modo, pede que sejam declarados nulos todos os expedientes da aposentadoria oriundo do Paranaguá Previdência, relativos aos servidores vinculados ao Legislativo Municipal, nos quais se tenha considerado para fins de aferição dos requisitos de passagem à inativação, tempos de serviço subsequentes a 15 de dezembro de 1998, sem a correspondente contribuição previdenciária.
Diante de tais fatos, o Ministério Público de Contas pleiteou que, se confirmadas as ilegalidades e a violação aos preceitos constitucionais vigentes, seja julgada procedente a representação, para que:
c.1) seja declarada a nulidade de todas as Resoluções editadas pela Câmara de Paranaguá após o advento da EC nº 19/1998, que tenham fixado ou alterado a remuneração dos servidores do quadro de pessoal da edilidade, em razão de sua incompatibilidade com o disposto no art. 37, inc. X e XII, da CF/88;
c.2) seja reconhecida a inconstitucionalidade do Ato nº 4055/2020, no que tange à fixação do padrão remuneratório dos advogados servidores do Legislativo Municipal, por manifesta e insuperável inconstitucionalidade (art. 37, XIII, da CF), nos termos da fundamentação;
c.3) seja reconhecida a inconstitucionalidade da Lei Municipal nº 4.071/2021, por manifesta e insuperável incompatibilidade com o art. 169, § 1º, incisos I e II, da CF/88 e art. 17, §§ 1º e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
c.4) seja reconhecida a nulidade dos atos de inativação concedidos pela autarquia municipal Paranaguá Previdência à servidores da Câmara Municipal de Paranaguá em manifesta e insuperável violação ao art. 25, § 3º da EC nº 103/2019, e, de forma reflexa, ao art. 40, caput, da CF/88 e art. 13, caput, e art. 30, I, 'a', da Lei nº 8.212/1991;
c.5) seja expedida determinação à Câmara de Paranaguá e à Paranaguá Previdência para que, no prazo de 30 dias, procedam à ANULAÇÃO dos atos de aposentadoria concedidos à servidores do Poder Legislativo, ainda que ultrapassado o prazo decadencial de dez anos previsto no art. 103-A Lei Federal nº 8.213/199115, tendo em vista a manifesta inconstitucionalidade da consideração de tempos de serviço após 15 de dezembro de 1998 sem a respectiva contribuição previdenciária;
c.6) seja expedida determinação à Câmara de Paranaguá e à Paranaguá Previdência, com alerta de que a edição de novos atos de aposentadoria aos respectivos servidores pressupõe a comprovação documental de recolhimento/indenização das contribuições previdenciárias no período de janeiro de 1999 a dezembro de 2006, pelos segurados obrigatórios responsáveis, assim como de adequação dos cálculos dos benefícios ao disposto no art. 37, inc. XII, da CF/88.
c.7) Seja determinado à Paranaguá Previdência a instauração de procedimentos administrativos ou tomada de contas especial com o fim de ser ressarcido ao Fundo de Previdência ou ao Fundo Financeiro os valores impropriamente pagos aos segurados que não haviam efetivamente implementado o direito à inativação.
c.8) Seja determinado à Câmara Municipal de Paranaguá, a edição de lei específica para fixação dos vencimentos dos servidores do Legislativo Municipal, observados os preceitos dos artigos 37, X, XI, XII, XIII, 39, § 1º, incisos, I, II e III, e 169, § I e II, da Constituição Federal, e os artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
c.9) Seja determinado à Câmara Municipal de Paranaguá demonstrar a observância do teto municipal, em observância ao preceito do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, em relação aos pagamentos de todos os servidores, efetuados nos últimos 5 anos.
É o relatório.
Compulsando os autos, observo que estão presentes os requisitos de admissibilidade dos artigos 30 e seguintes da Lei Complementar nº 113/2005, bem como dos artigos 267-A, 275 e 277 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, merecendo ser

RECEBIDA a Representação, pois se verificam indícios da ocorrência das irregularidades narradas.
Saliento que a conclusão quanto à efetiva irregularidade será constatada somente após a fase instrutória.
Diante do exposto, decido pelo RECEBIMENTO da presente Representação. Assim, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para autuação e CITAÇÃO, por via postal, mediante ofício registrado com aviso de recebimento, nos termos dos artigos 278, II e 380-A, I, ambos do Regimento Interno, dos seguintes interessados, para que se manifestem sobre os termos desta Representação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, juntando aos autos a documentação que compreender pertinente:
- Da CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, por meio de seu representante legal, FABIO DOS SANTOS; dos presidentes que lhe antecederam nos últimos 05 (cinco) anos, MARCUS ANTÔNIO ELIAS ROQUE e WALDIR TURCHETTI DA COSTA LEITE;
- Do atual controlador interno da Câmara, ROMULO REINALDO GOMES PEREIRA;
- Do atual Procurador-Geral da Câmara de Paranaguá, CAIRO MATHEUS DE OLIVEIRA DA SILVA.
- Da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, na pessoa de sua Diretora Presidente ADRIANA MAIA ALBINI;
- Dos Procuradores Municipais ALEXANDRE GONÇALVES RIBAS; CARLOS EDUARDO FERLA CORREA; LEÃO SALOMÃO NETO e PAULO CHARBUB FARAH.
Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público de Contas para suas respectivas manifestações.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
*__1__. A exemplo dos autos nº 522556/18, nº 99168/19, nº 820158/18, 15972/21 e nº 294565/19, ainda em tramite.*

**PROCESSO N.º: 363200/21**
**ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO**
**INTERESSADOS: CLAUDECIR SIDNEI CAMILO, DIEGO TODERO, DONIZETE TREZE LITZ, ELENILSON JOSE ESPANHOLO, ELIZEU DE SOUZA, JOSÉ DE OLIVEIRA NETO, LAERCIO BIANCHINI, LUSIA BAFFA CLAVERO, VANDER EMANOEL DIAS COELHO**
**PROCURADORES:**
**ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA**
**DESPACHO N.º: 793/23**
Retornam os autos em virtude da juntada de Recurso de Revista na peça 71, interposto por Donizete Treze Litz, Claudecir Sidnei Camilo, Elenilson José Espanholo, Diego Todero, Lusia Baffa Clavero e Laércio Bianchini em face do Acórdão nº 330/2023 – Segunda Câmara (peça 45).
De acordo com a certidão de trânsito em julgado nº 211/23 – S2C (peça 48), o referido Acórdão transitou em julgado em 17/04/2023. Por sua vez, o recurso interposto foi protocolado nos Correios somente no dia 31/05/2023, como se vê na peça 71, fl. 21 e em consulta ao código de rastreio (BR602341304BR) no site dos Correios.
Dessa forma, considerando o disposto no art. 477, §1º[1] do Regimento Interno, mostra-se intempestivo o recurso, razão pela qual deixo de recebê-lo.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo a fim de efetuar o desentranhamento da peça 71. Após, devolvam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções, para continuar o acompanhamento do feito.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
FÁBIO DE SOUZA CAMARGO
Conselheiro

_____
*__1__. Art. 477. A petição recursal, contendo as razões e acompanhada dos documentos nela referidos, que ainda não integrem os autos, será dirigida ao Relator da decisão recorrida, que deverá efetuar o juízo de admissibilidade, relativo à tempestividade, adequação procedimental, legitimidade e interesse. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
*§ 1º Para efeito de tempestividade, nos municípios do interior, assim considerados os que não fizerem parte da região metropolitana da Capital, será considerada a data de postagem no correio como a de sua interposição, nos termos do Regimento Interno.*

## Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

*Sem publicações*

## Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

**PROCESSO Nº:-401350/18**
**ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL**
**INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, CLARA MIGUELINA ALVES DE OLIVEIRA, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, WALTER PARCIANELLO**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 69/23**
EMENTA: Aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro.
No uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDO
1. Determinar o registro do Decreto n. 1463/2018, publicado no Órgão Oficial Eletrônico Município de Cascavel n. 2027, do dia 27/04/2018, referente à Aposentadoria Municipal de CLARA MIGUELINA ALVES DE OLIVEIRA, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, na modalidade voluntária, com fundamento no art. 40, § 1º, III, b, CF, com 15 anos, 2 meses e 1 dia de contribuição, no valor mensal de R$ 565,69 (quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), garantida a percepção do valor equivalente ao salário mínimo vigente, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão n. 1393/23 (peça 23) e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal n. 413/23 (peça 26), favoráveis ao registro do Ato;
2. Determinar, após a publicação e o trânsito em julgado da decisão, a inclusão da decisão no registro competente, o encerramento do processo e o arquivo dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
É a decisão.
Gabinete, em 5 de junho de 2023.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº:-706262/17**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MATINHOS**
**INTERESSADO:-ANTONIO CESAR LOURENCO, CARLOS ALEXANDRE BOGUCHEVSKI, CELSO LUIZ NEPOMUCENO, CLEYSON GUSTAVO SANTOS DE ALMEIDA, JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO, MUNICÍPIO DE MATINHOS, RUY HAUER REICHERT**
**ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N. 70/23**
EMENTA: Admissão de pessoal municipal. Legalidade e registro.
No uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDO
1. Julgar pela legalidade e determinar o registro do ato de admissão encaminhado pelo MUNICÍPIO DE MATINHOS, relativo ao Concurso Público disciplinado pelo Edital n. 001/2015, com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar n. 113/2005, e art. 298, I, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão n. 7322/23 (peça 16) e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal n. 362/23 (peça 19), ambos favoráveis à legalidade e registro do ato;
2. Determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, o encerramento do processo.
É a decisão.
Gabinete, em 6 de junho de 2023.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

**PROCESSO Nº: 212221/22**
**ORIGEM: CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL**
**INTERESSADO: PEDRO ALBERTO ARRIGO, SABRINA YAMAJI ARRUDA**
**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO: 702/23**
I. Pela petição intermediária n. 315385/23 (peças 15-16), a Câmara Municipal de Quinta do Sol, na pessoa de seu representante legal, apresenta as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 3.777/22 – CGM (peça 6).
II. Acolhe-se a documentação, mesmo que encaminhada de forma intempestiva, resguardada a eventual cominação sancionatória para o momento oportuno.
III. Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para nova instrução.
IV. Publique-se.
Gabinete, 9 de maio de 2023.
DANIELLE DE MELLO E SILVA
Assessora/Matrícula nº 52.478-6

**PROCESSO Nº: 303815/20**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBIPORÃ**
**INTERESSADO: ADELAINE CORRÊA PAVAN, ANA CRISTINA BALBINO, ANA CRISTINA DE OLIVEIRA, ANA PAULA JACINTO, ANDRE ANTONIO ZAMBALDI, ARIANE CAROLINE ZANUTO, CLAUDIR CESAR DOS SANTOS, CLEVERSON PAVANELI, CRISTIANE SUEMI SHIMODA, DANIELE ALINE BALESTRE, EDNA GOMES DE LIMA RAMOS, ELISETE FERREIRA DE SOUZA, ELIZABETH BOLTERI, FERNANDA CHAMILETE CECILIANO, FERNANDA RAMOS KADUTA, FERNANDO ORTEGA CABRAL, GISELE CRISTINA LUCHINI LONGHI, ISABELA FERNANDA BACILI MARTINS, E OUTROS**
**ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL**
**DESPACHO: 876/23**
Transitado em julgado o Acórdão n. 1.113/23 – Primeira Câmara (peça 35), conforme certificado na peça 38, determino, na forma do § 1º do art. 398 do Regimento Interno deste Tribunal[1], o encerramento do processo e o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Gabinete, 14 de junho de 2023.
DANIELLE DE MELLO E SILVA
Assessora/Matrícula n. 52.478-6

_____
*__1__. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
*§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.*

**PROCESSO Nº: 676937/22**
**ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TOLEDO**
**INTERESSADO: CRISTOPHER CRISTIANO CARNELOS DE AZEVEDO, EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO, LUCIO DE MARCHI, LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT, MARILEI REJANE VON BORSTEL, MUNICÍPIO DE TOLEDO, NILSON LIBERATO, RODRIGO BORTOLOTTO SALES**
**PROCURADOR: ALEXANDRE GREGÓRIO DA SILVA**
**ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
**DESPACHO: 878/23**
Mediante a Informação n. 2.289/23 (peça 166), a Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX comunica que, após o trânsito em julgado do Acórdão n. 988/2023 (peça 160), promoveu os devidos registros, consistentes em ressalva e recomendações.
Também, informa que as determinações que restavam pendentes foram baixadas,

em atendimento ao item I do Acórdão n. 2.526/22 – Tribunal Pleno (peça 146), lavrado como segue:
I- Dar pelo provimento do presente Recurso de Revista, reformando-se o Acórdão nº 1108/18-S2C para fins de se julgar regular com ressalva o objeto da Tomada de Contas Extraordinária13, bem como sejam consideradas cumpridas as determinações constantes dos itens II, III, IV e VII da decisão objurgada afastando-se as multas aplicadas (item V);
Na sequência, por não restarem medidas a serem adotadas no âmbito deste Tribunal, sugere o encerramento do processo.
Destarte, acolho a sugestão e determino o encerramento do processo, em conformidade com o § 1º do art. 398 do Regimento Interno.
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Publique-se.
Gabinete, 14 de junho de 2023.
DANIELLE DE MELLO E SILVA
Assessora / Matrícula nº 52.478-6

## Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

**PROCESSO N °:-254769/23**
**ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO OLINTO**
**INTERESSADO:-CRISTIANO SCHREINER, ELIAS BURDINSKI, ELSA CRISTINA LIETZ CASAGRANDE, FLAVIO LUIZ LINHARES, LUCIANO BRAMBILA, PETERSON PAULO KOSLINSKI**
**ASSUNTO:-PEDIDO DE RESCISÃO**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-RAFAEL GUSTAVO CAVICHIOLO**
**DESPACHO:-471/23**
Tratam os presentes autos de Pedido de Rescisão, com pedido liminar, protocolado pelo Sr. CRISTIANO SCHREINER, Sr. ELIAS BURDINSKI, Sra. ELSA CRISTINA LIETZ CASAGRANDE, Sr. FLAVIO LUIZ LINHARES, Sr. LUCIANO BRAMBILA e ESPÓLIO DE PETERSON PAULO KOSKINSKI, por intermédio de seu advogado, Dr. RAFAEL GUSTAVO CAVICHIOLO, OAB/PR sob nº 34.517.
Após a emissão, por este Relator, do Despacho nº 142/23 (peça 38), que negou a liminar requerida e admissibilidade do Pedido de Rescisão, a parte interpôs os Embargos de Declaração à peça 41.
Em breve síntese, alega a parte que a decisão deste Relator foi omissa quando, em seu entender, não abordou sobre a suscitada prescrição intercorrente, conforme trecho a seguir reproduzido.
Em razão da petição inicial do pedido de rescisão, apresentou-se de maneira bastante objetiva o fundamento pelo qual o Tribunal de Contas da União vem pautando o tema da prescrição intercorrente.
Feito o relato, passo a decidir, nos termos do art. 490, §4º do Regimento Interno.
Da leitura da petição de embargos e da decisão embargada, observo que, ao contrário do indicado pela parte, não há qualquer obscuridade.
A suscitada prescrição intercorrente, foi expressamente enfrentada no Despacho nº 142/23 (peça 38), conforme trechos abaixo transcritos:
No que concerne à alegação da longa tramitação dos autos e a suposta falta de atendimento dos prazos regimentais, primeiramente é importante ressaltar que a corregedoria do Tribunal de Contas trabalha incansavelmente no afastamento da possibilidade de descumprimento dos prazos processuais.
Todavia, é importante ressalvar que os prazos estabelecidos, por vezes, considerados as peculiaridades envoltas, como por exemplo o número de partes, peças juntadas, complexidade do tema, poderão ser ultrapassados. Portanto, apesar da tramitação delongada, ainda não há posicionamento consolidado sobre a prescrição intercorrente no âmbito deste Tribunal, razão pela qual a tese pode ser rechaçada de plano.
É importante destacar que a tese prescricional trazida durante a tramitação processual foi amplamente enfrentada e fundamentadamente refutada.
Por esses mesmos motivos, a tese de que as decisões pretéritas deste TCE/PR teriam desatendido o teor da Lei nº 13.460/17, também não são aptas a legitimar o recebimento do presente pedido, posto que a atuação deste Tribunal de Contas, ocorreu seguindo as prescrições legais. O inconformismo quanto ao prazo de tramitação processual ou qualquer parágrafo das mencionadas decisões, poderiam ter sido aventadas em procedimento específico junto à Ouvidoria, porém não permitem a desconstituição da decisão colegiada proferida.
É notório, portanto, que a questão fora enfrentada no Despacho embargado, não subsistindo qualquer omissão que legitime a alteração daquela decisão.
Em casos semelhantes, o Tribunal de Contas decidiu pelo não provimento dos Embargos de Declaração sem a efetiva existência de omissão ou contradição. Nesse sentido, cito o Acórdão nº 3239/22-STP, de relatoria do Excelentíssimo Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares:
"De modo diverso, os Embargos não constituem meio processual adequado para que o órgão julgador renove ou reforce a fundamentação já exposta na decisão atacada, ou para, por via transversa, buscar a rediscussão do mérito da decisão."
A existência de omissão ou contradição é pressuposto basilar, previsto no art. 490 do Regimento interno, para que os Embargos possam elucidar a decisão questionada. Não é o caso.
Diante do exposto, os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO não devem ser providos, mantendo-se inalterado o conteúdo do Despacho nº 142/23.
Por esse motivo, DETERMINO:
(i) A remessa do processo ao Ministério Púbico de Contas para ciência deste despacho;
(ii) Comunicação desta decisão em sessão plenária do colegiado competente;
(iii) Com a certificação dos prazos, encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para fins de encerramento e arquivamento.
Gabinete, em 13 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

**PROCESSO N °:-360801/23**
**ORIGEM:-MUNICÍPIO DE UNIFLOR**
**INTERESSADO:-ALEXANDRE APARECIDO RISSO**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-485/23**
DESPACHO
Tratam os autos de Representação apresentada por ALEXANDRE APARECIDO RISSO, Presidente da Câmara Municipal de Uniflor, por meio da qual relata possível desrespeito à regra constitucional de obrigatoriedade de concurso público para provimento de cargos de natureza permanente, tendo em vista a aprovação do Projeto n.º 11/2023, que "dispõe sobre o regime de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público do Município de Uniflor e estabelece normas para regulamentar o processo seletivo simplificado PSS e dá outras providências".
Destaca o Representante que mesmo diante dos pareceres contrários da Advogada do Município, da Controladoria Interna e da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, houve a aprovação do referido projeto de lei.
De acordo com o Parecer Jurídico inicial apresentado pela municipalidade[1], o Processo Seletivo Simplificado deveria ser utilizado apenas para contratações emergentes e por prazo determinado, não sendo meio viável para contratar servidores cujas vagas sejam de provimento efetivo. Ressaltou, entretanto, que segundo consta na justificativa o município já está promovendo a contratação de instituição especializada para realização de concurso público e, consequentemente, prover os cargos vagos e outros necessários à administração, opinando, ao final, pela legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei n°. 11/2023.
Não obstante, em Parecer Jurídico posterior[2], enfatizou a procuradora municipal que o projeto de Lei que tramita pela Câmara Municipal deveria prever casos que efetivamente justificassem a contratação, não somente mencionar genericamente a necessidade da contratação, quando na realidade houve tempo suficiente para a organização e realização de concurso público, entendendo "que não restou comprovada a excepcionalidade do interesse público - que pode dizer respeito à contratação ou ao objeto de interesse - pois a necessidade deve ser temporária para justificar a contratação nos termos do art. 39, IX, da CF, no entanto, o que ficou caracterizado foi ausência de planejamento e gestão eficiente".
Já o Parecer Técnico emitido pela Controladoria Interna[3] destacou que a regra constitucional é que o ingresso no serviço público por concurso, sendo as demais contratações pela via excepcional, o que não se justifica no caso em tela, pois, desde o ano de 2021, foi demonstrada a vacância de cargos e até a presente data não foi organizado o concurso público. Enfatizou, ao final, que "entende que houve ausência de planejamento da Administração, onde os cargos solicitados são de natureza permanente e que há uma descontinuidade dos serviços públicos devido a forma de contratação", opinando pela imediata organização e realização de Concurso Público, com pedido de providências[4].
Por derradeiro, a assessoria jurídica do legislativo municipal, por intermédio de Pareceres Jurídicos[5], ressaltou, uma vez mais, a regra constitucional acerca da temática, assim como o entendimento deste Tribunal de Contas a respeito da necessidade de concurso público para provimento cargos de natureza permanente e necessidade rotineira, concluindo que o "projeto de lei não atende aos requisitos mínimo legais, em confronto com a Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal".
Assim, com base nos posicionamentos técnicos/jurídicos apresentados, dado o suposto desrespeito à regra constitucional do concurso público, os fatos foram encaminhados a este Tribunal de Contas a fim de que sejam tomadas as medidas pertinentes para o caso.
É a breve síntese fática.
Dá análise dos documentos trazidos ao feito, verifica-se que os fatos gozam de verossimilhança, pois apontam a possível utilização indevida de regra excepcional de provimento de cargos, sem as devidas justificativas para tal, incidindo, por via de consequência, em possível burla à regra do concurso público, uma vez que a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso de provas ou provas e títulos, nos termos do art. 37, inciso II[6] da Constituição Federal.
Assim, entendo que as informações constantes nos autos são suficientes ao juízo de admissibilidade, motivo pelo qual RECEBO a presente Representação, nos termos da alínea "a", incido II, art. 35[7], da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005.
Com vistas ao prosseguimento do feito, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para que:
a) providencie a devida CITAÇÃO do MUNICÍPIO DE UNIFLOR, na figura de seu representante legal, o Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ BASSI NETO, para que, em 15 (quinze) dias úteis, exerça seu direito ao contraditório, manifestando-se em relação ao narrado nos autos, notadamente a respeito da legalidade/constitucionalidade das contratações dadas pelo Projeto de Lei n°. 11/2023, não obstante as manifestações técnicas e jurídicas em sentido contrário.
b) Promova a INTIMAÇÃO da CÂMARA MUNICIPAL DE UNIFLOR, para que, em 15 (quinze) dias úteis, preste informações a respeito dos fatos em epígrafe, especialmente no que tange à legalidade/constitucionalidade do referido projeto de lei, tendo em vista os pareceres jurídicos contrários à aprovação, à obediência do rito legislativo para sua aprovação (pareceres das comissões permanentes), assim como acerca do suposto desrespeito ao Regimento Interno do legislativo municipal citado na exordial.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
***1**. Peça n.º 02, fls. 29 a 31, emitido pelo Advogado Alisson de Oliveira (OAB/PR 59.617).*
***2**. Peça n.º 02, fls. 61 a 64, emitido pela Advogada Adriana Aparecida Martinez (OAB/PR 23.809).*
***3**. Peça n.º 02, fls. 32 e 33.*
***4**. Peça n.º 02, fls. 65 e 66.*
***5**. Peça n.º 02, fls. 34 a 43 e 67 a 71.*
***6**. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]*
*II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;*

*7. Art. 35. A denúncia e a representação tramitarão em regime de urgência, devendo:*
*I – em cinco dias ser protocolada, autuada, verificada eventual prevenção e distribuída ao conselheiro Relator;*

**PROCESSO N º:-218282/23**
**ORIGEM:-MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**
**INTERESSADO:-ALDO EDSON PORTES DE FRANCA, AROLDO RIBAS DE BONFIM, KARIME FAYAD, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-488/23**

Tratam os presentes autos de Representação formulada pelo Sr. Aroldo Ribas de Bonfim, Vereador da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, com pedido cautelar, em razão de supostas irregularidades que estariam ocorrendo no Município de Rio Branco do Sul.

O representante indicou supostas irregularidades relacionadas aos cargos em comissão, que vão desde o uso de nepotismo cruzado, até recebimento ilegal de verbas e diárias. Além disso indicou o uso irregular de diárias pela Prefeita.

Inicialmente recebi a representação, e neguei a cautelar pretendida, conforme consta do Despacho nº 119/23.

A Prefeita Municipal, compareceu aos autos e apresentou contraditório nas peças nº 32 e seguintes. O prazo concedido para o Controlador Sr. Aldo Edson Portes de Franca, transcorreu in albis, conforme certidão emitida pela Diretoria de Protocolo, na peça nº 36.

Os autos retornaram a este Gabinete para deliberações.

Em análise à defesa e a documentação acostada pela municipalidade e sua gestora, entendo que a decisão de recebimento da representação merece ser revista. Para isso, faz-se necessário distinguir as questões levantadas acerca dos cargos em comissão em tópicos:

1) NEPOTISMO.

Alega o representante que a gestora tem utilizado a nomeação de parentes de vereadores para exercer cargos em comissão junto ao executivo, caracterizando-se como atos de nepotismo cruzado. Neste sentido indica algumas nomeações:

a) Elis Daiane Nascimento Nalifico – esposa do vereador Cleverson Dica Nalifico
b) Paula Karolina Knol – esposa do vereador Danilo Felipe Rausis Pedroso;
c) Ramon Elias Cruz - - irmão do vereador Miguel Elias Cruz;
d) Evandro Fontoura Machado – irmão do vereador Eleandro Fontoura Machado.
e) Ana Paula Puka – esposa do Diretor Financeiro da Câmara Marcelo Lazarine.
f) Paulo Henrique de Ataíde – cunhado do vereador Edison Luiz Bittencourt Vaz Júnior.

Consultando o site da prefeitura, no portal da transparência, foi possível verificar que os cargos ocupados pelos servidores mencionados são cargos de chefia e assessoramento.[1]

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 13, in verbis:

" A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal "

Na lógica adotada pela Supremo, o nepotismo cruzado, alegado pelo representante, ocorreria se houvesse designações recíprocas.

Este Tribunal de Contas, na revisão do Prejulgado nº 09, nos itens 8 a 10, posicionou-se no seguinte sentido:

8) NA HIPÓTESE DE NEPOTISMO CRUZADO, ALÉM DAS CONDICIONANTES DE ORDEM OBJETIVA, É NECESSÁRIA A CARACTERIZAÇÃO DA RECIPROCIDADE; 9) PARA OS FINS DE AVALIAÇÃO DO NEPOTISMO CRUZADO E RECIPROCIDADE, INDEPENDEM DE EQUIVALÊNCIA DE NOMENCLATURAS, FUNÇÕES E PADRÕES REMUNERATÓRIOS DOS CARGOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS CONSIDERADAS; 10) O NEPOTISMO CRUZADO PODERÁ SER CARACTERIZADO DENTRO DO MESMO PODER OU ÓRGÃO, OU AINDA, ENTRE PODERES E ÓRGÃOS DISTINTOS, UMA VEZ DEMONSTRADA A RECÍPROCA NOMEAÇÃO, COM IDENTIDADE DE SITUAÇÕES GERADORAS DE INCOMPATIBILIDADE;

Em que pese restar configurada o requisito de ordem objetiva (parentes em linha reta e colateral e por afinidade), o representante não demonstrou a existência de nomeação recíproca, com identidade de situações geradoras de incompatibilidade.

Neste sentido, a representante do Município apresentou decisão deste Tribunal, nos Autos nº 13.9555/21, Acórdão nº 3226/22-STP, da lavra do ilustre Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, que conclui, em caso análogo:

"Assim, em que pese a condição objetiva ter sido confirmada nos presentes autos, qual seja, o parentesco entre a Procuradora-Geral e a Presidente da Câmara Municipal, carecem os autos de indícios de que tenha ocorrido a subjugada "reciprocidade" ou mesmo a troca de favores para que a nomeação debatida se efetivasse."

Desta feita, não vislumbro a configuração de indícios de nepotismo que admita o recebimento da representação.

2) RECEBIMENTO DE GRATIFICAÇÃO CUMULADO COM GRATIFICAÇÃO.

O representante alega que o Sr. Rafael Barboza Bitencourt, é pouco assíduo e recebe salário de mais de R$ 4.000,00 referente ao cargo em comissão e mais gratificação.

No documento anexado na peça nº 17 pelo representante é possível verificar que o servidor mencionado recebe duas verbas uma denominada Comissão e outra Gratificação. Esta especificação consta em todos os contracheques anexados.

Da leitura da Lei nº 1.227/21, artigo 10[2], é possível verificar que a remuneração dos cargos em comissão é composta de duas verbas, uma denominada vencimento e outra gratificação.

De fato, o Prejulgado nº 25 deste Tribunal veda o acúmulo de cargos em comissão com gratificações por tempo integral e dedicação exclusiva. Da mesma forma o acúmulo com gratificações especiais foi considerado ilegal, conforme decisão proferida no Acórdão nº 512/23- STP em incidente de inconstitucionalidade. Esta vedação se dá em razão da atribuição de gratificações pelo exercício de atividades que já são inerentes ao cargo em comissão.

Da fundamentação do Acórdão nº 512/23-STP, é possível verificar a diferenciação entre os acréscimos de funções gratificadas ao cargo em comissão, das gratificações que compõem a remuneração do cargo, neste sentido cito parte do Parecer Ministerial, que compôs o voto:

"Ainda, como demonstrado pela 5ª Inspetoria de Controle Externo naquele documento, o que reforça a inconstitucionalidade do benefício ora analisado, a tabela remuneratória dos cargos em comissão de símbolos "DAS" e "C", vinculados ao Poder Executivo Estadual, já prevê como uma das parcelas remuneratórias justamente os "encargos especiais" do cargo.

Ou seja, tais servidores já recebem ordinariamente pelo desempenho de "encargos especiais" (o que é natural, dada as atribuições de direção, chefia e assessoramento a eles inerentes) e, além disso, parcela significativa dos servidores recebe, novamente a título de "encargos especiais", a gratificação regulamentada pelo art. 1º, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3828/2008. A duplicidade, portanto, é evidente e flagrantemente inconstitucional." (Grifo Nosso)

A princípio, nos termos apresentados pelo representante, não há indícios de irregularidade que conduzam ao recebimento do feito por essa alegação.

3) RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTO.

O representante afirma que servidores recebem adiantamentos mensalmente, cita um caso específico e anexa uma relação de servidores que teriam se beneficiados desse sistema (peça nº 04)

Da análise do documento acostado verifico que os valores a esse título são de no máximo R$ 3.000,00 (três mil reais).

A Administração utiliza esta forma de empenho para as despesas de pequena monta e pronto pagamento. No caso em tela verifico que este procedimento está regulamentado pela Lei Municipal nº 1.230/2021.

Nota-se que o representante questiona a prestação de contas dos adiantamentos e alega que até o momento não recebeu resposta da Municipalidade.

Em sua defesa a representante legal do Município afirma que o pedido não foi respondido ante a sua formulação genérica. Porém informa que está providenciando melhorias no portal da transparência para que a prestação de contas esteja disponível para consulta.

Há que se considerar que o prazo para prestação de contas acerca dos adiantamentos concedidos no exercício em curso, ainda não foram finalizados, nos termos do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.230/21, in verbis:

Art. 8º Não se fará novo adiantamento pelo prazo de 90 dias do exercício financeiro seguinte:

I - a quem do anterior não haja prestado contas no prazo legal;

II - a quem deixar de atender no prazo máximo de 30 (trinta) dias, notificação para regularizar prestação de contas.

Assim, de imediato não se vislumbra irregularidades nos adiantamentos que justifiquem o recebimento da presente.

Contudo, recomendo ao Município que disponibilize os processos ao representante e disponibilize no portal da transparência as despesas.

4) RECEBIMENTO DE DIÁRIAS POR SERVIDORES E PELA PREFEITA.

As alegações feitas pelo requerente são genéricas e desprovidas de qualquer indício de provas de irregularidade.

Oportuno dizer que em manifestação, a municipalidade e sua representante legal apresentaram documentos referentes à agenda da Prefeita que esclarecem sua presença em Brasília nas datas mencionadas.

Apresentam também a tabela de diárias constantes do Anexo I da Lei Municipal nº 1.341/2022.

Dessa forma, não verifico indícios de irregularidade nos pagamentos efetuados, na forma pretendida pelo representante.

Pelo exposto, após a manifestação da municipalidade e de sua representante legal, revejo a decisão consubstanciada no Despacho nº 119/23, e DEIXO DE RECEBER a presente representação, nos termos do artigo 34, da Lei Complementar Estadual 113/05.

Recomendo ao Município que disponibilize os processos ao representante e disponibilize no portal da transparência as despesas referentes aos adiantamentos concedidos.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para ciência.

Após, à Coordenadoria-Geral de Fiscalização, para ciência, nos termos do §2° do artigo 276 do RI.

Transcorrido o prazo recursal, encerre-se o processo, nos termos do art. 398, §2º, do RITCE/PR, com remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), para arquivamento, conforme 168, VII, do RITCE/PR.

Publique-se.

Gabinete, em 13 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____

***1***. *https://riobrancodosul.atende.net/transparencia/item/cargos-em-comissao, acesso em 12/06/2023*

***2***. *Art. 10. Os cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração da Prefeita Municipal, necessários à estruturação funcional dos órgãos da administração direta, com carga horária mínima de 40 horas semanais, estão previstos no Anexo Único, parte integrante desta lei. § 1º Os valores constantes do Anexo Único, expressos em Reais, referem-se a vencimentos mensais.*

**PROCESSO N º:-275560/20**
**ORIGEM:-CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL**
**INTERESSADO:-CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL, LUIZ FERNANDO PRATES DE OLIVEIRA**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-498/23**

Compulsando os autos, constato que em análise ao contraditório da 4ª ICE na Instrução 36/20 (peça 46), mais precisamente no quadro explicativo - Síntese das Responsabilidades - contido nas págs. 8 a 13, subsidiando a Instrução 345/21 – CGE (peça 47) de mesmo teor, elenca recomendações e determinações, dentre elas a apresentação de documentos visando sanar a irregularidade do achado.

Importante observar que o processo em tela integrava um grupo de outros 45 processos de prestação de contas pertencentes à Holding Copel e subsidiárias, que em cumprimento ao Despacho 33/23-GCAZ, nos autos 275773/20, foram desapensados para melhor eficiência da fase instrutória, tendo em vista que se encontravam em fases procedimentais distintas.

Impende salientar que os órgãos técnicos e o Ministério Público de Contas já se manifestaram pela irregularidade com ressalvas das contas, com determinações e recomendações, contudo, note-se que o quadro Síntese das Responsabilizações faz menção a irregularidades relativas à implantação de controles internos administrativos e avaliativos específicos para empresa, que podem ser sanadas com a apresentação de documentos e/ou esclarecimentos de determinada ação ou omissão da jurisdicionada.
Destarte, entendo que existindo questionamentos, dúvidas, carência de complementação documental e solicitação de outros esclarecimentos, toda matéria controversa deve ser exaurida na fase que antecede ao julgamento do processo, cuidando-se dos prazos prescricionais, de forma a gerar determinações e/ou recomendações para cumprimento na fase de execução do acórdão somente aqueles pontos controversos dos quais os titulares da prestação das contas foram intimados, mas o prazo transcorreu in albis ou se manifestaram de forma insatisfatória.
O entendimento ora exposto vem ao encontro do princípio da adequação e do princípio da efetividade no processo, que versam sobre matéria de cunho processual civil, legislação aplicada subsidiariamente à Lei Orgânica e ao Regimento Interno dessa Corte de Contas, onde o primeiro é conceituado como a flexibilização do processo para adequação às necessidades do caso em concreto e o segundo definido como a capacidade de produzir efeitos e que as decisões sejam efetivas às partes.
Nesse sentido, cumpre salientar que o Regimento Interno do TCE-PR materializou tais princípios no seu art. 354, de forma a instrumentalizar o Relator para consecução da finalidade alvejada, ao prescrever que:
Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013)
Na esteira desse entendimento, flexibilizando os procedimentos na fase instrutória, estar-se-á ampliando a ampla defesa e oportunizando ao jurisdicionado a resolução das irregularidades apontadas pelos órgãos técnicos, resultando em uma decisão mais efetiva, com menos determinações a serem cumpridas na fase de execução, após prolação do acórdão.
Em que pese a manifestação do nobre representante do Parquet no Parecer n. 223/21 (peça 48), observo que a apresentação dos documentos solicitados pelos órgãos técnicos poderá contribuir para melhor análise, possibilitando, nesse ínterim, modificar as recomendações e o Parecer do Ministério Público de Contas.
Pelo exposto, conforme permissivo legal insculpido no Art. 354 do Regimento Interno do TCE-PR, proceda-se à intimação do representante legal da subsidiária CONSÓRCIO ENERGÉTICO CRUZEIRO DO SUL e dos responsáveis pela prestação de contas do exercício de 2019, ou seus procuradores devidamente constituídos nos autos, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentem justificativas, documentos e outras respostas visando sanar as irregularidades apontadas na Instrução 36/20– 4ª ICE, acompanhada pela Instrução 345/21-CGE.
Após, remetam-se os autos para 4ª Inspetoria de Controle Externo para análise.
Gabinete, em 14 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

**PROCESSO N º:-387962/20**
**ORIGEM:-UEG ARAUCARIA S.A.**
**INTERESSADO:-CINTIA DE CARVALHO TOLEDO, ELOIR JOAKINSON JUNIOR, JOPSON CUSTODIO, MARCO AURELIO MAESTRELLI DA SILVA**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-510/23**
Compulsando os autos, constato que em análise ao contraditório da 4ª ICE na Instrução 35/20 (peça n° 36), mais precisamente no quadro explicativo - Síntese das Responsabilidades - contido nas págs. 36 a 41, subsidiando a Instrução 282/21 – CGE (peça n° 37) de mesmo teor, elenca recomendações e determinações, dentre elas a apresentação de documentos visando sanar a irregularidade do achado.
Importante observar que o processo em tela integrava um grupo de outros 45 processos de prestação de contas pertencentes à Holding Copel e subsidiárias, que em cumprimento ao Despacho 33/23-GCAZ, nos autos 275773/20, foram desapensados para melhor eficiência da fase instrutória, tendo em vista que se encontravam em fases procedimentais distintas.
Impende salientar que os órgãos técnicos e o Ministério Público de Contas já se manifestaram pela irregularidade com ressalvas das contas, com determinações e recomendações, contudo, note-se que o quadro Síntese das Responsabilizações faz menção a irregularidades relativas à implantação de controles internos administrativos e avaliativos específicos para empresa, que podem ser sanadas com a apresentação de documentos e/ou esclarecimentos de determinada ação ou omissão da jurisdicionada.
Destarte, entendo que existindo questionamentos, dúvidas, carência de complementação documental e solicitação de outros esclarecimentos, toda matéria controversa deve ser exaurida na fase que antecede ao julgamento do processo, cuidando-se dos prazos prescricionais, de forma a gerar determinações e/ou recomendações para cumprimento na fase de execução do acórdão somente aqueles pontos controversos dos quais os titulares da prestação das contas foram intimados, mas o prazo transcorreu in albis ou se manifestaram de forma insatisfatória.
O entendimento ora exposto vem ao encontro do princípio da adequação e do princípio da efetividade no processo, que versam sobre matéria de cunho processual civil, legislação aplicada subsidiariamente à Lei Orgânica e ao Regimento Interno dessa Corte de Contas, onde o primeiro é conceituado como a flexibilização do processo para adequação às necessidades do caso em concreto e o segundo definido como a capacidade de produzir efeitos e que as decisões sejam efetivas às partes.
Nesse sentido, cumpre salientar que o Regimento Interno do TCE-PR materializou tais princípios no seu art. 354, de forma a instrumentalizar o Relator para consecução da finalidade alvejada, ao prescrever que:
Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013)
Na esteira desse entendimento, flexibilizando os procedimentos na fase instrutória, estar-se-á ampliando a ampla defesa e oportunizando ao jurisdicionado a resolução das irregularidades apontadas pelos órgãos técnicos, resultando em uma decisão mais efetiva, com menos determinações a serem cumpridas na fase de execução, após prolação do acórdão.
Em que pese a manifestação do nobre representante do Parquet no Parecer n. 214/21 (peça n° 38), observo que a apresentação dos documentos solicitados pelos órgãos técnicos poderá contribuir para melhor análise, possibilitando, nesse ínterim, modificar as recomendações e o Parecer do Ministério Público de Contas.
Pelo exposto, conforme permissivo legal insculpido no Art. 354 do Regimento Interno do TCE-PR, proceda-se à intimação do representante legal da subsidiária UEG ARAUCARIA S.A. e dos responsáveis pela prestação de contas do exercício de 2019, ou seus procuradores devidamente constituídos nos autos, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentem justificativas, documentos e outras respostas visando sanar as irregularidades apontadas na Instrução 35/20– 4ª ICE, acompanhada pela Instrução 282/21-CGE.
Após, remetam-se os autos para 4ª Inspetoria de Controle Externo para análise.
Em tempo, considerando o erro formal havido no Despacho 468/23 (peça 46) torno-o sem efeito e determino seu desentranhamento[1].
Encaminhe-se à Diretoria para que proceda as intimações e o desentranhamento.
Publique-se.
Gabinete, em 14 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
***1**. Art. 368. O desentranhamento é a retirada de documentos que instruem o processo, por determinação do Relator, mediante a lavratura do respectivo termo.*
*Parágrafo Único. O desentranhamento será feito na Diretoria de Protocolo, mediante a lavratura do respectivo termo, sem alteração da numeração das peças processuais, sem violação à base de dados, tornando indisponíveis para visualização as peças desentranhadas.*

**PROCESSO N º:-277300/20**
**ORIGEM:-USINA DE ENERGIA EOLICA JANGADA S/A**
**INTERESSADO:-CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES, ILMAR DA SILVA MOREIRA, MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ, MOACIR CARLOS BERTOL, THADEU CARNEIRO DA SILVA, USINA DE ENERGIA EOLICA JANGADA S/A**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MARTINI SIBUT, HELIO EDUARDO RICHTER, LUIS ADOLFO KUTAX, LUIS FERNANDO SANT ANNA PINTO, MICHELE SUCKOW LOSS, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, RONALDO BOSCO SOARES, RONALDO JOSÉ E SILVA, WALTER GUANDALINI JUNIOR**
**DESPACHO:-511/23**
Compulsando os autos, constato que em análise ao contraditório da 4ª ICE na Instrução 38/20 (peça n° 46), mais precisamente no quadro explicativo - Síntese das Responsabilidades - contido nas págs. 43 a 47, subsidiando a Instrução 312/21 – CGE (peça n° 47) de mesmo teor, elenca recomendações e determinações, dentre elas a apresentação de documentos visando sanar a irregularidade do achado.
Importante observar que o processo em tela integrava um grupo de outros 45 processos de prestação de contas pertencentes à Holding Copel e subsidiárias, que em cumprimento ao Despacho 33/23 - GCAZ, nos autos 275773/20, foram desapensados para melhor eficiência da fase instrutória, tendo em vista que se encontravam em fases procedimentais distintas.
Impende salientar que os órgãos técnicos e o Ministério Público de Contas já se manifestaram pela irregularidade com ressalvas das contas, com determinações e recomendações, contudo, note-se que o quadro Síntese das Responsabilizações faz menção a irregularidades relativas à implantação de controles internos administrativos e avaliativos específicos para empresa, que podem ser sanadas com a apresentação de documentos e/ou esclarecimentos de determinada ação ou omissão da jurisdicionada.
Destarte, entendo que existindo questionamentos, dúvidas, carência de complementação documental e solicitação de outros esclarecimentos, toda matéria controversa deve ser exaurida na fase que antecede ao julgamento do processo, cuidando-se dos prazos prescricionais, de forma a gerar determinações e/ou recomendações para cumprimento na fase de execução do acórdão somente aqueles pontos controversos dos quais os titulares da prestação das contas foram intimados, mas o prazo transcorreu in albis ou se manifestaram de forma insatisfatória.
O entendimento ora exposto vem ao encontro do princípio da adequação e do princípio da efetividade no processo, que versam sobre matéria de cunho processual civil, legislação aplicada subsidiariamente à Lei Orgânica e ao Regimento Interno dessa Corte de Contas, onde o primeiro é conceituado como a flexibilização do processo para adequação às necessidades do caso em concreto e o segundo definido como a capacidade de produzir efeitos e que as decisões sejam efetivas às partes.
Nesse sentido, cumpre salientar que o Regimento Interno do TCE-PR materializou tais princípios no seu art. 354, de forma a instrumentalizar o Relator para consecução da finalidade alvejada, ao prescrever que:
Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013)
Na esteira desse entendimento, flexibilizando os procedimentos na fase instrutória, estar-se-á ampliando a ampla defesa e oportunizando ao jurisdicionado a resolução das irregularidades apontadas pelos órgãos técnicos, resultando em uma decisão mais efetiva, com menos determinações a serem cumpridas na fase de execução, após prolação do acórdão.
Em que pese a manifestação do nobre representante do Parquet no Parecer n. 178/21 (peça n° 48), observo que a apresentação dos documentos solicitados pelos órgãos técnicos poderá contribuir para melhor análise, possibilitando, nesse ínterim, modificar as recomendações e o Parecer do Ministério Público de Contas.
Pelo exposto, conforme permissivo legal insculpido no Art. 354 do Regimento Interno do TCE-PR, proceda-se à intimação do representante legal da subsidiária USINA DE ENERGIA EOLICA JANGADA S/A. e dos responsáveis pela prestação de contas do

exercício de 2019, ou seus procuradores devidamente constituídos nos autos, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentem justificativas, documentos e outras respostas visando sanar as irregularidades apontadas na Instrução 38/20– 4ª ICE, acompanhada pela Instrução 312/21-CGE.
Após, remetam-se os autos para 4ª Inspetoria de Controle Externo para análise.
Em tempo, considerando o erro formal havido no Despacho 478/23 (peça 55) torno-o sem efeito e determino seu desentranhamento[1].
Encaminhe-se à Diretoria para que proceda as intimações e o desentranhamento.
Publique-se.
Gabinete, em 14 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
*1. Art. 368. O desentranhamento é a retirada de documentos que instruem o processo, por determinação do Relator, mediante a lavratura do respectivo termo.*
*Parágrafo Único. O desentranhamento será feito na Diretoria de Protocolo, mediante a lavratura do respectivo termo, sem alteração da numeração das peças processuais, sem violação à base de dados, tornando indisponíveis para visualização as peças desentranhadas.*

**PROCESSO N º:-277261/20**
**ORIGEM:-USINA DE ENERGIA EOLICA GUAJIRU S/A.**
**INTERESSADO:-CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES, ILMAR DA SILVA MOREIRA, MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ, MOACIR CARLOS BERTOL, THADEU CARNEIRO DA SILVA, USINA DE ENERGIA EOLICA GUAJIRU S/A.**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO, EVERTON LUIZ SZYCHTA, FABIOLA MARTINI SIBUT, HELIO EDUARDO RICHTER, LUIS ADOLFO KUTAX, LUIS FERNANDO SANT ANNA PINTO, MICHELE SUCKOW LOSS, PATRICIA DITTRICH FERREIRA DINIZ, REJANE MARA SAMPAIO D´ALMEIDA, RENATA CAROLINE TALEVI DA COSTA, RONALDO BOSCO SOARES, RONALDO JOSÉ E SILVA, WALTER GUANDALINI JUNIOR**
**DESPACHO:-512/23**
Compulsando os autos, constato que em análise ao contraditório da 4ª ICE na Instrução 39/20 (peça n° 45), mais precisamente no quadro explicativo - Síntese das Responsabilidades - contido nas págs. 32 a 36, subsidiando a Instrução 364/21 – CGE (peça n° 46) de mesmo teor, elenca recomendações e determinações, dentre elas a apresentação de documentos visando sanar a irregularidade do achado.
Importante observar que o processo em tela integrava um grupo de outros 45 processos de prestação de contas pertencentes à Holding Copel e subsidiárias, que em cumprimento ao Despacho 33/23 - GCAZ, nos autos 275773/20, foram desapensados para melhor eficiência da fase instrutória, tendo em vista que se encontravam em fases procedimentais distintas.
Impende salientar que os órgãos técnicos e o Ministério Público de Contas já se manifestaram pela irregularidade com ressalvas das contas, com determinações e recomendações, contudo, note-se que o quadro Síntese das Responsabilizações faz menção a irregularidades relativas à implantação de controles internos administrativos e avaliativos específicos para empresa, que podem ser sanadas com a apresentação de documentos e/ou esclarecimentos de determinada ação ou omissão da jurisdicionada.
Destarte, entendo que existindo questionamentos, dúvidas, carência de complementação documental e solicitação de outros esclarecimentos, toda matéria controversa deve ser exaurida na fase que antecede ao julgamento do processo, cuidando-se dos prazos prescricionais, de forma a gerar determinações e/ou recomendações para cumprimento na fase de execução do acórdão somente aqueles pontos controversos dos quais os titulares da prestação das contas foram intimados, mas o prazo transcorreu in albis ou se manifestaram de forma insatisfatória.
O entendimento ora exposto vem ao encontro do princípio da adequação e do princípio da efetividade no processo, que versam sobre matéria de cunho processual civil, legislação aplicada subsidiariamente à Lei Orgânica e ao Regimento Interno dessa Corte de Contas, onde o primeiro é conceituado como a flexibilização do processo para adequação às necessidades do caso em concreto e o segundo definido como a capacidade de produzir efeitos e que as decisões sejam efetivas às partes.
Nesse sentido, cumpre salientar que o Regimento Interno do TCE-PR materializou tais princípios no seu art. 354, de forma a instrumentalizar o Relator para consecução da finalidade alvejada, ao prescrever que:
Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013)
Na esteira desse entendimento, flexibilizando os procedimentos na fase instrutória, estar-se-á ampliando a ampla defesa e oportunizando ao jurisdicionado a resolução das irregularidades apontadas pelos órgãos técnicos, resultando em uma decisão mais efetiva, com menos determinações a serem cumpridas na fase de execução, após prolação do acórdão.
Em que pese a manifestação do nobre representante do Parquet no Parecer n. 355/21 (peça n° 47), observo que a apresentação dos documentos solicitados pelos órgãos técnicos poderá contribuir para melhor análise, possibilitando, nesse ínterim, modificar as recomendações e o Parecer do Ministério Público de Contas.
Pelo exposto, conforme permissivo legal insculpido no Art. 354 do Regimento Interno do TCE-PR, proceda-se à intimação do representante legal da subsidiária USINA DE ENERGIA EOLICA GUAJIRU S/A. e dos responsáveis pela prestação de contas do exercício de 2019, ou seus procuradores devidamente constituídos nos autos, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias apresentem justificativas, documentos e outras respostas visando sanar as irregularidades apontadas na Instrução 39/20 – 4ª ICE, acompanhada pela Instrução 364/21 – CGE.
Após, remetam-se os autos para 4ª Inspetoria de Controle Externo para análise.
Em tempo, considerando o erro formal havido no Despacho 463/23 (peça 57) torno-o sem efeito e determino seu desentranhamento[1].
Encaminhe-se à Diretoria para que proceda as intimações e o desentranhamento.
Publique-se.
Gabinete, em 13 de junho de 2023.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
*1. Art. 368. O desentranhamento é a retirada de documentos que instruem o processo, por determinação do Relator, mediante a lavratura do respectivo termo.*
*Parágrafo Único. O desentranhamento será feito na Diretoria de Protocolo, mediante a lavratura do respectivo termo, sem alteração da numeração das peças processuais, sem violação à base de dados, tornando indisponíveis para visualização as peças desentranhadas.*

**PROCESSO N º:-253871/23**
**ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-4ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, ELISANDRO PIRES FRIGO, RONI MIRANDA VIEIRA, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
**ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993**
**ADVOGADO/ PROCURADOR:-**
**DESPACHO:-544/23**
Vistos e examinados.
Cuida-se de representação com pedido de medida cautelar apresentada com fulcro no art. 113, §1º, da Lei 8.666/93, formulado pela 4ª Inspetoria de Controle Externo, em face da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP e da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEED), em razão de irregularidades encontradas no processo licitatório Pregão Eletrônico nº 52/2003, para Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de Projetores multimídia, Suporte de Teto para projetores multimídia e Lousa de película interativa Digital.
De acordo com o Relatório de Fiscalização (peça 03) foram identificadas:
I) Falha na formação do preço referencial do item 1, do lote 2 (lousa digital) com risco de sobrepreço;
II) Falha na formação de preço referencial do lote 1 (projetor e suporte) com risco de sobrepreço;
III) Ausência de estudo técnico preliminar comprovando se as soluções a serem contratadas estão alinhadas com as políticas de educação traçadas pelo estado;
IV) Ausência de justificativa para inclusão de cláusula restritiva.
O Edital foi publicado no dia 16/03/2023 com prazo de abertura das propostas para o dia 31/03/2023. Prazo este que foi adiado para o dia 10/04/2023 em função de correção necessária a ser realizada no anexo II, conforme informou o Relatório de Fiscalização (peça 03, p.6). Valor estimado de R$ 37.996.339,50 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).
Por meio do Despacho nº 201/23 (18 de maio de 2023), homologado pelo Acórdão nº 1318/23- STP, recebi a representação e concedi a medida cautelar referente aos Achados, 1, 2 e 4.
Retornaram os autos para deliberações após a apresentação de defesa pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência (peça nº 23) e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED (peça nº 29).
Observando o portal da transparência[1] verifica-se que o pregão se encontra suspenso. Cumprindo-se a determinação desta Corte.
Em resumo, a SEAP afirma que a responsabilidade pela formação de preços e das especificações técnicas são da Secretaria de Estado da Educação.
A Secretaria de Estado da Educação manifesta-se no sentido de que a aquisição dos equipamentos visa a atender as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo do Ensino Médio da Rede Paranaense. Aduz que as diferenças das cotações se devem a utilização de tecnologias diferentes. Anexou orçamentos (peça nº 30), mapa de preços (peça nº 32).
Quanto à existência de cláusula restritiva, a Secretaria de Estado da Educação apresentou justificativas e documentos da Diretoria de Tecnologia e Inovação Coordenação de Infraestrutura e Equipamentos (peça nº 31), os quais não foram identificados nos autos anteriormente a esta análise.
Considerando as justificativas e documentos apresentados, passo a analisar o pedido de revogação da cautelar que determinou a suspensão do Pregão eletrônico.
De início destaco que o processo está pendente de homologação, não constando do resumo da composição do processo os valores finais obtidos com o pregão, nem o licitante vencedor.

COMPOSIÇÃO DO PROCESSO

| Nº do Lote: | 1 | Características do Lote: | Projetor Multimídia e Suporte de Teto | Situação do Lote: | Suspenso |
|---|---|---|---|---|---|

| Item | Quantidade | Valor Unitário Máximo Inicial (R$) | Valor Unitário Finalizado (R$) | Órgãos Participantes (Quantidade) |
|---|---|---|---|---|
| 6701.55818 Suporte para Projetor Multimídia, MATERIAL: Alumínio e Aço Carbono, CARACTERÍSTICAS ADIC [...] | 2.163 | 323,33 | | SEED - Secretaria de Estado da Educação(2.163) |
| 6701.65348 Projetor Multimídia, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo [...] | 2.163 | 7.305,00 | | SEED - Secretaria de Estado da Educação(2.163) |

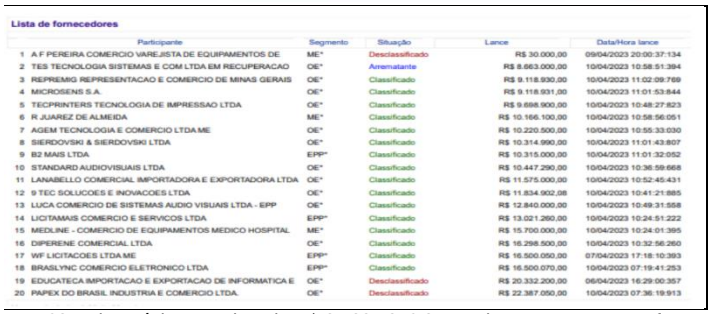
| Empresas Participantes | Classificação |
|---|---|
| Nenhum registro encontrado. | |

| Nº do Lote: | 2 | Características do Lote: | Lousa de película interativa Digital | Situação do Lote: | Suspenso |
|---|---|---|---|---|---|

| Item | Quantidade | Valor Unitário Máximo Inicial (R$) | Valor Unitário Finalizado (R$) | Órgãos Participantes (Quantidade) |
|---|---|---|---|---|
| 6701.61067 Lousa Digital, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com o Termo de R [...] | 2.163 | 9.838,75 | | SEED - Secretaria de Estado da Educação(2.163) |

| Empresas Participantes | Classificação |
|---|---|
| Nenhum registro encontrado. | |

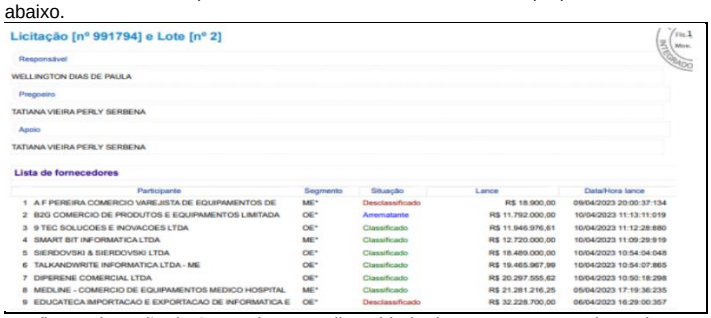
A medida cautelar foi deferida com relação aos lotes 01 e 02, por ter sido identificado pelo Relatório de Fiscalização da 4ª ICE falha da formação de preços, que poderiam gerar sobrepreço.
A Secretaria de Estado da Educação -SEED, informa na peça nº 29, que:
"Ressalte-se ainda, que várias empresas participaram do Pregão Eletrônico e ofereceram seus lances, tanto para o Lote 01, que teve deságio de 47,49%, quanto para o Lote 02, teve deságio de 44,58%."
Embora não tenha sido possível encontrar a Ata de Resultado do Pregão, nota-se nos documentos acostados na peça nº 27, fls. 484 a 507, que houve considerável deságio, tanto para o Lote 01, quanto para o Lote 02.
Lote 01 Valor Máximo Total previsto R$ 16.500.077,79 e valores propostos:



Lista de fornecedores

| | Participante | Segmento | Situação | Lance | Data/Hora lance |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | A F PEREIRA COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE | ME* | Desclassificado | R$ 30.000,00 | 09/04/2023 20:00:37:134 |
| 2 | TES TECNOLOGIA SISTEMAS E COM LTDA EM RECUPERACAO | OE* | Arrematante | R$ 8.663.000,00 | 10/04/2023 10:58:51:394 |
| 3 | REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS | OE* | Classificado | R$ 9.118.930,00 | 10/04/2023 11:02:09:769 |
| 4 | MICROSENS S.A. | OE* | Classificado | R$ 9.118.931,00 | 10/04/2023 11:01:53:844 |
| 5 | TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSAO LTDA | OE* | Classificado | R$ 9.698.900,00 | 10/04/2023 10:48:27:823 |
| 6 | R JUAREZ DE ALMEIDA | ME* | Classificado | R$ 10.166.100,00 | 10/04/2023 10:58:56:051 |
| 7 | AGEM TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA ME | OE* | Classificado | R$ 10.220.500,00 | 10/04/2023 10:55:33:030 |
| 8 | SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA | OE* | Classificado | R$ 10.314.990,00 | 10/04/2023 11:01:43:807 |
| 9 | B2 MAIS LTDA | EPP* | Classificado | R$ 10.315.000,00 | 10/04/2023 11:01:32:052 |
| 10 | STANDARD AUDIOVISUAIS LTDA | OE* | Classificado | R$ 10.447.290,00 | 10/04/2023 10:36:59:668 |
| 11 | LANABELLO COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA | OE* | Classificado | R$ 11.575.000,00 | 10/04/2023 10:52:45:431 |
| 12 | 9 TEC SOLUCOES E INOVACOES LTDA | OE* | Classificado | R$ 11.834.902,08 | 10/04/2023 10:41:21:885 |
| 13 | LUCA COMERCIO DE SISTEMAS AUDIO VISUAIS LTDA - EPP | OE* | Classificado | R$ 12.840.000,00 | 10/04/2023 10:49:31:558 |
| 14 | LICITAMAIS COMERCIO E SERVICOS LTDA | EPP* | Classificado | R$ 13.021.260,00 | 10/04/2023 10:24:51:222 |
| 15 | MEDLINE - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITAL | ME* | Classificado | R$ 15.700.000,00 | 10/04/2023 10:24:01:395 |
| 16 | DIPERENE COMERCIAL LTDA | OE* | Classificado | R$ 16.298.500,00 | 10/04/2023 10:32:56:260 |
| 17 | WF LICITACOES LTDA ME | EPP* | Classificado | R$ 16.500.050,00 | 07/04/2023 17:18:10:393 |
| 18 | BRASLYNC COMERCIO ELETRONICO LTDA | EPP* | Classificado | R$ 16.500.070,00 | 10/04/2023 07:19:41:253 |
| 19 | EDUCATECA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE INFORMATICA E | OE* | Desclassificado | R$ 20.332.200,00 | 06/04/2023 16:29:00:357 |
| 20 | PAPEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. | OE* | Desclassificado | R$ 22.387.050,00 | 10/04/2023 07:36:19:913 |

Lote 02, valor máximo previsto de R$ 21.281.216,25 e valores propostos, conforme abaixo.



Licitação [nº 991794] e Lote [nº 2]

Responsável
WELLINGTON DIAS DE PAULA
Pregoeiro
TATIANA VIEIRA PERLY SERBENA
Apoio
TATIANA VIEIRA PERLY SERBENA

Lista de fornecedores

| | Participante | Segmento | Situação | Lance | Data/Hora lance |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | A F PEREIRA COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE | ME* | Desclassificado | R$ 18.900,00 | 09/04/2023 20:00:37:134 |
| 2 | B2G COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA | OE* | Arrematante | R$ 11.792.000,00 | 10/04/2023 11:13:11:019 |
| 3 | 9 TEC SOLUCOES E INOVACOES LTDA | OE* | Classificado | R$ 11.946.976,61 | 10/04/2023 11:12:28:880 |
| 4 | SMART BIT INFORMATICA LTDA | ME* | Classificado | R$ 12.720.000,00 | 10/04/2023 11:09:29:919 |
| 5 | SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA | OE* | Classificado | R$ 18.489.000,00 | 10/04/2023 10:54:04:048 |
| 6 | TALKANDWRITE INFORMATICA LTDA - ME | OE* | Classificado | R$ 19.465.967,99 | 10/04/2023 10:54:07:865 |
| 7 | DIPERENE COMERCIAL LTDA | OE* | Classificado | R$ 20.297.555,62 | 10/04/2023 10:50:18:298 |
| 8 | MEDLINE - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITAL | ME* | Classificado | R$ 21.281.216,25 | 05/04/2023 17:19:36:235 |
| 9 | EDUCATECA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE INFORMATICA E | OE* | Desclassificado | R$ 32.228.700,00 | 06/04/2023 16:29:00:357 |

Por fim, a alegação da SEED de que a disparidade de preços encontrada se deve as diferentes tecnologias apontadas, parece plausível se observada a diferença de preços dos lances iniciais.

Portanto, em que pese possa ter havido falha na formação de preços, a possibilidade de sobrepreços que autorizaria a medida cautelar não restou configurada, nos achados 01 e 02 em virtude dos documentos e elementos comprobatórios trazidos pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Quanto ao Achado 04, referente a ausência de justificativa para inclusão de cláusula restritiva, a ampla disputa e participação de empresas fornecedoras, conforme colacionado acima, são suficientes para demonstrar que não houve restrição de competitividade.

Neste sentido, argumentou a Diretoria de Tecnologia e Inovação, Coordenação de Infraestrutura e equipamentos:

"O Lote 01 apresentou 17 fornecedores classificados, número que comprova que a exigência de declaração do fabricante não foi mecanismo restritivo para o certame, sendo uma exigência para a habilitação, ou seja, a empresa só apresentaria a declaração posterior ao pregão em caso de arrematante, desse modo, na fase de participação do pregão não foi impeditivo e as empresas arrematantes nos lotes cumpriram a exigência sem qualquer dificuldade. Quanto ao lote 02, foram 7 participantes, pelas suas características e especificidades era sabido que há número menor de fornecedores, mesmo assim, ocorreu a disputa e descontos, conforme já mencionado, de modo a gerar economia, transparência e participação de todos."

Assim, não restou configurada a restrição de competitividade que autorizou de imediato, o deferimento da medida cautelar.

Demais apontamentos foram justificados e/ou esclarecidos em face da robusta argumentação e documentos encaminhados à análise deste Tribunal.

Dessa forma e, especialmente em razão dos documentos e justificativas acostados pela SEAP e pela SEED, REVOGO a cautelar deferida no Despacho nº 201/23, homologada pelo Acórdão nº 1318/23-STP e determino:

a) Intimação, com urgência, via e-mail e/ou fax, Secretaria da Administração e Previdência – SEAP/DECON e a Secretaria de Estado da Educação nas pessoas de seus representantes legais, para darem ciência ao contido neste Despacho.

b) Que ultimadas as providências a cargo da Diretoria de Protocolo (DP), disponibilizados nos autos digitais o acórdão relativo à deliberação do Plenário acerca da REVOGAÇÃO da medida cautelar

c) O encaminhamento do feito ao regular trâmite para as respectivas manifestações, nos termos do artigo 35, inciso III, da Lei Orgânica e do artigo 278, inciso III, do Regimento Interno.

Publique-se.

Gabinete, em 15 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

Relator

_____

***1***. *http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/licitacoes/inicio?windowId=968*

## Auditor SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

**PROCESSO N.°:-203471/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**
**RESPONSÁVEL:-VITOR GIACOBBO**
**PROCURADOR:-DARCI ERVINO SCHITZ**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-263/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-203641/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PARANAPOEMA**
**RESPONSÁVEL:-ADELMO SOARES**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-264/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-203749/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIBEIRÃO CLARO**
**RESPONSÁVEL:-IRANI DE MELO GOMES NETO**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-265/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-205440/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PRADO FERREIRA**
**RESPONSÁVEL:-EDER JUNIOR MAZAR**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-266/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-206071/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAPURÁ**
**RESPONSÁVEL:-ROBERTO VALENTIM DE OLIVEIRA**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-267/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-213620/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA MÔNICA**
**RESPONSÁVEL:-CARLOS RONALDO GARCIA**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-269/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.°:-218878/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE KALORÉ**
**RESPONSÁVEL:-JOSÉ BASDÃO FILHO**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.°:-270/23**

Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____

***1***. *Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

**PROCESSO N.º:-1910/20**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA (FILIAL)**
**RESPONSÁVEIS:-MARCELO BELINATI MARTINS, MARCO ANTÔNIO BACARIN**
**INTERESSADA:-CARLA PATRÍCIA DE QUEIROZ FIALHO**
**RELATOR:-SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA**
**DESPACHO N.º:-271/23**
Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para encerramento do processo, conforme previsão do artigo 398, § 1°, do Regimento Interno.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
JAQUELINE LEBBOS FAVARETTO RUPPEL
TC 51588-4[1]

_____
*1. Nos termos da Instrução de Serviço n.° 139/2019 (Publicada em 31/10/2019 na edição n.° 2176 do Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).*

## Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

**PROCESSO N.º:-636276/18**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS**
**INTERESSADO:-FABIANO LOPES BUENO, FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SIQUEIRA CAMPOS, JAIR LAURINDO DA SILVA, JEAN CARLO MENDES ALEXANDRE**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 20/23**
Aprecia-se, para fins de registro, APOSENTADORIA concedida ao senhor JAIR LAURINDO DA SILVA, no cargo de Trabalhador Braçal, com fundamento no artigo 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal, por meio do Decreto n.º 024/23[1] do Município de Siqueira Campos, publicado no Jornal Correio do Norte de 28/02/23.
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas pela legalidade da aposentadoria, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 25 de maio de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____
*1. Referido decreto revogou o Decreto n.º 098/22, o qual revogou o Decreto n.º 037/22, o qual revogou o Decreto n.º 1.619/18, que era o ato originário.*

**PROCESSO N.º:-713223/19**
**ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL**
**ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**
**INTERESSADO:-ARYANE CRISTINA DA SILVA GUMIEIRO, CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR, CRISTIANE DIAS PEDROSO, DAIANI MANTOVANI, JOYCE BERTI PUBLIO, JULIO CESAR DAMASCENO, LEANDRO VANALLI, MAYARA DE CASTRO, RENATA LUCIENE DE OLIVEIRA PILONI, SUSANA MAZUR SANTIAGO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, VALERIA FERNANDA BIONDO, VALTAIR GONCALVES, WANDER MAICON DE OLIVEIRA**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 21/23**
Aprecia-se, para fins de registro, ADMISSÃO DE PESSOAL complementar realizada pela Universidade Estadual de Maringá em decorrência de concurso público disciplinado pelo Edital n.º 120/14, relativa ao provimento de cargos de Agente Universitário Operacional[1], em cumprimento a decisões judiciais[2].
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Estadual e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da admissão, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 25 de maio de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____
*1. Foram admitidos(as): Daiani Montovani, Valtair Gonçalves, Mayara de Castro, Aryane Cristina da Silva Guimeiro, Joyce Berti Publio, Valéria Fernanda Biondo, Wander Maicon de Oliveira, Renata Luciene de Oliveira Piloni, Cristiane Dias Pedroso e Suzana Mazur Santiago.*
*2. Autos: 0054304-98.2018.8.16.0000/PR, 0008576-46.2018.8.16.0190/PR, 6804-79.2018.8.16.0018/PR, 8656- 41.2018.8.16.0018/PR, 0017089-34.2018.8.16.0018/PR, 0001446-56.2019.8.16.0000/PR, 0044378-93.2018.8.16.0000/PR e 0020004-56.2018.8.16.0018/PR.*

**PROCESSO N.º:-320826/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-CONSTANTINO BATISTA DOS SANTOS FILHO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LETICIA ARAUJO SANTOS**
**PROCURADOR:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 22/23**
Aprecia-se, para fins de registro, REVISÃO DE PENSÃO concedida a Letícia Araújo Santos, relativa à alteração da condição da beneficiária, de filha menor para filha inválida de Constantino Batista dos Santos Filho, segurado falecido, om fundamento no art. 24-B, incisos I, II e III do Decreto Lei n.º 667/69, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.954/19, consoante Revisão de Ato de Benefício Previdenciário emitida pela Paranaprevidência, publicada no Diário Oficial do Estado em 10/03/2023.
2. A pensão foi originalmente concedida pelo Ato de Benefício previdenciário n.º 131020/2022, da Paranaprevidência, publicado no Diário Oficial do Estado em 26/09/2022, tendo obtido registro neste Tribunal de Contas por força do Despacho de Homologação de Benefício n.º 60/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do Tribunal n.º 2869, de 09/11/2022.
3. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Estadual e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da revisão de pensão, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
4. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
5. Publique-se.
Curitiba, 5 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
ACP

**PROCESSO N.º:-723423/20**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE CORBELIA**
**INTERESSADO:-ARIELLY DA SILVA, CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE CORBELIA, GIOVANI MIGUEL WOLF HNATUW, IRACY WIETZYCOSKI**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 23/23**
Aprecia-se, para fins de registro, aposentadoria concedida à senhora IRACY WIETZYCOSKI, no cargo de Técnico de Enfermagem, com fundamento no art. 40, § 1º, III, "b", da Constituição Federal, conforme Portaria n.º 310/2020, do Município de Corbélia, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 30/09/2020, retificada pela Portaria n.º 329/2022, publicada em 06/09/2022.
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da aposentadoria, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 5 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
ACP

**PROCESSO N.º:-662827/21**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**
**INTERESSADO:-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, BRENO PASCUALOTE LEMOS, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, LOURDES APARECIDA SOUZA**
**PROCURADOR:-ALLAN FERNANDO FURTADO SUBTIL, DÉBORA FERREIRA CRUZ, EWERTON LUIZ MORENO, FABIANA GABRIELA CORBARI, FERNANDA FERRO, HELIO JOSE PIZZATTO, ISABEL CRISTINA STORRER WEBER, JEANETE LUCI BACHMANN PINTO, JOANA SIRLEI DE MORAIS DITZEL, LAURISTELA GAESKI LANGER, LETÍCIA JULIANA DE PAULA DOS SANTOS, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY, MARIELLA VICCO PEREIRA, THAIS CECILIA LOZANO LIMA**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 24/23**
Aprecia-se, para fins de registro, aposentadoria concedida à senhora LOURDES APARECIDA SOUZA, no cargo de Técnico de Enfermagem em Saúde Pública, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, conforme Portaria n.º 1124/2021 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 01/09/2021, retificada pela Portaria n.º 744/2022, publicada em 11/07/2022.
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da aposentadoria, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.

4. Publique-se.
Curitiba, 6 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
ACP

**PROCESSO N.º:-507538/21**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**
**INTERESSADO:-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, BRENO PASCUALOTE LEMOS, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, ROSELI VOINARSKI STANSKI GUARDIAO DA SILVA**
**PROCURADOR:-ALLAN FERNANDO FURTADO SUBTIL, DÉBORA FERREIRA CRUZ, EWERTON LUIZ MORENO, FABIANA GABRIELA CORBARI, FERNANDA FERRO, HELIO JOSE PIZZATTO, ISABEL CRISTINA STORRER WEBER, JEANETE LUCI BACHMANN PINTO, JOANA SIRLEI DE MORAIS DITZEL, LAURISTELA GAESKI LANGER, LETÍCIA JULIANA DE PAULA DOS SANTOS, MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY, MARIELLA VICCO PEREIRA, THAIS CECILIA LOZANO LIMA**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 25/23**
Aprecia-se, para fins de registro, aposentadoria concedida à senhora rosely voinarski stanski guardiÃo da silva, no cargo de Técnico de Enfermagem em Saúde Pública, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, por meio da Portaria n.º 776/2021 do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município em 01/07/2021, retificada pela Portaria n.º 707/2022, publicada em 11/07/2022.
2. Amparado nas manifestações uniformes da Coordenadoria de Gestão Municipal e do Ministério Público de Contas, pela legalidade da aposentadoria, conforme previsto no artigo 134 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05 e no artigo 428 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, determino o seu registro.
3. Certificado o trânsito em julgado da decisão e efetuado o correspondente registro, o processo estará encerrado, conforme artigo 398, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, devendo seus autos ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para arquivamento, conforme previsto no artigo 168, VII, do normativo referido.
4. Publique-se.
Curitiba, 6 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
ACP

**PROCESSO N.º:-320842/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-CAROLINA SALLES ROSA, DESIREE LAROCCA ESTEVAM, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIS EDUARDO SALLES ROSA**
**PROCURADOR:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DESPACHO N.º:-110/23**
A Coordenadoria de Gestão Estadual, por meio da instrução n.º 280/23 (peça 12), firmada pela Auditora de Controle Externo Thais Yumi Gohara, opina pelo sobrestamento do feito, até decisão final nos autos n.º 302453/23, que tratam da pensão da servidora DESIREE LAROCCA ESTEVAM, falecida em 30/08/2022.
2. Em face do exposto, com fundamento no disposto no artigo 427 do Regimento Interno[1], determino o sobrestamento do presente, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, até a decisão definitiva no expediente referido.
3. Depois da comunicação em sessão da Câmara prevista no referido artigo 427, remetam-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara para certificação e, em seguida, à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
4. Publique-se.
Curitiba, 25 de maio de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
BTP

_____
*__1__. Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.*

**PROCESSO N.º:-269714/19**
**ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO**
**INTERESSADO:-ANDRE LUIS PLETSCH, ANDREA CLARICE ZASTROW, BARBARA LUANA PIASSI, CAMILA RAMOS DA CUNHA, CLAUDIANE CRISTINA KOCH, DIRCEU ANDERLE, ELAINE CRISTINA MANTOVANI DE PAULA, GRACIELE MONICA ALBRECHT ALBUQUERQUE LOPES, JOHN JEFERSON WEBER NODARI, JULIA COSTA EVERLING, LEILA APARECIDA SCHMEIER LIZZONI, LEOMAR ROHDEN, LEONI ROHDEN, LUIS RAFAEL PEREZ NARANJO, MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA SESTAK RODRIGUES, MAURY KOCHENBORGER MALDANER, MAYARA ZEISER DE PAULA, MICHELI APARECIDA MARTINS, MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO, NEIVA TEREZINHA SEHN LUDWIG, REGIS ANDRE SCHIMITZ, ROSANGELA FOGLIATTO BEUREN, SIDNEI ROMUALDO RIBEIRO, TANIA FRANTZ, TANIA SALETE FUHR GRIEBELER, THAIS REGINA HANSEN BAO**
**DESPACHO N.º:-115/23**
A Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização, por meio da Informação n.º 158/23 (peça 26), emitida pela Auditora de Controle Externo Camila Yukie Hirakuri e pelo Coordenador Acir Jose Honorio Bueno, informa que:
(...) por meio do Requerimento Externo nº 449213/22, a entidade solicitou alterações no banco de dados referentes ao presente RAT.
Em atendimento ao solicitado, foi alterado o prazo de validade inicial do certame para o período de 08/11/2019 a 20/08/2023 devido à sua suspensão como também foram excluídos a opção de prorrogação do prazo de validade cadastrada indevidamente e o documento respectivo.
2. O Município de Pato Bragado, por intermédio da petição n.º 343435/23 (peças 127/130), junta novo relatório circunstanciado e ato de prorrogação do prazo de validade do concurso público disciplinado pelo Edital n.º 01/19, com sua publicação.
3. Consoante consulta ao Requerimento Externo n.º 449213/22, o Município de Pato Bragado relatou que a vigência inicial do concurso iria de 09/11/19 a 09/11/21, mas que, em decorrência da pandemia da Covid-19, houve a suspensão do prazo, com fundamento na legislação federal e nos Decretos Municipais n.º 110/20 e n.º 314/21. Informou que, todavia, em novembro de 2021, como não havia a opção de informar a suspensão da validade no sistema SIAP – Admissão, a situação foi alimentada sob a forma de prorrogação, em função do cujas datas foram preenchidas automaticamente, sem que fosse possível alterá-las. Assim, considerando que o prazo de validade do certame voltou a ser contado em 01/01/22, com encerramento previsto para 09/06/23 (prorrogável), e não em 10/11/23 (improrrogável, pois informado como prorrogação), foi protocolado dito requerimento, já atendido.
4. Recebo a documentação juntada.
5. Ciente da alteração promovida no sistema, considerando não ter sido informada nenhuma nova admissão no âmbito do certame (a serem tratadas em processo complementar) e que já foi emitida decisão no presente feito, que segue inalterada, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que permaneçam arquivados, nos termos da Decisão Definitiva Monocrática n.º 31/21-GATBC (peça 113).
6. Publique-se.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

**PROCESSO N.º:-507116/22**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS**
**ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE PIRAQUARA - PIRAQUARAPREV**
**INTERESSADO:-CRISTOVAO RODRIGO CHIQUETO, GENI GELINSKI DE FARIAS, JOSIMAR APARECIDO KNUPP FROES**
**DESPACHO N.º:-117/23**
Trata-se de REVISÃO DE PROVENTOS atinentes à inativação da senhora GENI GELINSKI DE FARIAS, no cargo de Professora, efetuada pelo Instituto de Previdência do Município de Piraquara – Piraquaraprev em decorrência do Prejulgado n.º 28 deste Tribunal, cuja análise encontra-se sobrestada até a decisão final do Recurso de Revista n.º 42713-9/22, conforme determinação do Despacho n.º 297/22-GATBC (peça 13).
2. O Instituto de Previdência do Município de Piraquara - Piraquaraprev, por intermédio da petição n.º 357606/23 (peças 16 e 17), firmada por seu representante legal, senhor Cristovão Rodrigo Chiqueto, requer o prosseguimento da análise do feito, que estaria “apto para julgamento”.
3. Justifica haver uma “relação de dependência da presente revisão de proventos com o objeto da discussão do Acórdão 902/23” do Tribunal Pleno, pelo qual foram definidos os critérios para a aplicação nesta Corte do prazo decadencial para a apreciação da legalidade dos atos sujeitos a registro, definido no Tema 445 do Supremo Tribunal Federal.
4. Assim, quanto ao caso em tela, a entidade postula ter transcorrido mais de 5 anos entre o encaminhamento do ato de aposentadoria a este Tribunal (em 13/09/16) e a autuação da presente revisão de proventos (em 26/08/22), mencionando haver decisões em processos similares[1].
5. Recebo a petição e defiro o requerido.
6. Consoante aludido, a revisão de proventos em tela foi promovida a fim de ajustar os proventos da servidora inativa ao Prejulgado n.º 28 deste Tribunal, posto que ao tempo da edição da Emenda Constitucional n.º 41/03, que serviu de fundamento para a concessão, a interessada não ocupava cargo efetivo, contrariando a interpretação fixada pelo incidente referido de que os servidores públicos efetivos somente podem se aposentar pelas regras transitórias de inativação (art. 6º da EC 41/03, art. 3º da EC 47/05 e art. 1º da EC 70/12) se estivessem ocupando cargos públicos até 16/12/03 ou 31/12/03, a depender do fundamento adotado.
7. Uma vez que o sobrestamento havia sido determinado para que ficasse definida a aplicação ou não do Prejulgado n.º 28 aos servidores públicos de Piraquara, no caso concreto, ante o decurso de tempo de mais de 5 anos desde a autuação do processo de inativação até o encaminhamento do ato de revisão, parece-me, salvo melhor juízo, que o motivo da paralisação da análise da revisão de proventos restou superado.
8. Sendo assim, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução. Após, sigam ao Ministério Público de Contas.
9. Publique-se.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Relator
APRS

_____
*__1__. “(...) Acórdãos 360/23, 361/23, 362/23 e 363/23, ambos da Primeira Câmara.”*

**PROCESSO N.º:-348240/23**
**ASSUNTO:-CONSULTA**
**ENTIDADE:-MUNICIPIO DE CIANORTE**
**INTERESSADO:-MARCO ANTONIO FRANZATO**
**DESPACHO N.º:-118/23**
Trata-se de CONSULTA formulada pelo Prefeito do Município de Cianorte, senhor Marco Antonio Franzato, nos seguintes termos:
Tendo em vista as disposições contidas nos §§1º e 2º do artigo 28, do Anexo 2, do

Anexo XXIV da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de Setembro de 2017, do Ministério da Saúde, os quais asseveram que os repasses de recursos financeiros referentes ao valor pré-fixado obedecerão os percentuais de 40% (quarenta por cento) condicionados ao cumprimento de metas qualitativas e 60% (sessenta por cento), condicionados ao cumprimento de metas quantitativas, é possível que a pactuação siga tais percentuais mas o efetivo repasse de valores (pagamento) aos hospitais contratualizados seja realizado em proporções distintas (90% e 10%, 80% e 20% ou outros percentuais) já que o condicionamento do repasse a um bloco de metas não necessariamente signifique que esta parte deva ser paga em separado da outra, podendo o ente público, em havendo descumprimento de metas, descontar o valor respectivo no próximo pagamento?

2. Inobstante a longa formulação, entendo que o questionamento quanto à possibilidade de que "o efetivo repasse de valores (pagamento) aos hospitais contratualizados seja realizado em proporções distintas (90% e 10%, 80% e 20% ou outros percentuais) já que o condicionamento do repasse a um bloco de metas não necessariamente signifique que esta parte deva ser paga em separado da outra (...)" não indica de modo claro o(s) parâmetro(s) ao qual(is) tais percentuais hipotéticos se vinculariam, impossibilitando o oferecimento de uma resposta fidedigna à consulta.

3. Outrossim, ainda que a resposta oferecida pelo Parecer Jurídico n.º 686/2023 da Procuradoria Jurídica do Município de Cianorte (peça 5) aparente ter uma lógica interna razoável, a análise do tema ali expressa se mostra insuficiente e inadequada para dirimir a dúvida apontada.

4. Neste contexto, considerando o disposto no artigo 38 da Lei Complementar n.º 113/05[1], tenho como desatendido o requisito do item II do artigo 311 do Regimento Interno[2], impossibilitando o conhecimento da consulta.

5. De todo modo, com fundamento no artigo 321 do Código de Processo Civil[3], aplicável no âmbito desta Corte por força do artigo 52 da Lei Complementar Estadual n.º 113/05[4] e do artigo 537 do Regimento Interno[5], viável oportunizar ao Prefeito de Cianorte prazo para que emende sua petição, indicando com precisão o(s) parâmetro(s) faltante(s) ou reformulando o questionamento.

6. Ante o exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do Prefeito Municipal de Cianorte, senhor Marco Antonio Franzato, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 389 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas[6], possa emendar sua petição, consoante indicado, a fim de que seja possível o conhecimento da consulta.

7. Publique-se.

Curitiba, 12 de junho de 2023.

Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Relator

FMV

_____

***1***. *Art. 38. A consulta deverá atender aos requisitos previstos no Regimento Interno. (Redação dada pela Lei Complementar n. 213/18) (Vide ADIN 3815-0)*

***2***. *Art. 311. A consulta formulada ao Tribunal de Contas, conforme o disposto no Título II, Capítulo II, Seção VII, da Lei Complementar nº 113/2005, deverá atender aos seguintes requisitos:*

*I - ser formulada por autoridade legítima;*

*II - conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa de dúvida;*

*III - versar sobre dúvida na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal;*

*IV - ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;*

*V - ser formulada em tese. [Destaquei]*

***3***. *Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.*

***4***. *Art. 52. Aplica-se subsidiariamente o Código de Processo Civil, no que couber, em todos os julgamentos no âmbito do Tribunal de Contas.*

***5***. *Art. 537. Nas disposições deste Regimento, aplica-se, no que couber, o Código de Processo Civil.*

***6***. *Art. 389. O prazo para manifestação da parte interessada, inclusive na oportunidade do contraditório e da ampla defesa, será de 15 (quinze) dias.*

**PROCESSO N.º:-367741/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, ISABELE DELLE, SANDRA MARA DELLE, TADEU JOSE DELLE**
**PROCURADOR:-DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DESPACHO N.º:-123/23**

A Coordenadoria de Gestão Estadual, por meio da Instrução n.º 348/23 (peça 12), opina pelo sobrestamento do feito, até decisão final nos autos n.º 712810/22, que tratam da pensão da servidora SANDRA MARA DELLE, falecida em 22/06/2022.

2. Do exposto, com fundamento no disposto no artigo 427 do Regimento Interno[1], determino o sobrestamento da análise do presente, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, até a decisão definitiva no expediente referido.

3. Depois da comunicação em sessão da Câmara prevista no referido artigo 427, remetam-se os autos à Secretaria da Segunda Câmara para certificação e, em seguida, à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.

4. Publique-se.

Curitiba, 6 de junho de 2023.

Auditor THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Relator

BTP

_____

***1***. *Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.*

## Auditor CLAUDIO AUGUSTO KANIA

*Sem publicações*

## Auditor TIAGO ALVAREZ PEDROSO

*Sem publicações*

## Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

**PROCESSO N.º:-197803/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS**
**ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV**
**INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, CLECI INES BERTUOL, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 36/23**

Aprecia-se, para fins de registro, a Portaria nº 8.233, da FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, publicada no Diário Oficial do Município de 02/02/2023, que concedeu revisão de proventos à servidora Cleci Ines Bertuol, com amparo em decisão judicial (peça 10).

Em consonância com a manifestação da Coordenadoria de Gestão Municipal na Instrução nº 2015/23 - CGM (peça 12) e do Ministério Público de Contas no Parecer nº 431/23 - 3PC (peça 13), consignando opinativos pela legalidade do ato, determino o registro, na forma do art. 134 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e do art. 428, inc. II, do Regimento Interno.

Após o trânsito em julgado, deve ser feita a remessa do feito à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, para os fins do art. 175-H, inc. V, do Regimento Interno e, após, à Diretoria de Protocolo para encerramento e consequente arquivamento, conforme os art. 398, § 1º, e 168, VII, do referido regimento.

Publique-se.

Curitiba, 14 de junho de 2023.

Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Relator

**PROCESSO N.º:-785178/20**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE MARQUINHO**
**INTERESSADO:-ELIO BOLZON JUNIOR, LUIZ CÉZAR BAPTISTEL, MARIA DO SOCORRO CREMASCO, MUNICÍPIO DE MARQUINHO**
**DESPACHO N.º:-51/23**

Aprecia-se, para fins de registro, o Decreto nº 41/15, do MUNICÍPIO DE MARQUINHO, publicado no Diário Oficial nº 2139 de 13/05/2015, que concedeu aposentadoria à servidora Maria do Socorro Cremasco, no cargo de enfermeira.

A unidade técnica por meio da Instrução n° 5998/22-CAGE (peça 19), consignou as seguintes irregularidades:

O ato de concessão não atendeu às formalidades legais, vez que se observou que o fundamento legal da aposentadoria constante no ato de concessão, bem como, no ato retificador, são divergentes da informação do fundamento legal no SIAP. O dado informado no Siap se fundamenta na EC nº 70/12, quando nos atos emanados pela entidade de origem consta o fundamento constitucional do art 1º da EC nº 41/2003. Cabe, portanto, à entidade de origem, esclarecer qual dispositivo constitucional deu-se a inativação, e, a depender do caso, proceder com a retificação necessária. Ademais, a entidade deixou de apresentar a Certidão de Tempo de Contribuição a ser emitida pelo INSS, no tocante aos períodos informados no SIAP para proveito de tempo de contribuição na aposentadoria, sendo necessária a apresentação da referida CTC.

Em virtude disso, a unidade técnica propôs diligência à origem para manifestação, por intermédio do Ofício nº 754/22-ODL-DP (peça 24) e Ofício nº 1527/22-ODL-DP (peça 31), a fim de que o Município procedesse com os esclarecimentos e correções necessárias, bem como para que apresentasse a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo INSS, referente aos períodos informados no SIAP, no entanto, houve o decurso do prazo sem apresentação de resposta (peças 26 e 33).

A unidade técnica na Instrução n° 8728/23-CAGE (peça 34), sugeriu pela negativa de registro do ato concessório, em razão da ausência de manifestação e apresentação de documentos.

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer 415/23 – 3PC (peça 37), opinou pela negativa de registro.

Diante acima exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do MUNICÍPIO DE MARQUINHO e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, sejam adotadas as providências corretivas necessárias e/ou justificadas as questões apontadas no mencionado parecer.

Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.

Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.

Publique-se.

Curitiba, 14 de junho de 2023.

Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

Relator

**PROCESSO N.º:-369639/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-AVANI WORMSBECKER LACERDA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, HERMINIA DO CARMO RODRIGUES VIEIRA, LUCIANO**

**LACERDA FILHO**
**PROCURADOR:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DESPACHO N.º:-59/23**
A Coordenadoria de Gestão Estadual, por meio da Instrução nº 374/23-CGE, sugere o sobrestamento do feito até que seja apreciado o ato de concessão de pensão relativo ao Processo n.º 299908/23.
Considerando a proposta formulada, com fundamento no disposto no art. 427 do Regimento Interno, determino o sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 ano, até a decisão definitiva no referido expediente.
Após a comunicação em sessão da Primeira Câmara, em atendimento à previsão regimental, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-371366/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-ALDA MARIA FRANCO CARDOSO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, PLINIO GOMES FILHO, SARAH LUCIO FRANCO FRASATO**
**PROCURADOR:-ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DESPACHO N.º:-60/23**
A Coordenadoria de Gestão Estadual, por meio da Instrução nº 375/23, sugere o sobrestamento do feito até que seja apreciado o ato de concessão de pensão relativo ao Processo n.º 304456/23.
Considerando a proposta formulada, com fundamento no disposto no art. 427 do Regimento Interno, determino o sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 ano, até a decisão definitiva no referido expediente.
Após a comunicação em sessão da Primeira Câmara, em atendimento à previsão regimental, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-367482/23**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO**
**ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ CARLOS CAMARGO**
**PROCURADOR:-DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MICHELE CORREA, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, WELLINGTON NEVES SALMAZO**
**DESPACHO N.º:-61/23**
A Coordenadoria de Gestão Estadual, por meio da Instrução nº 381/23-CGE, sugere o sobrestamento do feito até que seja apreciado o ato de concessão de pensão relativo ao Processo n.º 360593/23.
Considerando a proposta formulada, com fundamento no disposto no art. 427 do Regimento Interno, determino o sobrestamento dos presentes autos pelo prazo máximo de 1 ano, até a decisão definitiva no referido expediente.
Após a comunicação em sessão da Primeira Câmara, em atendimento à previsão regimental, remetam-se os autos à Coordenadoria de Gestão Estadual, onde deverão permanecer durante o período de sobrestamento.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-14041/20**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LOBATO**
**INTERESSADO:-FABIO CHICAROLI, ILDA SANTOS DE SOUZA, MUNICÍPIO DE LOBATO, TANIA MARTINS COSTA**
**DESPACHO N.º:-62/23**
Trata-se de aposentadoria por tempo de serviço, com fundamento no artigo 6°, da Emenda Constitucional 41/2003, deferida à servidora Ilda Santos de Souza, no cargo de zeladora aos 02/12/2019 (peça 12).
A unidade técnica por meio da Instrução n° 5930/22-CAGE (peça 15), consignou as seguintes irregularidades:
O ato de concessão não atendeu às formalidades legais, vez que, o nome da servidora constante no ato de concessão (peça 11) apresentado pela entidade de origem está equivocado.
Conforme análise do documento de identidade da servidora (peça 14, fls. 8), o nome correto é ILDA SANTOS DE SOUZA, contudo, no ato o nome da servidora aparece como ILDA DE SOUZA SANTOS.
Cabe, portanto, à entidade de origem, retificar o ato concessório, alterando o nome da servidora para ILDA SANTOS DE SOUZA.
Em virtude disso, a unidade técnica propôs diligência à origem para retificar o ato concessório, por intermédio do Ofício nº 766/22-DP (peça 20) e Ofício nº 1500/22-DP (peça 27), no entanto, houve o decurso do prazo sem apresentação de resposta (peças 22 e 29).
A unidade técnica na Instrução n° 8778/23-CAGE (peça 30), sugeriu pela negativa de registro do ato concessório, em razão da ausência de manifestação, documentos e retificação do nome da servidora no ato concessório.
O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer 414/23 – 3PC (peça 33), opinou pela negativa de registro.
Verifica-se que a questão pendente nestes autos versa sobre o nome da interessada, uma vez que no ato concessório constou o nome da servidora como Ilda de Souza Santos (peça 11), e na Carteira de Identidade constou Ilda Santos de Souza (peça 14, folha 08).
Considerando a disparidade do nome da interessada no ato concessório e documento pessoal foi realizado consulta ao site da Receita Federal, no qual constou o nome de Ilda de Souza Santos, conforme imagem abaixo:


servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublicaExibir.asp

Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **965.521.239-49**

Nome: **ILDA DE SOUZA SANTOS**

Data de Nascimento: **18/07/1954**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **19/10/1992**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:51:14** do dia **07/06/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **93C6.DD7F.CFF2.D4E2**

Diante do acima exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do MUNICÍPIO DE LOBATO e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, sejam adotadas as providências corretivas necessárias e/ou justificadas as questões apontadas no mencionado parecer.
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, “b” da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-274069/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA**
**INTERESSADO:-ATANASIO SAVIO, FERNANDO CASTRO DA SILVA MARANINCHI**
**DESPACHO N.º:-64/23**
Trata-se de Prestação de Contas Anual do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU AS (peça 03), relativas ao exercício financeiro de 2022, de responsabilidade do senhor Atanasio Savio.
A unidade técnica, por meio da Instrução nº 57/23-CGM (peça 07), consignou pela irregularidade das contas com imposição de multa, inclusive, destacou-se que:
O conteúdo do Relatório do Controle Interno anexado aos autos não atende ao mínimo solicitado por esta Corte de Contas, conforme modelo sugerido na Instrução Normativa nº 178/2023, em razão da(s) deficiência(s) abaixo descrita(s).
A situação é passível de aplicação de multa administrativa, por deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos solicitados pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, prevista no art. 87, I, “b” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas.
Sujeita, ainda, a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, “g” da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do

Tribunal de Contas, em razão da não comprovação do cumprimento dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal c/c arts. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05), haja vista o Relatório do Controle Interno não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal por meio do modelo que consta na Instrução Normativa nº 178/2023.
A obrigatoriedade de apresentação da documentação no processo de prestação de contas até a data definida para o cumprimento do dever legal está objetivamente disciplinada na Instrução Normativa nº 178/2023.
Diante o exposto, deve-se registrar que, sem prejuízo do resultado do exame de mérito do conteúdo, a entrega extemporânea pode, eventualmente, possibilitar a regularização da omissão formal, sem, contudo, desonerar da multa pela remessa fora do prazo, prevista no art. 87, I, "b" (LO-TCE-PR).
Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:
a) Novo relatório que apresente conteúdo suficiente, tendo em vista o modelo anexo à Instrução Normativa nº 178/2023 - TCE-PR, que regulamenta a prestação de contas deste exercício de 2022;
b) Esclarecimentos adicionais, apresentados pelo Responsável pelo Controle Interno e pelo Gestor, face às questões apresentadas pela análise técnica indicadas nesta Instrução.
Diante acima exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do CENTRO DE CONVENÇÕES DE FOZ DO IGUAÇU SA e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, sejam adotadas as providências corretivas necessárias e/ou justificadas as questões apontadas no mencionado parecer.
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-287098/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA FAZENDA RIO GRANDE**
**INTERESSADO:-PAULINHO DALMAZ, TIAGO HENRIQUE WANDSCHEER**
**DESPACHO N.º:-65/23**
Trata-se de Prestação de Contas Anual da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA FAZENDA RIO GRANDE (peça 03), relativas ao exercício financeiro de 2022.
A unidade técnica, por meio da Instrução nº 2432/23-CGM (peça 16), consignou pela irregularidade das contas com imposição de multa, inclusive, destacou-se que:
A publicidade das demonstrações financeiras apresentada nos autos não atende as especificações contidas no art. 289 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/1976 ou a publicação destas não possui a indicação dos valores do exercício anterior conforme disposto no § 1º do art. 176, da mesma lei.
Sujeita a aplicação de multa administrativa, por ofensa à norma legal, prevista no art. 87, IV, "g" da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas e conforme Acórdão nº 4037/17-TP, em razão da não comprovação de cumprimento do regramento estabelecido pela Lei Federal nº 6.404/1976, haja vista que as publicações das demonstrações financeiras não atendem as especificações da legislação supramencionada.
Documentos mínimos necessários em caso de exercício do contraditório:
a) Envio de cópia digitalizada e de forma legível da respectiva publicação de acordo com o estabelecido na legislação mencionada;
b) Outros documentos e/ou esclarecimentos considerados necessários.
Diante acima exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA FAZENDA RIO GRANDE e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, sejam adotadas as providências corretivas necessárias e/ou justificadas as questões apontadas no mencionado parecer.
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-677964/21**
**ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO**
**ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**
**INTERESSADO:-IZAIRA ANDRADE DA SILVA, JOSE OLEGARIO RIBEIRO LOPES, MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**
**DESPACHO N.º:-66/23**
Tendo em vista o pedido formulado na peça 52, defiro a prorrogação de prazo requerida, com fundamento no artigo 389, parágrafo único, do Regimento Interno.
Ressalte-se que a prorrogação dar-se-á sem solução de continuidade, isto é, o novo prazo se inicia no dia seguinte ao término do anterior e não da publicação deste despacho.
À Diretoria de Protocolo, para controle de prazo e providências posteriores.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

**PROCESSO N.º:-292350/23**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE PROTEÇAO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA COMARCA DE SAO JOAO DO IVAI**
**INTERESSADO:-CARLA SUZI EMERENCIANO, PRIMIS DE OLIVEIRA**
**DESPACHO N.º:-67/23**
Trata-se de Prestação de Contas Anual do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE PROTEÇAO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA COMARCA DE SAO JOAO DO IVAI (peça 03), relativas ao exercício financeiro de 2022.
A unidade técnica, mediante Instrução nº 2476/22-CGM (peça 07), consignou pela irregularidade das contas com aplicação de multa.
Diante acima exposto, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a intimação do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE PROTEÇAO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DA COMARCA DE SAO JOAO DO IVAI e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 389 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, sejam adotadas as providências corretivas necessárias e/ou justificadas as questões apontadas no mencionado parecer.
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no art. 87, I, "b" da Lei Complementar Estadual n.º 113/05, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Gestão Municipal para instrução conclusiva e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 352 e 353 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 14 de junho de 2023.
Auditor LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

## Auditora MURYEL HEY

*Sem publicações*

## Auditor JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

**PROCESSO N.º:-787291/22**
**ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS**
**ENTIDADE:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV**
**INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, CLEUZA APARECIDA SANTANA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, WELLINGTON DE OLIVEIRA**
**DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA N.º 34/23**
Vistos e examinados estes autos, o Relator Auditor JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 51-A, I, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e 134 da LC n.º 113/05.
DECIDE:
1. Julgar legal e determinar o REGISTRO da Portaria n.º 8.086/2022 do MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇÚ, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu Nº 4.545 de 28 de Novembro de 2022, referente à Revisão de Aposentadoria de CLEUZA APARECIDA SANTANA, inativada no cargo de merendeira, para o valor mensal de R$ R$ 3.761,96 (três mil, setecentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), com fundamento na decisão judicial proferida nos autos n.º 0025546-14.2021.8.16.0030, do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu, o que se faz com fulcro no art. 1º, IV, da LC n.º 113/05 e art. 298, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Gestão Municipal n.º 1091/2023 e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas n.º 494/23 (peças n.º 12 e 13, respectivamente), ambos favoráveis à legalidade e ao registro do Ato;
2. Determinar, após a publicação da decisão no Diário Eletrônico do TCE e a certificação do trânsito em julgado, as seguintes medidas:
a) A inclusão da decisão no registro competente;
b) O encerramento do processo.
Curitiba, 12 de junho de 2023.
JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Auditor Relator

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

*Sem publicações*

## Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

*Sem publicações*




*Sem publicações*




*Sem publicações*




## Resenhas de Distribuição

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº 3093/23**
**Processo nº: 401761/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 14:22:00
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade: ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA
Interessado: ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA
Exercício:
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 769210/20, conforme Art. 11º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:
DP, em 14/06/2023
PAULO SÉRGIO MOURA SANTOS - Diretor
Matr. 51.560-4

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3089/2023**
**Processo Nº: 396628/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 10:23:07
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3090/2023**
**Processo Nº: 399740/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 10:46:01
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS
Interessado: FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA, MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3091/2023**
**Processo Nº: 399597/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 11:57:15
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU
Interessado: MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU, PONTOCOM BRINDES LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3092/2023**
**Processo Nº: 378697/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 12:15:35
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Interessado: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL, MUNICÍPIO DE CASCAVEL
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3094/2023**
**Processo Nº: 401419/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 14:55:20
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR
Interessado: AUTARQUIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, TRANSITO E CIDADANIA - TRANSITAR, AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS LTDA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3095/2023**
**Processo Nº: 401834/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 15:39:13
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
Entidade: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA
Interessado: MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3096/2023**
**Processo Nº: 369329/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 15:56:28
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
Interessado: ABELINO PEREIRA DE SOUZA, ALEX ARTUR PURKOTE, ALLAX FABIANO PEREIRA SIQUEIRA, BRUNA SLOMPO, CAROLINE SUMSKI DE SOUZA, EDUARDO CAMARGO UMBRIA, JOSE LUIS POSSEBON, LUCAS GRUBBA PIGATTO, MARGARIDA MARIA SINGER, MICHEL TEIXEIRA DE CARVALHO E OUTROS.
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

**TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3097/2023**
**Processo Nº: 402598/23**
Data e hora da distribuição: 14/06/2023 19:00:48
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUSA JUNIOR
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

## Editais

*Sem publicações*

## Despachos

**PROCESSO N °-736599/18**
**ORIGEM-FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA**
**INTERESSADO-JOÃO LUIZ MONTEIRO, PAULO LEONAR FERREIRA AMADOR, TEREZINHA DE JESUS FREITAS**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3155/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ -

ESTADO DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10157/23 - CAGE peça nº 49:
- FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ - ESTADO DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-377950/23**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ**
**INTERESSADO-GERSON LUIZ MARCATO**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3156/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 10160/23 e nº 10162/23 - CAGE peça nº 21 e 22:
- MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-375957/23**
**ORIGEM-MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO**
**INTERESSADO-EMANOEL VANDERLEI VOLFF**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3157/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10170/23 - CAGE peça nº 10:
- MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-262010/23**
**ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ**
**INTERESSADO-CELSO HENRIQUE DA CRUZ**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3158/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10178/23 - CAGE peça nº 41:
- CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-40322/21**
**ORIGEM-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA**
**INTERESSADO-ANDREA FERREIRA WOLFF, ANDRESSA HELENA RAUTTA, CLAUDIO DOS SANTOS, DAIANE GHISI, DEIZE FATIMA FUNGHETTO, DISNEI LUQUINI, EDERSON RAMPANELLI BERTE, EDISON GODOI DA SILVA, GUILHERME MORO BIAZUSSI, ITAMAR SIGNORI, JANNICE ADRIANA TOMASI, JULIAN FERNANDA MARCONDES, LEONILDO ANDRADE, LORENI CARDINAL DOS SANTOS, LUCAS GALVAN, MIRIA ESTER BUENO, RODRIGO WEISSHAAR BERTOCHI, ROZENILDA PINHEIRO, SANDRA MARIA RAMOS, SARA DANIELA BUENO TRAMONTINI, SILVONEI PORTELLA, TANIA LIZANI MENON, VAGNER MENGER, VANESSA ALANA PIZATO**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3159/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10143/23 - CAGE peça nº 21:
- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-382023/23**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI**
**INTERESSADO-MOACIR ANDREOLLA**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3160/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 10079/23 e nº 10080/23 - CAGE peças nº 17 e 18:
- MUNICÍPIO DE NOVO ITACOLOMI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-476349/21**
**ORIGEM-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA**
**INTERESSADO-ADEANE DA FONSECA, ADEMIR STRASSBURGER, ADRIANA PAVLAK, ADRIANE MARIA JAPPE, ALAN DOBROWOLSKI, ALINE CELSO, ALLINSON LIDEMBERG RIBEIRO, ANDERSON PEREIRA, ANDERSON TOMOKAZU CHIBA, ANDREA FERREIRA WOLFF, ANDREIA DE SOUZA, ANDRESSA HELENA RAUTTA, ANGELA CAMILA GIONGO, ANNA FLAVIA SILVA RODRIGUES PEREIRA, ANTONIO MARCOS KOSMANN MARCHIORO, AUDREY GOTARDI, BEATRIZ MOSER DE SOUZA, CARLA REGINA KUHNE, CHRISTIANE PATRICIA DOS SANTOS, CIRZE FERNANDA MARIANO, CLAIR JOSE PADILHA, CLAIR PEREIRA ARNOS GUIMARAES, CLAUDIO DOS SANTOS, CLEITON LUIZ FACHIN, CLEONICE DELFIS DE LEMOS, CRISTIAN SCHIO, DAIANE GHISI, DANIELA MARTINS DE JESUS, DANIELE DE FATIMA HAGEMANN, DAYANI DE MORAIS, DEIZE FATIMA FUNGHETTO, DIONES DA ROCHA, DIRLENE JOSELIA PIRES, DISNEI LUQUINI, DOUGLAIR JOSE MIORANDO, DOUGLAS PASSOS MAYER, EDENILSON WITTES PEREIRA, EDERSON RAMPANELLI BERTE, EDISON GODOI DA SILVA, ELIANE RODRIGUES DE MATTOS, ELIZANDRA APARECIDA SILVA, EMANOEL LUCAS DA SILVA TEIXEIRA, EVERSON LUIZ DO PRADO SOARES, EVERTON MULLER ALVES, FABRICIO LEANDRO CEZARIO DA SILVA, FELIPE SALVADORI, FRANCIELI PERONDI, FRANCISCO LUIZ DE BRITO, GABRIEL CARLOS CORREA, GABRIEL SBARDELOTTO, GERUSA APARECIDA DOS REIS BEIRA, GILMAR GIACOMIN, GILVAN NASCIMENTO DO ROSARIO, GIZELI COSTA DOS SANTOS, GLEICIANE NORMANDO DINIZ, GUILHERME MORO BIAZUSSI, GUSTAVO HENRIQUE REIS DE LIMA, INGRID GIACOMINI, ISABELA CRISTINA TSCHA VAZ, ITAMAR SIGNORI, JACIR KONCIKOVSKI, JANNICE ADRIANA TOMASI, JEFERSON ALVES, JOICE CRISTINA KUCHLER, JOLEIDE BERTE SOARES, JOSERLEY DE LIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, JOSSEMAR PINHEIRO, JULIAN FERNANDA MARCONDES, JULIANO SANTETTI MEYER, JUSSARA NUNES DE OLIVEIRA, KAROLYNE APARECIDA DO AMARAL, LEANDRO ALMEIDA TOME, LEONARDO DUARTE PADILHA, LEONILDO ANDRADE, LETICIA MORENO DE BARROS, LILIANE DO PRADO, LORENE GOBBI BRUNING, LORENI CARDINAL DOS SANTOS, LUAN DA SILVA BILHERI, LUANA ELIS PARIZOTTO, LUANA SINCOVSKI SCHICHL, LUANA VIACELLI, LUCAS GALVAN, LUCAS MAGNO PLAXESK MORENO, MAICO JOSE STOLL, MARCELO BEDRA, MARCIELI AIRES DE SOUZA, MARCOS ANTONIO DOS SANTOS CAMARGO, MARCOS SEILON AMANCIO, MARIELI APARECIDA GONÇALVES, MARILENE GODOI DOS SANTOS, MARINA PIAZZA, MARINES ZILLER, MARLENE MATANA, MATEUS ANDERSON AGUIAR, MATRICIA MARTA PISKE, MEDSON CAMARGO DE CARVALHO, MIRIA ESTER BUENO, PABLO FERRAZ DE ARAUJO, PATRICIA ALCEMANI, PAULO EDUARDO MATIOLI PIMENTA, PAULO SERGIO DO CARMO, QUEILA BUENO, RAFAEL CESAR MARTINS, RAFAEL MAFRA NECKEL, RAFAEL MORAES DA TRINDADE, RAQUEL MOURA, REINALDO VEBBER, RENAN GNOATTO COPETTI, RENAN GUSTAVO MARQUES XKELOW, RENATA CHARNOSKI DE LIMA, RICARDO DA SILVA OLIVEIRA, ROBSON MOTTER SCHMITZ, RODRIGO ALOACYR DE CAMARGO SILVA, RODRIGO WEISSHAAR BERTOCHI, ROGER FELIPE SARTORI FORMAIO, ROSELDETE PENTEADO, ROSELI PEGORARO LIMA, ROZENILDA PINHEIRO, SANDRA INES BONASSINA, SANDRA MARA LOPES, SANDRA MARIA RAMOS, SANDRO DE GRANDI, SARA DANIELA BUENO TRAMONTINI, SEDIMAR MIRANDA, SIBELE DA VEIGA, SILVONEI PORTELLA, SIMONE SOLANGE LECH, SIMONE TERRES DE OLIVEIRA, TACIANE DE FATIMA CAMARGO DE CARVALHO, TAMARA DE ABREU ALMEIDA, TANIA LIZANI MENON, TATIANA JANI CAVALHEIRO, TERCIO HARING, THIAGO BARCELLOS DE CAMPOS, UILSON GILMAR GRZYB, VAGNER MENGER, VALDERLEI DE JESUS XAVIER, VALMIR DE CHAVES, VANDERLEI DE OLIVEIRA, VANESSA ALANA PIZATO, VINICIUS ANDREI LAZAROTO, VIVIANE BEATRIZ ZINI, VIVIANE DANIELE TONIAL, VOLNEI DEBASTIANI, WAINER DIEGO NOGUEIRA, WALDIR BATISTA DE RAMOS JUNIOR, WANDERLEIA**

**GOMES DE SOUSA, WELLINTON LUIZ OLIVEIRA GRANDO, WILIAM PERDOMO NUNES, WILLIAN FANTINEL, ZENON DE PAULA LIMA**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3161/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10020/23 - CAGE peça nº 18: - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-260229/20**
**ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**
**INTERESSADO-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, IRACI KRIZIZANOSKI, MARCUS VINICIUS GARCIA NEGRAO, RONI FERNANDES DE FREITAS (FALECIDO(A) EM 2015)**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3162/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10196/23 - CAGE peça nº 22: - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-255501/23**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL**
**INTERESSADO-MARCOS CESAR SUGIGAN**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3163/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10132/23 - CAGE peça nº 24: - MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-45303/20**
**ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA**
**INTERESSADO-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARIA HELENA DE OLIVEIRA MARTINS, REINHOLD STEPHANES**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3164/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10206/23 - CAGE peça nº 27: - PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-384417/23**
**ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**
**INTERESSADO-LEANDRO VANALLI**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3165/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 10184/23 e nº 10205/23 - CAGE peças nº 20 e 21:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-691269/18**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE GUARACI**
**INTERESSADO-JOSE CARLOS TOLOI, MARCIA HERNANDES DA DALTO, SIDNEI DEZOTI**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3166/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE GUARACI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10204/23 - CAGE peça nº 20: - MUNICÍPIO DE GUARACI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-389613/23**
**ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**
**INTERESSADO-ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3167/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 10211/23 - CAGE peça nº 12: - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-211326/23**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE CURIÚVA**
**INTERESSADO-NATA NAEL MOURA DOS SANTOS**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3168/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE CURIÚVA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 27) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 13/06/2023.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle -50.801-2
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-197943/23**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE FAROL**
**INTERESSADO-OCLECIO DE FREITAS MENESES**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3169/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE FAROL, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 47) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 14/06/2023.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle - 50.801-2
documento assinado digitalmente

**PROCESSO N º-357628/18**
**ORIGEM-MUNICÍPIO DE TIBAGI**
**INTERESSADO-ARTUR RICARDO NOLTE, MUNICÍPIO DE TIBAGI, RILDO EMANOEL LEONARDI, TEREZINHA APARECIDA VARELLA**
**ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA**
**DESPACHO-3172/23**
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE TIBAGI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 497/23-DP (peça nº 43),

solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5873/23 - CAGE (peça nº 36):
- MUNICÍPIO DE TIBAGI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
CAGE, em 14 de junho de 2023.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

## Informações

*Sem publicações*

## Atos de Alerta Municipais

*Sem publicações*

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

**PROCESSO N º:-141808/23**
**ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**
**INTERESSADO:-RENATO FEDER, RONI MIRANDA VIEIRA**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO Nº:-23/23 - CGE**
Por delegação do Conselheiro Augustinho Zucchi, Relator deste processo, em cumprimento à Instrução de Serviço nº 163/2023, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a adoção das seguintes providências:
I. Proceda-se à CITAÇÃO da(s) parte(s) a seguir nominada(s) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 401/23-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) Sr. Renato Feder, Secretário de Estado, CPF: 278.171.268-01
II. Proceda-se à INTIMAÇÃO da(s) parte(s) a seguir nominada(s) para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 401/23-CGE, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, CNPJ: 76.416.965/0001-21, na pessoa do seu representante legal, e procuradores constituídos.
III. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
Publique-se.
CGE, em 14 de junho de 2023.
EDNILSON DA SILVA MOTA
Coordenador

**PROCESSO Nº.:-211156/23**
**ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TERRA RICA - PRESONTER**
**INTERESSADO:-FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TERRA RICA - PRESONTER, ALMIR FEDERICCI**
**PROCURADOR:-**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO Nº.:-410/2023**
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 77/2014, do Relator deste Processo, SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 2457/2023, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

| Nome | Documento |
|---|---|
| FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TERRA RICA - PRESONTER | 06.284.346/0001-45 |
| ALMIR FEDERICCI | 389.111.409-53 |

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 14 de junho de 2023.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

**PROCESSO Nº.:-204109/23**
**ENTIDADE:-FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO TOME - FUNPREST.**
**INTERESSADO:-FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO TOME - FUNPREST., CARLOS EDUARDO FOGANHOLO, MARTA MARQUES ROCHA**
**PROCURADOR:-**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO Nº.:-411/2023**
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 2490/2023, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

| Nome | Documento |
|---|---|
| FUNDO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SAO TOME - FUNPREST. | 04.958.376/0001-64 |
| MARTA MARQUES ROCHA | 017.038.459-43 |
| CARLOS EDUARDO FOGANHOLO | 058.217.539-96 |

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 14 de junho de 2023.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

**PROCESSO Nº.:-214546/23**
**ENTIDADE:-INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ**
**INTERESSADO:-INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ADRIANO DOS SANTOS DE RESENDE**
**PROCURADOR:-**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO Nº.:-412/2023**
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 77/2014, do Relator deste Processo, SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 2492/2023, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

| Nome | Documento |
|---|---|
| INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ | 05.110.794/0001-60 |
| ADRIANO DOS SANTOS DE RESENDE | 003.219.841-88 |

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 14 de junho de 2023.
LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

**PROCESSO Nº.:-286105/23**
**ENTIDADE:-FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES**
**INTERESSADO:-FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES, THOMAZ JOAO BORTOLIN**
**PROCURADOR:-**
**ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**
**DESPACHO Nº.:-413/2023**
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 66/2014, do Relator deste Processo, THIAGO BARBOSA CORDEIRO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 2524/2023, da Coordenadoria de Gestão Municipal, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:

| Nome | Documento |
|---|---|
| THOMAZ JOAO BORTOLIN | 008.469.909-46 |
| FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES | 48.402.912/0001-16 |

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CGM, 15 de junho de 2023.

LEVI RODRIGUES VAZ
Matrícula 51.620-1
Coordenador
Ato emitido automaticamente

TCEPR
ATOS NORMATIVOS

*Sem publicações*

TCEPR
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

## GP - Despachos

**PROCESSO Nº:-378697/23**
**ENTIDADE:-DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL**
**INTERESSADO:-DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CASCAVEL**
**ADVOGADOS:-**
**ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO**
**DESPACHO:-2019/23**
Trata-se de Requerimento Externo protocolado em razão do recebimento do Ofício nº 2270673/2023-DPF/CAC/PR (peça 2), por meio do qual o Sr. Lucas Amorim Ferreira, Delegado de Polícia Federal da Delegacia de Polícia Federal de Cascavel, encaminhou cópia do Relatório Final do IPL nº 2019.0006976-DPF/CAC/PR, a fim de que esta Corte tomasse conhecimento acerca dos apontamentos lançados no item IV (fls. 35 a 36), bem como para que adotasse as providências necessárias ao caso.
Autos encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização que, ante a relevância e materialidade das informações encaminhadas e com o fito de aprofundar as verificações de possíveis irregularidades e ilícitos administrativos perpetrados pelos indiciados, sugeriu a conversão do feito em Representação. (Despacho nº 448/23-CGF, peça 4)
Ante a manifestação da unidade técnica, o teor do art. 32, III[1], da LOTCE/PR e 277, §§ 1º e 2º[2], do RITCE/PR e a ciência desta Presidência, sigam os autos à Diretoria de Protocolo para a sua reautuação como "Representação", sorteio de Relator e regular processamento nos termos do Regimento Interno.
Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
*__1__. Art. 32. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas:*
*(...)*
*III – através de comunicação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União ou órgãos da União Federal em relação às atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado;*
*__2__. Art. 277. A representação será encaminhada ao Presidente do Tribunal de Contas pelos interessados e autoridades, na forma prevista no art. 32, I a VI, da Lei Complementar nº 113/2005.*
*§ 1º A representação será autuada e distribuída ao Conselheiro Relator, sendo inicialmente remetida pela Diretoria de Protocolo ao Presidente para ciência.*
*§ 2º Cumprido o trâmite previsto no § 1°, a representação será remetida pelo Gabinete da Presidência ao Gabinete do Conselheiro Relator para regular processamento.*

**PROCESSO Nº:-390271/23**
**ENTIDADE:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE**
**INTERESSADO:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE**
**ADVOGADOS:-**
**ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO**
**DESPACHO:-2021/23**
Trata-se de Requerimento Externo encaminhado pela 2ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Fazenda Rio Grande por meio do qual, com vistas à instrução dos autos de Notícia de Fato nº MPPR0051.22.000613-7, solicitou informações atualizadas da Representação nº 341894/22.
Através do Despacho nº 864/23-GCMRMS (peça 5), o relator do Recurso de Revista nº 167637/23, ao qual foi apensada a Representação nº 341894/22, Excelentíssimo Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, prestou informações atualizadas acerca do andamento do processo indicado e autorizou o acesso ao solicitante.
Ante o exposto, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para comunicação à Promotoria solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017, disponibilização de cópia dos presentes autos, bem como do Recurso de Revista nº 167637/23 e seu apenso, Representação nº 341894/22, encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
*__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.*
*__2__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
*(...)*
*LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.*

**PROCESSO Nº:-376007/23**
**ENTIDADE:-ALESSANDRO BRITO DE SOUSA**
**INTERESSADO:-ALESSANDRO BRITO DE SOUSA**
**ADVOGADOS:-**
**ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**
**DESPACHO:-2024/23**
Retorna o protocolado com as Informações nº 367/23-DGP e 305/23-DF (peças 5 e 7), por meio das quais a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Finanças manifestam-se em relação ao solicitado pelo Sr. Alessandro Brito de Sousa.
Remeta-se o expediente à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º[1] da Instrução de Serviço nº 115/2017 e disponibilização de cópia do presente processo.
Após, encaminhe-se à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[2], e, na sequência, retorne à Diretoria de Protocolo para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 13 de junho de 2023.
-assinatura digital-
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____
*__1__. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.*
*__2__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.*
*__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:*
*(...)*
*LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.*

## GP - Termo de Ajuste de Gestão

*Sem publicações*

## GP - Portarias

**PORTARIA N° 632/23**
O CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 122, inciso I, da Lei Complementar nº 113/2005 c/c artigos 16, inciso XXXVII, e 206, § 8º, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº 355496/23, resolve,
CONSTITUIR
Comissão de Concurso Público visando ao provimento do cargo de Auditor de Controle Externo para o quadro de pessoal deste Tribunal, designando os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, integrarem a referida Comissão.

| Nome | Matrícula | Cargo | Efetivo/suplente |
|---|---|---|---|
| TIAGO ALVAREZ PEDROSO | 52.012-8 | Auditor | Presidente – Membro efetivo |
| CEZAR RICARDO DOS REIS | 51.573-6 | Auditor de Controle Externo – área Administrativa | Membro efetivo |
| EVERTON PAULO FOLLETTO | 52.239-2 | Auditor de Controle Externo – área Contábil | Membro efetivo |
| CAMILA RIBEIRO FÉLIX | 52.221-0 | Auditor de Controle Externo – área Contábil | Membro efetivo |
| DIOGO GUEDES RAMINA | 51.483-7 | Auditor de Controle Externo – área Econômica | Membro efetivo |
| ERNESTO LUIS MALTA RODRIGUES | 51.231-1 | Auditor de Controle Externo – área Informática | Membro efetivo |
| THIAGO NAPOLI CIRIACO DIAS | 51.965-0 | Auditor de Controle Externo – área Jurídica | Membro efetivo |
| LINCOLN SANTOS DE ANDRADE | 51.756-9 | Auditor de Controle Externo – área Engenharia | Membro efetivo |

PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 13 de junho de 2023.
- assinatura digital -
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

TCEPR

LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE N. 008/2023**

**CONTRATANTE:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.

**CONTRATADA:** OPEN SOLUÇÕES TRIBUTARIAS LTDA, CNPJ 09.094.300/0001-51.

**PROCESSO N.º:** 35546-8/23.

**OBJETO:** Aquisição de assinatura anual do Sistema Web Gestão Tributária - GT-Fácil está alinhada com o Plano de Obras da Diretoria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**VALOR:** R$ 10.788,00 (dez mil, setecentos e oitenta e oito).

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 74, inciso III, alínea f da Lei Federal n. 14.133/2021.

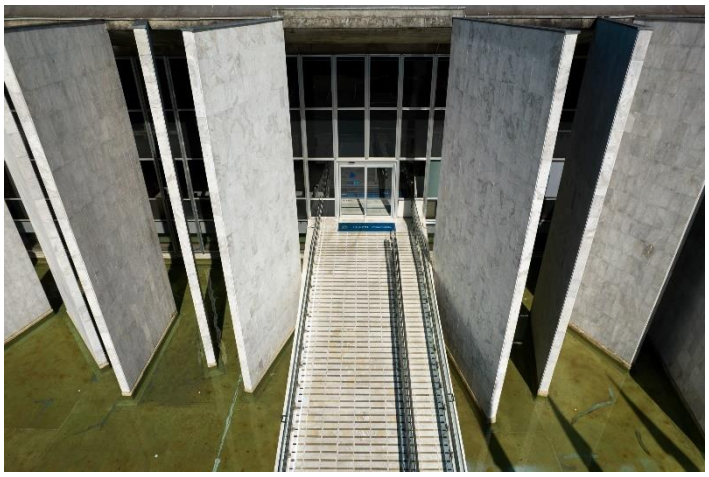
**EMPENHO N.:** 23000381.













# COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2023/2024

TCEPR

## Tribunal Pleno

**Conselheiro Presidente**
- Fernando Augusto Mello Guimarães

**Conselheiro Vice-Presidente**
- Ivens Zschoerper Linhares

**Conselheiro Corregedor-Geral**
- Ivan Lelis Bonilha

**Conselheiros**
- José Durval Mattos do Amaral
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

**Auditores**
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

**Secretária do Tribunal Pleno – STP**
- Maria das Graças Greco

## Primeira Câmara

**Conselheiro Presidente do Colegiado**
- Ivens Zschoerper Linhares

**Conselheiros**
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

**Auditores**
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania
- Livio Fabiano Sotero Costa
- José Maurício de Andrade Neto

**Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM**
- Maria Augusta Camargo de Oliveira Franco

## Segunda Câmara

**Conselheiro Presidente do Colegiado**
- Ivan Lelis Bonilha

**Conselheiros**
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

**Auditores**
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Tiago Alvarez Pedroso
- Muryel Hey

**Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM**
- Mariana Amaral Porto

## Corregedoria-Geral

**Conselheiro Corregedor-Geral – CG**
- Ivan Lelis Bonilha

**Coordenadora da Corregedoria**
- Crislayne Maria Lima Amaral Nogueira Cavalcante de Moraes

## Ministério Público de Contas

**Procurador Geral**
- Valéria Borba

**Procuradores**
- Flávio de Azambuja Berti
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Gabriel Guy Léger
- Michael Richard Reiner
- Juliana Sternadt Reiner

**Secretário-Geral – MPC**
- Willian Gregor Michels

## Conselheiros – Diretores de Gabinete

**Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB**
- Daniele Carriel Stradiotto

**Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA**
- Celia Cristina Arruda

**Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC**
- Lúcio Flávio Luttembarck Batalha

**Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL**
- Cinthya Pedron Caciatori

**Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS**
- Joelcio Luiz Kloss

**Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ**
-

## Auditores – Coordenadores de Gabinete

**Gabinete Auditor Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF**
- Jaqueline Lebbos Favoreto

**Gabinete Auditor Thiago Barbosa Cordeiro – CATBC**
- Felipe Medeiros Vedana

**Gabinete Auditor Claudio Augusto Kania – GACAK**
- Marcelo da Silva Bento

**Gabinete Auditor Tiago Alvarez Pedroso – GATAP**
- Melissa Trento

**Gabinete Auditor Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC**
- Suzana Aparecida de Oliveira

**Gabinete Auditora Muryel Hey – GAMH**
- Jaime Lins e Mello Neves

**Gabinete Auditor José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN**
- Liliana Almeida Costa dos Santos

## Inspetorias de Controle Externo

**1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE**
- Luciane Maria Gonçalves Franco

**2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE**
- Joelcio Luiz Kloss

**3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE**

**4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE**
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

**5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE**
- Mauro Munhoz

**6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE**
- Ana Carolina da Rocha

**7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE**
- Marcio José Assumpção

## Administrativo

**Diretoria-Geral – DG**
- Davi Gemael de Alencar Lima

**Gabinete da Presidência – GP**
- Vinicius Greco Pazza

**Ouvidor de Contas**
- Ederson Patrick Severo Machado

**Diretoria Administrativa – DA**
- Elizandro Natal Brollo

**Escola de Gestão Pública – EGP**
- Vivian Feldens Cetenareski

**Diretoria de Comunicação Social – DCS**
- Nilson Pohl

**Diretoria Financeira – DF**
- Edson Custódio

**Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP**
- Flavio Alves de Carvalho Sampaio

**Diretoria de Planejamento – DIPLAN**
- Cintia Aparecida Guizelini Dantas

**Diretoria Jurídica – DIJUR**
- Carine Rebelo de Almeida Cesar

**Diretoria de Protocolo – DP**
- Paulo Sergio Moura Santos

**Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI**
- Jose Augusto Cheute

**Controladoria Interna – CI**
- Viviane de Medeiros Pires

**Gabinete de Assessoria Militar**
- Mauro Celso Monteiro

**Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF**
- Djalma Riesemberg Junior

**Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX**
- Leandro Sudré

**Coordenadoria de Obras Públicas – COP**
- Paulo Augusto Daschevi

**Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE**
- Wilmar da Costa Martins Junior

**Coordenadoria de Gestão Estadual – CGE**
- Ednilson da Silva Mota

**Coordenadoria de Gestão Municipal – CGM**
- Levi Rodrigues Vaz

**Coordenadoria de Auditorias – CAUD**
- Vivianeli Araujo Prestes

**Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF**
- Acir José Honório Bueno

**Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS**
- Ricardo Alpendre